U.PORTO
FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Maria da Conceição Leite Pires

2º Ciclo de Estudos em Arqueologia

Contributos para o estudo do Povoamento do concelho de Matosinhos da Pré-História ao século VIII

2012

Orientador: Professor Doutor Carlos Alberto Brochado de Almeida

Classificação: Ciclo de estudos: 15 Valores

Dissertação: 15 Valores

Versão definitiva

U.PORTO
FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Dissertação apresentada à
Faculdade de Letras da Universidade
do Porto para a obtenção do grau de
Mestre em Arqueologia

“A arte é arte, mas a arte maior é a arte que nos liga”

Para ti, meu filho,

Sandro Norton

Agradecimentos

A dissertação de mestrado que seguidamente se apresenta representa o culminar de três anos consecutivos de intensa dedicação e empenho. O resultado de toda esta investigação não seria o mesmo sem a colaboração e apoio de diversas pessoas que, de forma mais, ou menos, vincada contribuíram para o progresso deste projeto.

Assim, o meu apreço é dirigido a todos aqueles (presentes e ausentes) que nos apoiaram construtivamente.

Ao Fórum Matosinhense, pela cedência do espólio de Joaquim Neves dos Santos, nas pessoas de Américo Freitas e Belmiro Galego.

Aos meus colegas Ivone Ferraz e António Venda Lopes, da Câmara Municipal de Matosinhos.

Um agradecimento especial aos Professores deste mestrado. Refiro também, e em especial, aos Professores Doutores, Assunção Araújo, Laura Soares e Sérgio Rodrigues, sempre disponíveis para nos apoiar, pelo apreço e respeito.

À Sofia Soares.

Aos meus colegas de mestrado, sempre afáveis, saliento de forma particular o Pedro Dâmaso e o Paulo Ferreira.

Um muito obrigado aos meus colegas arqueólogos da Câmara Municipal da Maia, André e Luís.

Um outro grande agradecimento é dirigido à minha colega de licenciatura e mestrado, Sónia Couto, pela colaboração prestada.

À minha sobrinha, Isabel Paquete, sempre atenta e carinhosa. Para além destas qualidades elaborou todos os mapas existentes nesta dissertação.

Ao meu colega de gabinete, José Manuel Varela, pelo seu apoio constante e colaboração nas saídas de campo.

À minha família um agradecimento muito especial.

Por último, ao Professor Doutor Brochado de Almeida, orientador desta dissertação, pela disponibilidade, paciência, empenhamento, apoio constante, exigência, e por acreditar no sonho que existe dentro de cada aluno.

Lista de Abreviaturas

ADP – Arquivo Distrital do Porto

APA – Área de Potencial Arqueológico

APDL – Administração do Porto de Leixões

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

C.M.M. – Câmara Municipal de Matosinhos

DC – *Diplomata et Chartae*

DMP – Documentos Medievais Portugueses

DR – Diário da Pepública

EZB9 – Edifício da Zona B

GMAHM – Gabinete Municipal de Arqueologia e História de Matosinhos

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico/DRCN

INQ – *Inquisitiones*

PDM – Plano Diretor Municipal

PGCG – Planta Geral do Castro de Guifões

PMH – *Portugaliae Monumenta Histórica*

POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira

REN – Reserva Ecológica Nacional

RAN – Reserva Agrícola Nacional

ZEP – Zona Especial de Protecção

Resumo

Pretende-se com esta exposição divulgar a investigação efetuada no âmbito da presente dissertação de mestrado, cujo tema investigado compreende um período cronológico alargado, desde a Pré-História à Idade Média, no concelho de Matosinhos.

Este estudo teve como objetivo inventariar e registar o património arqueológico da área em estudo, assim como coligir a informação disponível sobre a mesma. O resultado deste permitiu um conhecimento sobre os locais de assentamento para os períodos considerados. Desta forma, foram criadas as bases fundamentais que sustentabilizarão futuras investigações científicas.

Palavras-Chave: Quaternário, Pré-História, Idade do Ferro/Cultura Castreja, Romanização, Idade Média.

Abstract

This presentation aims to demonstrate the research that was developed in the framework of this thesis, which comprehends a wide chronological period that goes from prehistory up to the middle ages, in the municipality of Matosinhos.

The intention of this study was to identify and register the archaeological heritage and collect the available information about the region. With this search we gained a very important knowledge of the various places where people chose to establish themselves throughout our study's time frame, and in doing this, we created the foundations that will help develop future scientific investigations.

Key words: Quaternary, Prehistory, Iron Age / Castro culture, Romanization, Middle Ages.

Índice Geral

Introdução....2

Capítulo I....6
1.1 - Enquadramento Geográfico da área em estudo....6
1.2 - Quaternário....6
1.3 - Quadro Geomorfológico....9

Capítulo II – Os primeiros assentamentos durante o Paleolítico....19
2.2 – Paleolitico Médio....25
2.3 – Paleolítico Superior....27

Capitulo III – A Pré-História Recente: Das comunidades mesolíticas ao Final da Idade do Bronze....33
3.1 - Comunidades Epipaleoliticas/Mesoliticas....34
3.2 – Neolítico e os construtores dos monumentos megalíticos....37
3.3 – Idade do Bronze....54

Capitulo IV – Da Idade do Ferro ao período Suévico-Visigótico....61
4.1 – A cultura Castreja....63
4.2 – Romanização....80
4.3 - Período Suévico-Visigótico....100

Considerações Finais....111

Bibliografia....125
Biblbiografia Geral....125
Fontes Manuscritas....134
Legislação Portuguesa....134
Cartografia Digital....134
Sítios da Internet....135

Anexos....136

Introdução

"A arqueologia é a incessante busca do passado. Assim, o julgam Hodder, Binford, G. Childe, RenfreW, Bahn e os outros teorizadores das mais variadas tendências em que a arqueologia tem navegado desde que esta deixou de ser uma mera recolha de objetos para se tornar numa sistematização."

Brochado de Almeida (2008)[1]

O trabalho que nos propusemos realizar como dissertação de Mestrado em Arqueologia, sob o tema *Contributos para o estudo do Povoamento*[2] *do concelho de Matosinhos da Pré-História ao século VIII*, obedeceu a vários fatores, nomeadamente de ordem profissional e pessoal. Com a realização deste trabalho, orientado cientificamente, criamos as ferramentas basilares que nos permitem acrescentar conhecimento e, por outro lado, promover e desenvolver a investigação arqueológica, uma vez que a que existia se encontrava muito dispersa. Como tal, nunca tivemos a presunção de considerar este trabalho como um fim, mas sim como o início de um projeto.

È verdade que poderia ter optado por uma área de estudo diferente, por um tema mais específico, enfim, mas a nossa realidade profissional não nos permitiram outro fim, uma vez que que era fundamental realizar um trabalho de síntese que interligasse os vestígios arqueológicos para os períodos considerados, independentemente dos trabalhos realizados por outros investigadores, alguns dispersos, reduzidos, e por vezes, não assentes em bases científicas. Contudo, e para além de tudo isso, foi nesses trabalhos que assentaram as nossas bases de investigação, portanto foram o nosso fio condutor. É verdade que o nosso objetivo seria muito mais difícil de atingir sem estas inestimáveis fontes de investigação. São exemplo disso, entre outros, os trabalhos desenvolvidos por Martins Sarmento, Mendes Correa, Ruy de Serpa Pinto, Rocha Peixoto, Leonor de Pina, Galopim de Carvalho e Joaquim Neves dos Santos, cujos resultados se materializaram em diferentes registos como nas cartas e plantas referidas nos anexos A, B, C e E. Como tal, foi fundamental coligir a informação sobre os estudos realizados para se proceder numa fase seguinte, ao registo do património arqueológico conforme a Tabela e Mapa dos Sítios Arqueológicos do Concelho de Matosinhos presentes no Anexo G.

Para além dos investigadores referidos é nosso ensejo salientar que no ano 2009/2010 foi realizada uma exposição de arqueologia pela Câmara Municipal de Matosinhos sobre os territórios da bacia do rio Leça, para a qual contribuíram as investigações realizadas por: Assunção Araújo, Laura Soares, Alberto Gomes, Ana Bettencourt, Armando Coelho, Álvaro

[1] ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, (2008) – *Sítios que fazem História-Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo: 1- da Pré-História à romanização*. Edição da Câmara Municipal de Viana do Castelo, p. 13-14.

[2] Adotamos aqui a expressão "povoamento" para designar um conjunto de sítios habitados, mas também os vestígios da cultura material das comunidades que os ocuparam.

de Brito e Ricardo Teixeira, cujo trabalho de síntese foi materializado numa publicação "*O Rio da Memória, Arqueologia no Território do Leça*", constituindo esta obra um forte contributo para a evolução do povoamento desde a Pré-História à Idade Média nos concelhos da bacia do rio Leça.

Definidos os pressupostos que conduziram à baliza cronológica e à definição da área a investigar, como já foram mencionados anteriormente, reportamo-nos ao método de investigação.

A metodologia na qual assenta a nossa investigação compreendeu várias fases; partiu da recolha bibliográfica, dos relatórios de trabalhos arqueológicos realizados e publicados, da toponímia, das várias prospeções no terreno e ainda da recolha de informação oral. Quanto à metodologia estrutural segue uma linha crono – cultural e foi organizado em quatro capítulos. Relativamente aos sítios arqueológicos, estes foram registados por ordem cronológica e de freguesia e apresentados num mapa único, com o objetivo de propiciar uma leitura geral da distribuição espacial dos locais de assentamento. Este mapa é acompanhado por uma tabela, que foi ordenada por ordem alfabética de freguesia, e dentro desta ordenação o património foi registado segundo uma organização cronológica desde a Pré-História ao século VIII.

Por último apresentamos o catálogo com as fichas de sítio. Para o efeito foi criada uma ficha individual para cada sítio arqueológico. Esta subentende a organização de campos de individualização/identificação, de registo (descrição do meio físico e achados), de interpretação, e ainda um item para a bibliografia. Cada sítio possui um número de referência, que segue a ordem atrás descrita e que serve para o individualizar, nomeadamente na base cartográfica. Este número antecede a designação do sítio, que corresponde ao nome da estação ou ao local onde foram encontrados os achados. Segue-se a respectiva integração administrativa (lugar, freguesia, concelho) e a localização cartográfica. Indica-se o número da Carta Militar 1:25000 editada pelos Serviços Cartográficos do Exército, onde se insere o seu posicionamento planimétrico (através de coordenadas geográficas Datum WGS84) e altimétrico (altitude máxima do local onde se encontram os vestígios).

Sempre que a informação toponímica permitiu designamos o sítio, recorrendo a esse elemento, perpetuando desta forma o registo de memória.

O capítulo I trata do enquadramento geográfico. Para além desta caracterização incluímos neste as principais características do Quaternário, considerado o mais recente dos períodos da história da Terra, segundo a escala do tempo geológico.

No capítulo II reportamo-nos aos primeiros assentamentos enquadrados na Pré-História, que está subdivida convencionalmente em Pré-História antiga e Pré-Historia recente. Neste abordamos a presença de vestígios que, pelas suas caraterísticas, apontam para uma

cronologia que se enquadra na Pré-História antiga, que compreende o Paleolitico Inferior, Médio e Superior, no qual registamos os sítios e os materiais recolhidos em prospeção e nos trabalhos arqueológicos. Nesta investigação identificamos um sítio inédito, que surge no âmbito de uma avaliação feita por nós em Julho de 2010 aos materiais provenientes de um acompanhamento arqueológico realizado no Centro Histórico de Leça da Palmeira em 2008. Ao reanalisarmos os trinta e sete materiais líticos exumados, com a colaboração de Sérgio Rodrigues,[3] identificamos, entre outros achados, um biface em quartzo, um hachereau e um triedro. Estes artefactos são os diretores que nos induzem a uma nova leitura relativa à ocupação do espaço em estudo, para o período considerado, ou seja, para o Paleolítico Inferior.

O capítulo III diz respeito à Pré-História recente. Neste consideramos os vestígios que apontam cronologias que vão do Epipaleolitico/Mesolítico ao Final da Idade do Bronze, balizado sensivelmente entre os 10 000 mil anos e os inícios do século VII a.C. Para este período foram identificados quarenta e dois sítios que apontam cronologias que se enquadram na Pré-História recente. Nesta pesquisa aferimos que oito correspondem, em simultâneo, a locais de assentamento que se integram na Pré-História. Relativamente às vinte e uma estruturas funerárias registadas como antas, mamoas, cistas e necrópoles pré-históricas, só foi possível proceder ao seu registo cartográfico e ficha de sítio, uma vez que, e segundo notas de Vítor Oliveira Jorge, Fernando Lanhas e Neves dos Santos, terão sido destruídas em parte, à exceção da Mamoa de Porreiras/Montesinho em Lavra.

No capítulo IV abordamos os vestígios referentes à Idade do Ferro (Cultura Castreja), romanização e período Suévico e Visigótico, ou seja, até ao ano 711. Consideramos, ainda que de forma muito sintetizada, as vias romanas que atravessavam a área em estudo, quando as mesmas se confinavam com a área envolvente dos vestígios, e também porque entendemos que os caminhos desde sempre desempenharam e desempenham um papel primordial, os caminhos são pólos dinamizadores de toda a evolução humana. Para além desta abordagem apresentamos os locais de assentamento relativos aos períodos cronológicos considerados. Para a Idade do Ferro (cultura castreja) assinalamos oito povoados, cujos materiais apontam para essa cronologia. Identificamos, dentro destes, cinco assentamentos apresentam traços de romanidade. Em virtude dos materiais encontrados à superfície foram considerados como locais romanizados. Os vestígios encontrados, como pontes, marco miliário, sepulturas, necrópole, cetárias, inscrição a Júpiter e outros vestígios, foram integrados, pelas suas características, no período romano.

[3] Professor Doutor Sérgio Rodrigues, FLUP.

Relativamente ao período Alti-Medieval, os vestígios conhecidos para a baliza cronológica apresentada são escassos. Contudo, registamos os vestígios encontrados, tais como sepulturas, estruturas castelares, salinas, pontes, num total de doze. Relativamente às pontes, são de fundação romana, como o confirmam os elementos encontrados nas estruturas fundacionais, mas também foram alvo de várias remodelações ao longo da Idade Média. Por esse motivo, constam do arrolamento para esse período.

Em cada capítulo introduzimos uma sinopse sobre os elementos que caraterizam cada período crono-cultural.

No final dos capítulos apresentamos as nossas considerações finais, procedendo-lhe as fontes que apuramos e a bibliografia pesquisada.

Como suporte informativo incluímos nos anexos toda a informação que sustentabilizou este trabalho. O anexo corresponde às imagens mencionadas nos quatro capítulos. O anexo A corresponde aos mapas e gráficos do enquadramento geográfico, neste consideramos também as Cartas Militares de Portugal nº 109, 110 e 122, correlativas à área em estudo. O anexo B apresenta os Gráficos e Planta referentes às sondagens geológicas do Porto Leixões. No anexo C apresentamos as Cartas de sítios arqueológicos. No anexo D incluímos uma planta de 1940, uma vez que na sua leitura decifrámos um local que talvez possa corresponder à mamoa de Agrela, Leça do Balio. No anexo E, elencamos alguns exemplares do acervo arqueológico do Castro de Guifões, assim como plantas e fotografias, sendo que, uma parte substancial desta informação, não é do conhecimento do domínio público. Este anexo está dividido em duas partes; uma corresponde a um registo em planta do castro de 1955, que denominamos como PGCG, e a outra diz respeito à planta de um edifício escavado por Joaquim Neves dos Santos na zona que registou como ZB9. No nosso registo designamo-la como EZB9. No anexo F incluímos uma lista de topónimos que indiciam a presença de estruturas megalíticas. No anexo G consta a tabela e o mapa dos Sítios Arqueológicos do Concelho de Matosinhos e, por último, no anexo H, estão presentes as fichas dos setenta e três sítios inventariados.[4]

A elaboração de um trabalho é acompanhada quase sempre de dificuldades. De facto deparamo-nos com imensas, desde a seleção do tema, com uma grande amplitude cronológica. Além disso, numa primeira fase, tínhamos considerado uma baliza cronológica até ao século XIII. Como tal, todo o trabalho foi realizado em função dessa cronologia, tendo registado e inventariado noventa e dois sítios. Mas, por questões temporais e por limitações impostas no que diz respeito às regras e normas dos mestrados, reduzimos a baliza cronológica embora não tivesse sido nada fácil abdicar da investigação realizada. Porém, a

[4] O Anexo H encontra-se em formato digital.

situação assim o exigia. Para além das dificuldades já referidas, outras foram surgindo ao longo desta caminhada, como as dificuldades encontradas nos trabalhos de campo, na recolha bibliográfica, na gestão do tempo, na impossibilidade de nos dedicarmos de forma contínua a esta investigação, facto esse, que originou um esforço redobrado. Enfim, uma panóplia de situações comuns numa investigação.

Capítulo I

1.1 - Enquadramento Geográfico da área em estudo

"Na orla atlântica oceânica da Ibéria, a terra banhada pelo Atlântico sofre o seu influxo, criando um clima mais húmido e moderado, permitindo um outro tipo de cultura vegetal, potenciando relações entre o Homem e a faixa litoral, incrementando a exploração do meio aquático complementando a sua dieta alimentar com os diversos produtos produzidos na terra."

Orlando Ribeiro, 1998[5]

Para esta investigação era determinante uma abordagem sobre os aspetos geomorfológicos e as questões relacionadas com o Quaternário, considerado o mais recente dos períodos da história da Terra. Neste capítulo serão abordados, sob o ponto de vista climático, hidrológico, litológico, e ainda sob a natureza dos solos e a sua rentabilidade económica, elementos relevantes para o entendimento da ocupação e exploração dos espaços até aos dias de hoje.

Situado no litoral Norte do distrito do Porto[6], Matosinhos tem como limites o concelho de Vila do Conde a Norte, o da Maia a Nascente, o do Porto a Sul e a Poente o oceano Atlântico.[7] É constituído, desde os finais do século XIX, por dez freguesias que se distribuem por uma superfície total de 62,30 km² apresentando características muito heterogéneas, dividindo-se entre espaços litorais, estuarinos e de interior. As freguesias a Norte do rio Leça, nomeadamente a de Lavra[8] e Perafita, apresentam características mistas (litorâneas e de interior), enquanto a de Leça da Palmeira e Matosinhos apresentam uma tríada que se divide entre ambientes litorâneos, estuarinos e de interior. As restantes congéneres (seis) distribuem-se pelas áreas interiores, atravessadas pelo rio Leça, à excepção da freguesia da Senhora da Hora.

1.2 - Quaternário

O Quaternário, considerado o mais recente dos períodos da história da Terra. Segundo a escala do tempo geológico, este é caracterizado por fortes alterações climáticas, constituídas por episódios glaciares e interglaciares. Teve início há cerca de 2,6 milhões[9] de anos e está

[5] RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne (1987), – *Geografia de Portugal*, vol. I, "A posição geográfica e o território", Edição Sá da Costa, Lisboa, p. 39.
[6] Ver Mapa 1, Anexo A.
[7] Ver Mapa 2, Anexo A.
[8] A freguesia de Lavra é limitada a Norte pelo rio Onda.
[9] Existem outras correntes que apontam uma outra cronologia para o início do Quaternário – 1,6 Ma.

subdividido em duas épocas distintas: o Pleistocénico e o Holocénico, constituindo este o último período interglaciário que decorre há cerca de 10.000 mil anos atrás. O Quaternário coincide, a grosso modo, com o surgimento e desenvolvimento das sociedades paleolíticas.[10]

Como já foi referido anteriormente, o Quaternário é assinalado por variações climáticas de grande impacto, designadamente pelas glaciações, consideradas fases de acentuado arrefecimento, alternando com os outros estádios, como os interglaciares, caracterizados por um aquecimento do clima. Estes impactos, ou seja, estas flutuações do clima, fizeram-se sentir em todo o planeta. Em virtude disso, o aumento das massas de gelo, as variações da temperatura, a pluviosidade, o grau de degradação e o florescimento do coberto vegetal criaram, ao longo dos tempos, condicionantes que, no seu conjunto, influenciaram as acções dos fenómenos de erosão, transporte e sedimentação. Desta forma, estes agentes climáticos causaram profundas e importantes mudanças na paisagem e, consequentemente, na flora e na fauna.

Durante os períodos glaciares, as enormes quantidades de água acumuladas nas calotes de gelo provocaram uma descida do nível médio das águas do mar. Este fenómeno é denominado como *regressão marinha* que, por sua vez, modificou a configuração dos continentes. Por outro lado, nos períodos interglaciares, o aumento da temperatura provoca uma subida do nível das águas do mar, cujo evento é apelidado como *transgressão marinha*. Durante este fenómeno a linha da costa deslocou-se mais para o interior, modificando novamente o recorte das terras emersas.[11]

Estas mudanças constituíram também o fio condutor que permitiu o desenvolvimento colectivo e no qual estão, a partir de determinado momento, inscritos os períodos histórico - cronológicos culturais, convencionalmente designados como: o Paleolítico Inferior datado ± entre 800.000 e 200.000 mil anos, onde surge o género Homo, seguindo-se o Paleolítico Médio ± 200.000 e 40.000 mil anos, presenciado já pelo Homem de Neandertal e, por fim, o Paleolítico Superior datado entre ± os 40.000 e 11.000 mil anos, pautado este por um período evolutivo considerável com a presença do Homo Sapiens Sapiens, coincidindo este período com o fim da última era glacial, cujo último impulso correspondeu ao Dryas recente.[12]

Segundo a tabela do tempo geológico[13], o quaternário iniciou o seu trajeto na época do Pliocénico com o Gelasiano, considerado como um momento muito específico, caracterizado pela degradação climática, designada como o Biber, seguido de uma fase transgressiva, o

---

ARAÚJO, Maria da Assunção Ferreira Pedrosa (1991) – *Evolução Geomorfológica da Plataforma Litoral da Região Norte*, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUP, Porto, p. 108.

[10] RIBEIRO, João Pedro da Cunha (1990) – *Os primeiros Habitantes*, In "Nova História de Portugal - Portugal das Origens à Romanização", Vol. I, (direção de SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira), 1ª edição, Editora Presença, p. 16.

[11] IDEM, *Ibidem*.

[12] BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p.33.

[13] Ver Figura 1 em Anexo.

Biber e o Donau, perpetuando o seu estádio na fase que se lhe segue representada pelo Pleistocénico, a qual apresenta quatro fases ou períodos glaciares: Günz (primeiro), Mindel (segundo), Riss (terceiro) e Würm (quarto). Porém, estas fases glaciares foram intercaladas por períodos interglaciares que correspondem a um intervalo de tempo mais quente entre as fases glaciares. Durante o inter-glaciar Mindel-Riss, datável de há 400 000 BP ter-se-ão formado os depósitos marinhos correspondentes ao Tirreano I, devido, em parte, ao revolvimento dos depósitos fluviais submersos motivados pelo abatimento tectónico do sector ocidental da plataforma litoral. Foram ainda definidos mais dois níveis que correspondem ao Interglaciar Riss/Wurm, o Tirreano II e III, cujos depósitos se terão formado há cerca de 100.000 anos.

Na transição da fase superior do Pleistocénico para o Holocénico registou-se a última glaciação[14] – Würm – marcada por eventos muito significativos.[15]

Durante esta glaciação ter-se-á verificado uma forte fase regressiva marinha que terá atingido cotas entre 100 e 120 metros abaixo do nível médio actual das águas do mar. Como consequência, a plataforma continental terá ficado emersa cerca de 30 a 40 Km por volta de 18 mil anos B.P.[16] Neste período o Wurm atinge o seu pico e ter-se-á dado uma transgressão relacionada com o aquecimento do clima. Esta última glaciação e o Pleistocénico encerram o seu ciclo dando lugar a uma nova época: o Holocénico.[17]

Segundo J.M. Dias Alveirinho, há cerca de 11 000 anos, verificou-se uma mudança climática muito rápida: o Dryas Recente, integrado numa das sequências climáticas denominada como Tardo-Glaciar, tendo provocado profundas alterações oceanográficas. Relativamente à Península Ibérica *"... onde as características climáticas eram, já, de interglacial quente, verificou-se grande deterioração do clima, voltando a verificar-se condições glaciares bem marcantes. A frente polar; que tinha migrado para o Atlântico NW, reocupa posições anteriores, instalando-se à latitude da Galiza (Ruddiman e Mclntyre, 1981). O nível do mar, que tinha atingido cotas da ordem dos -40m mais ou menos, volta a descer para os - 60 m abaixo do nível actual..."*.[18] Paralelamente, e devido ao abaixamento do nível das águas do mar, *"... os estuários instituíram-se como intensos fornecedores sedimentares para o litoral e para a plataforma continental, exportando grande parte dos materiais que, no*

[14] RIBEIRO, João Pedro da Cunha (1990) – *Os primeiros Habitantes*, In "Nova História de Portugal - Portugal das Origens à Romanização", Vol. I, (direção de SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira), 1ª edição, Editora Presença, p. 17-18.
[15] Ver Figura 2 em Anexo.
[16] B.P. – Before Present (antes do presente).
[17] ARAÚJO, Maria da Assunção Ferreira Pedrosa e Laura Soares (2010) – "O Rio da Memória, Arqueologia no Território do Leça" – *Contexto Geográfico do Território do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 16.
Bond, G.; et al. (1997) – *A Pervasive Millennial-Scale Cycle in North Atlantic Holocene and Glacial Climates*, In "Science" 278 (5341): 1257–1266.
ARAÚJO, Maria da Assunção Ferreira Pedrosa (1991) – *Evolução Geomorfológica da Plataforma Litoral da Região Norte*, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUP, Porto, p. 19.
[18] DIAS, J.M. Alveirinho (1997) – *A história da evolução do litoral português nos últimos vinte milénios*, Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente, Universidade do Algarve, p. 164.

período anterior, progressivamente neles se tinham acumulado…".[19] Como resultado deste acontecimento estabeleceram-se condições que promoveram *"... rápida rectificação do litoral, verificando-se extensas acumulações arenosas que tendiam a preencher as partes reentrantes da costa. As zonas costeiras apresentavam novamente características desérticas e o transporte eólico era intenso, conduzindo à constituição de vastos campos dunares, dos quais hoje se encontram, mesmo no litoral actual, abundantes vestígios, frequentemente no estado consolidado…"*. Há cerca de 10 000 anos, verificou-se uma nova mudança climática *"…instituindo-se definitivamente, condições interglaciárias. Considera-se, por isso, que o Holocénico se iniciou nessa altura. Durante dois milénios o nível do mar sobe de forma acelerada, após o que, progressivamente, as razões de subida se vão atenuando, até se atingir, entre 5 000 e 3000 anos AP (antes do presente), aproximadamente o nível actual…"*[20], ou seja, entre 7 000 e 5 000 anos. Na figura 3[21] pode observar-se a evolução do nível médio do mar na plataforma continental e as alterações verificadas na linha da costa entre 18 mil anos e a actualidade. Pela observação dos mapas representados constatamos também que estamos em presença de uma fase transgressiva.

Com o advento desta nova fase (Holocénico) verificou-se uma grande acalmia climática em relação aos eventos ocorridos durante o Pleistocénico, pautado por um aumento da temperatura, fomentando desta forma uma certa estabilidade para o desenvolvimento do Holocénico. Este evento marca o início de um novo período cultural representado pelo EpiPaleolítico/Mesolítico. Portanto, as variações climáticas (glaciação - interglaciação) que provocaram as intensas regressões e transgressões marinhas estão na base destas transformações geomorfológicas muito expressivas, e nas quais se inscreve a vida das populações coevas.

1.3 - Quadro Geomorfológico

As formas de relevo assentam sobre as rochas consolidadas de características e idades muito diferentes e a sua cronologia é definida com base numa escala de tempo geológico, que consiste numa espécie de calendário utilizado para datar os eventos importantes da história da terra desde a sua formação há cerca de 4,6 milhões de anos. Esta escala é imprescindível para o conhecimento evolutivo, sob o ponto de vista geológico e geomorfológico de qualquer região.[22]

A área em estudo integra-se no domínio geomorfológico do NW do território português e, em termos gerais, caracteriza-se pela existência de um relevo acidentado, cuja

[19] IDEM, *Ibidem*.
[20] IDEM, *Ibidem*.
[21] Ver Anexo.
[22] ARAÚJO, Maria da Assunção Ferreira Pedrosa e Laura Soares (2010) – "O Rio da Memória, Arqueologia no Território do Leça" – *Contexto Geográfico do Território do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 15.

altitude diminui gradualmente de nascente para poente. Dentro deste contexto regional, pode dividir-se geomorfologicamente em três unidades principais, tais como: a plataforma litoral e o relevo marginal, o vale do rio Leça e os alinhamentos do relevo intermédio.[23]

Neste trabalho, são apenas referidas as duas primeiras unidades relativas ao concelho em estudo. A plataforma litoral é definida por Assunção Araújo como sendo *"... constituída por uma faixa aplanada, situada a altitudes variadas, na proximidade da linha de costa e limitada, para o interior, por um rebordo, rigidamente alinhado e contrastante com a referida área aplanada"*. Esta plataforma " (…) *suporta, frequentemente, numerosos afloramentos de depósitos genericamente classificados como plio-plistocénicos que constituem marcas do estacionamento do nível do mar durante o Quaternário, ou depósitos relacionáveis com a proximidade do nível de base durante o Neogénico…"*.[24]

O relevo marginal é limitado para o interior por um rebordo, por vezes rigidamente alinhado[25], ou seja, é limitado por relevos que se soergueram bruscamente, terminando a cotas variáveis, estabelecendo uma espécie de fronteira entre o interior e a área aplanada do litoral.[26] O vale do rio Leça, a segunda unidade, é marcado ao longo do seu percurso por uma série de depressões, observando-se uma topografia relativamente acidentada e áreas baixas aplanadas, apresentando um escalonamento de altitudes que tendem a aumentar gradualmente de Oeste para Este. Os limites das depressões coincidem, em algumas situações, com vertentes abruptas, como se verifica nalguns pontos, quer a Norte quer a Sul, nalgumas áreas de Santa Cruz do Bispo e Guifões, assumindo uma expressão mais acentuada na zona de Valongo.[27]

No mapa de relevo[28] estão representados o atual concelho e os concelhos circundantes.[29] Através duma leitura feita ao mapa, observamos que a área em estudo é formada por relevos de baixa altitude, oscilando entre os relevos abaixo de 50 metros até aos 135 metros. De uma forma geral, predominam na área em estudo, como já referimos, as baixas altitudes, sendo que o ponto mais alto corresponderia a uma cota de 134 metros e situava-se no Monte de S. Gens na freguesia de Custóias[30].

O clima *"... da Terra apresenta grande diversidade e influenciam muitos aspectos do ambiente físico, nomeadamente os regimes hidrológicos, os solos e a vegetação. Em cada*

[23] ARAÚJO, Maria da Assunção Ferreira Pedrosa (1991) – *Evolução Geomorfológica da Plataforma Litoral da Região Norte*, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUP, Porto, p. 23.
[24] ARAÚJO, Maria da Assunção Ferreira Pedrosa (1997) – *A Plataforma Litoral da Região Norte, Porto, dados adquiridos e perplexidades*, Estudos do Quaternário, nº1, APEQ, Lisboa, p. 19
[25] Ver Mapa 4, Anexo A.
[26] ARAÚJO, Maria da Assunção Ferreira Pedrosa (1991) – *Evolução Geomorfológica da Plataforma Litoral da Região Norte*, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUP, Porto, p. 11-23.
[27] ARAÚJO, Maria da Assunção Ferreira Pedrosa e Laura Soares (2010) – "O Rio da Memória, Arqueologia no Território do Leça" – *Contexto Geográfico do Território do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 11.
[28] Ver Mapa 5, Anexo A.
[29] Ver Figura 4 em Anexo.
[30] Cujo local foi desmontado para extrair a pedra que foi utilizada na construção do Porto de Leixões, à semelhança de outras pedreiras existentes, tais como Montedouro, em Perafita, Esposade, na freguesia de Custóias e também no lugar da Portela, na freguesia de Santa Cruz do Bispo.

quadro climático regional os processos erosivos tendem também a actuar ou a combinar-se de maneira específica, dando origem a distintos sistemas morfogenéticos. Os grandes progressos recentes no conhecimento da paleoclimatologia do Quaternário vieram dar um interesse renovado ao estudo da chamada geomorfologia climática, aspecto que tinha sido de certo modo ofuscado, a partir dos anos sessenta do último século, pelo especial enfoque na dinâmica geomorfológica…".[31]

No território português, localizado no extremo Sudoeste do continente europeu, pode-se presenciar a transição do mundo mediterrânico para a Europa atlântica temperada, surgindo nas áreas mais interiores e elevadas a influência da continentalidade da Meseta Ibérica.[32]

O clima é um dos fenómenos que mais caracteriza e influencia o meio e, por essa razão, ocupa um lugar de relevo no campo do conhecimento evolutivo do povoamento, nomeadamente pelas condições que pode propiciar à evolução das comunidades humanas e seus nichos ecológicos. Aquele que se faz sentir actualmente no concelho em estudo, apresenta características que são comuns a quase toda a zona costeira de Portugal, é mediterrâneo por natureza e, por posição, Atlântico. O clima mediterrâneo distingue-se pela presença de invernos amenos e verões quentes e secos mas, na plataforma litoral estas particulares são atenuadas pelas influências marítimas, onde as temperaturas são mais baixas nos meses mais quentes em relação às depressões situadas após o relevo marginal.[33]

Outro factor determinante para a continuidade da vida na Terra está relacionado com a temperatura. O concelho de Matosinhos apresenta uma variação média anual entre os 12.5ºC e 15 ºC.[34] Como já foi referido atrás, é fortemente influenciado pela proximidade do Oceano Atlântico, funcionando o oceano como um moderador da amplitude térmica o que, por outro lado, faz com que a humidade atmosférica seja bastante elevada praticamente durante todo o ano[35], atingindo a pluviosidade valores anuais que variam entre os 1000mm e os 1200mm de precipitação.[36]

Do ponto de vista hidrográfico, Matosinhos integra-se na bacia hidrográfica do rio Leça que ocupa uma área aproximadamente de 190 Km2, encravada entre as bacias do rio Douro a Sul e a Este, e o rio Ave a Norte. O curso de água percorre 45 Km, desde a sua nascente no Monte Córdova, lugar de Redundo, Santo Tirso, passando pelos concelhos da

[31] FERREIRA, A. de Brum (2002) – *Variabilidade climática e dinâmica geomorfológica*, In, "Publicações da Associação Portuguesa de Geomorfólogos", Vol. 1, APGeom, Lisboa, p.7-15.
[32] RIBEIRO, João Pedro da Cunha (1990) – *Os primeiros Habitantes*, In "Nova História de Portugal - Portugal das Origens à Romanização", Vol. I, (direção de SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira), 1ª edição, Editora Presença, p. 16.
[33] ARAÚJO, Maria da Assunção Ferreira Pedrosa (1991) – *Evolução Geomorfológica da Plataforma Litoral da Região Norte*, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUP, Porto, p. 39.
ARAÚJO, Maria da Assunção Ferreira Pedrosa e Laura Soares (2010) – "O Rio da Memória, Arqueologia no Território do Leça" – *Contexto Geográfico do Território do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 29.
[34] Ver Gráfico 1, Anexo A.
[35] ARAÚJO, Maria da Assunção Ferreira Pedrosa e Laura Soares (2010) – "O Rio da Memória, Arqueologia no Território do Leça" – *Contexto Geográfico do Território do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 32.
[36] Ver Mapa 6, Anexo A.

Trofa, Valongo, Gondomar e Maia, até à sua foz nas freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, a qual foi transformada em porto de mar – Porto de Leixões – nos finais do século XIX. O rio Leça tem como principais afluentes dentro do concelho as seguintes linhas de água: Avessas na freguesia de Leça do Balio, Picoutos em S. Mamede de Infesta, Esposade em Custóias e Lomba em Guifões.[37] Dentro do concelho percorre uma distância de 16 Km, coincidindo por duas vezes com o vizinho concelho da Maia e fazendo a sua drenagem para o Oceano Atlântico.[38] Quanto às restantes linhas de água existentes nesta área, vão realizando a respectiva drenagem de acordo com a sua localização. Leça da Palmeira possui a ribeira da Boa Nova e do Sardoal, e em Matosinhos os ribeiros de Carcavelos e Linhares fazem a sua drenagem directamente para o Oceano Atlântico. Desta malha hidrográfica fazem parte ainda os ribeiros da Riguinha e do Prado, actualmente encanados devido às alterações urbanísticas. Quanto à freguesia da Senhora da Hora, pertence à bacia hidrográfica do Rio Douro, drenando as suas águas através de uma rede de drenagem completamente modificada pela ação antrópica. No extremo Norte do concelho, o rio Onda ou Calvelhe constitui a demarcação com o concelho vizinho de Vila do Conde e a sua bacia hidrográfica abrange a freguesia de Lavra, atravessando exclusivamente zonas rurais. O rio Onda desagua directamente no mar entre Angeiras e Labruge. Por último, na freguesia de Perafita, as linhas de águas mais significativas são os ribeiros de Joane e do Cão, cuja drenagem é feita directamente para o Oceano Atlântico.

Segundo Assunção Araújo, e de acordo com a cartografia geológica, no concelho em questão identifica-se um conjunto de materiais que se podem subdividir em três grupos: Formações superficiais (especialmente do Quaternário), que se concentram na plataforma litoral e ao longo do vale do Leça, as principais manchas de depósitos *in situ*, marcadas na carta geológica, correspondem a dois depósitos, provavelmente Pliocénicos, anteriores ao Quaternário, ou de transição Pliocénico-Pleistocénico, em S. Mamede de Infesta e Padrão da Légua. Mas, para além destes depósitos muito antigos e fluviais, existem mais dois depósitos quaternários de menor dimensão na actual freguesia da Senhora da Hora e no Catassol, na freguesia de Leça do Balio.[39]

A área abrangida por este estudo testemunha directamente uma praia antiga, ou seja, um outro depósito que nos permite registar o nível do mar durante a sua formação. O depósito desta praia está associado ao último período interglaciar (Eemiano) que ocorreu há cerca de 125.000 anos, e localiza-se a Norte do Edifício Transparente, nos limites do concelho do

[37] Ver Mapa 7, Anexo A.
[38] ARAÚJO, Maria da Assunção Ferreira Pedrosa (1991) – *Evolução Geomorfológica da Plataforma Litoral da Região Norte*, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUP, Porto, p. 49.
ARAÚJO, Maria da Assunção Ferreira Pedrosa e Laura Soares (2010) – "O Rio da Memória, Arqueologia no Território do Leça" – *Contexto Geográfico do Território do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 32.
[39] IDEM, *Ibidem*, p. 15.

Porto e Matosinhos. O depósito é constituído por ferro e coberto por uma formação argilosa, que se formou a partir da movimentação de materiais ricos em argila durante o ultimo período frio do Quaternário – Wurm. Isto significa que o depósito ferruginoso que lhe está subjacente corresponde ao estacionamento do nível do mar antes da última glaciação.[40] O facto de se encontrar situado entre 3 a 4 metros acima do nível médio das águas do mar testemunha que o mesmo se encontrava ligeiramente acima do actual, significando também que o clima seria mais quente ou análogo ao actual.[41]

Um outro vestígio, denominado "Formação areno-pelitica",[42] constitui um importantíssimo registo, potenciando um forte contributo para o conhecimento desta área durante o Quaternário. Como tal, e a uma cota superior ao depósito, ou seja, entre 50 e 100 centímetros, encontra-se esta camada de cobertura.[43] Esta camada, ou a sua formação, corresponde a um clima mais frio e húmido, cujas características se assemelham à última glaciação (Wurm).

Durante este fenómeno natural, o clima, principal potenciador destas alterações, provocou extensas coberturas glaciares, como por exemplo na serra da Estrela, do Gerês e da Cabreira. Estes extensos mantos de gelo conservavam no interior dos continentes uma grande quantidade de água no estado sólido. Por essa razão é que o nível do mar foi descendo. Em virtude disso, considera-se que há cerca de 18 mil anos o nível do mar estaria sensivelmente abaixo 120 metros do actual. Isto implicou que a linha da costa se expandi-se entre os 30 a 40 Km para Oeste da actual, conforme se pode observar através do mapa da figura 6[44], no qual estão traçados os limites da costa litoral portuguesa, quer há 18 mil anos, quer atualmente, e no qual se pode observar a extensão do rio Leça e a sua relação com os rios Ave, Cavado e Lima que, de acordo com o estudo realizado, sabe-se que eram afluentes do rio Leça.[45]

Após a análise da questão que esteve na origem das subidas e descidas do nível médio do mar, será feita uma análise, através do quadro da figura 2[46], do registo da evolução do nível do mar a partir dos 140 mil anos, cujo período de tempo corresponde ainda aos finais da glaciação do Riss, no qual foi identificado que o nível do mar estaria a uma conta talvez inferior a 130 metros abaixo do nível atual, verificando-se uma subida e descida rápida, ou seja, uma fase regressiva e uma transgressiva entre o fim desta glaciação e o advento do

[40] ARAÚJO, Maria da Assunção Ferreira Pedrosa e Laura Soares (2010) – "O Rio da Memória, Arqueologia no Território do Leça" – *Contexto Geográfico do Território do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 16.
[41] IDEM, *Ibidem*, p. 16.
[42] *" ... Enquanto se alternavam situações de clima frio e húmido e clima frio e seco, foi-se desenvolvendo a chamada «formação areno – pelítica de cobertura» (COSTA & TEIXEIRA 1957). Esta formação corresponde a uma situação climática em que os fenómenos de gelo/degelo são frequentes. O solo, gelado durante a estação fria pode sofrer uma movimentação lenta após o degelo e arrastar diversos materiais existententes à superfície. Este tipo de movimentação está na origem da concentração de alguns materiais do Paleolítico na dita formação de cobertura…"*, IDEM – Ibidem, p. 16.
[43] Ver Figura 5.
[44] Ver Anexo.
[45] ARAÚJO, Maria da Assunção Ferreira Pedrosa e Laura Soares (2010) – "O Rio da Memória, Arqueologia no Território do Leça" – *Contexto Geográfico do Território do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 16.
[46] Ver Anexo.

último interglaciar do Wurm que, conforme já foi mencionado, ocorreu há cerca de 125 mil anos. Através da leitura do quadro apercebe-se que até ao máximo da glaciação do Wurm, 18 mil anos, o nível do mar foi flutuando sempre com níveis inferiores ao atual. Porém, entre 40 mil e 20 mil, ocorre uma descida abrupta do nível médio do mar, tendo atingido no máximo da glaciação do Wurm há 18 mil anos o nível de -120 metros da cota actual, provocada pela concentração de gelo que deu origem a uma fase regressiva que, num curto espaço de tempo geológico, deu lugar a uma fase transgressiva, ou seja, iniciou-se a transgressão – Flandriana.[47] Todas estas alterações climáticas que ocorreram neste espaço durante o Quaternário significam que os vestígios das comunidades que ocuparam esta zona durante o final do Paleolítico Médio e superior se encontram em zonas hoje submersas. Será esta uma das razões pela qual até ao presente momento não se encontrou vestígios destes períodos, uma vez que esta zona potenciaria a ocupação humana durante as fases frias do Wurm, dado o clima hostil nas áreas montanhosas do interior da Península onde existiam glaciares ativos.[48] Esta transgressão corresponde a um período mais quente, provocando o degelo, inundando a plataforma continental que se encontrava emersa durante a fase da glaciação, verificando-se entre 18 e 16 mil anos uma subida aproximadamente até aos 90 metros. Esta subida aponta para uma melhoria do clima. Porém, num curto espaço de tempo geológico, sensivelmente três mil anos, uma nova alteração surge: o clima fica mais frio e então ocorre uma descida até aos 110 metros, sensivelmente.

Entre os 13 mil e 11 mil anos surge nova alteração climática, com um clima mais ameno, dando origem a uma subida do nível médio do mar, atingindo uma cota de cerca de 40 metros. Conclui-se assim que, num intervalo de tempo de 2 mil anos, o nível do mar subiu cerca de 70 metros. Por volta dos 11 mil anos ocorre nova descida, um novo período frio, marcado pela influência do chamado Dryas recente, promovendo uma descida do nível médio para cerca de 60 metros. Em termos crono-culturais estamos no final do Paleolítico Superior e no início do epipaleolitico. Entre 10 mil e 8 mil anos nova subida ocorre, atingindo uma cota de cerca de 25 metros. Estas oscilações estão relacionadas com períodos quentes e períodos frios, verificando-se uma estabilidade reduzida. Contudo, vai subindo gradualmente até aos cinco mil anos BP (antes do Presente), atingindo a cota atual. A partir daí as oscilações têm sido muito lentas.[49]

Relativamente à litologia, o concelho integra-se no contexto do Maçico Hespérico, constituído por rochas metamórficas, ígneas e sedimentares de idade Precâmbica e Paleozóica, consolidadas aquando dos movimentos hercínios ou variscos. Trata-se de rochas

[47] IDEM, *Ibidem*, p. 17.
[48] BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 34-35.
[49] IDEM, *Ibidem*, p. 15-17.

de três grandes grupos (ígneas, sedimentares e metamórficas) bastante antigas, com mais de 250 milhões de anos. No NW de Portugal, onde está situado o concelho de Matosinhos, predominam as rochas metamórficas e os afloramentos graníticos.[50] As rochas graníticas, que ocupam grande parte da bacia rio do Leça, são do tipo alcalino, de grão médio a grosseiro, leurocrata, de duas micas (granito do Porto), existindo também as rochas do complexo xisto – grauváquico ante ordovícico.[51] O mapa 8[52] representa a constituição litológica do concelho, representado maioritariamente por rochas graníticas (granito do Porto).

Ao longo das margens do Leça encontram-se depósitos do plio-plistocénicos, sob a forma de terraços fluviais, constituídos por areias e cascalheira de calhaus rolados, verificando-se também alguns depósitos de aluviões compostos por areias e lodos fluviais e depósitos argilosos de fundo do vale.[53] Segundo Assunção Araújo e Brum Ferreira[54] a maior parte dos depósitos ditos plio-plistocénicos da plataforma litoral da região do Porto ter-se-ão formado em meio continental. De acordo ainda com esta autora estão agrupados em três conjuntos distintos, tais como: os depósitos acima dos 130 metros coincidentes com o relevo marginal; os depósitos de aspecto fluvial, entre os 130 e 50 metros; e os depósitos de fácies marinha. Após esta divisão e agrupamento dos depósitos do Quaternário, reforça a sua teoria, considerando que os depósitos de fácies continentais ocorrem acima dos 50 metros e que os marinhos se encontram abaixo dos 40 metros.

Tendo em conta a carta de solos e carta de aptidão da terra para a agricultura à escala 1:25.000, para o Entre Douro e Minho realizada em 1987, e de acordo com a sua geomorfologia, o concelho de Matosinhos integra, pelas suas características, as Terras de Aplanação Litorânea, que correspondem à superfície litoral de abrasão marinha, sensivelmente aplanada, com leve pendor para o mar, desenvolvendo-se ao longo de 128 km de costa em faixa relativamente estreita (entre 1 e 12 km). A superfície apresenta dissecação pouco acentuada, com excepção do entalhe profundo do rio Douro, e cotas atingindo frequentemente os 100 m, mas podendo ir até aos 150m.

Na aplanação ocorrem as seguintes formações geo-litológicas: areias de praias e de dunas orlando a costa; depósitos de praias antigas e de formações pelíticas de cobertura; formações de rochas antigas (xistos diversos e granitos) recobertas em grande parte pelas formações detríticas; manchas de aluviões recentes marginando os cursos de água, e coluviões

[50] IDEM, *Ibidem*, p. 32.
[51] IDEM, *Ibidem*, p. 32.
[52] Ver Mapa 8, Anexo A.
[53] Estratégia de Valorização do Vale do Leça em Matosinhos (1999), p. 7.
[54] FERREIRA, A. Brum (1994) – *Uma Tese Moderna sobre o Quaternário do Litoral Minhoto*, In "Finisterra", XXIX, Nº 58, Lisboa, p. 113-114.
ARAÚJO, Maria da Assunção Ferreira Pedrosa (1991) – *Evolução Geomorfológica da Plataforma Litoral da Região Norte*, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUP, Porto.

no fundo de vales côncavos. A Aplanação Litorânea é abrangida em zonas climáticas do Litoral [L] com precipitação entre os 1000 e os 1400 m [L5 e L4].[55]

Consideram-se os seguintes tipos de utilização da terra: uso agrícola (A), florestal (F), incultos (I) e uso social (S), correspondendo este à ocupação de natureza social, nomeadamente de habitações, estruturas urbanas diversas, instalações industriais e áreas anexas, zonas de recreio e diversão, etc.[56] Na Região do Entre Douro e Minho, evidenciam-se, principalmente, os seguintes sistemas de exploração agro-pecuária do território, em concordância com as características do meio e reflectindo os diferentes condicionalismos, nomeadamente os de ordem sócio-económica:

O Sistema de exploração agrícola intensiva da faixa litoral, muito intensivo e diversificado, é caracterizado sobretudo pela forragicultura no período invernal/primaveril seguido de um ciclo estival (quando é possível a rega) para apoio à pecuária leiteira, e a horticultura intensiva com grande expressão, sobretudo na zona da influência do Porto e na proximidade da Costa, para Norte, até ao rio Lima.

Relativamente à pecuária a bovina, têm constituído um sector importante da actividade rural das populações de Entre Douro e Minho, primeiro como gado de trabalho e como fonte de fertilização das terras em cultura e mais recentemente como gado leiteiro, predominantemente no âmbito da exploração familiar e da pequena empresa, especialmente na Aplanação Litorânea e nas Terras Chãs Ribeirinhas, salientando-se cinco freguesias no concelho onde se desenvolve esta actividade, nomeadamente em Lavra, Perafita, Santa Cruz do Bispo, Custóias e Leça do Balio. Como resultado da expansão e intensificação da pecuária leiteira a produção forrageira sofreu uma grande expansão, quer a partir de culturas de Primavera/Verão (sobretudo do milho forragem para silagens), quer a partir de prados para a produção de silagens e fenos ou para pastoreio directo, no Outono/Inverno.[57]

No que diz respeito à silvicultura, as terras com vocação para a exploração florestal correspondem sobretudo às zonas de baixa e média altitude, até aos 800/900m. Nessas áreas, a exploração florestal poderá envolver, pelo menos, a maior parte das terras não agricultadas e, a médio prazo, também grande parte das terras marginais presentemente em aproveitamento agrícola. O pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), até aos 500-600m ou mesmo até 700/800m, é a espécie com maior expansão; acima dos 700/800m e até aos 900/1000m poderá vir a ser o domínio do pinheiro negro (*Pinus nigra*) e a nível altimontano (900-1200m) o do pinheiro-silvestre (*Pinus sylvesteis*). Das folhosas destaca-se o carvalho roble (*Quercus robur*) e o carvalho alvarinho (*Quercus pyrenaica*), o castanheiro (*Castanea sativa*), o vidoeiro (*Betula*

[55] Carta de Solos e Carta de Aptidão da Terra, Matosinhos, 1/25000. Lisboa: Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (1997)
[56] IDEM, *Ibidem*, p. 17.
[57] IDEM, *Ibidem*, p. 18.

celtiberica) na zona altimontana, e os choupos (*Populus spp*), ulmeiros (*Ulmus spp*), freixos (*Fraxinus angustifolia*), salgueiros (*Salix spp*) e amieiros (*Alnus glutinosa*) nas orlas húmidas das ribeiras. O eucalipto tem tido grande expansão, sobretudo em povoamentos mistos (com o pinheiro bravo) na Aplanação Litorânea e estreme, sobretudo ao Sul do Douro, mas mais ou menos por toda a região em altitudes baixas ou médias a baixas.[58]

Independentemente da avaliação feita para as zonas litorâneas, o concelho de Matosinhos corresponde a zonas de baixas altitudes, correspondendo a solos geralmente depressionários, e caracterizado por uma agricultura baseada em sistemas culturais intensivos decorrentes das disponibilidades hidrológicas. Predominam o pinheiro bravo e o eucalipto. Na zona litoral encontram-se manchas florestadas rarefeitas, bem como a presença de alguns exemplares de pinheiros mansos e sobreiros, eventualmente testemunhos de pequenos bosques outrora existentes. Pode dizer-se que a floresta se desagregou, permanecendo pequenos maciços, isolados na paisagem agrícola, de campos abertos. Contudo, as zonas florestais que estabelecem proteção às linhas de água encontram-se protegidas pela REN. As orlas florestais que confinam com campos agrícolas protegendo-os dos ventos dominantes estão sob a proteção da RAN.[59]

A horticultura, por sua vez, é realizada de forma intensiva à base de batata, cebola, cenoura, couves diversas, etc., em cultura mais ou menos contínua, em regadio, geralmente a partir de água subterrânea. Trata-se de um tipo de uso característico em Terras da Aplanação Litorânea, sobretudo nas áreas envolventes dos centros populacionais mais importantes – área litoral de Esposende a Espinho, englobando a Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Maia, Matosinhos, Porto, Gaia e Espinho. Corresponde em geral a explorações pequenas de empresários com um nível técnico limitado, com uma utilização intensiva de mão-de-obra, fertilizações orgânicas e minerais importantes, regas frequentes; a utilização de máquinas é muito reduzida, sendo usadas principalmente na preparação da terra e em transportes; abrange sobretudo solos em areias de dunas ou formados a partir de sedimentos detríticos não consolidados de origem marinha.[60]

O Concelho de Matosinhos integra apenas duas freguesias sob o ponto de vista de rentabilidade agrícola.[61] Para Lavra, corresponde o lugar de Paiço com o Perfil 17Q, com uso de solo para a actividade agrícola, caracterizado como regossolo[62] dístrico espesso,

[58] IDEM, *Ibidem*, p. 19.
[59] Despacho n.º 92/92 (2.ª série), de 17 de Novembro de 1992 – PDM da C.M. Matosinhos, p. 45-46.
[60] Carta de Solos e Carta de Aptidão da Terra, Matosinhos, 1/25000. Lisboa: Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (1997), p. 271.
[61] Ver Mapa 9, Anexo A.
[62] Regossolos (RG); solos de materiais não consolidados, com exclusão de materiais com textura grosseira ou com propriedades flúvicas, não tendo outro horizonte de diagnóstico além de um A úmbrico ou ócrico, sem propriedades gleicas em 50 cm a partir da superfície, sem características de diagnóstico para vertissolos ou andossolos e sem propriedades sálicas. Os regossolos úmbricos apresentam um horizonte A úmbrico, sem camadas permanentemente congeladas até 200 cm, a partir da superfície. Os regossolos dístricos apresentam um horizonte A

considerados solos aptos para a agricultura.[63] Em Agudela, Perfil 29Q, os terrenos são caracterizados como cambissolo húmico – úmbrico pardacento, tendo como uso da terra o milho e a forragem.[64] Em Perafita, Perfil 27Q, apresenta solos com características cambissolo[65] húmico – úmbrico crómico, onde são rentabilizadas as culturas arvenses de regadio (milho).[66] Estas duas freguesias estão integradas na categoria F1, que corresponde à classe de terrenos com fertilidade agrícola moderada a elevada - classe 1, e na categoria A2 com aptidão moderada.[67] Um outro aspeto a considerar e analisado através da carta geológica prende-se com as zonas de aluvião assinaladas no concelho cujos terrenos apresentam uma grande potencialidade agrícola.

Sem este estudo seria inexequível uma investigação assertiva sobre o propósito deste trabalho, considerando também que uma das mais-valias desta investigação foi registar as diferentes alterações ocorridas durante o quaternário, onde ocorreram as grandes transformações climáticas pautadas pela presença dos fenómenos glaciares que influenciaram fortemente a linha evolutiva do espaço e das comunidades a partir de determinado período. Desta forma permitiu analisar a linha da costa na área em estudo e identificar que durante o Paleolítico Superior, ou seja, há acerca de 18 mil anos atrás o nível do mar atingiu uma cota entre 100 e 120 metros, abaixo da atual. Como tal, a plataforma continental terá ficado emersa cerca de 30 a 40 Km. Durante esta fase, verificou-se também que o rio Leça, que atualmente é um rio pouco expressivo, mas, há milhares de anos, tinha como afluentes o rio Ave, Cavado e o Lima, ou seja, durante a fase regressiva do Wurm. A análise espacial permitiu-nos perceber os locais de povoamento durante a Pré-História.

Todas estas alterações climáticas que ocorreram neste espaço durante o Quaternário, significam que os vestígios das comunidades que ocuparam esta zona durante o final do Paleolítico Médio e superior se encontram em zonas hoje submersas. Será esta uma das razões pela qual até ao presente momento não se encontraram vestígios destes períodos, uma vez que esta zona potenciaria a ocupação humana durante as fases frias do Wurm, dado o clima hostil nas áreas montanhosas do interior da Península onde existiam glaciares ativos.

ócrico e um grau de saturação em bases (pelo acetato de amónio) menor que 50% pelo menos entre 20 e 50 cm a partir da superfície; sem congelação permanente até 200cm a partir da superfície.

[63] Carta de Solos e Carta de Aptidão da Terra, Matosinhos, 1/25000. Lisboa: Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (1997), p. 110.

[64] IDEM, *Ibidem*, p. 112.

[65] Cambissolos (CM); solos tendo um horizonte câmbico e sem outros horizontes de diagnóstico além de um A ócrico ou úmbrico, ou um A mólico assentando sobre um B câmbico com grau de saturação em bases menor que 50%, sem propriedades sálicas, sem as características de diagnóstico dos vertissolos ou andossolos e sem propriedades gleicas até 50 cm a partir da superfície; as unidades-solo encontradas nesta Região foram: Cambissolos húmicos e Cambissolos dístricos; os Cambissolos húmicos são cambissolos com um horizonte A úmbrico ou mólico, sem propriedades vérticas, sem propriedades ferrálicas no horizonte B câmbico, sem propriedades gleicas até 100 cm a partir da superfície e sem congelação permanente até 200 cm a partir da superfície; os Cambissolos dístricos possuem um horizonte A ócrico e grau de saturação em bases menor que 50%, pelo menos entre 20 e 50 cm a partir da superfície, sem propriedades vérticas, sem propriedades ferrálicas no horizonte B câmbico, sem propriedades gleicas até 100 cm a partir da superfície e sem congelação permanente até 200 cm da superfície.

[66] Carta de Solos e Carta de Aptidão da Terra, Matosinhos, 1/25000. Lisboa: Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (1997), p. 111.

[67] IDEM, *Ibidem*, p. 279.

Esta caracterização geomorfológica do concelho, permitiu assim entender de que forma os diferentes espaços territoriais foram explorados, a distribuição dos possíveis locais de assentamentos, quer ocasionais, sazonais, ou ainda a prática de um pré-sedentarismo, e que recursos naturais e condições climáticas possuíam para que se desenvolvessem determinadas atividades económicas, sociais ou práticas rituais.

Capítulo II – Os primeiros assentamentos durante o Paleolítico

Principiamos este capítulo com um tema de Vítor Oliveira Jorge sobre a construção de uma Pré-História de Portugal, porque entendemos que os aspetos que realça são fundamentais para o conhecimento das comunidades pré-históricas.

"... uma Pré-História de Portugal, quando um dia se fizer, terá de ter em atenção a extrema diversidade regional do nosso país. Integrado genericamente no mundo mediterrâneo, não deixa de ser, também uma terra atlântica, e como Orlando Ribeiro e tantos outros naturalistas demonstraram, dois ambientes encastoam-se de forma tão íntima no nosso território, que chega a produzir realidades naturais e culturais surpreendentes para quem vem de fora. Norte e Sul, Litoral - interior, terras altas – terras baixas, civilização do granito ou do barro, eis alguns dos pólos, simplificadíssimos, de um tecido complexo, tão complexo que mesmo os especialistas dificilmente se põem de acordo sobre a divisão regional desse multifacetado mosaico. Por certo que a Pré-História da peneplanicie alentejana, não pode ter sido a priori, a mesma da terra minhota, com os seus vales entrecruzados de superfícies aplanadas, uns e outros voltados, em anfiteatro, para o mar.

A mentalidade das pessoas, a sua vida quotidiana, aquilo que comiam e vestiam – e é para esses fenómenos que o pré-historiador está vocacionado (...) E no entanto, nas nossas praias, os homens de todos os tempos encontraram nos seixos rolados pelo mar uma matéria-prima já padronizada pela natureza, fácil de trabalhar, e que de Norte a Sul foi utilizada nos seus instrumentos de ocasião (...).[68]

Vítor Oliveira Jorge

Como tal, é dentro desta realidade, ou seja, deste mosaico multifacetado, que iniciamos esta investigação numa área com características muito peculiares, mas que se integra num todo. Numa primeira fase, o nosso estudo assentou os seus alicerces na pesquisa bibliográfica/fontes orais, no reconhecimento das áreas e na análise dos resultados dos trabalhos arqueológicos realizados. Na segunda fase, foram assinalados os sítios identificados até ao presente no mapa dos sítios arqueológicos[69], verificando-se que as áreas onde se encontraram a maioria dos vestígios se circunscrevem às freguesias próximas da linha da costa atual.

Mas, os vestígios deixados pelas comunidades que povoaram o espaço que compreende o concelho durante a Pré-História são muito escassos até ao presente. Esta ausência estará certamente aliada a diferentes factores, nomeadamente à crescente expansão urbana, à falta de medidas preventivas, e também no que diz respeito à investigação arqueológica, apesar de muitos dos achados encontrados terem sido referidos e documentados

[68] JORGE, Vítor Oliveira (1990) – *Introdução,* In "Nova História de Portugal - Portugal das Origens à Romanização", Vol. I, (direção de SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira), 1ª edição, Editora Presença., p. 10-11.

[69] Ver Anexo G. Na tabela as freguesias estão ordenadas por ordem alfabética e, dentro desta ordem, por períodos crono-culturais, começando pelo mais antigo que corresponde à Pré-História antiga.

por diferentes investigadores referidos anteriormente. Um outro aspecto a considerar é a carência de projectos de investigação e, também, o facto de nem sempre serem publicados os resultados provenientes de alguns trabalhos realizados. Estes hiatos são impeditivos do avanço do conhecimento científico.

Com o desenvolvimento da arqueologia pré-histórica foi possível, subdividir o Paleolítico em três fases, com base nas características morfológicas e técnicas dos artefactos encontrados em contexto de escavação ou recolhas de superfície. O Paleolítico em Portugal desenvolveu-se ao longo de diversas fases análogas às referenciadas para o resto da Europa. A sua divisão clássica compreende três grandes etapas, sendo a primeira e a mais extensa denominada Paleolítico Inferior, compreendido sensivelmente entre 800.000 e 200.000 mil anos e correspondendo ao momento do aparecimento e desenvolvimento do género *Homo*. No contexto da escala do tempo geológico o Paleolítico desenvolveu-se durante o Quaternário, abrangendo essencialmente o Pleistocénico, período que teve início há cerca de 2,6 Ma[70] e que se caracteriza por uma grande variabilidade climática. Este longo percurso da Pré-História conhece mais dois períodos culturais: o Paleolítico Médio e o Paleolítico Superior. O Pleistocénico encerra o seu ciclo com o advento de uma nova fase, denominado Holocénico, que regista o fim da última glaciação – Wurm – que terá terminado sensivelmente entre os 11.500 e os 10.000 anos.[71]

As primeiras comunidades que povoaram este concelho durante o Paleolítico estiveram sujeitas a grandes alterações climáticas motivadas pelas glaciações e interglaciações. Estes fenómenos provocaram diferentes oscilações do nível do mar, nomeadamente as fases transgressivas que correspondem a períodos interglaciários, caracterizadas por um clima mais ameno e, como consequência directa, por uma subida do nível do mar. As fases regressivas correspondem a períodos glaciares representadas por um clima mais frio, gerando a descida das águas e, consequentemente, o aumento da linha da costa. Estas fases causaram grandes alterações geomorfológicas e uma certa instabilidade na ocupação dos grupos, ou seja, nos ecossistemas. Em virtude disso, as comunidades de caçadores-recolectores do Paleolítico e do pós-glaciário que se instalaram no espaço português devem ter delineado diferentes estratégias de sobrevivência em estreita correlação com as características económicas e exploração/captação dos recursos potencialmente

[70] O JSC-INQUA Quaternary Task Group recomendou, em 2005, que o Quaternário fosse definido como uma divisão formal da escala de tempo geológico, sendo-lhe atribuída uma "posição" de "Período" ou "Sub-Era" no contexto do Cenozóico. Foi ainda considerado que o seu limite inferior (definido habitualmente aos 1.8 Ma) deveria ser alterado, passando a abranger o Gelasiano (último andar do Pliocénico) e, portanto, os últimos 2,6 Ma. Em Junho de 2009, o Comité Executivo da Internacional Union of Geological Sciences (IUGS) ratificou formalmente esta proposta, mas a discussão permanece em aberto.

[71] BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 33.

disponíveis ou capturáveis, tendo sempre presente os factores climáticos dos quais dependia a sua sobrevivência e evolução.[72]

2.1 – Paleolítico Inferior

Admite-se que estes grupos humanos seriam nómadas, viveriam só da recolecção de frutos silvestres, de plantas e complementariam a sua dieta de animais pequenos, mas também de grandes animais mortos casualmente por outros predadores.[73]

As indústrias atribuíveis ao Paleolítico Inferior para o litoral Norte eram quase sempre constituídas por objectos talhados a partir de seixos rolados de quartzito e quartzo (a definirem um gume cortante) provenientes de recolhas de superfície em zonas próximas do litoral e quase sempre próximo de depósitos do Quaternário. Pelas características técnicas e tipológicas, estas indústrias com bifaces são classificadas como indústrias Acheulense. Abundantes são também os seixos talhados uni e bifacialmente.[74] Um outro aspeto importante a considerar está relacionado com a concentração de materiais líticos em determinados sítios, nomeadamente os núcleos para extração de lascas, cuja presença pode potenciar a existência de uma oficina de talhe, uma vez que era a partir destes seixos que se construíam os instrumentos de trabalho do homem do Paleolítico, usado na caça e na recolecção.

No estudo desenvolvido recolheu-se informações de achados de superfície, assim como materiais recolhidos em depósitos de praia, terraços fluviais ou coluviões que evidenciam as ocupações durante o Paleolítico Inferior. A existência destes materiais líticos são documentados desde o início do século XX e foram recolhidos por Ruy de Serpa Pinto na jazida da Boa Nova em Leça da Palmeira, apontando para uma cronologia que se insere nas indústrias macro - líticas do "acheulense.[75] Mendes Correia publica, em 1935, num dos seus trabalhos, uma fotografia deste achado, assim como uma carta relativa à área do Porto para os períodos da pré e proto-história na qual regista[76], entre outros locais com vestígios relativos a diferentes períodos cronológicos, os locais de Boa Nova e as áreas que se estendem a partir daqui até Vila Nova de Gaia.

No ano de 1945 Georges Zbyszewsk refere que "*…na faixa onde se desenvolvem os níveis de praia Tirrenianos,*[77] *entre a Boa Nova (Leixões) e a Granja (V. Nova de Gaia) as áreas de maior interesse arqueológico desta faixa… são o farol da Boa Nova, Leça da Palmeira, Lavadores e Granja (VNG), foi possível recolher objectos integráveis em diferentes*

[72] CARDOSO, João Luís (2002) – *Pré-História de Portugal*, Lisboa: Editorial Verbo, p. 47-49.
[73] BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 34.
[74] RODRIGUES, Sérgio Monteiro (2000) – *A Pré-História Antiga da Região do Porto: síntese bibliográfica*, In "Revista Al – Madan", IIª série, n.º 9, p. 74-77.
[75] Esta indústria surgiu na África Oriental, há cerca de 1,4 milhões de anos, representada por instrumentos que produziam os bifaces e que os usavam na sua actividade recolectora.
[76] Ver Carta 1, Anexo C.
[77] Estes níveis correspondem ao ciclo interglaciar do Mindel/Riss.

"séries", correspondentes ao " Acheulense antigo de fácies micro-lusitana"…".[78] Esta investigação de Zbyszewsk corrobora o trabalho de Mendes Corrêa e de Ruy de Serpa Pinto.

Este sítio volta a ser documentado por Carrigton da Costa e Carlos Teixeira, aquando da publicação da Carta Geológica de Portugal de 1957, fazendo uma referência à existência de instrumentos pré-históricos na zona da Boa Nova.[79] Mais tarde, Joaquim Neves dos Santos, um autodidacta concelhio que investigou sobre a história local, faz alusão numa das suas obras[80] aos achados líticos da Boa Nova. Numa investigação levada a cabo por Ana Bettencourt, no âmbito de uma exposição *"O Rio da Memória – arqueologia no território da bacia do Leça"* organizada pela CMM/Gabinete Municipal de Arqueologia e História de Matosinhos, em 2009, aponta para a presença de comunidades do Paleolítico Inferior neste local, denominando o sítio como a jazida do Farol da Boa Nova.[81] Na nossa investigação registamos este sítio cronologicamente na Pré-História, designando-o como Boa Nova.[82]

Um outro sítio inventariado para este período cronológico, em 1962, é o do Estuário do Leça /Doca nº2 /Alfândega[83] e o da Barreira[84], identificado no âmbito de sondagens geológicas realizadas aquando da construção de uma das docas do Porto de Leixões, onde foram recolhidos diversos materiais pela equipa que Leonor de Pina liderava.[85] Desta forma, foi possível estudar o ambiente de deposição do estuário e a sua evolução nos últimos tempos do Quaternário.[86] A área intervencionada corresponde a toda a extensão da Doca nº. 2, tem como limites a Ponte Móvel a Poente e a Este a rotunda junto à estação metro.[87] Durante a construção da doca foram removidos grandes quantidades de materiais acumulados pelo rio Leça na parte final do vale, originados durante a última Glaciação do Wurm. Segundo Leonor de Pina, os materiais líticos encontrados no decurso das sondagens, quer nos cortes ou à superfície, apresentam características com *"… fácies paleolíticas…"*. Acrescenta ainda nas suas conclusões que *"… as indústrias líticas da foz do Leça são predominantemente constituídas por peças de talhe fruste, provavelmente de factura e utilização ocasionais, atribuíveis a populações cuja economia assentaria sobre a recolecção de moluscos e outros produtos das orlas marinhas, facto esse comprovado pela frequência com que aparecem estas peças rudimentares talhadas em cascalheiras de praia. As mais antigas não podem atribuir-*

[78] RODRIGUES, Sérgio Monteiro (2000) – *A Pré-História Antiga da Região do Porto: síntese bibliográfica*, In "Revista Al – Madan", IIª série, n.º 9, p. 74-77.
[79] RODRIGUES, Sérgio Alves, (2006) – *História do Douro e do Vinho do Porto*, coordenação de Carlos A. Brochado de Almeida, Edições Afrontamento, p. 43-47.
[80] SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 47.
[81] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 33.
[82] BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 33.
[83] Designado por nós como Estuário do Leça / Doca nº 2 / Alfândega.
[84] Ver Anexo H, Fichas de Sítios Nº 42 e 43.
[85] PINA, Henrique Leonor (1961) – *Nota sobre as indústrias líticas da Foz do Leça*, Boletim do Museu e Laboratório Geológico da Faculdade de Ciências de Lisboa, nº9, Lisboa, p. 75-86.
[86] CARVALHO, A.M. Galopim de e RIBEIRO, A.M. (1962) – *Geologia dos depósitos pós-wurmianos da Foz do Leça*, In "Separata do Boletim do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências", Lisboa, 9 (1), p. 53-74.
[87] Ver Planta 1, Anexo B.

se a data posterior ao interglaciar Riss-Wurm (entre 300 mil e 125 mil anos), ao passo que as mais recentes seguramente localizadas, poderão atribuir-se a período posterior ao máximo da glaciação wurmiana (que ocorreu sensivelmente há 20 mil). Todas as outras não têm atribuição segura".[88] Segundo o autor, estes materiais enquadram-se no período crono-cultural entre o Paleolítico Inferior, médio e superior, ou seja, são culturas com características tecno-morfológicas do Pleistocénico.

Henrique Leonor de Pina, relativamente ao enquadramento cronológico-cultural das indústrias líticas, opta pela não utilização do "método das patinas" (muito em voga na época), baseando-se antes em critérios fundamentalmente estratigráficos. Assim, a atribuição dos diversos conjuntos artefatuais ao Acheulense, Languedosense e Ancorense/Asturiense apoia-se, não apenas no grau de desgaste dos materiais, mas também no posicionamento que eles ocupam nas diferentes formações identificadas.[89]

As considerações finais de Leonor de Pina sobre este sítio são de facto muito importantes para o conhecimento historiográfico concelhio. Admite que a sequência dos depósitos do vale wurmiano do Leça parecem indicar a subida progressiva do nível do mar ocorrida após o máximo da Glaciação do Wurm, segundo o investigador há cerca de 25 mil anos. Porém, estudos recentes apontam que este máximo terá ocorrido entre 20 e 18 mil anos, de forma gradativa, atingindo uma altitude de 8 metros verificando-se, de forma gradual, uma alteração relacionada com a transgressão flandriana. O clima alterou-se, ficou mais seco e mais frio, logo o nível do mar baixou para uma altitude entre os 10 e 12 metros, provocando um encaixamento do rio nas suas próprias aluviões e, concomitantemente, arrastou os materiais grosseiros.

Durante este fenómeno regressivo formou-se um segundo braço do rio Leça, originando uma pequena ilhota granítica. Tendo esta regressão terminado a um nível entre 10 e 12 metros por uma pequena pausa, "*…talvez relacionada com o patamar existente àquela altitude; as concentrações de calhaus rolados, que sobre este se encontram poderiam provir do desmantelamento da praia grimaldiana existente na margem Sul"*[90] (sítio da Barreira). Refere o autor desta investigação que este fenómeno não deve ser alheio à chamada «oscilação do Allerode», que ocorreu sensivelmente há 14 mil anos. Tendo-se seguido a esta pausa uma nova variação climática, com um clima mais quente e mais húmido. Devido à presença desta ilhota verifica-se a jusante a presença de areias finas bem roladas associadas aos lodos. Com a subida do nível das águas, as ações referidas anteriormente prosseguem para

[88] PINA, Henrique Leonor (1961) – *Nota sobre as indústrias líticas da Foz do Leça*, Boletim do Museu e Laboratório Geológico da Faculdade de Ciências de Lisboa, nº9, Lisboa, p. 75-86.
[89] RODRIGUES, Sérgio Monteiro (2000) – *A Pré-História Antiga da Região do Porto: síntese bibliográfica*, In "Revista Al – Madan", IIª série, n.º 9, p.77.
[90] CARVALHO, A.M. Galopim de e RIBEIRO, A.M. (1962) – *Geologia dos depósitos pós-wurmianos da Foz do Leça*, In "Separata do Boletim do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências", Lisboa, 9 (1), p. 72.

montante. Acrescenta ainda que *"... a transgressão teria continuado até, muito provavelmente, ao nível + 2 metros, geralmente admitido para o ótimo Flandriano..."* provocando a submersão da ilhota granítica.

Este ótimo, estabelecido entre 8 e 10 mil anos, conduziu a uma nova regressão – Dunkerquiano – que por sua vez conduziu a um abaixamento do nível até cerca de 5 metros, provocando, nos dois braços do rio, um rebaixamento do leito nas próprias aluviões. Após este episódio regressivo, surge uma fase transgressiva até à atualidade.[91]

O gráfico 1 e 2[92] registam as percentagens das peças encontradas em ambos os sítios (Estuário do Leça /Doca nº2/Alfândega e Barreira), quanto à forma e à técnica do talhe. Relativamente à tipologia das formas verifica-se uma percentagem de 34,4% para os ovóides e para as formas ovais de 28%. Quanto ao talhe, os seixos unifaciais apresentam 82,6% e os com talhe bifacial apenas 17,7%.[93] Das 175 unidades mencionadas não existe qualquer vestígio, apenas o registo escrito. Relativamente aos materiais encontrados, Sérgio Rodrigues, enquadra-os na indústria Acheulense.[94] Esta indústria insere-se dentro das técnicas utilizadas durante o Paleolítico Inferior. Ana Bettencourt, no âmbito de uma investigação para a exposição já referida anteriormente, aponta para a presença de comunidades do Paleolítico Inferior neste local, denominando os sítios como as Jazidas do Depósito da Alfândega e da Doca N.º 2 do Porto de Leixões.[95] No nosso estudo designamos o local como: Estuário do Leça/Doca n.º 2/Alfândega.

O sítio "Almeiriga (Área B)/ Petrogal" em Perafita, foi identificado no âmbito de uma obra para ampliação de instalações, tendo sido já assinalado por Joaquim Neves dos Santos, em 1959, com uma possível ocupação que se enquadra na Pré-História recente. O local intervencionado situa-se no interior do perímetro da Refinaria da Petrogal em Leça da Palmeira e corresponde a Área B, sítio da Almeiriga, – Zona de construção dos Tank Far Units, conhecido localmente como o Monte das Panelas. Dos materiais líticos recolhidos durante o acompanhamento arqueológico, destacam-se os seixos talhados, núcleos para a extracção de lascas, um pico sobre seixo de quartzo e um biface talhado em quartzito.[96] Como foi referido, Neves dos Santos identificou o sítio, sinalizando-o como uma ocupação integrada na Pré-História recente. Porém, os resultados das sondagens arqueológicas realizadas neste

[91] IDEM, *Ibidem*, p. 70,71,73.
[92] Ver Anexo B.
[93] PINA, Henrique Leonor (1961) – *Nota sobre as indústrias líticas da Foz do Leça*, Boletim do Museu e Laboratório Geológico da Faculdade de Ciências de Lisboa, nº9, Lisboa, p. 75-86.
[94] RODRIGUES, Sérgio Monteiro (2000) – *A Pré-História Antiga da Região do Porto: síntese bibliográfica*, In "Revista Al – Madan", IIª série, n.º 9, p. 74-77.
[95] BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 33.
[96] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 49.
BARBOSA, Rui e FERREIRA, Nuno Miguel (2008) – *Projecto de Conversão da Refinaria do Porto (Leça da Palmeira - Matosinhos)*, Relatório Preliminar, Palimpsesto – Estudo do Património Cultural Lda., Coimbra, p. 14-15.
BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 33.

local, no âmbito dos trabalhos de ampliação de instalações, revelaram que o sítio apresenta vestígios que apontam para uma ocupação que se integra na Pré-História antiga, na qual estão inscritos os períodos convencionalmente designados como Palelolitico inferior, médio e superior.

Um outro local com materiais líticos que, pela sua tipologia, se inserem neste período cronológico, surge após uma avaliação feita por nós em Julho de 2010 aos materiais provenientes de um acompanhamento arqueológico realizado no Centro Histórico de Leça da Palmeira, em 2008. Ao reanalisar-se os trinta e sete materiais líticos exumados, identificamos, com a colaboração de Sérgio Rodrigues, entre outros, um biface em quartzo, um hachereau e um triedro.[97] Estes achados constituem diretores que conduzem a uma nova leitura relativa à ocupação do espaço em estudo para o período considerado, ou seja, para o Paleolítico Inferior. À semelhança dos materiais encontrados no Centro Histórico de Leça da Palmeira e na área B, em Perafita, os paralelos mais próximos desta área foram descobertos por Sérgio Rodrigues, no âmbito de uma investigação levada a cabo na Estação do Cerro em Vila Nova de Gaia, assinalando que Russel Cortez e D. Domingos Pinho Brandão já tinham assinalado a existência neste local (estação do Cerro) de vestígios atribuíveis ao Paleolítico. O que veio a confirmar durante a intervenção que realizou e na qual foram encontrados, entre outros, materiais líticos tipicamente Acheulense, tais como: bifaces, hachereaux e triedros, com a diferença de que estes foram exumados durante as escavações arqueológicas realizadas na Estação Arqueológica do Cerro, enquanto que os materiais do Centro Histórico foram exumados em contexto de sondagens.[98]

2.2 – Paleolitico Médio

Para o Paleolítico Médio em Portugal, protagonizado pelo Homem de *Neanderthal,* a datação apontada é de ±200.000 e 30 000 mil anos. Durante estes cerca de 170.000 anos, o clima sofreu diferentes alterações como o fim do Glaciar Riss, seguido do Interglaciar Riss/Wurm. Este fenómeno provocou uma fase transgressiva, fomentando necessariamente diferentes alterações geomorfológicas como o recuo da linha da costa na zona litoral. O Paleolítico Médio caracteriza-se pela existência de uma indústria típica designada por Mustierense, que se define pelo grande número de utensílios sobre lasca, raspadores, núcleos discóides, lascas com talão facetado e lascas l*evallois*, verificando-se uma forte diminuição do

[97] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 34, Tabela 2.
[98] RODRIGUES, Sérgio e João Pedro Cunha Ribeiro (1991) – *Estação Paleolítica do Cerro – Madalena, Vila Nova de Gaia*, In Revista da Faculdade de Letras: História, 2.ª Série, Vol. VIII, 1991, p. 411-428.
RODRIGUES, Sérgio Monteiro (2000) – *A Pré-História Antiga da Região do Porto: síntese bibliográfica*, In "Revista Al – Madan", IIª série, n.º 9, p. 74-77.

número de bifaces e de machados. Durante este período, as indústrias utilizam a técnica de Levallois.[99]

O homem do Paleolítico Médio, para corresponder às suas necessidades primárias, desenvolveu de forma não especializada uma economia de caça e recolecção, organizando-se em grupo de acordo com as distâncias e as disponibilidades alimentares da região. Segundo Vítor Oliveira Jorge, relativamente à caça, o facto de produzirem uma nova utensilagem, associada ao uso das novas técnicas, permitia a captura de diversos animais de médio e pequeno porte.[100]

Os vestígios encontrados no concelho para este período são até ao presente raros. Identificaram-se na Praia da Forcada Angeiras Sul, Lavra, num terraço Eemiano[101], que corresponde ao interglaciar Riss/Wurm (informação de Assunção Araújo). Este terraço indica a presença de uma praia antiga na qual foi encontrado, entre outros materiais, um núcleo discóide em quartzito sobre seixo rolado.[102] Segundo Ana Bettencourt, e no âmbito da investigação que realizou em 2009, designou o sítio como a Jazida da Praia de Angeiras.[103] No nosso estudo designamos o local como Forcada/Praia de Angeiras, perpetuando desta forma o registo toponímico.

Um outro vestígio foi encontrado nos limites entre Matosinhos e o Porto, localizando-se a cerca de 300 metros do edifício transparente em plena praia.[104] Trata-se de uma praia também com cerca de 125 mil anos. Este depósito marinho é composto por níveis de calhaus bem rolados e achatados com aspecto marinho.[105] A figura 8 corresponde a um registo dos anos 70 do século XX e na qual é possível analisar a faixa da plataforma litoral entre os limites dos concelhos do Porto e de Matosinhos, dentro dos quais se insere a Praia antiga do Prado e os sítios de Real, Parque da Cidade e Castelo do Queijo. Neste registo a proximidade dos mesmos, e os materiais encontrados, implica uma leitura conjunta dos sítios referidos.

As referências documentais alusivas aos achados Paleolíticos nesta área são diversas, desde Mendes Correia, Ruy de Serpa Pinto, Joaquim Fontes, Russel Cortez, Fernando Lanhas Lanhas, D. Domingos Pinho Brandão. Mas, os primeiros trabalhos devem-se ao Engº. Vasconcelos Ferreira Cabral, realizados na primeira metade do século XIX, quando procedia

[99] RIBEIRO, João Pedro da Cunha (1990) – *Os primeiros Habitantes*, In "Nova História de Portugal - Portugal das Origens à Romanização", Vol. I, (direção de SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira), 1ª edição, Editora Presença, p. 52.
Conceito Levallois – concepção de fabrico de instrumentos sobre lascas de tal modo que as formas das lascas pretendidas se encontra pré-determinada pelas operações de formatação efectuadas no núcleo; tem vários métodos operativos, modalidades de gestão de núcleos, cadeias operatórias diferenciadas e, por fim, técnicas de talhe e de retoque.
[100] RIBEIRO, João Pedro da Cunha (1990) – *Os primeiros Habitantes*, In "Nova História de Portugal - Portugal das Origens à Romanização", Vol. I, (direção de SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira), 1ª edição, Editora Presença, p. 52-59.
[101] O Eemiano corresponde ao último período interglaciar antes do Wurm.
[102] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 11.
BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 34.
[103] Ver Figura 7 em Anexo.
[104] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 41.
[105] ARAÚJO, Maria da Assunção Ferreira Pedrosa e Laura Soares (2010) – "O Rio da Memória, Arqueologia no Território do Leça" – *Contexto Geográfico do Território do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 37.

a um estudo sobre os depósitos superficiais da Bacia do Douro descobriu, a 130 metros para Sudeste do Castelo do Queijo, alguns seixos quatziticos com lascamento. Segundo o mesmo, eram indústrias humanas do tipo de outras encontradas em França de época paleolítica.[106] Uma outra referência que é feita por Joaquim Fontes[107] aos achados encontrados nesta zona, é que a lamina de sílex teria sido descoberta no interior do fosso do Castelo.

Um outro investigador, Georges Zbyszewsk, no âmbito das suas investigações, em 1942, sobre o Quaternário em Portugal e sobre a classificação do Paleolítico, faz referência aos materiais líticos que ele próprio encontrou no Castelo do Queijo. Em 2001, foi realizada uma intervenção arqueológica na Avenida Marginal do Parque da Cidade do Porto, junto ao Castelo do Queijo, pela empresa ERA-Arqueologia e no âmbito deste acompanhamento arqueológico foram identificados depósitos geológicos de cascalheiras com materiais líticos talhados. Estas peças, na sua maioria em quartzo ou quartzito, incluindo também algumas peças em sílex, localizavam-se junto a antigos canais erosivos, de antigas linhas de água, detetados durante a escavação. O sítio onde está implantado o atual Parque da cidade do Porto corresponde a formações de depósitos fluviais e depósitos marinhos da faixa litoral.[108] Pelo exposto, corroboramos a hipótese de Georges Zbyszewski quando no âmbito das suas investigações refere o seguinte: *" ... na faixa onde se desenvolvem os níveis de praia Tirrenianos, entre a Boa Nova (Leixões) e a Granja (*V. Nova de Gaia[109], as áreas de maior interesse arqueológico desta faixa, referidas pelo autor são o farol da Boa Nova, Leça da Palmeira, Lavadores e Granja (VNG)*.), foi possível recolher objetos integráveis em diferentes "séries", correspondentes ao " Acheulense antigo de fácies micro-lusitana", " Acheulense médio", Acheulense Superior" e Languedocense".*[110] As zonas descritas inserem-se nesta área.

2.3 – Paleolítico Superior

O Paleolítico Superior aparece na Europa entre 40.000 e 11.000 anos protagonizado pela presença do homem moderno (*Homo Sapiens Sapiens)*. Relativamente ao Paleolítico Superior português, a primeira referência feita à existência deste período foi levada a cabo por Henri Breuil, em 1918, no âmbito das suas investigações.[111]

Em Portugal este período revela um maior número de vestígios arqueológicos em comparação com os períodos antecedentes, fenómeno válido para o resto da Europa. A

[106] SILVA, Fernando Augusto Pereira da Silva (1984) – *Arqueologia 10 - A Pré-História na zona urbana da cidade do Porto*, Porto, p. 4-12.
[107] RODRIGUES, Sérgio Monteiro (2000) – *A Pré-História Antiga da Região do Porto: síntese bibliográfica*, In "Revista Al – Madan", IIª série, n.º 9, p. 74-77.
[108] SILVA, Fernando Augusto Pereira da Silva (1984) – *Arqueologia 10 - A Pré-História na zona urbana da cidade do Porto*, Porto, p. 4-12.
RODRIGUES, Sérgio Monteiro (2000) – *A Pré-História Antiga da Região do Porto: síntese bibliográfica*, In "Revista Al – Madan", IIª série, n.º 9, p. 74-77.
[109] IDEM, *Ibidem*.
[110] IDEM, *Ibidem*.
[111] RIBEIRO, João Pedro da Cunha (1990) – *Os primeiros Habitantes*, In "Nova História de Portugal - Portugal das Origens à Romanização", Vol. I, (direção de SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira), 1ª edição, Editora Presença.
BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 33.

verdade é que as condições climáticas proporcionaram, para o Paleolítico Superior, melhores condições que, por sua vez, conduziram estas comunidades, não só a um aperfeiçoamento das técnicas e dos recursos disponíveis, como também na ocupação de novos espaços. Estas transformações promoveram um avanço significativo, direccionado para o desenvolvimento material e intelectual.

Quanto ao concelho em questão, num estudo recente realizado por Ana Bettencourt é referido que se desconhecem sítios atribuíveis a este período, adiantando que se deverá atribuir esse facto a vários factores, talvez há ausência de investigação mas também devido a factores climáticos.[112] A figura 6[113] representa a linha da costa relativa aos últimos tempos do Paleolítico Superior, ou seja, há cerca 18 mil anos, verificando-se que o espaço geomorfológico era completamente díspar, e que o rio Leça seguia uma direção mais para Norte e tinha como afluentes os rios Ave, Cavado e o Lima. Completa-se esta constatação com a leitura do gráfico representado na figura 3,[114] no qual estão representadas as variações do nível do mar desde o último interglaciar do Wurm, ou seja, desde o Paleolítico Médio até ao nível actual. Verifica-se, através da leitura deste gráfico, que desde há cerca de 140 mil anos surgiu um pico elevado, ou seja, uma transgressão, mas que rapidamente se deu o inverso, nova regressão surge, com o último interglaciar, verificando-se que as alterações sequentes são inconstantes até sensivelmente ao início do Paleolítico Superior e que é durante este período que ocorre nova mudança significativa na estrutura geomorfológica. Perante esta evidência, os vestígios relativos a estas comunidades estarão certamente soterrados. Ana Bettencourt acrescenta ainda que, devido a estas deteriorações climáticas, as comunidades do Paleolítico Superior deveriam procurar zonas de interior mais abrigadas.[115]

As indústrias associadas ao Paleolítico Superior Europeu são o Perigordense, caracterizado pelas "facas" de dorso abatido curvo. Com o Aurinhacense surge a indústria do osso e do chifre. Cerca de 19 500 a. C. aparece, na região clássica do Sudoeste francês, o Solutrense, que representa o apogeu do trabalho do sílex, produzindo-se as pontas de seta em forma de folha de loureiro, de salgueiro, as pontas "à cran". Por fim, o Madalenense, última etapa do Paleolítico europeu, leva o trabalho do osso e do chifre ao seu expoente máximo e ao mesmo tempo surgem verdadeiras obras-primas na arte parietal e móvel.[116]

---

[112]DIAS, J.M. Alveirinho (1997) – *A história da evolução do litoral português nos últimos vinte milénios*, Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente, Universidade do Algarve, p. 164.
BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 34.
Http://es.oocities.com/bauldeapuntes/Arqueologia1.doc
[113] Ver Anexo.
[114] Ver Anexo.
[115] BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 34-35.
[116] IDEM, *Ibidem*

A utensilagem alargou o tipo de material usado, pois é frequente descobrir objectos em osso e em chifre ao lado do tradicional uso da pedra. Paralelamente, verificou-se um melhoramento crescente na sua fabricação, designadamente no tipo de talhe, originando a proliferação de lâminas muito alongadas e de objectos mais especializados como os raspadores, buris e furadores.[117] Nos finais do Paleolítico Superior, considerado como um período de transição climática do final do Pleistocénico, e encarado também como o término das comunidades dos últimos caçadores-recolectores aos primeiros produtores de alimentos, emerge uma nova fase da história da humanidade.

Segundo Susana Oliveira Jorge, as recentes condições ambientais do Holocénico determinaram, para além do global aquecimento climático e do advento da floresta e da fauna temperada, o aparecimento de contrastes ecológicos consideráveis entre a Ibéria «húmida» e a Ibéria «seca». Esta realidade, sujeita a determinados factores como a proximidade do mar, a latitude e altitude, fez despontar uma *"Península Ibérica espartilhada"* entre zonas com formações vegetais mistas e áreas com florestas de folha caduca. Simultaneamente, a fauna temperada adaptou-se à nova realidade e a *"transgressão flandriana fez recuar a linha da costa"*. Portanto, estas modificações ambientais estão muito provavelmente na origem de novas estratégias de subsistência de ocupação territorial.[118]

Para o período cronológico em ênfase, como já foi referido, os vestígios são desconhecidos. Contudo, e no âmbito do POOC-Plano de Ordenamento da Orla Costeira, realizado em 2008, pela C.M.M., foram executados diversos trabalhos arqueológicos, como prospecção sistemática e sondagens em determinados sítios com potencialidades arqueológicas, desde a área da Boa Nova até à Praia da Forcada em Angeiras, Lavra. Um dos sítios com potencialidades arqueológicas localiza-se numa zona de dunas na Praia da Agudela, onde já tinham sido encontrados vestígios conotados com a época romana. Após as sondagens foi identificado, entre outro espólio com características da época Moderna e Contemporânea, um seixo em quartzito talhado de forma unifacial a uma profundidade de 4,27 metros. O sedimento que envolvia este artefacto caracteriza-se por uma terra ligeiramente argilosa, de cor castanha muito escura, com inclusões fracas de carvões.[119]

De acordo com Marta Piedade, que acompanhou estes trabalhos, o seixo de quartzito apresenta um talhe unifacial com levantamentos bilaterais, não muito profundos. Pelas suas características, poderá ser enquadrado nos períodos do Paleolítico Superior/EpiPaleolítico. A sua existência neste local permite-nos avançar com a possibilidade da presença Humana na

[117] IDEM, *Ibidem*
[118] JORGE, Susana Oliveira (1990) – *Dos Últimos Caçadores-Recolectores Aos Primeiros Produtores de Alimentos*, In "Nova História de Portugal – Portugal das Origens à Romanização", Vol. I, (direção de SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira), 1ª Edição, Editora Presença, p. 76-80.
[119] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 10.

área em estudo. No entanto, pela falta de elementos, não poderemos precisar se os indivíduos se encontravam neste local apenas de passagem ou noutro género de ocupação.[120] Relativamente à cronologia parece-nos mais seguro enquadrá-los nas tipologias apontadas durante o Pleistocénico ou inícios do Holocénico. Ana Bettencourt, designa este sítio como a Jazida da Agudela.[121] O designativo que usamos para este local é o Sítio da Praia da Agudela, uma vez que os vestígios foram encontrados na praia. Mas, atendendo à sua cronologia, o local investigado corresponderia não a uma praia mas sim à plataforma continental, uma vez que a linha da costa tinha avançado cerca de 40 km.

Para além dos sítios já referidos anteriormente, quer através dos documentos escritos, quer em contexto de trabalhos arqueológicos, registamos ainda os sítios que pela descrição dos registos apontam para uma cronologia que se enquadra na Pré-História antiga e nos quais foram recolhidos materiais. Referimo-nos ao sítio de Real de Baixo[122], onde foi encontrado um seixo talhado.[123] Relativamente ao sítio de Manhufe, Ana Bettencourt, insere-o nos locais com vestígios relacionados com a Pré-História, denominando-o como a Jazida do Alto de Manhufe[124], consideramos o local como o Sítio de Manhufe. Também Sérgio Rodrigues, num artigo publicado na revista *Al-Madan*, em 2000, sob o tema "*A Pré-História Antiga da Região do Porto"* cita a investigação de Rui de Serpa Pinto, tendo o investigador recolhido à superfície materiais, que pela sua tipologia, se enquadravam neste período cronológico.[125]

Perante as evidências, poder-se-á levantar a hipótese dos materiais recolhidos nas sondagens geológicas realizadas antes da construção da doca n.º2 do Porto de Leixões, serem provenientes do sítio de Manhufe. Por outro lado, Joaquim Neves dos Santos regista ali um possível povoado de comunidades recolectoras (?) e Rui de Serpa Pinto recolheu também aí um pico classificando-o como Asturiense.[126] Prospeções recentes levadas a cabo pelo GMAHM neste local, em 2011, também permitiram a recolha à superfície de dois seixos talhados. Contudo, a hipótese levantada é inconclusiva, uma vez que os dados disponíveis são insuficientes para validar, ou não, a sua correlação.

[120] FONSECA, Vítor e TEXEIRA, Ricardo; FONSECA, Jorge; PIEDADE, Marta; PIRES, Conceição e VARELA, José Manuel (2011) – *Intervenção Arqueológica – Requalificação da Orla Costeira de Matosinhos*, Relatório Final, Empresa Arqueologia e Património - Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca, Arqueologia Ld.ª.

[121] BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 32.

[122] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 40.

[123] Ver Figura 9 em Anexo.

[124] IDEM, *Ibidem*, p. 30.

[125] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 44.
RODRIGUES, Sérgio Monteiro (2000) – *A Pré-História Antiga da Região do Porto: síntese bibliográfica*, In "Revista Al – Madan", IIª série, n.º 9, p. 74.

[126] Este sítio é referido, em 1959, por Joaquim Neves dos Santos como uma pequena estação arqueológica, do período pré-neolitico – Asturiense.
SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 74.

Quanto aos materiais encontrados no Monte S. Brás, Santa Cruz do Bispo[127], Rui de Serpa Pinto faz referência a *"uma quartzite lascada"*. Mendes Corrêa faz alusão a um achado Asturiense[128] e, por último, Sérgio Rodrigues refere os mesmos sítios com vestígios pré-históricos num artigo relativo à Pré-História antiga.[129]

Conforme já foi citado anteriormente, a Sul do rio Leça, no concelho de Vila Nova de Gaia, na estação arqueológica do Cerro, foram encontrados vestígios similares aos encontrados em Leça da Palmeira, e no concelho limítrofe, a Sul, também há notícias de achados de superfície em áreas que atualmente pertencem ao concelho do Porto, nomeadamente na área do atual Parque da Cidade e na Ervilha (Forte), cujo sítio se localiza no lugar da Ervilha, na actual Rua de Fez e na Rua Dr. Afonso Baldaia. Os achados líticos aí encontrados, e segundo Russel Cortez, inserem-se na Pré-História, acrescentando ainda que no espólio recolhido de fácies paleolítica entre o Castelo do Queijo e o molhe Sul do Porto de Leixões, abundam os seixos, machadinhas, assim como os bifaces representados na figura 27 – 2a e 2b e figura 28 da sua obra "*Novos Achados Líticos nas Áreas do Castelo do Queijo e da Ervilha"*.[130] Este autor cita ainda que as machadinhas eram utilizadas na apanha de moluscos como lapas, mexilhões e percebas, que constituíam parte da alimentação das comunidades de então.[131]

Um outro local bem documentado que atesta a presença destas comunidades é a área do Castelo do Queijo. As referências documentais dos achados inseridos no Paleolítico relativamente a este sítio são diversas, desde Mendes Correia, Ruy de Serpa Pinto, Joaquim Fontes, Russel Cortez, Fernando Lanhas, e D. Domingos Pinho Brandão. Mas os primeiros trabalhos devem-se ao Engº. Vasconcelos Ferreira Cabral, realizados na primeira metade do século XIX, quando procedia um estudo sobre os depósitos superficiais da Bacia do Douro. Descobriu a 130 metros para Sudeste do Castelo do Queijo alguns seixos quartziticos com lascamento. Segundo o investigador eram indústrias humanas do tipo de outras encontradas em França de época paleolítica.[132] Uma outra referência relativamente aos achados encontrados nesta zona é feita por Joaquim Fontes, que refere que a lâmina de sílex teria sido descoberta no interior do fosso do Castelo.[133] Um outro investigador, Georges Zbyszewsk, no âmbito das suas investigações, em 1942, relacionadas com o Quaternário em Portugal e a

[127] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 63.
[128] Este espólio estava, em 1939, à guarda do Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.
[129] RODRIGUES, Sérgio Monteiro (2000) – *A Pré-História Antiga da Região do Porto: síntese bibliográfica*, In "Revista Al – Madan", IIª série, n.º 9, p. 74.
[130] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 41.
[131] CORTEZ, Russell Fernando (1943) – *Novos achados líticos nas áreas do Castelo do Queijo e da Ervilha*, Imprensa Portuguesa, Porto, p. 9-13.
[132] SILVA, Fernando Augusto Pereira da Silva (1984) – *Arqueologia 10 - A Pré-História na zona urbana da cidade do Porto*, Porto, p. 4-12.
[133] RODRIGUES, Sérgio Monteiro (2000) – *A Pré-História Antiga da Região do Porto: síntese bibliográfica*, In "Revista Al – Madan", IIª série, n.º 9, p. 75.
CORTEZ, Russell Fernando (1943) – *Novos achados líticos nas áreas do Castelo do Queijo e da Ervilha*, Imprensa Portuguesa, Porto, p. 2.

classificação Paleolítica, faz referência aos materiais líticos que ele próprio encontrou no Castelo do Queijo.

Russel Cortez regista, a partir de uma investigação levada a cabo pelo Professor Doutor Augusto Nobre sobre a fauna recolhida na área do Castelo do Queijo, entre outras, salientamos apenas: *Cassis saburon* (Bauguieré) e *Mactrasolida* (Lin). São características dos fundos arenosos próximo do litoral. A *Patella sp*. vive sobre os rochedos litorais no limite das marés.[134] Estas espécies correspondem também à colheita feita por Leonor de Pina nas sondagens que efectuou no sítio da Barreira, junto à Doca n.º 2, próximo de Manhufe.[135] Esta analogia com a fauna é mais um indicador a corroborar com o registo de Russel Cortez. O sítio localiza-se na periferia do local onde foi implantado o Forte de S. Francisco Xavier. Nas proximidades deste, e a cerca de uns 300 metros para Norte, próximo do edifício transparente, encontra-se uma praia wurmiana com cerca de 125 mil anos, como já referimos anteriormente. Perante as evidências tudo aponta para a presença de vestígios conotados com o Paleolitico nestas áreas.

Para Norte do rio Leça, os vestígios que testemunham a presença de ocupações durante o Paleolítico são os achados de seixos Acheulenses descobertos pelo Sr. Azevedo Lemos e publicados pelo arqueólogo Afonso do Paço, tendo sido encontrados quando procediam à regularização do leito da ribeira da Lage em Modivas de Baixo. Ainda outros conjuntos de seixos talhados com a presença de bifaces, de talhe Acheulense foram encontrados pelo Sr. Manuel Moreira Maia, no lugar de Berroços, em Santa Cristina de Malta, durante o amanho de uns campos. Também nas imediações do Castro de S. Paio, foram descobertos vários seixos talhados e picos do tipo Asturiense, datáveis do Paleolítico Superior.[136]

Em conclusão, pode-se referir que esta investigação permitiu avaliar a dispersão do povoamento na área que compreende o atual concelho em estudo, como também identificar a Norte e Sul do mesmo a presença de comunidades durante a Pré-História. Em relação aos vestígios de ocupação, conclui-se que se encontram nas zonas próximas da linha da costa e do estuário do rio Leça, nomeadamente nas freguesias de Lavra, Perafita, Leça da Palmeira, Matosinhos e Santa Cruz do Bispo.

Como tal, esta inventariação, georreferenciação, registo e compilação dos dados, constituiu um forte contributo para a investigação científica em correlação com a pesquisa levada a cabo pelos investigadores referidos anteriormente, promovendo uma análise conjunta

[134] CORTEZ, Russell Fernando (1943) – *Novos achados líticos nas áreas do Castelo do Queijo e da Ervilha*, Imprensa Portuguesa, Porto, p. 5.
[135] CARVALHO, A.M. Galopim de e RIBEIRO, A.M. (1962) – *Geologia dos depósitos pós-wurmianos da Foz do Leça*, In "Separata do Boletim do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências", Lisboa, 9 (1), p. 58.
[136] BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 74-78.

dos vestígios arqueológicos para o litoral Norte, sabendo-se que só no concelho de Matosinhos foram registados onze sítios inseridos na Pré-História, isto é, apresentam em simultâneo características que se enquadram na Pré-História antiga e Pré-História recente, sendo que um deles é inédito e corresponde o seu registo ao Nº 34, localizado no Centro Histórico de Leça da Palmeira (Rua do Matinho/Rua da Alegria), e os sítios que correspondem ao nº 10 e 41 e apresentam vestígios conotados com a Pré-História antiga.

Capitulo III – A Pré-História Recente: Das comunidades mesolíticas ao Final da Idade do Bronze

Neste capítulo será feita uma abordagem aos sítios arqueológicos inseridos na Pré-História recente, no EpiPaleolítico/Mesolítico/Neolítico/Calcolítico e a Idade Bronze. A ausência de investigação de cariz científico nos locais onde foram identificados vestígios associados a estes períodos, apenas permitiu a inventariação destes sítios, com base nas fontes documentais e orais recolhidas, pela toponímia, nos trabalhos de intervenções de emergência levados a cabo em alguns locais no concelho e ainda pelas prospeções levadas a cabo durante a investigação desenvolvida na realização do presente trabalho, onde se detetaram indícios arqueológicos que apontam para uma ocupação durante a Pré-História recente.

Para o período de tempo considerado entre 10 000 e os inícios do século VII a. C., designado como Pré-História recente, foram identificados neste espaço quarenta e dois sítios, sendo que oito se integram neste período e na Pré-História antiga.[137].

Dos sítios inventariados só oito foram alvo de trabalhos arqueológicos e geológicos. Nesta investigação, foi ainda possível identificar-se (oito) sítios inéditos, cujos materiais recolhidos à superfície apontam para ocupações datadas deste período. Relativamente às vinte e uma estruturas funerárias registadas como antas, mamoas, cistas e necrópoles pré-históricas, lamentavelmente só foi possível proceder ao seu registo cartográfico e ficha de sítio, uma vez que, e segundo notas de Vítor Oliveira Jorge e Neves dos Santos, terão sido destruídas em parte, à exceção da Mamoa de Porreira/Montesinho em Lavra.[138]

Esta inventariação permitiu traçar um quadro evolutivo do povoamento destas comunidades do final do Pleistoceno, que há cerca de 10 mil anos a.C., que se inicia com um novo ciclo climático, caracterizado pela ausência de glaciações, potenciando, desta forma, um desenvolvimento paulatino.

[137] A Pré-História divide-se entre Pré-História antiga, compreendendo o Paleolítico e Pré-História recente, compreendendo o Epipaleolítico/Mesolítico/Neolítico/Calcolítico e Idade do Bronze.
[138] Identificada em 2010. Ver Anexo G – Tabela e Mapa de Sítios Arqueológicos do Concelho de Matosinhos.

3.1 - Comunidades Epipaleoliticas/Mesoliticas

As primeiras comunidades do início do Holoceno, também designadas como Epipaleoliticas/Mesoliticas vão ocupar sítios estratégicos, nomeadamente arribas litorais, praias ou terraços fluviais.[139]

Pela identificação dos sítios apuramos que as atuais freguesias deste concelho foram, aqui e ali, locais de assentamentos de comunidades, que ora se instalaram em zonas ribeirinhas, ora em zonas de interior, quer de forma contínua, ou descontínua, de acordo com os recursos disponíveis para a sua sobrevivência. Talvez se possa admitir que muitos locais, lugares, ou pequenos nichos foram ocupados sucessivamente mas, esta ocupação estaria sempre dependente do meio, tendo em linha de conta que foram as mudanças climáticas que potenciaram esta evolução. Independentemente das novas condições ambientais verificadas nos inícios do pós-glaciar, surgiu um novo período frio, promovendo uma descida do nível médio do mar para cerca de 60 metros. Mas, a partir de 8 mil anos, o nível do mar volta a subir atingindo uma cota de cerca de 25 metros. A partir de então, o nível médio das águas vai subindo gradualmente até aos cinco mil anos BP (antes do Presente), atingindo mais ou menos a cota atual. Desde então as, oscilações têm sido muito lentas.[140] Estas mudanças ao invadir as zonas emersas, modificaram o espaço, alterando a sua geomorfologia, verificando-se que as alterações ocorridas durante este período são de âmbito global, alterando de forma acentuada a geografia dos continentes.[141]

Outro factor fundamental a considerar é o da grande diversidade de ecossistemas. Esta nova fase determinou o aquecimento global, promovendo a emergência da fauna e da floresta tais como a expansão e desenvolvimento da vegetação, desenvolvendo-se o vidoeiro, o pinheiro, as aveleiras e os carvalhos. Em paralelo desenvolve-se uma fauna com características temperadas de pequeno e médio porte como as lebres, cervídeos, coelhos e javalis. O aquecimento das águas do mar permitiu o desenvolvimento de novas espécies de estuário e de zonas costeiras (ostras, amêijoa, berbigão, peixes e moluscos, constituindo estes, um recurso permanentemente disponível ao longo do ano). Nas zonas de planície e de vales as comunidades dedicavam-se à recoleção de frutos e de tubérculos e à pesca, potenciando, desta forma, maiores oportunidades alimentares. Estas possibilidades de recursos em distintas estações do ano conduziram a que as comunidades pós-glaciares alterassem os seus hábitos,

---

[139] JORGE, Susana Oliveira (1990) – *Dos Últimos Caçadores-Recolectores Aos Primeiros Produtores de Alimentos*, In "Nova História de Portugal – Portugal das Origens à Romanização", Vol. I, (direção de SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira), 1ª Edição, Editora Presença, p. 78.

[140] DIAS, Alveirinho, M. J. (1989) – *Evolução pós-glaciária da plataforma Continental Portuguesa a Norte do Cabo Mondego*, In Anais do Instituto Hidrográfico, nº 10, Lisboa, p. 39-50.

[141] SANCHES, Maria de Jesus (2006) – *História do Douro e do Vinho do Porto*, Porto, Edições Afrontamento, p. 28-83.
JORGE, Susana Oliveira (1990) – *Dos Últimos Caçadores-Recolectores Aos Primeiros Produtores de Alimentos*, In "Nova História de Portugal – Portugal das Origens à Romanização", Vol. I, (direção de SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira), 1ª Edição, Editora Presença, p. 77-78.

conduzindo-as a um semi-sedentarismo ou sedentarismo, de acordo com a abundância, ou não, de recursos.[142]

Neste sentido, e segundo as investigações realizadas por Susana Oliveira Jorge, os vestígios dos níveis de ocupação conhecidos apontam, de uma forma geral para estadias temporárias, apresentando também, através dos utensílios e das acções que expressam, uma possível variação cultural dos grupos que a produziram. Como tal, são conhecidas, sobretudo no litoral entre cerca de 9 000/8 000 e 6 000 a. C, estações que revelaram utensílios tipo microlaminar como lamelas de dorso abatido, pequenas raspadeiras, denticulados, buris, etc., e, ainda na tradição do Paleolítico Superior surgem os macro utensílios.[143] Com base nas investigações já realizadas nesta área, e tendo presente que os sítios nos quais se identificaram vestígios cuja cultura material aponta pela sua funcionalidade e relação com os meios de sobrevivência das comunidades que mantinham ainda hábitos de recolher o que a natureza produzia, aferimos os seguintes locais: 42 - Boa Nova; 43 - Barreira; 33 - Estuário do Leça/Doca nº 2/Alfândega; 11 - Forcada/Praia de Angeiras; 49 - Sítio de Almeiriga (Área B)/ Petrogal); 34 - Centro Histórico de Leça da Palmeira (Rua do Matinho/Rua da Alegria); 40 - Real de Baixo; 41 - Sítio do Prado/Praia Antiga – Matosinhos Sul; 44 - Sítio de Manhufe; 63 - Sítio do Monte S. Brás.[144] Os sítios referidos, em virtude dos materiais recolhidos, quer em sondagens, quer à superfície, apontam para uma possível ocupação durante a Pré-História antiga, apresentando, em simultâneo, materiais que pela sua tipologia se enquadram na cultura material característica das comunidades holocénicas. Em virtude desta constatação verifica-se que o espólio exumado corresponde, quer ao Pleistoceno, quer ao Holoceno.

Para além dos sítios descritos com materialidades do início do Holoceno foram identificados ainda outros locais ao longo desta investigação, a partir dos resultados dos trabalhos arqueológicos executados e das pesquisas realizadas por Russel Cortez, Ruy de Serpa Pinto, Mendes Correia, Carrigton da Costa, Carlos Teixeira, Georges Zbyszewski, Joaquim Neves dos Santos, Sérgio Rodrigues e Ana Bettencourt, referidos nas Fichas de sítio Nº 38 - Sítio do Montado (Área A) /Petrogal[145] e 68 - Souto da Portela / Avessada / Junqueira.[146] Nestes locais foram encontrados materiais que pela tipologia se inserem nas indústrias macrolíticas como núcleos em quartzito, picos e seixos talhados uni e bifacialmente.

---

[142] BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 35.
CARDOSO João Luís (2002) – *Pré-História de Portugal*, Lisboa: Editorial Verbo, p. 135.
SANCHES, Maria de Jesus (2006) – *História do Douro e do Vinho do Porto*, Porto, Edições Afrontamento, p. 28-83.

[143] JORGE, Susana Oliveira (1990) – *Dos Últimos Caçadores-Recolectores Aos Primeiros Produtores de Alimentos*, In "Nova História de Portugal – Portugal das Origens à Romanização", Vol. I, (direção de SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira), 1ª Edição, Editora Presença, p. 78.

[144] Ver Anexo H, Fichas de Sítio Nº 43; 33; 42; 11; 49; 34; 40; 41; 44 e 63.

[145] Ana Bettencourt classificou este sítio como Praia do Paraíso. Designamos o mesmo como Montado, como forma de perpétuar o topónimo.

[146] Ver Anexo H, Fichas de Sítio Nº 38 e 68.

Dentro desta dinâmica evolutiva salientam-se as populações mesolíticas, nomeadamente as do território português investigadas até ao momento, as quais demonstraram uma nítida capacidade de adesão a um processo de subsistência assente na exploração constante de recursos vários mas complementares, quer na costa ou em zonas de interior (estuarinas). O Mesolítico corresponde a um período de tempo no qual as populações desenvolveram técnicas mais ou menos evoluídas de acordo com as formas de subsistência dentro de um quadro de oferta mais alargado, correspondendo também a uma etapa evolutiva dos primeiros milénios do pós-glaciar. Como tal, o Mesolítico encerra múltiplas comunidades em diferentes fases de desenvolvimento, de proto-sedentarização e de complexidade social[147], cujas populações mesolíticas apresentam caraterísticas que apontam de forma gradual um elo ao espaço, que não é apenas o do território de subsistência, mas que se torna cada vez mais a área «cultural» de uma comunidade, como são o exemplo dos concheiros de Muge e do Sado, apresentando uma utensilagem predominantemente microlítica como lamelas de sílex, quartzo, quartzito e outras rochas locais, utilizando também a técnica do microburil para produzirem os micrólitos geométricos, incluindo ainda neste quadro de utensílios os arpões, tridentes, anzóis utilizados na pesca, na caça e na recolha de gramíneas.[148]

Dentro deste contexto, referimos Neves dos Santos relativamente ao registo feito por si em 1959, admitindo a possibilidade da existência de um concheiro no estuário do rio Leça.[149] Segundo este investigador local, "*parece ter sido também uma pequena estação arqueológica, situava-se na margem esquerda do estuário do rio Leça*, *um pouco a Oeste do local onde actualmente se encontra o Mercado Municipal de Matosinhos*".[150] Cruzando com este registo as investigações geológicas apresentadas por Leonor de Pina para este local, junto à estrada nova, que *" ...é ladeada por uma barreira que corta uma formação quaternária de 12 a 15 m, constituída por depósitos de uma praia antiga inclinada sensivelmente para NW, na direção do foz do Leça"*[151] admite-se que esta estrada nova a que se refere o investigador será certamente a atual Av. Eng.º. Duarte Pacheco, que corresponde em parte ao traçado da antiga Alameda Passos Manuel. Galopim de Carvalho, que participou nesta investigação, refere a existência de uma linha da costa, junto à entrada da doca n.º 2, testemunhada pela presença de calhaus rolados associados a conchas marinhas, também roladas, assim como, a macrofauna aqui encontrada que compreende as espécies *C. saburon, G. glycimeris e M.*

[147] JORGE, Susana Oliveira (1990) – *Dos Últimos Caçadores-Recolectores Aos Primeiros Produtores de Alimentos*, In "Nova História de Portugal – Portugal das Origens à Romanização", Vol. I, (direção de SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira), 1ª Edição, Editora Presença, p. 81.
[148] IDEM, *Ibidem*, p.84.
[149] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 45.
Certamente Neves dos Santos referia-se a um amontoado enorme de conchas.
[150] SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 56.
PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 60.
[151] PINA, Henrique Leonor (1961) – *Nota sobre as indústrias líticas da Foz do Leça*, Boletim do Museu e Laboratório Geológico da Faculdade de Ciências de Lisboa, nº9, Lisboa, p. 75-86.

sólida, próprias dos fundos arenosos perto do litoral. A *Pattela* vive sobre rochedos litorais no limite superior das marés.[152] Conjugando as evidências apresentadas como os vestígios de uma praia antiga, a presença da macrofauna e de uma linha da costa, é de admitir a existência deste concheiro? É um facto que não existe estudos na área que confirmem, ou não, a presença destes vestígios. Mas, por outro lado, e partindo das investigações de J.M. Arnaud em múltiplos concheiros do Sado, e admitindo a hipótese de que os concheiros do Sado pudessem ter sido ocupados pelos mesmos grupos que frequentaram as estações mesolíticas da costa de Sines em duas modalidades alternativas, talvez, de forma esporádica, em curtas viagens para obter a matéria-prima. Ou ainda compartilhando a sua estadia em dois períodos, Outono/Inverno e na Primavera/Verão, ampliando assim o seu campo de acção por investidas mais alargadas pelos planaltos do interior.[153] Dentro desta linha de pensamento, e perante esta realidade identificada por J. M. Arnaud, poderá ser colocada uma hipótese baseada nesta teoria de espaços partilhados em diferentes momentos, isto numa primeira análise, por outro lado, afere-se a ausência de materiais conotados com este período. Diante desta realidade, e admitindo a inexistência de materiais que comprovem esta presença, talvez se possa admitir a possibilidade das comunidades do Mesolítico do atual concelho vizinho da Maia, partilharem, de uma forma temporária ou não, os espaços ribeirinhos e os do estuário do rio Leça, admitindo esta possibilidade, sustentada através dos trabalhos arqueológicos realizados na Maia, uma vez que os artefactos encontrados testemunham a presença de uma indústria microlítica significativa, constituída nomeadamente por micrólitos, pontas de seta em sílex, e em quartzo, assim como produtos de talhe.[154]

Perante a ausência de investigação, somente se pode admitir que a melhoria das condições ambientais também se estendeu a esta região, propiciando uma maior variedade de recursos e de novas cosmovisões. Como tal, fica o registo desta hipótese de que as zonas ribeirinhas do rio Leça podem ter sido exploradas por grupos que aqui se deslocavam de forma esporádica, ou não, de acordo com as suas necessidades de subsistência.

3.2 – Neolítico e os construtores dos monumentos megalíticos

"... ao manipular a Natureza, a Humanidade deixa de ser exclusivamente predadora para se tornar produtora e marcadamente transformadora."

Maria de Jesus Sanches (2003)[155]

[152] CARVALHO, A.M. Galopim de e RIBEIRO, A.M. (1962) – *Geologia dos depósitos pós-wurmianos da Foz do Leça*, In "Separata do Boletim do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências", Lisboa, 9 (1), p. 58-59.
[153] JORGE, Susana Oliveira (1990) – *Dos Últimos Caçadores-Recolectores Aos Primeiros Produtores de Alimentos*, In "Nova História de Portugal – Portugal das Origens à Romanização", Vol. I, (direção de SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira), 1ª Edição, Editora Presença, p. 84-85.
[154] BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 75-83.
[155] SANCHES, Maria de Jesus (2003) – *Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo*, Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo, Trabalhos de Arqueologia 25, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p.156.

Mas, é só nos períodos consequentes que estas questões ligadas também à fidelidade do espaço, ou não, se desenvolveram de acordo com um processo evolutivo natural, que acompanha as comunidades desde a sua formação, tendo sempre presente que as questões climáticas são fundamentais para o processo evolutivo. Partindo desta linha de pensamento, e citando Maria de Jesus Sanches *" ... A sedentarização, o uso mais sistemático de instrumentos polidos, a cerâmica, a concentração aldeã, deixaram de ser os critérios necessários e suficientes para definir uma população como neolítica. O ponto fulcral a considerar é que, sem abandonar a caça ou a recolecção, durante os últimos 10 000 anos as comunidades humanas modificaram radicalmente, mas segundo ritmos variáveis consoante as regiões do planeta, as suas relações com o meio natural. Na realidade, ao domesticar as plantas que lhe eram úteis, quer dizer, ao manipular a Natureza, a Humanidade deixa de ser exclusivamente predadora para se tornar produtora e marcadamente transformadora. É ainda no Neolítico que tem lugar a manipulação genética de plantas e de animais nunca feita até então na História da Humanidade…".*[156] *A produção cria relações de índole simultaneamente conceptual e física com o meio natural totalmente diferentes daquelas dos caçadores-recolectores. No Norte de Portugal, estas mudanças têm lugar entre o VI e o final do III milénio a.C., se considerarmos a ocupação definitivamente sedentária do território, alicerçada sobretudo na produção agro-pastoril e transformadora no contexto da criação de identidades políticas consubstanciadas, agora, grandemente no investimento adentro do povoado, ou seja, no espaço aldeão propriamente dito…".*[157] Isto é, encarar o território como objeto da sua própria criação alicerçado na relação social que, por sua vez, vai promovendo a domesticação da terra, criando os alicerces para a fidelização à mesma, de forma a criar estruturas que conduzem à evolução dos grupos. È dentro destas mudanças que emergem os testemunhos destas comunidades, os monumentos funerários, que pressupõem já uma certa organização e um desenvolvimento cultural anterior.

"…Os chamados monumentos megalíticos são um ex-libris das nossas paisagens, um património que é imperioso proteger, restaurar, e devolver ao público…"

Vitor Oliveira Jorge (2000)[158]

Para Maria de Jesus Sanches, os dólmenes não eram simples locais funerários, mas pontos de referência conceptual do território, os rituais, os cerimoniais, etc, associados a estes espaços, ultrapassariam, certamente o que se entende hoje sobre estas práticas lutuosas.[159] Já de acordo com Vítor Oliveira Jorge, um dólmen, sobretudo de médias ou grandes dimensões,

[156] IDEM, *Ibidem*, p. 156-159.
[157] IDEM, *Ibidem*, p. 159.
[158] JORGE, Vítor Oliveira (2000) – *Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica*, Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular – Vol. III, Porto, ADECAP, p. 367.
[159] SANCHES, Maria de Jesus (2006) – *História do Douro e do Vinho do Porto*, Porto, Edições Afrontamento, p. 123.

com átrio e corredor etc., cria um nicho simbólico, um pequeno mundo, criado para durar, para resistir ao tempo.[160] Certamente criados para demarcar simbolismos, comunidades, vivências, instituindo-se talvez o princípio da estratificação social, uma vez que existiam locais para rituais, outros param enterramentos coletivos, selados, ligados com uma passagem, embora trancada, noutros monumentos a deposição era feita de forma individual. Como tal, estes locais obedeciam a um conceito territorial e foram criados para durar. Esta organização territorial é marcada pela implantação destas estruturas com objetivos bem delineados. Por um lado, marcando os ritos destas comunidades e, por outro, vão alicerçando o poder, ou seja, criando diferentes estádios, os quais se materializam nas próprias estruturas edificadas. Estes monumentos aparecem geralmente como montículos artificiais de terra, cobertos de pedras imbricadas – mamoas ou *tumuli* – e contendo no seu interior uma câmara megalítica, normalmente um dólmen, existindo nesta arquitetura, dólmenes com câmara de pequena e grande dimensão, abertas ou fechadas, com corredor ou sem corredor, implantados a cotas diversas, próximo de pequenas linhas de água, colectivamente ou isolados, por vezes, confundem-se com a natureza envolvente, outros, marcam consideravelmente o espaço, de que são exemplo os dólmenes de corredor.[161] Segundo Vítor Oliveira Jorge *"... era um dispositivo arquitectónico que constituía um saber esotérico, e portanto instituía um poder distinto; a fachada exterior funcionava como um palco onde alguns davam a ver aos outros apenas o que pretendiam, reservando para si o que iriam fazer no interior da cripta funerária. Estes monumentos, também eram vistos como marcos de legitimação de diferenças sociais. Cronologicamente é um fenómeno da segunda metade do Vº e da primeira metade do IV milénio a.C. ..."*.[162] Relativamente aos locais de habitação destas pequenas comunidades, talvez os seus assentamentos se localizassem na proximidade destes espaços funerários, próximo das linhas de água e em locais onde fosse possível o amanho da terra, mesmo de forma incipiente, recorrendo igualmente à caça e à pesca.

De acordo com o inventário realizado por Mendes Correa, em 1935, Joaquim Neves dos Santos, em 1959, e Fernando Lanhas, em 1962[163], e ainda do levantamento realizado através dos documentos medievais,[164] identificaram-se os vestígios das seguintes estruturas funerárias.[165] Ruy de Serpa Pinto, em 1927, faz referência aos monumentos megalíticos existentes no morro de S. Gens – Custóias, registando ainda que o Dr. Sousa Torres viu

[160] IDEM, *Ibidem*, p. 365.
[161] JORGE, Vítor Oliveira (1982) – *Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto. Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*, 2 vols, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUP, Porto, p. 494.
[162] JORGE, Vítor Oliveira (2000) – *Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica*, Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular – Vol. III, Porto, ADECAP, p. 363-365.
[163] Ver Anexo C, Carta Nº1, 2 e 3.
[164] SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 34.
PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 49.
CORRÊA, Mendes (1935) – *As Origens da Cidade do Porto*, 2ª edição, Porto, p. 40.
[165] Ver Tabela 1 – Tabela de Topónimos Megalíticos do Concelho de Matosinhos, no Anexo F.

materiais neolíticos ali recolhidos, embora se desconheça o seu paradeiro. Mendes Correa refere que estes megálitos, já destruídos, apontam uma cronologia entre o Neolítico e Idade do Bronze.[166] Mas, Vítor Oliveira Jorge vai mais longe no seu registo descritivo *"... é interessante verificar-se que nesta elevação granítica, delimitada pela curva de nível de 100 metros, existiriam monumentos megalíticos em número elevado (como, nas palavras de um investigador da qualidade de Serpa Pinto asseguram), pois se trata de um pequeno "plateau" isolado, mas com morfologia idêntica à de outras zonas que, mais para o interior, também nos surgem delimitadas pela mesma curva de nível, e onde, de novo, aqueles monumentos ocorrem."*[167]

Neves dos Santos registou, em 1959, os megálitos de S. Gens, referindo que nestes recintos mortuários se realizavam práticas religiosas ou de magia. Certamente que se referia aos rituais de enterramento característicos destas comunidades. Ana Bettencourt aponta uma cronologia Neolítico para as mamoas de S. Gens.[168] Este registo cronológico levanta algumas questões, são construções do Neolítico e foram reutilizadas sucessivamente? Estes monumentos megalíticos foram edificados no Neolítico e, por variadíssimas razões, só voltam a ser utilizados durante a Idade do Bronze, obedecendo a uma estrutura e organização espacial e cultural integrada numa nova cosmovisão? Destes monumentos subsistem apenas a sua referência bibliográfica, como tal, é extramente difícil encontrar respostas para estas questões. Apesar da tentativa de prospeção realizada no local, não foi possível prospetar as áreas com cotas mais elevadas devido à vegetação intensa e às crateras provocadas pelo desmonte da pedreira nos inícios do século XX. Das diferentes investigações realizadas apenas podemos admitir que no Monte de S. Gens terão existido vários monumentos funerários.

De salientar que os documentos medievais até ao século XIII citam este local como "*subtus mons custódias*". É também referido algumas vezes como castro e como castelo. Em épocas posteriores surgem referências à existência de um ermitério. Também aqui, no alto do Monte de S. Gens, foi edificada uma capelinha *"... a capela de S. Gens ... remontava, si vera est fama, ao principio da monarchia..."*. Nos reinados de D. João II e de D. Sebastião é referido como ponto de vigia, segundo a documentação ali existiu uma atalaia.[169]

---

[166] IDEM, *Ibidem*, p. 42.

[167] JORGE, Vítor Oliveira (1982) – *Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto. Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*, 2 vols, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUP, Porto, p. 494.
BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 38.
SERVIÇOS GEOLÓGICOS DE PORTUGAL (1957) – *Carta Geológica de Portugal - Notícia Explicativa da Folha 9-C do Porto*, Lisboa, p. 33-34.

[168] BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 38.

[169] FARIA, F. Fernando Godinho (1899) – *Monographia do Concelho de Bouças*, p. 292.
SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 66.
PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 49
SANTOS, Joaquim Neves dos (1961) – *Altar com covinhas no Castro de Guifões*, Edição do Autor, p. 8.

A pouca distância dos limites do monte passava pelo atual largo do Souto uma via medieval " *via veteris*", ou seja, uma estrada muito antiga que assentaria talvez num traçado mais antigo.[170] Pelos registos, depreende-se que este sítio terá sido ocupado durante a Pré-História recente, Idade Média, mas também até ao século XIX.

Nesta freguesia Fernando Lanhas assinalou a Cista de Espozade num estudo que elaborou, em 1969, para a região do Porto.[171] Porém, em 1959, já Neves dos Santos tinha publicado o registo desta estrutura funerária como sendo uma pequena Antela ou Cista, no campo do Forninho, associando este local, às velhas lendas *das camas da Senhora*, que eram de pedra no Monte da Vela.[172] Numa das prospeções ao local, e seguindo as descrições referidas e as fontes orais, encontramos o dito campo do Forninho localizado na base do Monte, nas proximidades do rio Leça e de uma enorme pedreira, cuja matéria-prima se encontrava disponível para a construção dos ditos monumentos.[173]. Neste sítio admite-se a possibilidade de existir um povoado com fossas à semelhança de outros locais estudados, tal como no sítio de Lavra, freguesia deste concelho, pois estes surgem normalmente associados a estas estruturas funerárias.

Na freguesia de Guifões, Mendes Correa e Fernando Lanhas assinalam a mámoa de Guifões.[174] Neves dos Santos registou a mamoa, perpetuada na microtoponímia "*Largo da Mámoa*". Era um dólmen de corredor, com mámoa de grandes dimensões, que integrava um grupo de monumentos megalíticos situados no Monte Cisto e no Monte da Terra.[175] Este monumento funerário fazia parte de um grupo de monumentos megalíticos erguidos junto ao castro do Monte Castêlo que estariam localizados no Monte Cisto e no Monte da Terra. O Monte da Terra (atual Rua) fica situado um pouco a nascente da Mamoa de Guifões, na encruzilhada da antiga estrada do Salvado Mouro, que constituía a principal saída do Castro para o interior. E, que neste local deve ter existido o culto pagão, absorvido pelo cristianismo, tendo instalado aí, a última estação da antiga via-sacra da igreja de S. Martinho de Guifões. Segundo uma antiga tradição que se realizava em Guifões consistia *"...na gira da velha penitência d' apregoação das almas..."*[176] partindo da igreja, terminando junto ao atual cruzeiro nos limites do Monte da Terra.[177]

---

[170] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 1.
ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1968) – *Vias Medievais Entre o Douro e o Minho*, Porto, FLUP, p. 169.
[171] LANHAS, Fernando (1969) – *Cópia do mapa integrado no inventário de objetos e lugares com interesse arqueológico*.
[172] SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 66.
PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 49.
[173] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 2.
[174] CORRÊA, Mendes (1935) – *As Origens da Cidade do Porto*, 2ª edição, Porto, p. 40-43.
LANHAS, Fernando (1969) – *Cópia do mapa integrado no inventário de objetos e lugares com interesse arqueológico*.
[175] No âmbito de uma exposição realizada sobre os territórios da bacia do rio Leça, Ana Bettencourt considerou a existência de uma mamoa no Monte Cisto, no Monte da Terra e no Alto da Lomba, na freguesia de Guifões. Nesta investigação referimos apenas o registo de Neves dos Santos, uma vez que as áreas referidas sofreram alterações profundas.
[176] Antiga penitência realizada pelos Guifonenses crentes, com o objetivo de remir as desvirtudes das almas penadas que, segundo eles, vagueavam fazendo sofrer os vivos.
[177] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 7.

Quanto à sua cronologia, Ana Bettencourt admite para estes monumentos, embora de forma provisória, uma cronologia a partir da segunda metade do Vº e durante o IV milénio a. C., o que se considera por Neolítico Médio e Final, por analogia com outros lugares do Minho e Douro Litoral. Relativamente aos locais de habitação refere que para este período cronológico são muito pouco conhecidos os acampamentos no Minho e Douro Litoral, admitindo a possibilidade de estas comunidades terem ocupado abrigos graníticos ou zonas ao ar livre, à semelhança da necrópole da serra da Aboboreira, em Baião, Amarante, Marco de Canaveses e, ainda no Leandro, Concelho da Maia, cujas materialidades provenientes da escavação são anteriores à sua construção, revelando desta forma ocupações Neolíticas, antes da construção dos monumentos.[178] Afere-se pelos registos que existiam vários monumentos nesta área, o que leva a admitir que a densidade populacional seria já considerável.

Para esta freguesia, Fernando Lanhas, assinala com alguma prudência a existência de uma mamoa em Porto Mouro. Este antigo lugar é apontado com algumas reservas por Neves dos Santos como um pequeno povoado primitivo ou romano nos limites do velho caminho da Lomba, nas proximidades de Porto Mouro.[179] Nas nossas pesquisas encontramos referências à existência de mamoas nos registos da Quinta de Gatões relativos às inquirições de 1290. Citam *"... casal en Qufõoes hu dié a mamoa…"*.[180] E ainda nos documentos de doação dos Irmãos Passos, relativos às Quintas de Guifões e Gatões registam a Bouça e o campo da Madorna, cujo topónimo "madorna" pode estar relacionado com a presença de estruturas funerárias megalíticas, ficava localizado no Casal de Gatões *"...confrontava a Nascente com terras de Esposade e do Poente com a leira do caseiro e dele Senhorio e do Norte com terras dele Senhorio e caseiro António da Silva Duarte e do Sul com o Ribeiro, nestes limites localizam-se também a bouça da Revolta e o pinhal do Enchido…"*.[181]

Nas prospeções realizadas identificamos o local que atualmente compreende uma área de terrenos agrícolas, ladeada a Norte e a Nascente pela Rua de Gatões e a Poente pelas Ruas de Porto Mouro e Reguinho de Água. As ruas referidas assentam no traçado de velhos caminhos nas proximidades do Ribeiro com o mesmo nome. Um outro dado importante está relacionado com a principal estrada da Lomba, denominada como estrada dos defuntos, hoje, viela dos mortos. Esta informação poderá reforçar ainda mais a presença deste vestígio.[182]

Sumariando as informações anteriores com os registos arqueológicos das áreas envolventes, talvez se possa admitir a possibilidade de neste local ter existido esta estrutura, o

SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 53, 66.

[178] BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 39.

[179] SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 54-55.

LANHAS, Fernando (1969) – *Cópia do mapa integrado no inventário de objetos e lugares com interesse arqueológico*.

[180] SANTOS, Joaquim Neves dos, (1956) – *Guifões Notas Arqueológicas, Históricas e Etnográficas*, Vol. 2, Edição do Autor, p. 201.

[181] IDEM, *Ibidem*, p. 140,198,312.

[182] IDEM, *Ibidem*, p. 308-309.

sítio será assinalado como uma APA, denominou-se o sítio como o Campo da Madorna-Porto Mouro, perpetuando assim o elemento toponímico.[183]

Para a freguesia de Lavra foram identificadas uma Antela, na aldeia de Antela, e uma mamoa, na Bouça Nova. O local é referido no Tombo da Igreja de Lavra de 1544, como Porreiras/Montesinho.[184] Relativamente ao monumento de Antela, Vítor Oliveira Jorge regista o seguinte: *"... verificamos que as pedras que servem de passagem, bem como outra jacente no leito do rio, pertenceram à mesa desse monumento, fragmentada. Na parede, junto à passagem há outras pedras que devem provir dos esteios da anta"*.[185] Atualmente não existem vestígios que identifiquem com rigor o local exato da implantação da Anta de Antela mas, pela toponímia, crê-se que teria sido edificada um pouco a nascente da zona arqueológica do Fontão de Antela (ou dos mouros), muito próximo da Igreja de Lavra.[186] O único vestígio deste monumento encontra-se entre o espólio lítico do espaço museológico paroquial de Lavra, ou seja, o fragmento do chapéu ou tampa do dólmen.

Numa das prospeções ao local identificamos também algumas pedras no leito do rio, mas o caudal e a vegetação impediu uma observação meticulosa. Relativamente à sua cronologia, Ana Bettencourt, assinalou este monumento como a mamoa de Antela e integrou-a no Neolítico.[187]

Seguindo os registos de Neves dos Santos e de Fernando Lanhas, relativos à existência da Cista de Paiço nesta freguesia, não foi possível identificar até ao momento o sítio, apesar das diferentes prospeções realizadas na área. Uma vez que os dados recolhidos são insuficientes registamos apenas a informação.

Para Leça do Balio, e no antigo lugar de Agrela, ainda deve existir parte do dólmen de corredor a que o povo chama "mina dos mouros", ou seja, a mamoa de Agrela. Era um dólmen de corredor, atualmente soterrado em grande parte, incluindo alguns dos seus grandes esteios de pedra. O proprietário do terreno ocultou voluntariamente parte desta estrutura para facilitar o cultivo da terra. O povo chama-lhe a mina dos mouros e dizem que dentro do recinto, ao fundo do corredor, havia umas pedras à semelhança de bancos.

---

[183] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 6.
[184] RAMOS, António Francisco (1943) – *Lavra - Apontamentos para a sua Monografia*, Editado pela Livraria Simões Lopes, p. 417-419.
[185] LANHAS, Fernando e BRANDÃO, D. Domingos, (1969) – *Inventário de Objectos e Lugares com interesse Arqueológico, Parcela 109.4*, Concelho de Matosinhos e Vila do Conde, p. 29-34.
[186] JORGE, Vítor Oliveira (1982) – *Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto. Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*, 2 vols, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUP, Porto, p. 493.
LANHAS LANHAS, Fernando e BRANDÃO, D. Domingos, (1969) – *Inventário de Objectos e Lugares com interesse Arqueológico, Parcela 109.4*, Concelho de Matosinhos e Vila do Conde, p. 15-23.
PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 55.
RAMOS, António Francisco (1943) – *Lavra - Apontamentos para a sua Monografia*, Editado pela Livraria Simões Lopes, p. 346.
SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 64.
SANTOS, Joaquim Neves (1963) – *Temas Regionais de Arqueologia E Etnografia II, Um Mosaico Romano de Lavra – Matosinhos*, Edição do Autor, p. 14-17.
LANHAS, Fernando (1969) – *Cópia do mapa integrado no inventário de objetos e lugares com interesse arqueológico*.
[187] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 12.
BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 38.

No estudo levado a cabo por Vítor Oliveira Jorge para o Norte de Portugal não foram identificados vestígios deste monumento funerário registando apenas *" ... uma mamoa destruída em Agrela, Leça do Balio…"*.[188] Para além das prospeções realizadas anteriormente, a área foi prospetada novamente com base numa planta da área de 1944, comotal, admite-se a possibilidade da existência dos vestígios da mamoa se encontrarem soterrados no local onde está instalada a atual Escola EB/2,3 de Leça do Balio e respetivos acessos.[189] Recentemente, e no âmbito de uma investigação sobre os territórios da bacia do Leça, Ana Bettencourt integrou este monumento funerário no Neolítico.[190]

Para a freguesia de Leça da Palmeira, Neves dos Santos regista uma Anta ou Cista, no campo do Forneiro, no lugar das Areias Altas, próximo do monte de Panelas. Fernando Lanhas, assinala uma Anta. Infelizmente não nos foi possível encontrar qualquer vestígio, devido à implantação da petrolífera na década de 50, do século XX.[191] Este monumento funerário (anta ou cista) ficava situado no atual campo do Forninho, que se encontra no caminho que do fundo de Rodão segue para S. Clemente da Boa Nova. Neves dos Santos acrescenta ainda que esta estrutura tumular integrava o povoado Neolítico das Areias Altas. Neste local, ou nas imediações do mesmo, existiu um povoado de pescadores e recolhedores de mariscos *"o seu espólio arqueológico forneceu cerâmica primitiva com decoração tosca mamilar…"*.[192]

A área apontada pelo investigador corresponde ao perímetro onde na década dos anos 50 do século XX foi implantada a refinaria. Como tal, toda a zona sofreu alterações profundas. No ano de 2008/2009, foram realizadas sondagens arqueológicas nesta área, principalmente nos locais denominados como sítio do Montado (área A) e Sitio da Almeiriga (Área B)/Petrogal, os materiais provenientes destas duas sondagens encontram-se no GMAHM.[193] Durante estes trabalhos não se identificaram vestígios conotados com esta informação, o que não significa que não existam.

Segundo o investigador atrás mencionado, a cerâmica do *"povoado Neolítico das Areias altas – 3.000 a 2.500 a. J.C. – Leça da Palmeira, compreende dois vasos com decoração, mamilar e tronco-cónicos."* Estes incluíram o espólio patente na exposição

[188] JORGE, Vítor Oliveira (1982) – *Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto. Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*, 2 vols, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUP, Porto, p. 495.
SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 67.
PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 56.
[189] Ver planta 1, Anexo D.
[190] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 26.
BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 38.
[191] LANHAS, Fernando (1969) – *Cópia do mapa integrado no inventário de objetos e lugares com interesse arqueológico*.
SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 58.
PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 58.
BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 50.
[192] SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 58.
[193] IDEM, *Ibidem*, p.58.

Centenária de Matosinhos, realizada pela Câmara Municipal de Matosinhos, em 1953.[194] Infelizmente não se encontrou o rasto deste espólio.

Através dos registos realizados, constatou-se alguma divergência entre os investigadores. Neves dos Santos regista uma Anta ou Cista, logo à partida observamos que são monumentos com uma arquitetura diferente, enquanto Fernando Lanhas assinala uma Anta. Mas, a realidade das investigações só nos permitem o seu registo.

O facto do Monte das Panelas se encontrar completamente alterado, devido à estrutura petrolífera, é quase impossível realizar prospeções na área. Como tal, a mesma integra a folha de síntese do Património da Freguesia de Leça da Palmeira, como uma zona com potencialidades arqueológicas, uma vez que nas zonas não remexidas ainda se poderão encontrar vestígios soterrados relacionados quer com o monumento quer com o povoado (?).[195] Por outro lado, esta empresa, ciente desta realidade patrimonial, cumpre com as medidas previstas na lei do património, assegurando com acompanhamento arqueológico as intervenções que envolvam o revolvimento do solo.[196]

Ainda nesta freguesia, Neves dos Santos admite que em Penouços terá existido uma necrópole pré-histórica. O seu registo é feito através da recolha de informações orais, (que lhe merecem crédito), através de antigas lendas e ainda pela toponímia, como o topónimo "Morouços" que indica um local de culto à memória dos mortos. De acordo com a cartografia de Fernando Lanhas existia neste local uma sepultura antropomórfica retangular.[197] Nas diferentes idas ao terreno do Monte de Penouços não se identificou indícios que validassem a informação dos investigadores. Fernando Lanhas refere uma sepultura com antropomorfismo. Perante esta realidade, colocam-se algumas questões. Corresponderia esta tipologia de sepultura ao período medieval? Ou, uma necrópole pré-histórica? Terão partilhado o mesmo espaço estas arquiteturas funerárias com cronologias diferentes? Perante as evidências, o sítio referido foi registado como uma área com potencialidades arqueológicas na folha de síntese do Património.[198]

Em Matosinhos, Joaquim Neves aponta a existência de sepulturas de inumação pré-históricas em Morouço numa pequena elevação, ou seja, no Outeiro de Sendim, onde se

[194] SANTOS, Joaquim Neves dos, (1955) – *Guifões Notas Arqueológicas, Históricas e Etnográficas*, Vol. 1, Edição do Autor, p. 131,161.
[195] SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 58-65.
PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 49.
PIRES, Conceição (2010) – *Proposta de trabalho no âmbito da cadeira de Práticas de Arqueologia II - análise do povoamento: Pré-História*, apresentado no âmbito do Mestrado em arqueologia à FLUP.
BARBOSA, Rui e FERREIRA, Nuno Miguel (2008) – *Projecto de Conversão da Refinaria do Porto (Leça da Palmeira - Matosinhos)*, Relatório Preliminar, Palimpsesto – Estudo do Património Cultural Lda., Coimbra.
[196] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 36.
[197]SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 55-59.
PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 59.
LANHAS, Fernando (1969) – *Cópia do mapa integrado no inventário de objetos e lugares com interesse arqueológico.*
LANHAS, Fernando e BRANDÃO, D. Domingos, (1969) – *Inventário de Objectos e Lugares com interesse Arqueológico, Parcela 109.4*, Concelho de Matosinhos e Vila do Conde.
[198] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 35.

encontra o atual cemitério Municipal, registando que existiam várias lendas associadas a estas estruturas funerárias. Fernando Lanhas sinaliza a existência de sepulturas antropomórficas. O local foi completamente alterado, quer pelas intervenções urbanísticas, quer pelas vias de circulação, ou seja, foi retalhado. Como tal, apenas se regista o sítio.[199]

Nesta freguesia, e no documento XCLIII da *Portugalia Monumenta Histórica* relativo ao arrolamento realizado em 1258, faz referência a uma mamoela: *"…dixit quod due leyre jacent sub linarino quomodo vadit de Mamoela usque vineam Monasterii Bauzaram, et Vij. Margines jacent in linaris, et unus campus jacet super Linarinu e …"*.[200] Pela descrição do local, admitimos que o sítio deve compreender uma área entre a Rua de Sendim e a Travessa da Seara. Com base nesta informação o espaço foi registado como uma zona com potencialidades arqueológicas.[201]

Em Perafita registaram-se as mamoas de *Adaulfi*[202], Brio, Lumbelo e as Antas de Perafita. O próprio topónimo "*Perafita"* vem de Pedra-Ficta, que parece indicar monumento megalítico. Para além dos vários monumentos citados, um outro topónimo presente na área, "Antinhas", parece apontar para a existência de várias estruturas funerárias nas bouças de Paredes. Portanto, tudo leva a crer que a freguesia de Perafita foi ocupada pelos construtores de monumentos que se impunham na paisagem.

Em 1982, Vítor Oliveira Jorge regista o seguinte sobre as antinhas de Perafita, *" …Referidas por Joaquim Neves dos Santos e recolhido o topónimo "Antinhas" anteriormente por Martins Sarmento e mais tarde referido também por Mendes Corrêa. De notar que no Museu do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa (Fac de Ciências do Porto) existem 7 fragmentos cerâmicos e um fragmento ósseo provenientes das " antas de Perafita – Bouças – Matosinhos exploradas em 29.5.1901 por Ricardo Severo"*.[203] Comprova-se, assim, a existência de mamoas megalíticas nesta freguesia, embora atualmente já não existam vestígios visíveis, pelo menos de acordo com as prospeções realizadas at´ao presente.

Nas imediações das Antinhas, e numa sondagem realizada em 1996, junto ao conjunto das três sepulturas cavadas na rocha, foi exumada uma goiva e um fragmento de machado[204],

---

[199] SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 55.
PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 49.
LANHAS, Fernando (1969) – *Cópia do mapa integrado no inventário de objetos e lugares com interesse arqueológico.*
LANHAS, Fernando e BRANDÃO, D. Domingos, (1969) – *Inventário de Objectos e Lugares com interesse Arqueológico, Parcela 109.4*, Concelho de Matosinhos e Vila do Conde.

[200] PMH, doc. XCLIII.
Matosinhos em Textos Medievais (1978) Prefácio de António J. Gomes, Matosinhos: Biblioteca Municipal de Matosinhos, p. 172-195.
BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 38.

[201] Ver Figura 10 e 11 em Anexo.
Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 46.

[202] Antropónimo de origem germânica.

[203] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 206.
JORGE, Vítor Oliveira (1982) – *Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto. Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*, 2 vols, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUP, Porto, p. 493-494.

[204] Ver Figura 12 e 13 em Anexo.

cuja cronologia se enquadra na Pré-História recente, e ainda, materiais de construção romana, como tégula.

Em 2009 realizaram-se trabalhos arqueológicos no âmbito da empreitada de construção do Ramal Leça – TRP-02-40-001, na área da necrópole de Montedouro classificada como IIC, as quais revelaram uma quantidade significativa de materiais de cronologias diferentes: pré-histórico, romano e alti-medieval.[205] Pelas materialidades encontradas, tudo leva a crer que a bouça das Paredes foi um local de ocupação sucessiva.[206] Para além disso, não será de descartar também a hipótese da existência de um povoado com fossas semelhante ao de Lavra.[207] Ana Bettencourt, considerou o local como o "campo das Antinhas" [208] Pela sua abordagem científica, entendemos que considera a existência de vários monumentos neste local integrando-os no Neolítico.

Relativamente à mamoa de *Adaulfi*, num documento do cartório do Mosteiro de Moreira, datado do ano de 1038, referente a uma carta de venda de bens feita por Eirigo a Aduomari Arianiz e a sua mulher Goltrecodo, é relatado que essa herdade ficava no território portucalense, na "vila" que se chama Perafita, no termo do lugar de *Adaulfi*, entre os lugares de *Recemundi* e de *Adaulfe "subtus mamola de Adaulfi"*.[209] Para além deste registo outros a citam: M. Corrêa, *"As Origens da Cidade do Porto"*, 1935, p. 43; Guilherme Felgueiras, *"Monografia de Matosinhos"*, 1958, p.132, e Neves dos Santos, *Altar das Covinhas no Castro de Guifões*, 1962, p. 114.[210] Segundo as descrições de Neves dos Santos era um dólmen de corredor com laje (supomos que esta laje seria o chapéu do monumento) e com mamoa. Assinala que a mesma foi destruída pelos pedreiros e no mesmo local existem duas leiras conhecidas como *mámoas de dentro e de fora*. Nas diferentes prospeções ao local apuramos a pervivência do micro-topónimo.

Em 2008, no âmbito das prospeções realizadas pelo GMAH, foram reconhecidas estas leiras. Numa delas identificou-se um monte artificial, constituído por pedra e terra, formando

[205]Os materiais provenientes das sondagens da Osecarus encontram-se nas suas instalações.

[206] BATATA, Carlos (2009) – Sondagens arqueológicas em Pampelido/ sepultura 1 de Montedouro (CNS783) (Perafita) no âmbito da empreitada de construção do ramal de Leça – TRP (Relatório Final), Ozecarus, Serviços Arqueológicos, Ldª.

JORGE, Vítor Oliveira (1982) – *Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto. Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*, 2 vols, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUP, Porto, p. 493-494.

SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 63.

PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores.

BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 38.

[207] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 53.

[208] IDEM, *Ibidem*.

[209] *"Ego Eirigu (...) vinderenmus vobis Aduomari Arianiz et uxor vestra Goltrecodo (...) ereditate nostra própria que aveo de avios meos in Vila quos vocitant Petrafita, in terminum de Ataulfi, território Portucalensis, subtus mamola de Adaulfi et ave iacentia inter Recemundi et Adaulfi (...)", in* PMH, DC, doc. CCCIII.

BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 38.

[210] *Matosinhos em Textos Medievais* (1978) Prefácio de António J. Gomes, Matosinhos: Biblioteca Municipal de Matosinhos, p. 28.

JORGE, Vítor Oliveira (1982) – *Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto. Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*, 2 vols, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUP, Porto, p. 493-494.

SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 60.

PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p.63.

um pequeno morro. Na base deste, e voltado a poente, os terrenos estão agricultados. Nas diferentes prospecções levadas a cabo na área foram encontrados alguns materiais, nomeadamente fragmentos de cerâmica manual, apresentando tipologias que se enquadram cronologicamente na Idade do Bronze, pela natureza da pasta, grosseira, fraca cozedura e os desengordurantes muito acentuados, recolhendo-se também um fragmento de cerâmica medieval (?). Nas proximidades da leira localizada mais para Norte recolhemos algumas materialidades. Entre estes salientamos materiais de construção romana.

Esta estrutura também é referida como a Mota de *Adaulfi* ou de Madoufe, ou seja, apontada como uma estrutura castelar medieval. Mas, só uma escavação arqueológica poderá confirmar, ou não, a sua existência, como também a possibilidade da presença nas imediações dum povoado em fossas pré-histórico. No ano de 2009, e numa investigação realizada por Ana Bettencourt, aponta uma cronologia Neolítica para a Mamoa de Adalfi.[211] Trata-se claramente de um monte artificial, constituído por pedra e terra, formando um pequeno morro, sobre elevando-se entre 5 a 7 metros em relação aos terrenos agricultados voltados a poente. Admite-se estar em presença de uma pequena fortificação do início do século XI. A sua construção parece dever-se, não às populações residentes, mas sim a um senhor local – Adaúlf – tendo como objetivos a proteção e controlo dos seus pertences localizados numa zona litoral muito vulnerável à ameaça de investidas normandas e muçulmanas que então ocorreram.[212]

A mamoa de Lumbelo é citada no documento CCCLI de *Portugaliae Monumenta Historica*, relativa a uma venda praticada no ano de 1047 "… *que dicent de martina sub mamola de lumbello terridurio portugalensis subtus castro quifiones*…".[213]

Segundo os registos de Neves dos Santos, e de acordo com as informações orais recolhidas localmente, esta estrutura era constituída por um dólmen com mámoa e as suas grandes lajes foram destruídas há cerca de 20 anos pelos pedreiros. Seguindo também os registos de Fernando Lanhas, coloca-se a hipótese de o sítio se localizar a uns escassos metros para Norte da actual igreja, próximo de uns campos, conhecidos como o "campo dos castros", no qual recolhemos alguns fragmentos cerâmicos que pelo tipo de pasta se enquadram na Pré-História recente.[214] Este monumento é também registado por Ana Bettencourt, apontando uma

[211] BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 38.
[212] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 56.
[213] *Matosinhos em Textos Medievais* (1978) Prefácio de António J. Gomes, Matosinhos: Biblioteca Municipal de Matosinhos, p. 48.
[214] LANHAS, Fernando (1969) – Cópia do mapa integrado no inventário de objetos e lugares com interesse arqueológico.

cronologia Neolítica.[215] Quase toda a área envolvente ao sofreu uma revolução urbanística que alterou profundamente o local. Contudo o mesmo foi considerado como área a proteger.[216]

Nos limites da freguesia de Leça da Palmeira e da sua congénere de Perafita foi registada, por Fernando Lanhas, a mamoa do Brio[217], assinalando no mapa que já se encontrava destruída. Porém, em 1959 Neves dos Santos já a tinha inventariado, localizando-a um pouco a Norte do Monte Godim, na estrada que vai de Gonçalves para o Padrão. Era um dólmen de corredor com mamoa, do qual atualmente poucos vestígios materiais se encontram. No mesmo local existem duas leiras, que o povo designa por *mamas de brio* e que nas proximidades, à semelhança da mamoa de Guifões, tem os campos do padrão e as leiras das portelas. Micro topónimos que não se identificaram nesta pesquisa.[218] Em 1968, Neves dos Santos regista fotograficamente a destruição do monumento "*…quando a colina onde se encontrava a mâmoa estava a ser arrazada por máquinas de terraplanagem para a construção de uma unidade fabril…*"[219]. Ana Bettencourt aponta uma cronologia Neolítica para este monumento.[220]

Relativamente à freguesia de S. Mamede de Infesta e nas inquirições realizadas por ordem do rei D. Afonso III em 1258 registam o seguinte *"... Mahaldi, Pachianorum Ecclesie Sancti-Mametis ... dixit quod vj leyre jacent in loco qui dicitur Lomba contra Pedrouços et sunt regalengues"*.[221] Neves dos Santos regista o topónimo, uma vez que este pode indiciar a presença de uma estrutura funerária. Faz referência, em 1959, às leiras da Lomba e, um pouco a Norte, existe também o topónimo Alto das Portelas.[222] Em prospecções realizadas na área apuramos que este lugar ainda permanece vivo nos registos de memória dos mais velhos. No mesmo local há referências de que existiu a primitiva igreja de S. Mamede. Como tal a área foi considerada como uma zona com potencialidades arqueológicas. Um outro documento faz referência, e pela primeira vez, a uma Anta, nas Inquirições de 1258 *"... Interrugatus quare*

[215] BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 38.
JORGE, Vítor Oliveira (1982) – *Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto. Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*, 2 vols, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUP, Porto, p. 493-494.
SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 61.
[216] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 51.
[217] LANHAS, Fernando (1969) – *Cópia do mapa integrado no inventário de objetos e lugares com interesse arqueológico*.
[218] SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 57.
SANTOS, Joaquim Neves dos (1961) – *Altar com covinhas no Castro de Guifões*, Edição do Autor, p. 8.
JORGE, Vítor Oliveira (1982) – *Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto. Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*, 2 vols, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUP, Porto, p. 495.
PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 57.
[219] IDEM, *Ibidem.*
[220] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 52.
BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 38.
[221] SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 69.
PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 67.
[222] Portela, segundo o latim vulgar *portella*, significa 'portinha'.

dixit quod nescitt. Item dixit Documinus Rex habet unum matum qui jacet subtus antam et rupi illum et laborat Domicus Petri…".[223]

Neves dos Santos regista "as Antas de Moalde", apontando para a existência de vários monumentos funerários. No reconhecimento da área realizada em 2010/2011 averiguou-se que o local é conhecido como as leiras d`antas e recolheu-se, à superfície, junto a uma linha de água dois líticos, um núcleo em quartzito muito rolado e um fragmento de seixo rolado em quartzito, com possíveis vestígios de talhe. Uma outra investigadora, Ana Bettencourt, aponta uma cronologia Neolítica para estes monumentos, registando-os como Leira d`Antas de Moalde.[224] É recorrente neste tipo de monumentos aparecer estruturas em negativo, tipo fossas. Como medida preventiva o local foi assinalado como uma área a proteger.[225]

Na freguesia de Santa Cruz do Bispo há notícias da existência das antinhas da Portela e de Aguiar. Ficavam no Souto da Portela e de Aguiar, inventariadas por Neves dos Santos e referidas por Rocha Peixoto. Mais recentemente, e em prospeções realizadas neste local, apenas se recolheram alguns materiais líticos e a pouca distância da Portela, na zona da Avessada/Junqueira, foi recolhido, também à superfície, um seixo quartzito com talhe unifacial num dos extensos campos que bordejam as margens Norte do rio Leça. O sítio será considerado como uma área a proteger.[226]

Fernando Lanhas assinala, em 1969, a presença deste monumento funerário no lugar de Aguiar.[227] Em 2009, Ana Bettencourt regista a "mamoa do Souto de Aguiar" e as "Antinhas" do Monte da Portela apontando para ambas uma cronologia neolítica.[228] Foram registadas como Antinhas da Portela e Anta de Aguiar.[229] O facto de até ao presente momento não se identificarem vestígios materiais conotados com as informações registadas, tudo aponta que, quer na Portela, quer em Aguiar, devem ter existido vários monumentos megalíticos.

Ainda nesta freguesia foi registado por Fernando Lanhas, num dos seus trabalhos arqueológicos sobre a região do Porto, uma mamoa. Pela sua localização, está-se em crer que se situe numa zona plana entre o antigo lugar do Barreiro, atual Rua do Chouso, e a Rua da Cancelinha.[230] Nas diferentes prospeções ao local, para tentar identificar este registo, recolheu-

[223] SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 70.
PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 67.
[224] BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 38.
[225] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 70.
[226] SANTOS, Joaquim Neves dos (1955) – *Guifões Notas Arqueológicas, Históricas e Etnográficas*, Vol. 1, Edição do Autor, p. 65.
PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 45.
BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 38.
[227] LANHAS, Fernando (1969) – *Cópia do mapa integrado no inventário de objetos e lugares com interesse arqueológico*.
[228] BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 38.
[229] Ver Anexo H, Fichas de Sítio Nº 64 e 66.
[230] LANHAS, Fernando (1969) – *Cópia do mapa integrado no inventário de objetos e lugares com interesse arqueológico*.

se algum material, sendo que a maior percentagem são fragmentos de cerâmica comum (trinta e dois fragmentos). Numa área adjacente, e ainda na Aldeia de Baixo, foram recolhidos numa cascalheira, há cerca de meia dúzia de anos, pela proprietária do terreno, e no âmbito de uma construção, alguns materiais, entre eles um machado polido, fragmentos de cerâmica comum, e um núcleo de sílex que aponta uma cronologia pré-histórica.[231]

Relativamente à estrutura funerária não se identificou qualquer vestígio. Os materiais recolhidos apontam para uma cronologia Pré-histórica e Romana. Observando a área conclui-se que o mesmo reúne ótimas condições para a prática agrícola e com recursos hídricos nas proximidades, o que promoveria a implantação de um povoado. Perante as evidências estaremos em presença dum povoado pré-histórico, com fossas, à semelhança do povoado de Lavra?

Por fim, deixamos um registo para a freguesia da Senhora da Hora, no qual citamos Oliveira Jorge, " … existe a Rua da Madorrinha (informação de J.J. Rigaud de Sousa; tratar-se-á de um antigo monumento magalítico?... toda a prudência é necessária antes de o podermos afirmar, se é que tal será algum dia viável)".[232] Não se identificou esta Rua da Madorrinha, mas sim a Rua Nova da Madorninha e a Viela com o mesmo designativo. Nos seus limites existiu o lugar do Carriçal, topónimo que indicia a presença de estruturas funerárias.[233]

Uma vez que a zona em questão se encontra completamente urbanizada apenas se registou o topónimo com o objectivo de perpetuar a sua ancestralidade.

Susana Oliveira Jorge refere que, entre o 6º e o 2º milénio a.C., se verificou um longo processo de *"domesticação da terra"* que é correlativo da emergência de comunidades hierarquizadas,[234] verificando-se, desta forma, um desenvolvimento coletivo, processado pelos ecossistemas e comunidades, funcionando em parceria, visando a evolução, cristalizada numa territorialização, e assumindo as mais variadas facetas para a sua concretização. Como tal, nesta passagem de quatro milénios, marcados pela apropriação do espaço, pela criação de estruturas físicas, ordenação territorial, estratificação social, desenvolvimento económico e de sobrevivência, tudo isto, subentendido através da cultura material e dos assentamentos e edificações, pois são estas arquiteturas e materiais que induzem a esta leitura. Numa primeira fase das comunidades que construíram e numa fase, quase paralela, das comunidades que

JORGE, Vítor Oliveira (1982) – *Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto. Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*, 2 vols, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUP, Porto, p. 595.

[231] Ver Figura 14 e 15 em Anexo.
Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 65.

[232] JORGE, Vítor Oliveira (1982) – *Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto. Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*, 2 vols, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUP, Porto, p. 495.

[233] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 73.

[234] JORGE, Susana Oliveira (1999) – *Domesticar a Terra – As primeiras comunidades agrárias em território português*. Lisboa: Gradiva, p. 125.

criam uma economia produtora, dominando a agricultura e o pastoreio, o que retrata este desenvolvimento coletivo.

Segundo Ana Bettencourt, num estudo recente sobre o Minho e Douro Litoral, as estações habitacionais são muito raras, admitindo que as comunidades ocuparam zonas ao ar livre e aproveitaram abrigos graníticos nas áreas dos monumentos funerários, como é exemplo da jazida da Bolada em Celorico de Bastos, da necrópole da Serra da Aboboreira em Amarante e Marco de Canaveses e ainda na do Leandro, Maia. De forma geral, estes locais correspondem a ocupações muito frágeis, evidenciando construções realizadas em materiais perecíveis, das quais se destacam fossas, buracos de poste e lareiras. Esta raridade expressiva deve estar relacionada com o modo de vida destas pequenas comunidades que, apesar de praticarem uma agricultura muito incipiente e da criação de gado, ainda estariam muito dependentes da recolha das matérias-primas para a sua subsistência, portanto, a sua mobilidade era constante, motivada pela escassez de recursos.

Os sítios registados para este período estão pautados pela presença de inúmeros monumentos funerários mas, por outro lado, não se identificaram até ao momento vestígios relacionados com as estruturas habitacionais. Talvez devido à natureza dos materiais utilizados nas suas construções, pois provinham de matérias perecíveis. É ainda dentro deste contexto que emerge o período que convencionalmente designado por Calcolítico, balizado a partir dos finais do IVº até ao terceiro quartel do 3º milénio a.C., no qual as arquitecturas dos mortos perdem, de certa forma, a sua ascensão como estruturas de referência das populações, para dar lugar a um novo cenário de primordial importância sob o ponto de vista colectivo e social. Segundo Ana Bettencourt aumentam o número de povoados, ocorrendo ocupações, tanto nos outeiros, como nas colinas, ou na plataforma litoral, normalmente próximo dos vales, junto de terrenos com potencialidades agrícolas, evidenciando um aumento populacional, associado a um modo de vida mais sedentário, relacionado com a actividade agrícola e pastoril, cujos lugares pouco se destacam na paisagem. Admitindo ainda a possibilidade da continuidade de hábitos anteriores como a recolecção e a pesca.[235]

Em relação às arquiteturas funerárias e suas práticas, e segundo as investigações realizadas para o Norte de Portugal, os monumentos anteriores são reutilizados, ou seja, os de corredor e de câmaras abertas, mas também há quem aceite que as comunidades calcolíticas utilizaram os mesmos espaços para construírem pequenos túmulos de tradição anterior.

Neste período emerge a cultura dos metais, mas também é caracterizado pela presença da cerâmica campaniforme que, segundo Ana Bettencourt, num estudo recente sobre a

utilidade e funcionalidade dos vasos campaniformes, salienta que, para além de serem considerados recipientes para armazenar líquidos, como a cerveja, também funcionaram como reservatório de alimentos, cadinhos para a redução do ouro e do cobre e como recipientes cinerários.[236] Para este período conhecem-se, na bacia do rio Leça, estruturas em negativo, presumivelmente calcolíticas, no sítio do Leandro I e na Forca, Concelho da Maia, assim como pequenas fossas abertas nos sedimentos anteriores, detetadas em contexto de escavação na Praia de Angeiras, realizadas em 2008.[237]

Segundo a investigadora, o sítio da Forca deve ter sido ocupado desde o Neolítico, mas a sua grande expressividade deve ter-se efetuado no Calcolítico, como se depreende pelos materiais encontrados, nomeadamente as cerâmicas representativas deste período crono-cultural ”tipo-Penha”. Considera que talvez este recinto monumental, de grande investimento comunitário, fosse um espaço público, funcionando em rede com outros lugares e admite a possibilidade de este lugar ter sido visitado ao longo do ano por comunidades da região, para participarem em *“... diferentes cerimónias, isto porque alguns dos materiais ali encontrados são fabricados com matéria-prima exógena ou raras, como o sílex, o anfibolito e o quartzo (hialino), a presença assim como o consumo ou depósito de carne de ovicaprinos e de conchas, provenientes do litoral…”*.[238] Admitindo a hipótese deste local comunitário, admite-se a possibilidade de partilha pelas comunidades que ocuparam este espaço durante o Calcolítico, assim como se coloca também a hipótese deste espaço litoral ter sido partilhado pelos residentes itinerantes dos povoados do concelho da Maia. Mas, é verdade que tudo isto só pode ser comprovado através dos vestígios encontrados. Até ao presente, apenas um local foi identificado através de uma escavação realizada na praia de Angeiras, onde se encontraram materiais arqueológicos como material lítico, nomeadamente, um seixo, que evidenciava a extração de lascas, alguns fragmentos cerâmicos de fabrico manual com decoração “tipo Penha” pertencentes a um vaso, cuja tipologia se enquadra no Calcolítico[239], e foi ainda identificada uma estrutura pétrea de construção em rampa bastante danificada. Relativamente a este murete, segundo os arqueólogos de campo não foi possível uma análise mais detalhada, só uma intervenção futura poderá trazer, ou não, novos dados. De referir que, associado ao mesmo murete, foram recolhidos escassos fragmentos de cerâmica de fabrico manual que pelas suas particularidades, pasta micácia grosseira e má cozedura, tudo indica estar-se em presença de cerâmicas da Idade do Bronze.[240]

[236] BETTENCOURT, Ana (2009) – *Traços de Identidade*, Universidade do Minho, p. 79-81.
[237] BETTENCOURT, Ana, (2010) – “O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça”, capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 46-47.
[238] IDEM, *Ibidem*, p. 59.
[239] Ver Figura 16 em Anexo.
[240] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 11.

3.3 – Idade do Bronze

A Idade do Bronze, e segundo Ana Bettencourt, compreende várias fases, como o Bronze Inicial, que decorrerá entre os meados do III e início do II milénio a. C, o Bronze médio, que ocupará quase todo o II milénio, iniciando-se ainda neste o Bronze Final, que terminará sensivelmente entre o VII/V a. C. As cronologias apontadas pela investigadora para o Noroeste português decorrem dos estudos realizados, devido às mudanças verificadas na rede de povoamento, como nos diferentes papéis desenvolvidos de cunho social, nas práticas funerárias e na metalurgia.[241]

Susana Oliveira Jorge admite que durante a Idade do Bronze se assiste à emergência de verdadeiras *"unidades sociopolíticas"* regionais, ou seja, a territórios ligados por uma forte identidade cultural e uma organização interna bastante centralizada, passando a depender de um novo tipo de liderança. Esta liderança é assumida por um grupo pequeno ligado por laços de sangue no meio de cada comunidade, cujo poder e privilégios tenderão a ser passados hereditariamente. Desta forma, o poder é cimentado de forma mais personalizada. Em paralelo, este poder ganha formas de culto direccionado para figuras individualizadas que nos finais da Idade do Bronze poderão, ou não, recorrer a modelos de heroificação.[242]

Os vestígios relativos a este período chegam até nós através da cultura material recolhida em prospeções e intervenções arqueológicas. Numa análise muito substanciada, e à semelhança dos sítios estudados para o Noroeste peninsular, estes locais distribuem-se em planaltos de baixa altitude verificando-se que as estratégias de implantação obedecem a locais próximos de linhas de água, de terrenos com boas potencialidades para a prática agrícola e pastoril, e com óptimas condições de visibilidade, quer nas zonas mais planas, quer nas zonas mais altas, como é o exemplo do Castro do Monte Castêlo, cujos materiais recolhidos apontam para uma cronologia da Idade do Bronze Final (?).

Dos sítios intervencionados, o povoado de Lavra revelou, através das sondagens realizadas, em 2004, e segundo Ana Bettencourt, a distribuição geográfica das estruturas, a aparente uniformidade dos achados cerâmicos nas diversas sondagens e as datas de radiocarbono obtidas, que este sítio possa ter sido um povoado do Bronze Médio, com mais de 1 hectare de extensão, ocupando o topo e as vertentes Sul e Oeste de um pequeno relevo residual, em plena plataforma litoral. O espólio exumado, que a par de cerâmicas comuns de época romana, moderna e contemporânea, ocorrem, ainda, faianças e vidros de época

FONSECA, Vítor e TEXEIRA, Ricardo; FONSECA, Jorge; PIEDADE, Marta; PIRES, Conceição e VARELA, José Manuel (2011) – *Intervenção Arqueológica* – Requalificação da Orla Costeira de Matosinhos, Relatório Final, Empresa Arqueologia e Património - Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca, Arqueologia Ld.ª.

[241] BETTENCOURT, Ana (2009) – *Traços de Identidade*, Universidade do Minho, p. 81-88.
BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 18.

[242] JORGE, Susana Oliveira (1999) – *Domesticar a Terra – As primeiras comunidades agrárias em território português*. Lisboa: Gradiva, p. 228.

moderna e contemporânea, vidrados de chumbo genericamente datáveis dos séculos XIX e XX, uma moeda de *Cinco Reis* do reinado de D. Sebastião e vinte e quatro fragmentos cerâmicos, pelo fabrico, tipo de pasta, cozedura, e formas se integram na Idade do Bronze do Noroeste de Portugal.[243]

As sondagens revelaram algumas fossas, cujos enchimentos encontrados foram ossadas carbonizadas de animais com prováveis restos alimentares, sendo estes dados indicadores da prática da pastorícia. Um outro dado importante é o da proximidade da costa promovendo a possibilidade de investirem também na apanha de moluscos, à semelhança da evidência encontrada nos povoados das Areias Altas, no Porto, que se insere, provavelmente, no Bronze Médio, do Corgo Azurara, em Vila do Conde, e também se admite a possibilidade de estas populações se terem dedicado à exploração do sal.[244]

Ana Bettencourt, apesar da informação exígua, admite que o povoado de Lavra é de extrema importância no contexto da Idade do Bronze do litoral Norte, tendo em consideração a sua localização geográfica, a sua extensão, a sua cronologia e o facto de conter, ainda que parcialmente, um nível de ocupação/abandono bem preservado. A continuação dos trabalhos neste local, que se espera que possam ocorrer em tempo próximo, possibilitará a obtenção de um número de materialidades significativas para uma melhor interpretação dos factores subjacentes à ocupação da plataforma litoral.[245]

Segundo os estudos realizados no Minho admite-se que as comunidades do Bronze, para a sua subsistência, tenham desenvolvido o cultivo dos cereais de Verão e de Inverno, como trigo, milho miúdo e cevada, ervilhas, favas, couves, e também a criação de gado bovino, caprino, ovino e suíno. Complementando com a colheita de mel, de plantas e de frutos como nozes, castanhas, avelãs, peras, sorvas e pilritos, complementando a sua dieta com a recolha de moluscos e crustáceos.[246]

Durante o Bronze permanece a metalurgia do cobre, sendo que é na fase inicial que emergem as pontas de lança de tipo Palmela e os punhais de lingueta. Nesta etapa dá-se um grande desenvolvimento da ourivesaria, embora se mantenha algumas facetas de tradição anterior como as aspirais de prata e ouro. Aparecem novos modelos, próprios dos costumes de cada fase, como os diademas, as gargantilhas de tiras e as lúnulas. Estes objectos de adorno

[243] FONSECA, Vítor e TEXEIRA, Ricardo; FONSECA, Jorge; PIEDADE, Marta; PIRES, Conceição e VARELA, José Manuel (2011) – *Intervenção Arqueológica – Requalificação da Orla Costeira de Matosinhos*, Relatório Final, Empresa Arqueologia e Património - Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca, Arqueologia Ld.ª.

[244] BETTENCOURT, Ana M. S. & FONSECA, Jorge (2009) – *O povoado da Idade do Bronze de Lavra, Matosinhos. Contributos para o estudo do Bronze Médio do litoral Norte*, Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 14-17.

[245] BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 61.
FONSECA, Vítor e TEIXEIRA, Ricardo (2004) – *Relatório de Intervenção Arqueológica em Lavra* – Empresa de Arqueologia e Património Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca – Arqueologia Ld.ª.

[246] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 15.
BETTENCOURT, Ana (2009) – *Traços de Identidade*, Universidade do Minho, p. 89-91.
BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 53.

parecem marcar a consolidação do uso desta matéria-prima e da ourivesaria no Noroeste peninsular. É durante a primeira metade do II milénio a. C. que a utilização do Bronze se desenvolve na bacia do rio Leça, e está representada por um pingo de fundição proveniente do Lugar da Cova da Moura, no Concelho da Maia, o que tudo aponta para uma cronologia do Bronze Médio.[247]

No Bronze final emerge uma visão mais alargada sob o ponto de vista estrutural, social e ritos que, segundo Ana Bettencourt, obedecia a uma hierarquização do espaço mas também social no que corresponde aos diferentes patamares de organização social, conforme refere também Susana Oliveira Jorge. Durante esta fase acentua-se a metalurgia, emergem novos artefactos como o machado de talão de duas argolas de tradição local, quer os de tradição Atlântica e Mediterrânea, denunciando o contacto com outras comunidades exógenas.[248]

Para além dos dois sítios referidos atrás, também se realizaram sondagens em Montedouro, freguesia de Perafita, em 2009,[249] numa área próxima do litoral, com excelentes condições de visibilidade, circunscrita por terrenos com aptidão agrícola, com recursos hídricos nas proximidades e também com muitas pedreiras na área. Para além destas potencialidades, os materiais provenientes dos trabalhos realizados e das recolhas de superfície apontam para uma cronologia que se insere na Idade do Bronze, segundo o arqueólogo responsável por esta intervenção.[250] Quanto à existência de estruturas visíveis relacionadas com este período não foram identificadas, o que não significa que este sítio não tenha sido ocupado durante o mesmo.

Nos registos de Neves dos Santos encontramos referências ao sítio das Pombas ou das Moitas, na freguesia de Matosinhos, situado na área envolvente ao Mosteiro de Bouças e nas imediações de um velho caminho. Os materiais encontrados apontam para uma cronologia pré-romana.[251]

Em virtude disso foi salvaguardado como área a proteger. Esta medida preventiva não assenta só nas indicações referidas por Neves dos Santos, mas também pelo património registado na envolvente, nomeadamente o Mosteiro de Bouças, independentemente dos períodos crono-culturais.

---

[247] IDEM, *Ibidem*.
BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 55.
[248] BETTENCOURT, Ana (2009) – *Traços de Identidade*, Universidade do Minho, p. 90-91.
JORGE, Susana Oliveira (1999) – *Domesticar a Terra – As primeiras comunidades agrárias em território português*. Lisboa: Gradiva, p. 228.
[249] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 53.
[250] Os materiais provenientes desta sondagem encontram-se na empresa - Ozecarus, Serviços Arqueológicos, Ldª.
BATATA, Carlos (2009) – *Sondagens arqueológicas em Pampelido/ sepultura 1 de Montedouro (CNS783) (Perafita) no âmbito da empreitada de construção do ramal de Leça – TRP (Relatório Final)*, Ozecarus, Serviços Arqueológicos, Ldª.
[251] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 47.

No decurso deste trabalho, e durante as prospeções realizadas em Lavra, na envolvente do local onde foi assinalada a Cista de Paiço, identificou-se uma área desflorestada com cerca de 1ha. Batendo o terreno recolhemos, à superfície, alguns materiais líticos e cerâmicos, que indiciam uma cronologia que se enquadra no Bronze. Nas proximidades desta zona existe um outro terreno, que é conhecido localmente como o *"campo com história"*. O local será considerado como uma área a proteger.[252]

Na freguesia de Santa Cruz, no antigo lugar da Aldeia de Baixo, há cerca de meia dúzia de anos atrás foram recolhidos, numa cascalheira, alguns materiais líticos, desde um machado, núcleos e cerâmicas, que apontam, pelas suas características, uma cronologia que se enquadra na Pré-História recente.

Conhecedora destes materiais e da existência de um monumento funerário (?), assinalado por Fernando Lanhas nas proximidades deste local, prospetamos as áreas inúmeras vezes e, em virtude dessa batida no terreno, admitimos que o sítio que denominamos como "campo da cancelinha", localizado entre as Ruas da Cancelinha e do Chouso, integrava o antigo lugar da Aldeia de Baixo. Não identificamos o sítio da mamoa, mas, recolhemos, à superfície, uma percentagem considerável de materiais cerâmicos que nos permite considerar o sítio como uma área com potencialidades arqueológicas e talvez admitir a existência de um povoado com fossas.[253]

No âmbito do projeto de regularização e manutenção do Ribeiro de Joane, realizadas em 1997, foram identificados e recolhidos no campo do Cardeal mais de uma centena de materiais, cujas características apontam para cronologias que se enquadram na Pré-História recente e romana. O campo referido localiza-se numa zona plana, próximo da Rua dos Covelos, rodeada a Sul por pequenos outeiros, no antigo lugarejo da atual Rua da Vinha da Bouça, que outrora integraria a *"Vila de Jam de Baixo"*[254], de acordo com os censos realizados em 1258. Pela natureza dos achados, pelos vestígios já referidos atrás, e pela percentagem significativa dos materiais, considera-se o local como uma zona com potencialidades arqueológicas, admitindo ainda a possibilidade de se estar em presença de um povoado pré-histórico.[255]

Nesta freguesia identificou-se ainda, nas proximidades da mamoa do Lumbelo, um campo conhecido como o *"Campo dos Castros"*, nos limites do ribeiro da Montagaia, onde se recolheu, à superfície, fragmentos cerâmicos conotados com as cronologias do Bronze.

[252] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 14.
SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 64.
PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 55.
LANHAS, Fernando (1969) – Cópia do mapa integrado no inventário de objetos e lugares com interesse arqueológico.
[253] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 67.
[254] Trata-se do lugar de Joane de Cima da atual Freguesia de Perafita.
[255] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 11.

Atendendo à natureza dos materiais e da proximidade ao local da mamoa e às sepulturas escavadas na rocha, considerou-se a área como um local com potencialidades arqueológicas.[256] Em Leça da Palmeira os vestígios para este período crono-cultural escasseiam. Porém, no atual Parque Público (outrora o Convento da Conceição de Leça, edificado no séc. XV), encontramos, num registo de 1258, a seguinte referência *"... Quinta da granja ou da Conceição, sita num terreno chamado o Castro, quasi defronte do Castro de Guifões, a que se refere o Livro Grande da Câmara do Poro. Anno 1258..."*[257]. Em virtude disso a área foi prospetada e os achados de superfície recolhidos compreendem um fragmento de asa de rolo, apontando uma cronologia proto-histórica, e ainda cerâmica manual micácea, cerâmica medieval, fragmento de vidro romano, um fragmento de azulejo do séc. XVI, e um moinho/dormente manual (?), que aponta para uma cronologia que se enquadra na Pré-História recente. Contudo, desconhecemos a sua proveniência. Perante as evidências, e pela referência ao topónimo castro, registamos o sítio admitindo a hipótese, embora muito remota, de estarmos em presença de uma possível ocupação da Idade do Ferro ou anterior.

O local apresenta excelentes condições de visibilidade e os recursos de subsistência seriam abundantes tais como os estuarinos, com extensos terrenos com potencialidades agrícolas e hídricas, e ainda uma excelente via de circulação marítima, potenciando os contactos com o exterior. Numa fase mais tardia funcionaria talvez como guarda avançada ao Castro do Monte Castêlo, à semelhança do Castro de S. João em relação aos castros interiores nomeadamente ao da Retorta no vizinho concelho de Vila do Conde.[258]

Relativamente às arquiteturas sepulcrais, durante a Idade do Bronze surge uma nova leitura do espaço aliada a uma nova cosmovisão, ou seja, ambientes partilhados, numa domesticação do espaço em evolução. Verificando-se a reutilização dos monumentos megalíticos, outros são construídos de raiz, adoptando uma nova leitura do espaço, e dos rituais, mantendo-se a inumação até aos finais do Bronze mas coexistindo com a incineração. Durante esta nova fase diminuem as oferendas nos enterramentos diluindo, assim, a importância centralizada nestes espaços e ritos. Criaram-se cenários não relacionados com os lugares dos mortos, mas sim espaços conectados com as relações interpessoais, novos locais de poder.[259]

No concelho em estudo, Neves dos Santos e Fernando Lanhas, assinalaram também outro tipo de arquitetura funerária, as *"Cistas"*, como já foi referido anteriormente. Segundo Susana Oliveira Jorge estas estruturas funerárias, conhecidas como *cistas* de inumação

[256] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 54.
[257] FARIA, F. Fernando Godinho (1899) – *Monographia do Concelho de Bouças*, p. 239.
AZEVEDO, Padre Agostinho (1939) – *A Terra da Maia - Subsídios para a sua monografia*, vol. I, Edição da Câmara Municipal da Maia, p.155.
[258] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 39.
[259] BETTENCOURT, Ana (2009) – *Traços de Identidade*, Universidade do Minho, p. 100-102.

individual, surgem dentro de uma nova realidade no Norte de Portugal e podem ocorrer desde o último quartel do 3º milénio até finais do 2º milénio, podendo subsistir ao longo da Idade do Bronze, por vezes, associadas a outros monumentos funerários. Relativamente ao espólio funerário, acompanha também a nova realidade, isto é, com uma representatividade muito discreta.[260] João Luís Cardoso aponta para os *"...finais do IV milénio a. C. e a par das derradeiras grandes sepulturas megalíticas do Sul, emerge, no centro e Norte do País, um novo ciclo tendente para a inumação individual: trata-se de pequenos e baixos túmulos, de tipo cista, apresentando formas sub-rectangular a poligonal, cuja construção se prolongou por todo o III milénio a. C, acompanhando as reutilizações dos monumentos anteriores, não só ao longo do Calcolítico, mas também na Idade do Bronze e do Ferro"*.[261]

As cronologias apontadas para estes monumentos, quer por Susana Oliveira Jorge, quer por João Luís Cardoso, enquadram-se desde os finais do III milénio até à Idade do Ferro. Seguindo esta linha de orientação cronológica, e de acordo com a informação disponível sobre estas estruturas que apenas se identificam através das fontes bibliográficas. Como tal, as fontes mais diretas partem dos registos de Neves dos Santos e Fernando Lanhas mas, como é impossível validar até ao momento estes registos e a sua cronologia, optou-se por materializar uma síntese dos mesmos, partindo do pressuposto de que cronologicamente se podem inserir desde o Calcolítico até à Idade do Bronze. Neste sentido, e de acordo com os registos anteriores, assinala-se nas diferentes freguesias vários monumentos.

Em Lavra, a Cista de Paiço, localizada para Norte do eixo da estrada que de Cabanelas vai para Vilar do Pinheiro, junto aos campos chamados atualmente de Morouço. Também aqui se identificou o topónimo que indicia um local de memória aos mortos.

As inquirições de 1258 levadas a cabo em Paiço (Palaciolus) registam o seguinte: *"...dixitquod jacet una leira in loco qui dicitur Sisto…"*. Como já foi referido anteriormente Fernando Lanhas e Neves dos Santos, assinalaram a presença deste monumento.[262] Apesar das inúmeras prospeções realizadas na área não foi possível encontrar qualquer tipo de vestígio. Procurou-se obter informações toponímicas no local mas, os topónimos eram totalmente desconhecidos. Nas proximidades do local apontado recolheu-se à superfície, no sítio de Lavra, alguns materiais que se enquadram na Idade do Bronze.[263]

Em Custóias Neves dos Santos inventaria o monumento megalítico/Cista ou uma pequena Antela no lugar de Esposade. Perante este registo logo se instalou uma dúvida: o

[260] JORGE, Susana Oliveira (1999) – *Domesticar a Terra – As primeiras comunidades agrárias em território português*. Lisboa: Gradiva, p. 74-75,81.
[261] CARDOSO, João Luís (2002) – *Pré-História de Portugal*, Lisboa: Editorial Verbo, p. 217-218.
[262] PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 55.
SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 64.
LANHAS, Fernando (1969) – *Cópia do mapa integrado no inventário de objetos e lugares com interesse arqueológico.*
[263] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 14.

monumento corresponde a uma Antela ou a uma Cista?[264] Dúvida que continuará a persistir, até se encontrar novos dados que validem, ou não, esta informação.[265]

Ainda nesta freguesia, próximo do Largo do Souto, na Quinta do Forneiro, regista a existência de uma Cista "Forneiro". O local foi prospetado, contudo, devido às grandes transformações urbanísticas que modificaram o local, já não foi possível identificar a referida Quinta.[266]

Em Leça do Balio, F. Lanhas e Neves dos Santos assinalaram a Cista de Recarei.[267] A Cista, monumento funerário a que o povo chama de *Forninho dos Mouros*, ficava localizada próximo do Castro de Recarei numas bouças que ainda existiam, em 1959, frente à estação da linha de Cintura em Leça do Balio. Foi destruída há muitos anos, mas ainda existe no local um campo que tomou o nome de *campo do Forninho*.[268]

Após a prospeção ao sítio apurou-se que as diferentes revoluções urbanísticas ocorridas, e o traçado das vias de acesso, retalharam a zona, modificando profundamente a área. Contudo, ainda permanecem algumas zonas que não sofreram ação antrópica, mas, não se encontraram artefactos, apenas alguns elementos pétreos descontextualizados.[269]

Para a freguesia de Leça da Palmeira, Neves dos Santos assinalou, no campo do Forninho, no Monte das Panelas – Areias Altas, uma Anta ou Cista e Fernando Lanhas registou uma Anta. Conforme já referimos anteriormente, nova dúvida se instala: Cista ou Anta?[270] Já Ana Bettencourt considera a existência de uma necrópole no Monte de Panelas, integrando-a na Idade do Bronze.[271]

Perante os registos apenas se pode admitir que estas tipologias funerárias podem ter sido construídas no Calcolítico, no Bronze, e também durante a Idade do Ferro, pois os dados obtidos só nos permitem este registo. Mas, independentemente deste aspeto cronológico, levantamos uma hipótese relacionada com estas estruturas funerárias, "Cistas", ou estes monumentos sem monumentalidade, conviviam em parceria com os sítios residenciais? Estaremos em presença de ocupações com assentamentos em espaços abertos? Próximos dos recursos de subsistência? Eram comunidades ainda do tipo semissedentárias, ou sedentárias? De facto, não temos respostas para estas questões. Contudo, Ana Bettencourt, e por paralelos

[264] SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 65.
LANHAS, Fernando (1969) – *Cópia do mapa integrado no inventário de objetos e lugares com interesse arqueológico*.
PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 49.
[265] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 2.
[266] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 3.
IDEM, *Ibidem.*
[267] Antropónimo germânico.
[268] SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 68.
PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 59.
[269] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 27.
[270] LANHAS, Fernando (1969) – *Cópia do mapa integrado no inventário de objetos e lugares com interesse arqueológico*.
SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 58.
[271] Ver Anexo H, Ficha de Sítio Nº 36.
BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 50.

com outros povoados estudados, admite que a partir do Bronze Médio ocorre a adoção da metalurgia do bronze, o que implica a exploração de novos territórios, verificando-se, portanto, já no Bronze Final, um aumento significativo dos sítios residenciais conhecidos e, por sua vez, este aumento promove alterações no padrão de povoamento, à semelhança dos povoados de baixa altitude como no Corgo - Azurara, Vila do Conde, Pego, Alto da Cividade em Braga e o da Santinha em Amares.[272]

A veracidade destes vestígios assenta nas pesquisas documentais, nas fontes toponímicas, e nos artefactos encontrados. Relativamente à identificação das estruturas habitacionais, e uma vez que eram construídas em materiais perecíveis, são difíceis de detetar. Como tal, e tendo como paralelo as investigações realizadas nos sítios já referidos que incluem a área geográfica do Entre-Douro-e-Minho, é possível admitir também para o concelho em estudo esta alteração de padrões de povoamento. Contudo, as dúvidas permanecem, mas também se verifica que nos finais do Bronze e início da Idade do Ferro são libertados os terrenos e as implantações das estruturas habitacionais ocupam lugar de destaque nos pontos mais altos, portanto, estar-se-á perante um novo padrão de povoamento, definido por novas estratégias de rentabilidade do espaço, quer economicamente, quer estrutural, no qual está cristalizado uma nova cultura *" Cultura castreja do Noroeste Peninsular"*.

Neste capítulo registamos para a Pré-História recente quarenta e dois sítios, sendo que oito deles são sítios inéditos, identificados através das prospeções e da recolha de materiais encontrados à superfície, denotando-se um aumento populacional. No decorrer deste encontramos várias dificuldades relacionadas com a identificação no terreno de alguns vestígios encontrados nas fontes documentais mas, mas, independentemente disso, registamos a informação com objetivos preventivos.

Capitulo IV – Da Idade do Ferro ao período Suévico-Visigótico

"…O I milénio é o mundo dos castros…, eles foram os únicos focos de povoamento do velho Entre-Douro-e-Minho…"

Brochado de Almeida (2008)[273]

No presente capítulo serão apresentados os dados do inventário realizado aos vestígios de ocupação no território em estudo, desde a Idade do Ferro ao período Suévico-Visigótico.[274]

A metodologia usada segue os moldes dos capítulos anteriores, embora neste sejam introduzidos alguns registos inéditos de Neves dos Santos, assim como a Planta Geral do

[272] BETTENCOURT, Ana (2009) – *Traços de Identidade*, Universidade do Minho, p. 90.
[273] ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, (2008) – *Sítios que fazem História-Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo: 1- da Pré-História à romanização*. Edição da Câmara Municipal de Viana do Castelo, p. 103.
[274] Ver Anexo G – Tabela e Mapa dos Sítios Arqueológicos do Concelho de Matosinhos.

Castro (PGCG), de 1955, e ainda a planta de um edifício intervencionado em1962, que designou como ZB9.

Falar da ocupação de um espaço implica necessariamente falar dos caminhos que unem os lugares. Nesse sentido, entende-se que o crescimento de um local compreende, como ainda hoje, a abertura de caminhos, vias rápidas, auto estradas, etc. Os caminhos desde sempre desempenharam e desempenham um papel primordial, são pólos dinamizadores de toda a evolução humana.

Assim, os diferentes elos de ligação entre as comunidades existiram desde sempre. Com um traçado mais retilíneo ou sinuoso, mais ou menos extenso, acompanharam desde sempre o estádio evolutivo dos grupos, como afirma com segurança Carlos Alberto Ferreira de Almeida *"...já na época dolménica nesta zona do Entre-Douro-e- Minho, os caminhos, assegurados não pela itineração dos diferentes tipos de construção dolménica, do espólio, mas porque estes se distribuem ao longo dos caminhos, vias quase naturais que algumas delas permaneceram até aos nossos dias..."*.[275] Como tal, constata-se que nos períodos crono-culturais seguintes, a rede de caminhos acompanhou o natural desenvolvimento promovido pelos grupos noroestinos, testemunhando esse progresso muito do espólio encontrado nos castros, que evidenciam os contactos endógenos. Sobretudo a cerâmica, como a cerâmica importada, e os objetos em ferro. Certifica esta evidência, o percurso realizado pelas campanhas de *Decimus Junius Brutus* em 138 ou 136 a. C., ao calcorrear os caminhos que o conduziram até às margens do rio Lima, eixo que foi usado como meio de circulação de pessoas e bens no sentido Norte /Sul.[276]

Desta forma, entende-se que esta rede comunicante desempenhou, ao longo da Cultura Castreja, um papel primordial, até porque, quando chegaram os romanos ao Noroeste peninsular, este estaria dotado de caminhos, como afirma Brochado de Almeida, obedecendo a estratégias de domínio por um lado, por outro, não seguiam um modelo diretor, isto é, possuíam um traçado um pouco anárquico. Com a Romanização desenvolveu-se uma política viária, centrada nas diretrizes de Roma, numa primeira fase militar e mais tarde uma via comercial.[277]

[275] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1968) – *Vias Medievais Entre o Douro e o Minho*, Porto, FLUP, p. 8-9.
[276] IDEM, *Ibidem*, p. 8.
MATTOSO, José [coordenação] (1993) – História de Portugal, Vol. V – *A Romanização do Actual Território Português,* Lisboa, Editorial Estampa, p. 255-256.
[277] ALMEIDA, Carlos A. Brochado (1990) – *Proto-História E Romanização da Bacia Inferior do Lima*, Centro de Estudos Regionais, 7/8, Viana do Castelo, p. 244.

Por conseguinte, os caminhos romanos que cruzavam este concelho podem estar na base deste traçado pré-romano, como refere Brochado de Almeida, relativamente à via romana Porto-Barca do Lago-Darque-Caminha.[278]

4.1 – A cultura Castreja

Para Brochado de Almeida, "*O I milénio é o mundo dos castros. É facto mais que consentido que o seu nascimento coincide com o alvor do I milénio a.C., tendo o zénite ocorrido durante a dinastia flávia, ou seja no ocaso do séc. I da Era atual. Nos séculos que antecederam a presença romana no Noroeste Peninsular, eles foram os únicos focos de povoamento do velho-Entre-Douro-e-Minho, região que tem como imagem de marca uma peculiar descontinuidade geomorfológica. É mais agreste e montanhosa no Norte e interior, mais aconchegada com vales e colinas de pouca expressão no litoral e na parte mais meridional deste território…*".[279]

O I milénio é o mundo dos castros, que coincide também com o final da Idade do Bronze, correspondendo à última etapa da Pré-História, que equivale à Iª fase da Cultura Castreja definida por Armando Coelho da Silva. Portanto, este período cronológico corresponde a uma fase de transição entre a Pré e a Proto-História.[280] O castro era, por conseguinte, uma unidade social consideravelmente fechada, em que todos se relacionariam por consanguinidade e onde se vivia numa economia de subsistência, num tipo de povoamento concentrado. É nesta região, do Noroeste Peninsular, que emerge, no final da Idade do Bronze, a Cultura Castreja alicerçada nos vários estudos realizados e registados em diversos locais, admitindo ainda que é dentro deste contexto que os primeiros passos desta cultura são acompanhados por alterações climáticas, com temperaturas mais baixas e pluviosidade elevada. Este aspeto produziu alterações no quadro do povoamento, uma vez que o crescente desenvolvimento arbóreo obrigava a que as comunidades escolhessem os pontos mais altos e livres de vegetação, e nas quais encontrassem recursos capazes de contribuírem para a sobrevivência das comunidades. Quando os recursos naturais eram insuficientes, procuravam-nos extra-muros, desmatando as zonas cobertas de vegetação localizadas nas proximidades dos povoados.[281]

Relativamente aos locais de implantação, Brochado de Almeida admite, a partir das suas investigações, que as razões que presidiram à seleção dos locais de assentamento para o

[278] ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, (2008) – *Sítios que fazem História-Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo: 1- da Pré-História à romanização*. Edição da Câmara Municipal de Viana do Castelo, p. 103.
[279] IDEM, *Ibidem*, p.103.
[280] SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1996) – *A cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira / Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, p. 26.
[281] SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1983-1984) – *A Cultura Castreja No Noroeste de Portugal: Habitat e Cronologias*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, p. 123.

período em questão estarão eventualmente relacionadas com fatores economicistas.[282] Mas, Armando Coelho aponta outra razão que assenta em critérios estratégicos defensivos, considerando que este período corresponde a um momento de profundas mudanças económicas e sociais, verificando que, num intervalo pequeno de séculos, se construíram inúmeros povoados fortificados. Segundo os seus registos cartográficos e inventariação, cerca de meio milhar, entre os rios Minho e Vouga, e o Oceano e as bacias do Tâmega e Corgo. Considera ainda outro fator importantíssimo relacionado com os cursos de água, constituindo um elemento decisivo do sistema de defesa do território e das vias comerciais que eles próprios constituíam e que os inúmeros castros implantados ao longo dos principais rios controlavam, assim, o seu percurso e os acessos ao interior. O facto de se implantarem junto às linhas de água manifesta bem a importância desta rede hidrográfica, quer sob o ponto de vista de comunicação, facilitando os contactos internos e externos, quer como fonte de recursos alimentares. Refere ainda que estas "… *desenham um ordenamento territorial e, que em vários casos funcionaram como limite de território étnico*…".[283]

Os investigadores defendem que os fatores que estão na base da seleção dos locais de implantação dos povoados assentam em aspetos que se prendem com o desenvolvimento e a segurança dos grupos.

Como aferimos, analisar os locais de assentamento apenas sob o ponto de vista altimétrico, não tem grande fundamento. Como tal, é essencial conjugar uma série de fatores que, segundo Brochado de Almeida, passam pela seleção do local, a interesses de ordem política, militar, social e económica, que destinaram hierarquias e dependências, evolução e reordenamentos, ocupações sucessivas ou com interrupções, ou ainda com abandonos ou perdurações, dentro de um quadro cultural aberto a novas realidades, isto é, em evolução.[284]

De acordo com investigação de Armando Coelho, os castros identificados na área em estudo integram-se nas estações de baixas altitudes e inferiores a 200 metros. Neste caso específico, ou seja, no concelho em estudo, estão abaixo dos 100 metros de altitude, condicionados pelas características naturais desta área litoral, pois o relevo litoral é mais aplanado. Segundo o mesmo investigador e acerca da seleção dos locais de assentamento, este admite que os mesmos obedeceram a um certo ordenamento do espaço, localizados em áreas com capacidades produtivas, isto é, próximo de terrenos propícios para a agricultura, para o pastoreio, para o aproveitamento dos recursos fluviais e marítimos, como comprova a

[282] ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, (2008) – *Sítios que fazem História-Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo: 1- da Pré-História à romanização*. Edição da Câmara Municipal de Viana do Castelo, p. 72-73.
[283] SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1983-1984) – *A Cultura Castreja No Noroeste de Portugal: Habitat e Cronologias*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, p. 122.
[284] IDEM, *Ibidem*, p. 92.
SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1996) – *A cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira / Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, p. 23.

presença destes vestígios no Castro do Monte Castêlo e os quais foram encontrados por Neves dos Santos. Estes vestígios estavam localizados no exterior de uma estrutura habitacional próximo da muralha, a Noroeste, junto à pedra das eras[285], constituídos por um amontoado de conchas.[286] Perante esta evidência, depreende-se que esta comunidade se dedicava à apanha de moluscos,[287] evidenciando, desta forma, a existência de uma economia de subsistência.[288] Relativamente ao sistema defensivo, Brochado de Almeida aponta uma característica fundamental e comum para a Cultura Castreja, única no Noroeste Peninsular, mas com assimetrias, que assentaria no processo de defesa, que esteve sempre presente em todos os castros, porque o povoamento centralizado e ordenado em aldeias amuralhadas foi a única forma de habitar na Idade do Ferro local, antes do advento dos romanos. Como tal, uma aldeia castreja, sem um sistema defensivo, era incomum naquele tempo.[289]

Como já foi referido anteriormente, o trabalho de pesquisa levado a cabo partiu da leitura dos textos medievais matosinhenses, da investigação realizada no terreno, e do inventário realizado por Armando Coelho e Neves dos Santos, que se mantêm quase inalterado, à exceção do Castro do Monte Castêlo que foi alvo de várias intervenções arqueológicas realizadas pelo GMAHM. O investigador registou sete povoados. Porém, o registo realizado no âmbito deste trabalho admite a possibilidade de existir mais um sítio. Como tal, serão analisados os locais de acordo com os dados disponíveis que assentam nas teorias desenvolvidas por Armando Coelho e Brochado de Almeida já referidas atrás. O estudo destes povoados incidirá num registo descritivo do sítio, com base na documentação consultada, na análise espacial e sobre as potencialidades de recursos de subsistência e ainda, com base nas materialidades encontradas, conforme o mapa dos sitíos.[290]

Iniciamos este registo pela freguesia mais a Norte, Lavra, onde se encontra implantado o Castro de Angeses, registado como povoado *sem muralhas*. Neves dos Santos recolheu, no sopé do monte, vários fragmentos de *sigillata hispânica*. Fernando Lanhas e Domingos Brandão assinalam ainda que *"… perto deste Monte, na margem direita do Rio de Labruge/ Onda, há a registar o Campo da Onda, onde aparecem fragmentos de cerâmica luso-romana, tardia…"*.[291] A presença da cerâmica *sigillata hispânica* evidencia os contactos com o exterior e, por outro lado, é um indicador de que o castro ainda permanecia ativo no século I d. C.,

[285] Penedia, designada como pedra das eras.
[286] Ver Anexo E, Figura 23.
[287] PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 52.
[288] SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1996) – *A cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira / Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, p.24.
[289] ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, (2008) – *Sítios que fazem História-Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo: 1- da Pré-História à romanização*. Edição da Câmara Municipal de Viana do Castelo, p.120.
[290] Ver Anexo G – Tabela e Mapas dos Sítios Arqueológicos do Concelho de Matosinhos.
[291] LANHAS, Fernando e BRANDÃO, D. Domingos, (1969) – *Inventário de Objectos e Lugares com interesse Arqueológico, Parcela 109.4, Concelho de Matosinhos e Vila do Conde*.
SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 45.
PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 55.

uma vez que a *sigillata hispânica* faz a sua aparição na Península Ibérica em meados do século I, d. C.[292]

Relativamente aos materiais encontrados, e segundo Armando Coelho, os vestígios de romanização atestam a sua ocupação ao longo do séc. I e II, d. C., correspondendo à III Fase apontada pelo investigador, acrescentando ainda que a sua vocação agrícola seria complementada com a exploração de recursos marinhos.[293] Já para Manuela Martins esta fase de ocupação corresponde à sua Fase IV – Alto Império/Romanização. As fases dos investigadores, embora apresentem algumas diferenças, reportam-se ao período da Romanização. Perante as evidências, admitimos a possibilidade de este povoado corresponder a uma ocupação anterior à Romanização.

De acordo com os materiais recolhidos e à cronologia apontada, talvez se possa admitir a existência de alguma relação de contemporaneidade entre este castro e a *villa romana* do Fontão, a partir do momento em que foi criado um novo tipo de ordenamento do espaço assente na criação das *villae*, neste caso do Fontão, a sua fundação deve ter ocorrido entre os finais do século III inícios do IV. Um outro fator de desenvolvimento cultural e económico estará certamente relacionado com a via romana que passava nos limites deste povoamento em direção a Vila do Conde.[294] Armando Coelho insere este castro na Proto-História, sendo mais tarde romanizado.[295] A corroboração desta romanização no Castro de Angeses pode indiciar que o primeiro foco de povoamento romano se instalou neste assentamento.[296]

Em Perafita, são registados dois sítios: o castro no lugar de Pampelido, que não foi possível confirmar até ao momento[297], e o Castro de Freixieiro.[298] O único vestígio encontrado no monte Crasto foi o topónimo que subsiste ainda como travessa do Crasto. Resistem também os remanescentes vestígios de uma pedreira com marcas de cunhas, localizada a uma altitude de 60 metros com excelentes condições de visibilidade, voltada a Sul estabelecendo,

---

[292] ALMEIDA, Carlos A. Brochado (2003) – *Povoamento Romano do Litoral Minhoto Entre o Cávado e o Minho*, 7 volumes, FLUP, Porto, p. 270-271.

[293] SILVA, Armando Coelho Ferreira da e MOREIRA, Álvaro de Brito (2010) – "O Rio da Memória – Arqueologia do Território do Leça", Cap. IV – *A Romanização do Vale do Leça* e Cap. III – *Proto-História no Vale do Leça*, Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 106.
MARTINS, Manuela (1990) – *O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado*, Cadernos de Arqueologia - Monografias 5, Braga (ed. de parte da tese de doutoramento), p. 113.

[294] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1969) – *Romanização das Terras da Maia*, Col. Maia, Edição da Câmara Municipal da Maia, p. 15-16.
ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado (1979) – *A Rede Viária do Conventus Bracaraugustanos,* In "Minia", 2ª série, Nº. 3, ASPA, Braga.
ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (1980) – *Via Veteris. Antiga Via Romana?*, Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular. In "Revista de Guimarães", Vol. III, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, p. 40-41.

[295] SILVA, Armando Coelho Ferreira da e MOREIRA, Álvaro de Brito (2010) – "O Rio da Memória – Arqueologia do Território do Leça", Cap. IV – *A Romanização do Vale do Leça* e Cap. III – *Proto-História no Vale do Leça*, Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 88-124,137.

[296] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 17.

[297] Não foi possível identificar o local, apenas registamos esta informação.
SANTOS, Joaquim Neves dos (1955) – *Guifões Notas Arqueológicas, Históricas e Etnográficas*, Vol. 1, Edição do Autor, p. 45

[298] IDEM, *Ibidem.*
PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 63.

talvez, esta penedia um reforço defensivo do povoado. Admite-se ainda a possibilidade da via romana secundária, depois de transpor o rio Leça em Santa Cruz do Bispo, ter passado nos limites deste, prosseguindo para Lavra, passando pelos limites do Castro de Angeses, em direção a Vila do Conde,[299] após transpor o rio Onda.[300]

Relativamente ao Castro de Moalde, implantado no Monte dos Castros, numa das freguesias de interior, S. Mamede de Infesta, está localizado no limite do concelho, separado do concelho da Maia pelo ribeiro do Boi Morto.[301]

Nas batidas ao terreno identificaram-se três plataformas voltadas a Poente, nas quais são visíveis restos de um muro que podem indiciar vestígios do passado, ou muros de sustentação e divisão de terras, apresentando, ainda, um talude voltado a Norte. Os materiais recolhidos à superfície são muito fracos e incaracterísticos e não se identificaram estruturas. Relativamente a este sítio, citamos Carlos Alberto Ferreira de Almeida quando refere que a via romana que de Lisboa se dirigia para Braga atravessava a antiga aldeia de Moalde *"... atravessaria o lugar de Asprela (Hospital de S. João), pela actual Rua do Gaio e pelos limites deste lugar entrava no lugar de Moalde…".* Acrescenta ainda *" (...), passaria nas traseiras da atual igreja de S. Mamede, e, não muito longe desta, um pouco a Leste apareceu um marco miliário dedicado ao Imperador Adriano, e que, a via desceria para a ponte da Pedra"*.[302] Pela descrição que Ferreira de Almeida faz do traçado da via romana, e pelos lugares que vai registando, aferimos que existe uma proximidade entre este povoado e a via e ainda entre o local onde apareceu o miliário. Perante as evidências fica aqui registada uma hipótese: terá sido este romanizado?[303]

As referências medievais relativas a Custóias são diversas, e a partir do século X e XII sucedem-se em vários documentos tais como *"... villa Custodias no anno de Christo 967..."*[304]. Um documento do ano 1009, ou seja, uma carta de venda de bens em Custóias a Pelagio e mulher Cremetina, feita por Tidi e seus Filhos Domnani e Dulcina cita o castro de Custóias *"... et inde per castro de custodias nostra portione quando inde nos compodat inter fratres…"*.[305]

---

[299] ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado (1979) – *A Rede Viária do Conventus Bracaraugustanos,* In "Minia", 2ª série, Nº. 3, ASPA, Braga.
ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (1980) – *Via Veteris. Antiga Via Romana?*, Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular. In "Revista de Guimarães", Vol. III, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, p. 40-41.
[300] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 57.
[301] SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 46.
PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p.66.
[302]ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1969) – *Romanização das Terras da Maia*, Col. Maia, Edição da Câmara Municipal da Maia, p. 112-113.
ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado (1979) – *A Rede Viária do Conventus Bracaraugustanos,* In "Minia", 2ª série, Nº. 3, ASPA, Braga.
ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (1980) – *Via Veteris. Antiga Via Romana?*, Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular. In "Revista de Guimarães", Vol. III, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, p. 40-41.
[303] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 71.
[304] PMH, DC, doc. XCIII.
VARELA, José Manuel Pinto (1996) – *Guia de Custóias*. Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos
[305] PMH, DC, doc. CCVI.
Matosinhos em Textos Medievais (1978) Prefácio de António J. Gomes, Matosinhos: Biblioteca Municipal de Matosinhos, p.13.

Para além deste registo, o Crasto de Custóias, é assinalado por Armando Coelho, sendo depois romanizado,[306] Neves dos Santos descreve-o como um pequeno castro sem muralhas, *"... no lugar de Matalto na aldeia de Custóias, junto ao apeadeiro* (hoje estação do metro da Fonte do Cuco) *da C. P. que liga o Porto à Povoa do Varzim..."*.[307] Pelas prospeções realizadas na área, e apesar das transformações urbanísticas, admite-se a hipótese de o mesmo se localizar numa pequena colina, a uma altitude de 65 metros a poente do Monte de S. Gens, entre a Rua de Trás (cujo alinhamento mantém traços de antiguidade) e a Travessa dos Cancelões nas proximidades do Ribeira da Lomba. Os terrenos envolventes apresentam excelentes condições para a prática agrícola. No local a Norte da linha do metro recolhemos, à superfície, alguns materiais que apontam uma cronologia pré-histórica e romana. Para além desta recolha não nos foi possível identificar, na pequena colina que resta, qualquer tipo de estruturas.[308]

Ainda em Custóias registamos o Castro de Esposade. Durante os trabalhos de prospeção realizados não se identificaram estruturas, apenas se detetaram alguns fragmentos de tégula e cerâmica comum informes, na encosta voltada a Nascente, assim como um estreito caminho a meia encosta, hoje a Travessa do Crasto[309], cujo topónimo está associado a povoados da Idade do Ferro. Dispunha de ótimas condições de visibilidade e de domínio das zonas periféricas, com excelentes recursos, pela área que dispõem tudo indicia que não seria um castro pequeno. Na base passa o rio Leça, sobre o qual foi construída a ponte medieval de D. Goimil, a qual integrava o itinerário da via *"veteris"*.[310] Numa investigação realizada por Armando Coelho, em 2009, insere este povoado na Proto-História e Romanização.[311]

Relativamente à freguesia de Leça do Balio e ao castro de Recarei, um documento do ano de 993 do cartório do Mosteiro de Moreira, cita o seguinte: *"...sicut et facio de eredidatem mea própria que abui in uilla laurario qui est inter uila tanuz et mazanaria subtus Kastro Recaredi território portugalense..."*.[312]

---

[306] SILVA, Armando Coelho Ferreira da e MOREIRA, Álvaro de Brito (2010) – "O Rio da Memória – Arqueologia do Território do Leça", Cap. IV – *A Romanização do Vale do Leça* e Cap. III – *Proto-História no Vale do Leça*, Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 88-124.

[307] SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 44-45.

[308] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 4.

[309] Neste caminho antigo encontra-se um cruzeiro grafado do século XVII ou XVIII (?).

[310] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1968) – *Vias Medievais Entre o Douro e o Minho*, Porto, FLUP, p. 169-170.
ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado (1979) – *A Rede Viária do Conventus Bracaraugustanos,* In "Minia", 2ª série, Nº. 3, ASPA, Braga.
ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (1980) – *Via Veteris. Antiga Via Romana?*, Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular. In "Revista de Guimarães", Vol. III, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, p. 40-41.

[311] SILVA, Armando Coelho Ferreira da e MOREIRA, Álvaro de Brito (2010) – "O Rio da Memória – Arqueologia do Território do Leça", Cap. IV – *A Romanização do Vale do Leça* e Cap. III – *Proto-História no Vale do Leça*, Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 88-124.

[312] PMH, DC, doc. CLXVII.
Recaredi é um antropónimo germânico (um dos reis visigóticos chamava-se Recaredi).

Armando Coelho registou este castro na investigação que realizou na década de 80 do século XX com o nº 370[313]. Em 2010 insere-o na Proto-História e Romanização, nos estudos que reavaliou para a bacia do Leça.[314] Este pequeno castro da época romana, ou anterior, sem muralhas, ficava situado no Alto de Recarei de Cima, na margem esquerda do rio Leça.[315]

Nas diferentes prospeções realizadas na área, especialmente na envolvente da capela,[316] não se identificaram estruturas e materiais à superfície, o local foi profundamente alterado no início do século XX pela exploração de uma pedreira que fez desaparecer uma parte substancial do monte. Na encosta voltada a Sul, encontra-se a Quinta do Alão[317], onde foi encontrada uma inscrição votiva dedicada a Júpiter, Flav(u)s, filho de Rufus, cumpriu um voto de livre vontade a Júpiter, Óptimo e Máximo.[318] Numa visita recente à quinta fomos informados, pelo atual proprietário de um achado que desconhece o seu paradeiro. Trata-se de um fragmento de uma cabeça em granito, que no seu entender parece corresponder à cabeça de um guerreiro.[319]

Na periferia deste castro passava a via romana *Olisipo Bracara Augusta*[320] que, depois de passar na Ponte da Pedra, de fundação romana, seguia o seu traçado em direção à Maia. Daqui partiria talvez, um caminho secundário em direção ao castro, no qual deve ter assentado o caminho medieval e de Santiago pois, na base deste, foi edificado o Mosteiro de Leça do Balio, cujo documento mais antigo referente a esta estrutura monástica é do ano 1003.[321]

Na freguesia de Leça da Palmeira admite-se a hipótese de ali ter existido um povoado com base nos dados encontrados. *"... Quinta da granja ou da Conceição, sita n`um terreno chamado o Castro, quasi defronte do Castro de Guifões, a que se refere o Livro Grande da Câmara do Poro. Anno 1258..."*.[322] A antiga quinta da Granja, prazo do Mosteiro de Leça do

[313] SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1996) – *A cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira / Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, p.85.
[314] SILVA, Armando Coelho Ferreira da e MOREIRA, Álvaro de Brito (2010) – "O Rio da Memória – Arqueologia do Território do Leça", Cap. IV – *A Romanização do Vale do Leça* e Cap. III – *Proto-História no Vale do Leça*, Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 124.
[315] SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 50.
[316] Construída no século XVIII.
[317] Datada dos finais do século XV, classificada como Imóvel de Interesse Municipal.
[318] A ara encontra-se no Museu Nacional Soares dos Reis.
SILVA, Armando Coelho Ferreira da e MOREIRA, Álvaro de Brito (2010) – "O Rio da Memória – Arqueologia do Território do Leça", Cap. IV – *A Romanização do Vale do Leça* e Cap. III – *Proto-História no Vale do Leça*, Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 171.
DACIANO, Bertino (1955) – *Inventário histórico-arqueológico, artístico e etnográfico do concelho de Matosinhos*, Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, Nº2, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 61-62.
[319] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 28.
[320] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1968) – *Vias Medievais Entre o Douro e o Minho*, Porto, FLUP, p. 26-27.
ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado (1979) – *A Rede Viária do Conventus Bracaraugustanos,* In "Minia", 2ª série, Nº. 3, ASPA, Braga.
ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (1980) – *Via Veteris. Antiga Via Romana?*, Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular. In "Revista de Guimarães", Vol. III, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, p. 40-41.
FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e (2001) − *Vila do Conde*, *2. História e Património*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, p. 298.
[321] COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto; ROSAS, Lúcia; CARDOSO, Maria (2001) – *Leça do Balio No Tempo dos Cavaleiros do Hospital*, Edições INAPA, p. 13-14.
[322] FARIA, F. Fernando Godinho (1899) – *Monographia do Concelho de Bouças*, p. 239.

Balio, foi o local escolhido para edificar, em 1481, o Convento da Conceição.[323] Prospetado o local foram recolhidos materiais que apontam para várias cronologias como: proto-histórica, romano e medieval.

Relativamente à existência de um povoado, só futuras investigações poderão ou não confirmar a hipótese levantada.[324]

Na freguesia de Matosinhos, Neves dos Santos descreve o sítio das Pombas ou das Moitas (Carcavelos) como sendo *"... um pequeno povoado primitivo.* [325] Nas prospeções realizadas, consideramos que o sítio se localiza na área entre a Junta de Freguesia de Matosinhos e a Praceta de Monserrate, a Sul, cujos terrenos pertenceram à Quinta com o mesmo nome e onde, no século XVIII, foi edificada uma capela particular que exercia funções religiosas de carácter público.[326]Independentemente de ter sido inventariado, colocam-se algumas reservas quanto à existência deste povoado com ocupação dos finais da Idade do Bronze e mais tarde romanizado.[327]

Nesta primeira etapa registamos os vestígios referentes aos locais que apontam para uma cronologia da Idade do Ferro/Cultura Castreja e, cujos locais não foram alvo de intervenções arqueológicas.

Na segunda etapa registamos os vestígios relativos ao castro do Monte Castêlo, localizado na freguesia de Guifões, sendo este o que dispõe de mais informações em virtude de ter sido estudado por diferentes investigadores ao longo das últimas décadas. De acordo com a informação disponível, e uma vez que os resultados dos trabalhos realizados nesta estação não são do domínio público, a nossa abordagem sobre as várias fases de ocupação desde o Bronze Final / Idade do Ferro/Cultura Castreja/Romanização, assentam também nos registos escritos e fotográficos de Neves dos Santos, nomeadamente uma Planta Geral do Castro de Guifões, de 1955, que designamos como PGCG. Ao longo do texto serão abordadas as características dos diferentes períodos cronológicos de acordo com os registos. Concomitante, serão estabelecidos alguns paralelos, embora muito breves (uma vez que os relatórios não são públicos), relativos aos materiais provenientes dos trabalhos realizados pelo GMAHM.

Por último analisaremos uma planta de Neves dos Santos, que corresponde a um edifício escavado por ele, dividido em 14 compartimentos, e uma calçada localizada na base

AZEVEDO, Padre Agostinho (1939) – *A Terra da Maia - Subsídios para a sua monografia*, vol. I, Edição da Câmara Municipal da Maia, p. 155.

[324] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 39.

[325] SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 49.
PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 49.

[326] O documento mais antigo que refere esta estrutura monástica data do ano de 944.

[327] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 47.

do monte. Registou-o como ZB9. Neste edifício, EZB9, exumou e registou inúmeros artefactos conotados com a cultura castreja e com a romanização.

Num documento medieval do ano 1088 relativo a uma permuta de bens, Guifões é citado como vila.[328] Um documento do século XII refere que nesta vila existiam vinte e cinco casais e duas quintãs, fazendo também referência ao castro *"…uma parte daquela quintâ nova*[329] *da freira junto ao Castro fica no reguengo e na estrada pública pela qual o gado costuma sair para o monte que se chama Castro …".*[330] Pela leitura do documento, e para além de citar o castro, apercebemo-nos do povoamento disperso registado e divido por vinte e cinco casais e duas quintãs, indiciando o crescimento local. O Castro de Guifões ocupa o monte chamado Monte Castêlo, na margem esquerda do Rio Leça e muito próximo da sua foz. Este castro possuiu vestígios da Idade do Bronze Final, com evolução na Idade do Ferro, sendo depois romanizado e ocupado até à Idade Média. Relativamente a este tipo de assentamento, C. A. Ferreira de Almeida *"…chama a atenção para a sobrevivência dos castros na Alta Idade Média, não apenas pela função de referência espacial, mas persistindo mesmo na função defensiva e organizadora das populações como comprovam os documentos medievais."*[331]

Deve-se a Nevesa dos Santos o maior conhecimento sobre o Castro de Guifões, não estando aqui em causa a sua formação académica, pois usou nesta investigação a metodologia usada em tantas outras investigações na sua época, sendo verdade que cometeu os seus erros de interpretação, mas também registou e recolheu milhares de fragmentos cerâmicos que aguardam um estudo sistemático. Relativamente ao sítio arqueológico, e com base no registo de 1959, sabe-se que *"… Tinha duas ordens de muralhas, sendo uma central, de paredes sobrepostas – murus duplex. Teve necrópole e as suas habitações eram de construção rectangular, quadrada e circular, tinha forum, calçadas pré-romanas e romanas.*[332] *A única entrada facilmente acessível do oppidum era defendida pelos Castelinhos. No seu espólio, além de achas e percursores do Neolítico, encontram-se, de origens diversas, várias cerâmicas: primitiva, de fabrico indígena; com gravuras incisas; romana, incisa e pintada, além da grande quantidade de cerâmica de importação arretina (terra sigillata)".*[333] Em 1963 regista novos dados, apontando uma cronologia para o povoado. *"È um povoado do final da*

[328] PMH, DC, doc. XLV.
[329] Este registo alusivo À quintã nova indicia a existência de uma quintã mais antiga.
[330] PMH, doc. CXLIII.
BARBOSA, Isabel Maria Lago (2000) – *Raizes Medievais de Matosinhos - O actual Concelho nas inquirições de 1258*, In "MATESINUS - Revista de Arqueologia, História e Património de Matosinhos", Matosinhos: edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 45.
[331] *ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1978) – Castelogia Medieval de Entre Douro e Minho - desde as origens a 1220*. Trabalho complementar para prestação de provas doutoramento em História de Arte. Faculdade de letras da Universidade do Porto, p. 24-27, 37.
[332] Neves dos Santos regista, em 1959, duas linhas de muralhas. Porém, num registo de 1961/62, menciona um troço de muralha antiga na base poente do castro.
[333] SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, P. 43
PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 51.

Idade do Bronze, como se verifica pelo seu numeroso e rico espólio arqueológico, onde são notadas profundas influências culturais, provenientes de outras culturas exógenas…".[334] Nesta primeira análise apuramos, através dos artefactos recolhidos, que aponta para uma cronologia que vai desde o Bronze Final, até ao século V, comprovada pela presença, entre outros materiais, das cerâmicas *sigillata* clara D, recolhida no sopé ocidental do monte, à superfície, e ainda na área que corresponde à ZB9.[335] Este primeiro momento entre o final do Bronze e o desenvolvimento da Cultura Castreja propriamente dita, que somente ocorreu entre os séculos VII ou VI a.C., funcionou como um tempo de adaptação às novas realidades relacionada com aspetos climáticos, estratégicos, sob o ponto de vista de ordenamento do espaço e económico.

Relativamente à cronologia apontada para o Castro do Monte Castêlo, os vestígios apontam para uma ocupação durante a Idade do Bronze Final, como o compravam os materiais recolhidos, entre outros, um recipiente cerâmico, pote com decoração[336] e um pequeno púcaro carenado com asa lateral, que Ana Bettencourt aponta para uma cronologia entre o Bronze Final e o Ferro Inicial,[337] à semelhança da cronologia apontada por Armando Coelho.[338]

Relativamente às arquiteturas habitacionais comuns nestes povoados do Noroeste Peninsular, correspondem a construções feitas à base de materiais perecíveis e buracos de poste cavados no solo. Estes vestígios foram encontrados no decorrer da escavação realizada, em 2010. Podem corresponder, ou não, a esta realidade habitacional, pois foram detetados a um nível que corresponde à última ocupação (sécs. IV – V d.C.), e alguns vestígios de edifícios mais antigos foram destruídos durante a remodelação urbanística tardo-romana e que datarão do séc. I. Os buracos de poste aqui identificados apontam para uma cronologia da Idade do Ferro, séculos III-II a. C. O enchimento destes, com carvões, permitirá, após uma análise C14, avaliar a datação das estruturas, que podem mesmo remontar ao término do Bronze Final e Idade do Ferro inicial (fase I da cultura castreja).[339] Esta fase I corresponde à etapa do Bronze final do Norte de Portugal, que tem vindo a ser definida por Manuela Martins entre 1000/900/700-500 a.C. e identificada como a Fase I da Cultura Castreja.[340] Esta fase

[334] SANTOS, Joaquim Neves dos (1956) – *Guifões Notas Arqueológicas, Históricas e Etnográficas*, Vol. 2, Edição do Autor, p. 1

[335] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de e SANTOS, Joaquim Neves dos (1974) – *Cerâmica Romana, Tardia de Guifões,* In "Extratos da Revista Archaeologia Opuscula", Vol. I-Fasc. I, p. 50-56.
PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 116.

[336] Ver Figura 17 em Anexo.

[337] BETTENCOURT, Ana e VARELA, José Manuel Varela (2010) – *O Rio da Memória - Arqueologia do Território do Leça*, Catálogo das peças, Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 71-110.

[338] SILVA, Armando Coelho Ferreira da e MOREIRA, Álvaro de Brito (2010) – "O Rio da Memória – Arqueologia do Território do Leça", Cap. IV – *A Romanização do Vale do Leça* e Cap. III – *Proto-História no Vale do Leça*, Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 115.

[339] SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1996) – *A cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira / Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, p. 85.

[340] MARTINS, Manuela (1990) – *O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado*, Cadernos de Arqueologia - Monografias 5, Braga (ed. de parte da tese de doutoramento), p. 54.

encontra-se também documentada no castro de Guifões através do espólio recolhido por Neves dos Santos à semelhança de outros castros investigados, como o do Monte Padrão, Santo Tirso, implantado na bacia do rio Leça.[341]

A PGCG regista vestígios de habitações primitivas, circulares, quadradas e retangulares, assim como restos de muralhas e calçadas primitivas. Segundo o registo do investigador admitimos a possibilidade de estas estruturas habitacionais primitivas se encontrarem implantadas a uma cota de 70 metros, correspondendo na atualidade ao local onde na década de 70 do século XX construíram um dos edifícios – Clube de Caçadores. Na área que corresponde à zona ZB4 dos registos manuscritos, assinala uma construção de tipologia redonda na periferia da *viae central*, nas proximidades da pedra *"do gato bravo"* e do alto da acrópole com orientação Noroeste, considerando ainda que entre esta e a *"pia do gato bravo"* recolheu quarenta e seis fragmentos de cerâmica de uma vaso cinerário. A uma cota inferior identificamos a *"pedra das eras"*, referida pelo autor. Segundo o mesmo, ficava próximo do poste de alta tensão (colocado em 1966) onde identificou, à direita do caminho entre uma construção e os contrafortes da pedra das eras, restos de concheiros. Também nos "Castros Velhos", Carreço, Viana do Castelo, foi identificado, na parte interna da muralha, um concheiro.[342] A presença deste vestígio indicia a recolha de moluscos, ou seja, identifica uma das atividades praticadas por esta comunidade e que faria parte da sua dieta alimentar. Para além da motivação agro-pastoril dedicavam-se, certamente, à pesca, como compravam os pesos de rede encontrados pelo investigador, e nos trabalhos arqueológicos realizados em 2009/2010 pelo Gabinete Municipal de Arqueologia de Matosinhos, na área B, voltada a poente, e quase na base do mesmo.[343] Para além desta, talvez se dedicassem também à produção de sal, à semelhança de tantos outros povoados com implantações análogas na desembocadura dos rios, ao longo do Litoral, como por exemplo "Castros Velhos". Segundo Brochado de Almeida, todos os povoados da orla litoral tinham interesses na produção do salgado.[344]

Porém, os registos relativos às salinas são citados na documentação mediévica através dos documentos de venda e de doação. A prática desta produção salineira junto ao Castro do Monte Castêlo é comprovada através dos seguintes registos. Um documento, do ano de 1032, relativo a *"... uma carta de venda de certos talhos de salinas, em Matosinhos, que fazem Benedictus e sua mulher Munia Pelaiz ao Abade Tudeildo e demais frades, no mosteiro de*

[341] MOREIRA, Álvaro de Brito (2005) – *O Castro do Monte Padrão, do Bronze Final ao fim da Idade Média,* Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, p. 15-17.
[342] ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, (2008) – *Sítios que fazem História-Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo: 1- da Pré-História à romanização*. Edição da Câmara Municipal de Viana do Castelo, p. 140.
[343] ALMEIDA, Carlos A. Brochado (2003) – *Povoamento Romano do Litoral Minhoto Entre o Cávado e o Minho*, 7 volumes, FLUP, Porto, p. 273.
[344] IDEM, *Ibidem*, p. 142-143.

Bouças …" refere a existência de salinas. O mesmo diploma menciona que o mosteiro se encontra sob a proteção do Castro de Guifões*, "… subtus castro de quisiones… uendimus corte de salinas nostras manus et dei adi utorio…*".[345] Um outro documento, de 1070, referente a uma venda de Petro Quilifonsis a Trutesendo Guterriz e mulher Gontrode, cita umas salinas próximo de Castro de Guifões – " *illa marina noba … cum suas cunsimiles et abe iacentia subtus castro quifiones".* No ano de 1152, um outro documento de doação das salinas na foz do Leça feita por Joannes Nausti ao Mosteiro de Alpendurada *"… uno talho de marina de foze do leza … subtus Kastro quisiones propre litore …".*[346] Concluímos, assim, pelos diversos documentos que, na foz do rio Leça, e sob a protecção do Castro de Guifões, existia a produção de sal.

Relativamente a esta indústria salineira, os vestígios materiais que comprovem a sua existência não foram identificados até ao momento. Contudo, admite-se essa possibilidade. Por isso, admitimos que o local que melhores condições oferece, situa-se na margem esquerda do rio Leça, nos limites de um velho caminho, nas proximidades da praia fluvial.[347] Talvez tenha sido esta a área escolhida por oferecer as condições essenciais para a instalação destas salinas, conforme são referidas nos documentos medievais.[348]

Continuando com a leitura da PGCG, e na plataforma voltada a Norte e no local onde foram construídos um dos campos de tiro, Neves dos Santos, assinala a *"… existência de um Templo pagão …"* (?), cujo local corresponde à curva de nível 51 assinalado na PGCG.[349] Na área voltada para Sudoeste e para os Castelinhos regista um facho, sinalizando entre este e o Alto do Viso uma casa de tipologia retangular. Este facto pode indiciar a introdução de um novo tipo de arquitetura tão característico da presença romana. O facto de apontar neste local a existência de um facho pode indiciar a presença de uma estrutura relacionada com a Idade Média.

Os vestígios mencionados estão praticamente todos soterrados devido à construção dos campos de tiro. Admitimos, e segundo a planta, que as construções primitivas que refere se localizam na periferia do atual acesso ao Clube de Caçadores na área onde assinala ter existido um facho, próximo dos Castelinhos, voltado a Sudeste.[350] Corresponderão estas construções, em materiais perecíveis, ao local do primeiro foco de implantação do povoamento? Fica o registo, mas a dúvida permanece. Afere-se ainda que as diferentes tipologias, redondas, quadradas e retangulares, se encontram distribuídas ao longo das quatro

[345] PMH, DC, doc. CCLXXIV.
Matosinhos em Textos Medievais (1978) Prefácio de António J. Gomes, Matosinhos: Biblioteca Municipal de Matosinhos, p.25.
[346] PMH, DC, doc. CCCCLXXXVII.
Matosinhos em Textos Medievais (1978) Prefácio de António J. Gomes, Matosinhos: Biblioteca Municipal de Matosinhos, p. 79-108.
[347] Ver Figura 18 em Anexo.
[348] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 8.
[349] Ver Figura 19 em Anexo.
[350] Ver Anexo E, Figura 2 e 3.

plataformas rodeadas pelas três linhas de muralha, à exceção das áreas voltadas a Este e Sudeste que correspondiam à principal entrada do povoado.

Refere ainda que durante as suas intervenções recolheu parte das estruturas que suportavam o telhado, coberto de colmo, material de construção utilizado nas coberturas das casas circulares pré-romanas, que a partir dos meados do séc. I d. C. é substituído pela telha "*tegula*" na cobertura das casas. Os fragmentos de tégula provenientes do castro de Guifões encontram-se depositados no GMAH.[351] Concluiu também que as diferentes tipologias se edificaram de forma indistinta, desde a base ao topo do monte. Nas encostas voltadas a Poente e a Norte eram cavadas no próprio monte com as entradas voltas para as vias de circulação.[352] As paredes das habitações ostentavam uma estrutura sólida, construídas com duas fiadas de pedras. As interiores apresentavam pequenas dimensões, o que não se verificou no exterior, com aparelho mais cuidado. As cozinhas localizavam-se na parte posterior da habitação. Relativamente ao piso, este era em terra batida. Junto às estruturas habitacionais encontrou vários vestígios de alicerces pequenos que, no entender de JNS, funcionariam como locais destinados aos animais.[353] O facto de apontar um aprimoramento do aparelho construtivo indicia a utilização de instrumentos de trabalho característico de uma fase evolutiva desta cultura, à semelhança de tantos outros castros do Noroeste Peninsular, como o Coto da Pena. Quanto à cronologia das casas circulares e segundo Brochado de Almeida *" ... na área da Cultura Castreja, até ao advento da Romanização, o modelo mais difundido - pode dizer-se que exclusivo – foi a casa circular que, a partir do séc. V-IV aC., passou a ser construída com materiais pétreos, como o granito e o xisto, conforme as áreas onde os povoados foram implantados…"*. A cronologia apontada corresponde à Fase II /III – 500 a. C/138/136 a.C.[354]

Relativamente às estruturas habitacionais, enumerou-as segundo a ordem alfabética, por isso, registaremos as informações encontradas nos seus registos manuscritos. Nestes vai referindo o local da sua implantação, e noutras o material exumado. Das dezassete estruturas assinaladas na planta apenas encontramos estes registos: **Estrutura E –** *"fragmentos de vasos com letras esgrafitadas e duas ombreiras, encontrados em 1955, nesta habitação do caminho Oeste do fundo do monte"*.[355]; **Estrutura G –** situada na zona da Ponte, que fica no atual caminho de acesso às áreas A e B, cujos alicerces se encontram preservados pela vegetação**.**

[351] ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, (2008) – *Sítios que fazem História-Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo: 1- da Pré-História à romanização*. Edição da Câmara Municipal de Viana do Castelo, p. 234.
[351] SANTOS, Joaquim Neves dos (1955) – *Guifões Notas Arqueológicas, Históricas e Etnográficas*, Vol. 1, Edição do Autor, p. 25.
[352] IDEM, *Ibidem*, p. 25-26.
[353] IDEM, *Ibidem*, p. 26-27.
[354] SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1996) – *A cultura Castreja no Noroeste de Portugal,* Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira / Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, p. 37-38.
ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, (2008) – *Sítios que fazem História-Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo: 1- da Pré-História à romanização*. Edição da Câmara Municipal de Viana do Castelo, p. 82-83.
[354] MOREIRA, Álvaro de Brito (2005) – *O Castro do Monte Padrão, do Bronze Final ao fim da Idade Média,* Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, p. 21-23.
[355] Ver Anexo E, Figura 4.

Neste acesso identificamos vestígios de estruturas, pelo que admitimos que este espaço corresponderia a uma zona habitacional do povoado.[356] ; **Estrutura M –** Numas ruínas junto a esta estrutura *"localizada no caminho que sobe a encosta do monte, recolheu em 1964, fragmentos de sigillata"*. Esta cerâmica está bem representada nos diversos castros do Minho litoral testemunhando, com a sua presença, de que os povoados indígenas, ao longo do séc. I, foram introduzindo os novos conceitos romanos[357], e ainda tégula com orifício circular, no mesmo local onde apareceu o conjunto de moedas. Também na área B, escavada em 2009/2010, no compartimento contíguo aonde se identificaram os buracos de poste, foi exumada uma tégula com orifício, talvez uma tégula chaminé/claraboia; **Estrutura N –** de tipologia redonda "*no caminho quem sobe a encosta do monte*, *junto do Castêlo velho"* voltado para Sul, onde recolheu fragmentos de "*sigillata*". O facto de referir uma tipologia redonda a uma cota baixa, convivendo com as tipologias quadradas, pode indiciar dois momentos distintos de ocupação. Uma pré-romana, e a presença da cerâmica *sigillata* indiciam uma fase de ocupação romana.[358] **Estrutura Q –** *"no caminho da encosta Oeste, que sai do Portêlo do Castêlo*[359] *para o Castêlo Velho*[360] *– fragmento de um vaso de asas interiores".* Nas campanhas de escavações mais recentes, realizadas pelo GMAH, em 2010, também foram recolhidos dois fragmentos de bordo e dois de asa, que correspondem tipologicamente a uma panela de asas interiores que, segundo Armando Coelho, corresponderá à fase III da Cultura Castreja.[361]; **Estrutura R –** recolheu na *"entrada do Castêlo junto do caminho da ponte em 1963, restos de soleira e ainda um elemento pétreo com 80 cm de comprimento, com uma canelura aberta toscamente no sentido longitudinal"*, depositado no GMAH; **Estrutura S** – em Junho de 1964 *"encontrou dentro das ruínas desta habitação da encosta da ponte, junto ao caminho, uma soleira em granito e um fragmento cerâmico semelhante a um castiçal"*; **Estrutura U** – recolheu em 1963 *"fragmentos de um vaso, grafitado a estilete com sinais cruciformes e palmiformes, na encosta Poente do Monte, na casa do alto da rampa do moinho de Guifões"*[362] onde foram encontradas mais de duas centenas de moedas do tesouro monetário**,** que apontam uma cronologia que vai desde o século I ao IV. [363] Neves dos Santos também faz referência a *"uma moeda de Nero, do ano 60, d. C., em ouro, e, ainda duas moedas de Constantino do séc. IV", nesta etapa, verificou-se um*

[356] Ver Anexo E, Figura 25.
[357] Registos manuscritos e fotográficos de Joaquim Neves dos Santos – Espólio depositado no Fórum Matosinhense.
ALMEIDA, Carlos A. Brochado (2003) – *Povoamento Romano do Litoral Minhoto Entre o Cávado e o Minho,* 7 volumes, FLUP, Porto, p. 269
[358] Ver Anexo E, Figura 5 e 6.
[359] Topónimo inédito. Neves dos Santos pretendia indicar aqui a existência de um porto?
[360] Topónimo inédito. Indicia a existência de um castelo posterior (?).
[361] SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1996) – *A cultura Castreja no Noroeste de Portugal,* Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira / Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, p. 125.
[362] Admite-se que este local fica nas proximidades das áreas A e B, intervencionadas em 2009/2010.
[363] PINTO, José Marcelo S. Mendes (2007) – *Tesouros Monetários Baixo-Imperiais entre Douro, Ave e Tâmega,* Anexos NVMMVS, Nº8, Sociedade Portuguesa de Numismática, Porto, p. 137.

crescente monetário entre os anos 317 e 348, período marcado pela ascensão de Constantino."[364]

Nos finais deste século, e segundo uma investigação levada a cabo por Marcelo Pinto sob o tesouro monetário de Guifões *"o abrandamento da economia monetária nesta região coincide com a gradual ruralização das populações que se vinha a sentir desde a segunda metade do século IV, e com a instabilidade político-militar da primeira metade do século V. Os Suevos, que fixam a sua capital em Bracara Augusta, instalam-se predominantemente no campo, ocupando as boas terras agrícolas e, possivelmente, as villae e casais dispersos na paisagem, começando a viver muito provavelmente em regime de autarcia quando se desmembra a organização comercial e económica romana."*[365] Esta estrutura ficava nas proximidades da casa assinalada como S no caminho do portêlo do Castêlo a poente.[366]

As sete estruturas habitacionais referidas atrás correspondem aos registos manuscritos mas, na planta de 1955, assinala treze estruturas, sendo que quatro delas apresentam uma tipologia circular. Lamentavelmente não se conseguiu apurar se os registos manuscritos correspondem, em simultâneo, aos registos assinalados na planta.

Uma outra novidade introduzida com um alcance funcional foi o vestíbulo, átrio ou "caranguejo", obedecendo talvez a sua introdução a influência exógenas, correspondendo à fase IIB da Cultura Castreja.[367] Esta inovação na arquitetura doméstica não foi identificada até ao presente, embora Neves dos Santos tenha registado que encontrou vários vestígios de alicerces de pequenas dimensões, apontando como funcionalidade provável, um local para guardar os animais. Estes compartimentos ou anexos, destinados aos animais domésticos (cabras, ovelhas, muares e outros) faziam parte dos diferentes compartimentos de um núcleo familiar. A presença destes animais está atestada através das prisões de gado que foram recolhidas nas primeiras escavações, nomeadamente em forma de cotovelo.[368]

Na PGCG identificamos algumas zonas de circulação, as quais foram denominadas como *"viae"*. Estas corresponderiam às zonas de circulação internas do povoado. De acordo com a planta, o caminho assinalado a Nascente corresponde ao único acesso ao Castro, hoje designado como Rua do Monte Castêlo que termina no Largo da Mámoa. A este caminho se refere um documento, de 1258, citando que esta era a estrada pública por onde os animais se dirigiam para o monte.[369]

---

[364] SANTOS, Joaquim Neves dos (1955) – *Guifões Notas Arqueológicas, Históricas e Etnográficas*, Vol. 1, Edição do Autor, p. 57.
[365] PINTO, José Marcelo S. Mendes (2007) – *Tesouros Monetários Baixo-Imperiais entre Douro, Ave e Tâmega,* Anexos NVMMVS, Nº8, Sociedade Portuguesa de Numismática, Porto, p. 135.
[366] IDEM, *Ibidem*, p. 137.
[367] SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1996) – *A cultura Castreja no Noroeste de Portugal,* Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira / Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, p. 42.
[368] SANTOS, Joaquim Neves dos (1955) – *Guifões Notas Arqueológicas, Históricas e Etnográficas*, Vol. 1, Edição do Autor, p. 26.
[369] BARBOSA, Isabel Maria Lago (2000) – *Raizes Medievais de Matosinhos - O actual Concelho nas inquirições de 1258*, In "MATESINUS - Revista de Arqueologia, História e Património de Matosinhos", Matosinhos: edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 45

A via transversal circundava a acrópole, e a Sul regista um troço de calçada primitiva próximo da *"muralha média"*.[370]

A *viae,* a Norte, corresponde à atual Rua da Ponte de Guifões (alargada na década de 50 do século XX). Partia da *viae Transversal* e terminava junto à Ponte de Guifões assinalando, ao longo deste caminho, *"…restos de calçada que eram construídas com pedras quase em estado em que a natureza as deu e colocadas sem simetria, apenas com o piso mais ou menos plano…"*.[371] Este traçado foi identificado, em 2011, no âmbito da realização de trabalhos de acompanhamento arqueológico integrado no Plano de Investimento da Indaqua – Projeto de construção das infra-estruturas, Matosinhos.

Identificar a cronologia de uma calçada é sempre uma tarefa muito difícil. Corresponderá a um lajeado moderno (?), talvez assente num traçado primitivo, remontado quiçá a um estreito caminho pré-romano (?). Nesta *"viae",* ainda assinalou um caminho, designado atualmente como Rua da Encosta do Rio, voltado para Este, na direção do Monte do Xisto (onde admite terem existido vários monumentos megalíticos), assinalando também restos de calçada. Este troço de calçada poderá corresponder ao registo de Martins Sarmento *"… pelo lado Norte seguia outra, que é ainda caminho para a igreja de S. Martinho de Guifões…em partes restaurado modernamente …"*.[372] Ao longo do traçado referido como *"viae" Norte*, Neves dos Santos sinalizou sete estruturas habitacionais, infelizmente não foi possível aferir este registo na totalidade.

A *"viae" Sul* corresponde ao atual traçado da Travessa do Monte Castêlo, que desembocava no antigo caminho do Marról e que prosseguia no sentido Poente pela atual Rua do Fajô, ramificando-se em dois sentidos. Um caminho seguia em direção à ponte, no qual assinalou três estruturas não circulares, e outro, ou seja, a *"viae" Poente*, prosseguia em direção a Matosinhos por Linhares, onde terá existido um empedrado talvez assente num traçado de um velho caminho, como o confere, Martins Sarmento, nas suas explorações ao castro. Este registou, entre outros vestígios, restos de um empedrado *"…que vem de Matosinhos, para a Ponte de Guifões, encontra um caminho de carro forma um pouco á frente um cotovelo para a esquerda. Neste ângulo brota uma fonte chamada das Águas Férreas, que alguns médicos do Porto já quiseram explorar… Calçada de ladrilho miúdo, como o de algumas calçadas da Citânia, que se ramifica um troço segue para a direita para o alto e o outro vai para a ponte de Guifões… pelo lado Norte seguia outra, em partes restaurado modernamente…"*.[373] Relativamente ao registo acima referido não identificamos

[370] Ver Anexo E, Figura 6.
[371] IDEM, *Ibidem*, p. 18.
[372] NEVES, António Amaro das [organização] (1999) – *Antiqua - Apontamentos de Arqueologia*, Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, p. 40.
[373] IDEM, *Ibidem*.

dita fonte, mas reconhecemos um outro caminho a uma cota inferior que segue o percurso do caminho citado por Martins Sarmento.

No cimo do Monte, e na plataforma que corresponde à acrópole, Joaquim Neves assinala uma via central, soterrada, certamente pela construção dos campos de tiro, sinalizando uma estrutura circular. Para Sul, e dentro da muralha média, assinala três estruturas circulares, como se identifica na planta.[374]

Segundo Neves dos Santos o sistema defensivo deste povoado é constituído em parte pelas condições naturais e, em parte, é complementado por três linhas de muralha. Apontar a sua cronologia é uma tarefa muito espinhosa, uma vez que não foram intervencionadas. Mas, nesse sentido, Brochado de Almeida refere que *"independentemente da época e do sítio, uma das premissas que melhor define o habitat castrejo é a sua adaptabilidade ao meio, se foram construídos no esporão de relevo, na coroa de um monte, ou ainda nas pequenas colinas que patenteiam os vales e veigas, adotaram, em função da sua configuração geográfica, um modelo de tendência circular, bem patente no traçado do sistema defensivo. Variando o número de muralhas de acordo com a extensão do povoado e o sítio, regra geral, nesta zona meridional da Cultura Castreja, o seu número oscila entre 2 a 3 muralhas. A matéria-prima utilizada foi a pedra, as suas dimensões também eram variáveis, sendo a medida padrão para a sua largura 1,5m"*.[375] Num dos registos fotográficos e escritos, encontramos uma referência à primeira muralha na coroa do monte, junto à encosta voltada a Oeste, assinalando ainda que encontrou umas pedras que devem pertencer ao portal da 1ª muralha voltada para Noroeste, que era a encosta mais difícil de vencer. *" ... As muralhas que cercavam todo o vasto planalto eram, em grande parte, naturais, formadas pelos rochedos escarpados e ladeiras íngremes e dispostas perfeitamente à volta do monte, mais ou menos a meio das suas encostas; as artificiais eram em talude e com fortes muros de duas paredes sobrepostas, o que servia, ao mesmo tempo, de defesa e contraforte de sustentação das terras do planalto. A entrada principal era feita a Nascente, todas as vias de comunicação convergiam na dita porta de entrada a Este…"*. A entrada do *oppidum* era defendida por fortins, e daí o topónimo *Castelinhos*.[376] Pelas descrições do investigador, admitimos a possibilidade de estas muralhas se enquadrarem no tipo construtivo apontado na Fase III[377]. Esta possibilidade é apenas

[374] Ver Anexo E, PGCG.
[375] ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, (2008) – *Sítios que fazem História-Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo: 1- da Pré-História à romanização*. Edição da Câmara Municipal de Viana do Castelo, p. 220-221.
[376] SANTOS, Joaquim Neves dos (1955) – *Guifões Notas Arqueológicas, Históricas e Etnográficas*, Vol. 1, Edição do Autor, p. 16-18.
[377] SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1996) – *A cultura Castreja no Noroeste de Portugal,* Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira / Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, p. 32-33.
ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, (2008) – *Sítios que fazem História-Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo: 1- da Pré-História à romanização*. Edição da Câmara Municipal de Viana do Castelo, p. 220-221.

hipotética, uma vez que não existem escavações. Como tal, não é possível afirmar a sua cronologia e as diferentes remodelações ou reconstruções, se é que existiram.[378]

No Monte Castêlo foram recolhidos, em escavações realizadas por Neves dos Santos, milhares de fragmentos cerâmicos, apresentando cronologias, formas, pastas, tipo de cozedura, e funcionalidades diversas, de acordo com as influências, modas, evolução, contactos regionais, ou exógenos. Enfim, um manancial de informação a aguardar uma investigação. As cronologias registadas vão desde a Idade do Bronze Final, à Idade do Ferro, Romanas e Medievais.[379] O acervo pétreo exumado é notável, salientando-se os moinhos manuais, de formas e tamanhos diversificados, desde a mó manual, ou de vaivém, até ao moinho, denominado como mó rotativa, indiciando uma atividade cerealífera abundante.[380] Com a introdução da roda do oleiro, cuja inovação corresponde à parte final da fase II (500 a 200 a.C) de Armando Coelho, potenciou um maior desenvolvimento na técnica de produção, promovendo uma maior diversidade de formas e mais ajustadas às funções, potenciando, desta forma, a produção de grandes recipientes, tipo *dolium*, destinados ao armazenamento de sólidos e líquidos, que perduram na Fase III (séc. II a.C. ao I d. C.). São abundantes os fragmentos de *dolium*, com ou sem decoração.[381] Nas escavações realizadas pelo Gabinete de Arqueologia de Matosinhos foram exumados inúmeros fragmentos em contexto de escavação um deles apresenta uma inscrição grafitada. Os fragmentos encontrados depois de restaurados reconstruírão quase a totalidade da peça.

Esta terceira e última fase são coincidentes com a proto-urbanização da Cultura Castreja e que, após a expedição de D. Junius Brutus, se prolongaria até às reformas flavianas, na segunda metade do séc. I d.C.[382]

Pelos registos, e pela cultural material, identificamos neste castro, independentemente de ter sido pouco escavado, as diferentes fases que correspondem ao primeiro milénio de desenvolvimento de uma cultura muito peculiar no Noroeste Peninsular.

4.2 – Romanização

A romanização do Noroeste português tem início no começo da era cristã, provavelmente entre 14 e 16 a.C., quando o imperador Augusto reorganiza a administração da Hispânia, chamando a si o governo da província da Tarraconense, na qual se integrava o

[378] Ver Anexo E, Figuras 7, 8, 10, 11, 12 e 13.
[379] SILVA, Armando Coelho Ferreira da e MOREIRA, Álvaro de Brito (2010) – "O Rio da Memória – Arqueologia do Território do Leça", Cap. IV – *A Romanização do Vale do Leça* e Cap. III – *Proto-História no Vale do Leça*, Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 156.
[380] Ver Anexo E, Figura 14, 15 e 16.
[381] SANTOS, Joaquim Neves dos (1955) – *Guifões Notas Arqueológicas, Históricas e Etnográficas*, Vol. 1, Edição do Autor, p. 54.
SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1996) – *A cultura Castreja no Noroeste de Portugal,* Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira / Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, p. 130-133.
[382] SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1996) – *A cultura Castreja no Noroeste de Portugal,* Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira / Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, p. 131-132.
ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, (2008) – *Sítios que fazem História-Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo: 1- da Pré-História à romanização*. Edição da Câmara Municipal de Viana do Castelo, p. 253-254.

Noroeste Peninsular. Após as operações militares do Noroeste o imperador Augusto deu início à reforma político-administrativa. A partir de então, e com esta reforma, em todo o Noroeste tem lugar uma profunda transformação a que vulgarmente se designa por "processo de romanização", materializado também pela oficialização do latim como língua oficial, o direito, a moeda, enfim, tudo vai prosseguindo de acordo com as diretrizes de Roma, ou seja, seguem as estratégias definidas pelos líderes romanos. Perante esta nova realidade, "sujeita" a novos modelos de gestão, nos quais estão implícitos novos usos e modelos, desenvolvendo também novas necessidades que ganham um carácter consubstanciado após algumas reformas do imperador Vespasiano em 73/74 a.C., nomeadamente quando concede o privilégio de cidadania aos Hispanos e após a implementação da nova estrutura administrativa, criada a partir da capital de *conventus – Bracara Augusta*, tem início o processo de romanização[383], o qual se vai estruturando e solidificando através da criação de uma rede viária que permitisse uma ligação rápida, e segura, entre os diferentes centros administrativos. As vias constituíram um dos elementos materiais mais poderosos da administração de Roma. Esta rede é formada por estradas pavimentadas com grandes lajes de pedra, que assentam nos percursos seguidos pelas populações locais. A via que ligava *Olisipo* a *Bracara* seria certamente o mais importante itinerário de ligação entre o Norte e o Sul do atual território português. Talvez tenha sido construído na época dos Júlios-Claudios (27 a.C.- 68 d.C.), tendo sofrido importantes reparações no período de Adriano (117-138), donde se depreende pelos marcos miliários dedicados a este imperador, como é o caso do miliário encontrado na freguesia de S. Mamede de Infesta.[384]

Neste concelho, a via que vinha de *Olisipo* em direção a *Bracara Augusta,* depois de atravessar a cidade de Cale, passava na Ponte de Pedra, de construção romana, e prosseguia em direção ao Concelho da Maia. Desta via principal partiriam vias secundárias que ligariam aos povoados já referidos.[385] Uma outra ponte de fundação romana, a Ponte de Ronfos, Azenha ou Barreiros, localizada nos limites entre a freguesia de Leça do Balio e o Concelho da Maia, faria parte de um traçado antigo, referido como *a karraria antiqua.*[386]

[383] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 72.
ALARCÃO, Jorge de (1995) – *O Domínio Romano Em Portugal*, Europa-América, 3ª Edição, Mem-Martins, p. 28-29.
MOREIRA, Álvaro de Brito (2005) – *O Castro do Monte Padrão, do Bronze Final ao fim da Idade Média,* Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, p. 35.
[384] MATTOSO, José [coordenação] (1993) – História de Portugal, Vol. V – *A Romanização do Actual Território Português,* Lisboa, Editorial Estampa, p. 255-256.
CAPELA, Martins (1987) – *Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal*, 2ª Edição, Edição da Câmara Municipal de Terras de Bouro, p. 58-59.
[385] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº31.
[386] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº32.
ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1969) – *Romanização das Terras da Maia*, Col. Maia, Edição da Câmara Municipal da Maia, p. 120.

A construção destas vias obedecia aos planos de expansão económica e administrativa criada por Roma, permitindo o crescimento e desenvolvimento em toda a sua extensão, potenciando, desta forma, a criação de novos espaços e de estruturas de apoio às mesmas.[387]

Para além das vias e das pontes, a cultura material encontrada nos diferentes sítios atesta bem a presença desta nova cultura, realidade que identificamos no Castro do Monte Castêlo. Os artefactos exumados em diferentes intervenções e recolhidos à superfície atestam bem a intensa romanização ali operada. Nas últimas intervenções realizadas pelo GMHAM, zonas A e B, localizadas na encosta voltada a Poente (localizadas talvez no interior da 3ª linha de muralha (?), têm sido exumados artefactos como fragmentos de ânfora *Haltern 70* e Lusitana, fragmentos de *dolium*, cerâmica manual, comum romana, cinzenta fina, fragmentos de uma taça do tipo campaniense B, cerâmica de uso doméstico, como almofarizes, com ou sem vidrado interior, que apontam para uma cronologia do séc. IV/VI, pesos de tear e ainda fragmentos de cerâmica *sigillata* Clara D do séc. IV/V, com decorações representando animais e gladiadores.[388] Quanto à arquitetura doméstica, as estruturas identificadas até ao momento apresentam uma tipologia retangular, voltadas para um pateo lajeado e construídas em socalcos, aproveitando a geomorfologia do terreno e beneficiando também dos afloramentos rochosos, à semelhança dos núcleos familiares de Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira. Este novo modelo de arquitetura materializa os conceitos introduzidos pela cultura romana. Pelos registos depreende-se que o Castro foi profundamente romanizado, em toda a sua extensão, à semelhança de tantos outros castros do Noroeste Peninsular, como por exemplo o castro do Monte Padrão, localizado na bacia hidrográfica do rio Leça, onde é possível identificar vestígios desta romanização na primeira metade do séc. I d.C., no qual o povoado indígena, organizado em núcleos familiares com as casas de planta circular, dá origem a um conjunto de remodelações, situação que não é possível identificar até ao momento nos restantes povoados existentes na área em estudo, à exceção do castro de Guifões. Contudo, referimos ainda alguns dados presentes na PGCG, onde Neves dos Santos assinala a existência de estruturas habitacionais de tipologia retangular ou quadradas nas plataformas voltadas a Nordeste, Noroeste, Oeste e Sudoeste, fora da linha de muralhas. Estando correta esta leitura, então estamos em presença de uma fase de remodelação urbanística introduzida pelos modelos arquitetónicos romanos, suplantando, desta forma, os modelos indígenas, denotando-se também o abandono da funcionalidade do sistema defensivo, aspeto observado na planta designada em EZB9, cuja construção se sobrepõem ao troço de muralha assinalado.[389] Identificamos ainda uma estrutura circular no interior do

[387] ALARCÃO, Jorge de (1995) – *O Domínio Romano Em Portugal*, Europa-América, 3ª Edição, Mem-Martins, p. 89-90.
[388] Ver Anexo E, Figura 17.
[389] Ver Anexo E, Figura 25 e 26.

edifício citado anteriormente. Pelos vestígios depreendemos que esta área apresentava um nível de ocupação anterior.

Nas proximidades deste local recolhemos numa vala aberta, durante os trabalhos agrícolas, inúmeros fragmentos de ânforas *Haltern 70,* que correspondem cronologicamente à fase III apontada por Armando Coelho, evidenciando, com a sua presença, contactos comerciais exógenos dentro de um quadro de influências romanas que se iniciou após as campanhas de *Decimus Junis Brutos*, em 138 a.C., e se foi solidificando, independentemente dos diferentes confrontos. Como tal, esta cultura foi acolhida pelos Bracaros paulatinamente até aos inícios do séc. I d. C. com a *pax romana* promovida por Agusto, dentro de uma política que cumprisse os cânones de Roma, mas também dos indígenas.

Relativamente às ânforas *Haltern 70*,[390] e num estudo realizado por Rui Morais aos fragmentos encontrados por Neves dos Santos, concluiu na sua pesquisa o seguinte: *"... Haltern 70, com cerca de 230 exemplares (cerca de 75 do total %), uma das maiores concentrações de todo o Noroeste peninsular. A presença, entre outros materiais, de cerâmicas campanienses do século II a.C. e de ânforas do tipo Maná C2b (=Tipo 7.4.3.2.), são fortes indicadores de que ainda, antes da plena integração desta região no Império romano já este povoado mantinha contactos comerciais regulares com o Sul da Península Ibérica e o mundo mediterrâneo. Monte Castelo teria funcionado assim como um dos principais centros redistribuidor à escala regional em direção a outros importantes povoados na bacia do rio Leça, nomeadamente o de Padrão (Santo Tirso) e a Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), que é o maior povoado conhecido no Noroeste peninsular…"*.[391]

Brochado de Almeida admite também a representação expressiva das ânforas de origem itálica que transportavam vinho da Câmpania, oscilando a sua cronologia entre 180 a.C. e o primeiro quartel do séc. I. d. C. A sua expansão ao longo da costa indicia que a navegação costeira atlântica se havia incrementado e proliferado para áreas interiores aproveitando as estradas fluviais.[392]

Como já referimos atrás, Neves dos Santos identificou um edifício de grandes dimensões a Sudoeste e na base do castro, no âmbito do arroteamento da parte bravia do campo da Ponte. Trata-se de um grande edifício, talvez com cerca de 100 metros quadrados. Destes trabalhos realizados em 1961/1962, produziu uma planta do edifício e registou os materiais exumados.[393]

---

[390] Ver Anexo E, Figura 18, 19, 20, 21 e 22.
[391] MORAIS, Rui (2007) – *A via atlântica e o contributo de Gadir nas campanhas romanas na fachada Noroeste da Península*, p. 117-118.
[392] ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, (2008) – *Sítios que fazem História-Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo: 1- da Pré-História à romanização*. Edição da Câmara Municipal de Viana do Castelo, p. 266-269.
SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1996) – *A cultura Castreja no Noroeste de Portugal,* Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira / Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, p. 82.
[393] Ver Anexo E, Figura 25 e 27.

Numa primeira análise identificamos que os compartimentos que correspondem aos nºs 5, 8 e 9 foram construídos em cima do troço da muralha e de uma estrutura circular, como já referimos atrás. Aferimos também que o alinhamento dos muros não é contínuo, pelo que se depreende que correspondem a fases construtivas posteriores.

No interior do compartimento nº2 encontrou uma sítula em bronze,[394] que corresponde à Fase III-IV, apontada por Álvaro Moreira.[395] Através do registo fotográfico da estrutura referida, identificamos o aparelho construtivo das paredes, denominado como "*Opus Vitatum"*.[396] Este tipo de aparelho não exigia grande esforço permitindo uma técnica semelhante à usada ainda hoje no assentamento dos tijolos.[397]

O compartimento nº.3 apresenta restos de um pavimento lajeado que, segundo o investigador *"corresponde a um recinto calcetado que comunicava com o edifício da suástica"*, ou seja, com o compartimento 4. Embora na planta não se identifique a porta que liga os dois compartimentos encontramos este registo.[398] Aferimos ainda que assinala no nº 4 *"a construção de um muro recente"* que ainda permanece in loco e no qual foi encontrada a *"ombreira de uma porta que deveria comunicar com o monte"*. Nesta estrutura (nº4), que denominou como *"edifício da suástica"*, com forma retangular, encontrou *"encaixada na face interior a acerca de 25 centímetros da lareira de tijolo, assente no piso térreo"* uma Suástica,[399] cuja cronologia corresponde à Fase III de Armando Coelho.[400] Citando ainda que a mesma apresenta um *"certo desgaste, admitindo que esta escultura foi reutilizada e ali colocada após a construção do edifício"*. Numa investigação realizada por Fernando Coimbra sobre a Arte Rupestre, e referindo-se aos exemplares conhecidos em Portugal, "Suástica", entre outras a de Guifões *"...executada na Idade do Ferro, por picotagem, numa pedra aparelhada de uma construção do castro de Guifões, concelho de Matosinhos"*.[401] Salienta ainda que na Arte Rupestre do Noroeste da Península Ibérica existem mais algumas suásticas, para além da já citada, como por exemplo na Portela da Laxe, Viascón, Pontevedra (dois casos), em Coruxo, Vigo, onde o símbolo aparece associado a covinhas. Cita ainda que *"junto às covinhas, algumas delas associadas a "ganchos" que poderão ser a representação de*

[394] Ver Anexo E, Figura 33.
[395] SILVA, Armando Coelho Ferreira da e MOREIRA, Álvaro de Brito (2010) – "O Rio da Memória – Arqueologia do Território do Leça", Cap. IV – *A Romanização do Vale do Leça* e Cap. III – *Proto-História no Vale do Leça*, Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 26.
Fase I – 19 a.C./68 - de Augusto a Nero- 69/74 (Flávios/atribuição do *ius latti à* Península Ibérica)
Fase II – Diocleciano cria a provincia da Galécia – 284/288
Fase III – Vândalos e Suevos na Galécia – 409/411
Fase IV – Queda do reino Suevo (guerra civil entre Suevos e Visigodos) – 455/459
[396] Ver Anexo E, EZB9, Figura 28 e 29.
[397] DIAS, Lino Tavares (1997) – *Tongobriga*, Lisboa: Edição do Ippar, p. 127-129.
[398] SANTOS, Joaquim Neves dos (1963) – *Serpentes Geminadas em Suástica e Figurações Serpentiformes do Castro de Guifões*, Edição do autor, p. 7.
[399] Ver Anexo E, Figura 68.
[400] IDEM, *Ibidem*, p.120.
[401] COIMBRA, Fernando (2004) – *Arte rupestre do Concelho de Barcelos (Portugal), Subsídios para o seu estudo*, [s.l.]: Anuário Brigantino, p. 65

"báculos" e que são geralmente identificados como símbolos de poder. Nesta pedra de Guifões, também há, associados aos "ganchos", alguns "crescentes" e "SS", acontecendo o mesmo no Painel 3 da Laje dos Sinais, no concelho de Barcelos". O autor defende o carácter simbólico e religioso detido pela suástica, com grande importância na simbólica pré e proto-histórica.[402]

Na planta, correspondendo ao nº7 e 7ª, assinala uma *"necrópole (?) cuja entrada de acesso compreende um estreito caminho, construído posteriormente"* que comunica com a entrada voltada a Poente. O espaço funerário referido apresenta *"uma área de 12 metros quadrados, na qual foi encontrada uma grande quantidade de cerâmica de carácter funerário, vasos de prováveis libações, lucernas, vidraria, identificou ainda dois vasos de cerâmica pintada",* de cor avermelhada com figurações serpentiformes. Álvaro de Brito enquadra estes dois potes de cerâmica comum pintada na Fase I e II, isto é, durante o alto império (I ao III século).[403] O registo de necrópole levanta algumas dúvidas uma vez que as necrópoles não eram construídas pelos romanos nas áreas contíguas às estruturas habitacionais. Como tal apenas registamos os achados, deixando esta questão em aberto.[404]

No interior do compartimento nº.6 foi encontrada uma "*coluna em granito com a parte cilíndrica enterrada, indiciando a sua reutilização"*? Neste espaço encontrou a *"um canto da mesma, uma pedra, ou seja um bloco de granito, com restos de cinzas, assente no chão batido, no interior de uma habitação ou de um de local de reunião. Depois de removida, verificou que no rosto estavam insculpidas 14 covinhas ou fossets, formando dois grupos"*.[405]

Neves dos Santos afirma que este monólito *"altar das covinhas, ali foi colocado intencionalmente, apontando-o como uma ara ou altar para o culto dos deuses como, o Sol, a Lua e as Estrelas, ou ainda, para realizar rituais ligados ao culto dos mortos"*. Leite de Vasconcelos é da opinião que as pedras com covinhas eram sagradas e estavam estreitamente ligadas ao culto dos mortos.[406] Fernando Coimbra regista na sua investigação sobre Arte Rupestre a descrição de Neves dos Santos *"altar em forma de paralelepípedo"*.[407] Refere que *"... parece-nos estar aqui perante uma peça que foi utilizada para fins cultuais e não decorativos, fazendo as covinhas parte integrante do mundo simbólico e espiritual dos*

[402] IDEM, *Ibidem*.
COIMBRA, Fernando (2001) – *The cup-marks in rock art in Western Europe. A contribute to its study andinterpretation*, In "Proceedings of the Congress Leincisione rupestri non figurative nell'arco alpinomeridionale", Museo del Paesaggio, Verbania, p. 34.
[403] SANTOS, Joaquim Neves dos (1963) – *Serpentes Geminadas em Suástica e Figurações Serpentiformes do Castro de Guifões*, Edição do autor, p. 10-12.
SILVA, Armando Coelho Ferreira da e MOREIRA, Álvaro de Brito (2010) – *O Rio da Memória – Arqueologia do Território do Leça*, Catálogo das Peças, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 179.
[404]Ver Anexo E, Figura 30 e 31.
[405] Ver Anexo E, Figura 34.
[406] SANTOS, Joaquim Neves dos (1961) – *Altar com covinhas no Castro de Guifões*, Edição do Autor, p. 5-11.
[407] Depósito da Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos.

homens que viveram no Castro de Guifões, assim como daqueles que as utilizaram em megálitos, em petróglifos e em grutas de diversos países."[408]

Na divisão nº. 10 foi encontrado, em 1962, *"um pio fragmentado"* que, segundo a cronologia de Armando Coelho, se insere na Fase III,[409] e ainda uma *"coluna em granito com base em forma quadrangular com ornatos circulares"*,[410] que Álvaro de Brito enquadra na Fase III e IV, correspondendo a um momento avançado da romanização.[411] Estes vestígios encontrados como fustes, colunas ou bases quadrangulares, na óptica de Jorge Alarcão *" deixam todavia presumir a existência de um pórtico…"*.[412] No espólio proveniente do Castro existem várias colunas e bases bem robustas que certamente fizeram parte de um edifício com grande representatividade no mundo romano.

Num dos compartimentos deste edifício recolheu *"numa das camadas, um vaso cerâmico com vidrado interior, "almofariz"*[413] *coberto por camadas mais ou menos espessas de terras com cinza, seguindo-se-lhe a camada de abatimento, na qual encontrou materiais de construção, tegula e imbrice, assim como cerâmica doméstica, apontando que os mesmos eram provenientes de contextos castrejos e romanizados"*.[414]

Nas escavações realizadas na Área B, na década de 90 do século XX, e nas campanhas de 2009/2010, também se recolheram fragmentos cerâmicos como os exemplares citados anteriormente, cujos vidrados possuem uma coloração que varia entre o verde-escuro e o verde-amarelado.

Numa comunicação realizada em 2007, sobre a cerâmica de vidrados de chumbo, José Manuel Varela e Rui Morais admitem que a presença destas peças parece evidenciar que, para além de grandes cidades como Bracara Augusta, também os povoados do Monte Castêlo e Mozinho tiveram uma significativa atividade e importância regional.[415]

Álvaro de Brito, num estudo recente sobre os territórios da bacia do rio Leça, aponta uma cronologia para o almofariz recolhido por Neves dos Santos, entre o século III e V.

---

[408] COIMBRA, Fernando (2004) – *Arte rupestre do Concelho de Barcelos (Portugal), Subsídios para o seu estudo*, [s.l.]: Anuário Brigantino, p. 58-65.
COIMBRA, Fernando (2001) – *The cup-marks in rock art in Western Europe. A contribute to its study andinterpretation*, In "Proceedings of the Congress Leincisione rupestri non figurative nell'arco alpinomeridionale", Museo del Paesaggio, Verbania, p. 34.

[409] SILVA, Armando Coelho Ferreira da e MOREIRA, Álvaro de Brito (2010) – "O Rio da Memória – Arqueologia do Território do Leça", Cap. IV – *A Romanização do Vale do Leça* e Cap. III – *Proto-História no Vale do Leça*, Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 121.

[410] Ver Anexo E, Figura 41 e 42.

[411] IDEM, *Ibidem*, p. 177.

[412] ALARCÃO, Jorge (1990) – *A Produção e a circulação dos Produtos*, in "Nova História de Portugal - Portugal das Origens à Romanização", Vol. I, (direção de SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira), 1ª edição, Editora Presença, p. 422.

[413] Ver Anexo E, Figura 37 e 38.

[414] SANTOS, Joaquim Neves dos (1963) – *Coberturas vitrificadas em louça domestica no Castro de Guifões*, Edição do autor, p. 5-14.

[415] Informação oral de José Manuel Varela e Rui Morais (2007). I Jornadas Arqueológicas da Bacia do Rio Leça (27 Outubro). Tema: *Breve notícia sobre almofarizes vidrados do baixo-império e antiguidade tardia*.

Perante as evidências, aferimos, até ao momento, que estes vidrados apareceram em locais com vestígios de ocupação romana intensa.[416]

Numa das publicações de Neves dos Santos, realizada em parceria com Carlos Alberto Ferreira de Almeida, em 1974, sobre a cerâmica tardia de Guifões, faz uma breve síntese sobre as *sigillatas* claras C e D, que recolheu à superfície no sopé Ocidental do monte, entre o castro e o rio Leça. Pela descrição feita admitimos que o local apontado ficará nas proximidades do edifício acima referido. Aponta para esta cultura material uma cronologia entre os finais do séc. IV a V, estabelecendo um paralelo com as cerâmicas de Conimbriga e Fiães, atestando também as relações com o Norte de África[417]. Este período crono-cultural corresponde a uma época de transformações pautada pelas invasões dos povos bárbaros.

Para além dos vestígios referidos relativamente a este edifício, inserimos no anexo do EZB9 alguns inéditos de Neves dos Santos relacionados com o mesmo. Este edifício corresponderá a uma *"domus"*, à semelhança do edifício romano identificado na zona ribeirinha do Porto, no local onde foi edificada a Casa do Infante. Para além de uma estrutura habitacional terá funcionado também como estrutura de apoio à atividade portuária?[418]

Esta área sofreu diversas alterações, desde a abertura de um caminho que liga à Rua do Feijó, aberta em 1962, que deve ter alterado a zona envolvente, assim como a construção de diversas estruturas de apoio à atividade agrícola ali realizada. Mas, numa das últimas prospeções realizadas nesta área identificamos parte de muro de tipologia romana. Parece indiciar que pertenceria a este edifício, mas só uma intervenção arqueológica poderá, ou não, confirmar esta hipótese.[419]

Como se pode depreender são muito diversificados os vestígios que atestam a importância deste sítio, assim como os vestígios da romanização intensa aqui encontrados. Neste sentido, citamos ainda Velho de Barbosa na Memória Histórica do Mosteiro de Leça, de 1852, numa abordagem sobre este monte dizendo *"subtus Castro Gueifones"* no qual foi descoberto *"em 1850 na raiz de um carvalho, uma garrafa de vidro de boca muito larga, com uma configuração muito diferente das atuais"*. Este artefacto de vidro integrou o espólio da Exposição Comemorativa do Iº Centenário da Vila, promovida pela Câmara Municipal de Matosinhos, em 1952, patente na Casa dos Milagres[420]. Esta urna funerária, assim designada,

[416] SILVA, Armando Coelho Ferreira da e MOREIRA, Álvaro de Brito (2010) – *O Rio da Memória – Arqueologia do Território do Leça*, Catálogo das Peças, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 178.
[417] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de e SANTOS, Joaquim Neves dos (1974) – *Cerâmica Romana, Tardia de Guifões,* In "Extratos da Revista Archaeologia Opuscula", Vol. I-Fasc. I, p. 49-56.
SILVA, Armando Coelho Ferreira da e MOREIRA, Álvaro de Brito (2010) – *O Rio da Memória – Arqueologia do Território do Leça*, Catálogo das Peças, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 180-184.
[418] Ver Anexo E, Figura 67.
SILVA, António Manuel S. P. (2010) – *A ocupação da época romana na cidade do Porto. Ponto da situação e perspetivas de pesquisa*, In "Revista de Arqueoloxia e Antiguidade", p. 221-222.
[419] Ver Anexo E, Figura 63, 64, 65 e 66.
[420] IDEM, *Ibidem*, p. 11-13.

de cor verde transparente, integra o espólio funerário do Museu Soares dos Reis desde 1940/41 integrando a atual exposição "O Museu e as Universidades. Novos contributos para o conhecimento das coleções". Segundo Jorge Alarcão, os paralelos mais próximos desta peça são de final do século I e início do século II.[421]

Para além do castro do Monte Castêlo os vestígios de romanidade registrados neste concelho são diversos. Até ao momento foram identificados vinte e quatro sítios, onde aparecem materiais conotados com a romanização, desde estruturas pétreas, pontes, cetárias, material de construção, como tégula, tijoleira, mosaicos, cerâmicas de diferentes tipologias, moedas, inscrição a Júpiter, marco miliário, colunas, enfim, uma panóplia de informação patente nos achados e nos registos documentais.

Num estudo realizado por Manuela Martins sobre a teoria de Alberto Sampaio, *As vilas do Norte de Portugal*, e numa abordagem ao trabalho realizado no século XIX sobre o povoamento rural, Manuela Martins partilha da investigação de Filipe Criado Boado quando refere que *"... na prática, o delineamento da moderna paisagem do NO tem os seus antecedentes na Pré e Proto-História. A ocupação romana e os períodos subsequentes apenas terão cristalizado as tendências anteriores."*[422] Corroboramos com os autores quando referem que a matriz de desenvolvimento do povoamento se prolongou a partir dos vestígios mais antigos, progredindo de acordo com o desenvolvimento produzido pelos grupos, comunidades, quer pelos recursos de subsistência, cultural, e mais tarde, económico e político. Como tal, corroboramos com a abordagem anterior e ainda reforçamos com a citação de Brochado de Almeida: *"quando os romanos chegaram militarmente à Gallaecia, rapidamente confirmaram a existência dos recursos mineiros, mas também identificaram que os indígenas viviam numa economia de auto consumo, que lhes faltava uma organização económica com diretrizes centradas no desenvolvimento coletivo quer sob o ponto de vista económico e politico"*[423], este contacto provocou uma certa instabilidade que potenciou profundas alterações, tais como sublinha entre outros investigadores, Jorge Alarcão *"...este momento funcionou como um ponto de viragem e de reafirmação das comunidades indígenas onde criaram uma consciência de etnicidade ou de identidade cultural, surgindo unidades políticas, que conduziram à criação do sentido da identidade e da diferença"*.[424] É a partir

[421] ALARCÃO, Jorge; MOUTINHO Adília (1964) – *Vidros Romanos no Museu Nacional de Soares dos Reis*, in Separata da "Revista MVSEV", II série, n.º 8, p. 73-78.
SANTOS, Joaquim Neves dos (1955) – *Guifões Notas Arqueológicas, Históricas e Etnográficas*, Vol. 1, Edição do Autor, p. 51-52.
[422] MARTINS, Manuela (1991) – *As vilas do Norte de Portugal de Alberto Sampaio. Importância da obra no estudo do povoamento antigo*, In "Revista de Guimarães", 102, Guimarães, p. 387-409.
423 ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, (2008) – *Sítios que fazem História-Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo: 1- da Pré-História à romanização*. Edição da Câmara Municipal de Viana do Castelo, p. 242.
[424] ALARCÃO, Jorge (1990) – *O reordenamento Territorial*, in "Nova História de Portugal - Portugal das Origens à Romanização", Vol. I, (direção de SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira), 1ª edição, Editora Presença, p. 356-357.

deste contacto e desta identidade que se desenvolveram até, e para lá, do séc. I, transformações consideráveis sob a influência dos romanos.

É dentro deste quadro que a romanização cristaliza as tendências anteriores e estrategicamente para indígenas e romanos o espaço vai sendo modelado e alargado de acordo com interesses comuns. É dentro deste contexto que surgem os novos modelos de urbanismo romano, traduzido na criação de *villae*, *vicus*, casais e estruturas de menores dimensões, criando um povoamento misto, disperso, de acordo com as características geomorfológicas.[425] Para além dos registros realizados na área em estudo conotados com a cultura romana, não nos foi possível identificar a que tipos de assentamentos correspondem os vestígios encontrados? Por outro lado, as materialidades encontradas são seguramente de filiação romana. Outras perduraram na Alta Idade Média, como as *tegullae*, telha largamente utilizada, mas, mesmo assim, e apesar de não dispormos de dados suficientes para analisar a distribuição de povoamento e de assentamentos, a investigação sobre esta distribuição fica a aguardar novas pesquisas.[426]

Identificar que tipo de povoamento foi implantado é neste momento uma missão muito difícil. Como tal serão elencados os locais com os vestígios encontrados, uma vez que não dispomos de dados arqueológicos para os classificar. Contudo, a informação sobre os mesmos será acompanhada pela pesquisa documental e bibliográfica.[427]

No âmbito desta investigação identificamos, na freguesia de Santa Cruz do Bispo, um local inédito, onde recolhemos materiais conotados com cronologias pré-históricas e romana, nomeadamente cerâmica comum que, segundo Brochado de Almeida, começaram a vulgarizar-se nos povoados que ainda estavam em perfeito desenvolvimento nesta região a partir de meados do séc. I.[428] A presença de materiais romanos indicia a presença de um assentamento romano. Um outro elemento importante a considerar e que talvez esteja relacionado com este sitio é o traçado de um velho caminho, cujo traçado talvez remontasse ao período romano, que vindo de Custóias circundava o Monte de S. Brás a Este, e a Norte ligava à Aldeia de Baixo, pelo antigo lugar do Barreiro, hoje, Rua do Chouso e prosseguia em direção a Perafita, passando na periferia do Castro de Freixieiro continuando para Lavra e Vila do Conde.[429]

[425] ALARCÃO, Jorge de (1995) – *O Domínio Romano Em Portugal*, Europa-América, 3ª Edição, Mem-Martins, p. 106-107.
[426] ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, (2008) – *Sítios que fazem História-Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo: 1- da Pré-História à romanização*. Edição da Câmara Municipal de Viana do Castelo, p. 250.
[427] Ver Anexo G.
[428] ALMEIDA, Carlos A. Brochado (2003) – *Povoamento Romano do Litoral Minhoto Entre o Cávado e o Minho,* 7 volumes, FLUP, Porto, p. 272.
[429] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 67.

Na freguesia de Perafita identificámos três locais com materiais romanos que apontam para cronologias entre o I séc. a. C. e I d. C., para além dos outros materiais identificados com outros períodos cronológicos:

1-Montedouro (sítio inédito)

Conhecido localmente como o lugar das mouras encantadas, mas também como o campo das Antinhas, a que o povo chama o Campo das Santinhas e que, segundo os locais aqui terá existido uma pequena igreja. Revela vestígios de ocupação pré-histórica, romana e visigótica/alto-medieval. Nas sondagens realizadas na envolvência do conjunto das quatro sepulturas foram recolhidos cerca de centena e meia de fragmentos de diferentes materialidades romanas, desde tegula, cerâmica comum, *sigillata*, fragmentos de ânfora *Haltern 70*. Pela análise aos materiais recolhidos aferimos, desde logo, a presença da cultura romana e os contactos exógenos, materializados na presença das *sigillatas* e das ânforas, apontando uma cronologia balizada entre os finais do século I a. C e I d. C., correspondendo em simultâneo ao período de transformações operado pelo imperador Augusto. A área envolvente apresenta uma extensão significativa de terrenos com aptidão agrícola, próxima de uma linha de água e de um velho caminho romano que seguia em direção a Lavra. Terá existido aqui, neste povoamento rural, um casal? [430]

2-Campo dos Castros (sítio inédito)

Local inédito. Recolhemos à superfície três fragmentos de cerâmica comum romana. Apesar da parca informação, este sítio foi-nos apontado por um dos lavradores locais, conhecido como "o campo dos castros". Como tal, atendendo ao topónimo e aos materiais inventariamos o sítio.[431]

3-Vinha da Bouça-Campo do Cardeal (sítio inédito)

No âmbito do projeto de regularização e manutenção do Ribeiro de Joane, realizado em 1997, foram identificados no Campo do Cardeal mais de uma centena de materiais de cronologia pré-histórica, sendo que a cerâmica comum romana apresentava a maior percentagem de fragmentos recolhidos (oitenta fragmentos), apresentando também cerâmica comum fina e cinzenta, e ainda fragmentos de ânfora Lusitana e *Haltern* 70. À semelhança dos outros sítios já referidos, os materiais apontam uma cronologia entre o I a.C. e I d. C.[432] Atualmente esta área ainda mantêm uma matriz muito antiga, permanecendo o casario agrícola e uma atividade agrícola intensa. Aferimos ainda que este lugar e os vestígios encontrados até ao momento, à exceção do Castro de Freixieiro, se centralizam em áreas

[430] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 53.
[431] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 54.
[432] ALMEIDA, Carlos A. Brochado (2003) – *Povoamento Romano do Litoral Minhoto Entre o Cávado e o Minho,* 7 volumes, FLUP, Porto, p. 269.

muito próximas com o sítio de Montedouro, Mamoa do Lumbelo, Campo dos Castros, Sepulturas do Corgo, distribuídos pelas áreas a N e a W do centro religioso.[433]

Pela natureza dos materiais, e pelo sítio, talvez se possa admitir estarmos em presença de um povoado pré- histórico e uma ocupação romana. Só investigações futuras podem confirmar, ou não, que tipo de habitat aqui foi implantado.

Em Lavra, os vestígios encontrados são de facto reveladores de uma presença romana intensa. O castro de Angeses está implantado num cabeço sobranceiro ao Rio Onda/Cavelha na sua margem esquerda, na aldeia de Angeiras. Armando Coelho admite que os vestígios de romanização atestam a sua ocupação ao longo do séc. I e II. Acrescenta ainda que a sua vocação agrícola seria complementada com a exploração de recursos marinhos.[434] Em diferentes prospeções realizadas, quer por Neves dos Santos, Arqtº Lanhas e por nós, foram recolhidos materiais de construção como tegula, cerâmica comum e *sigillata.*[435] Dada a proximidade deste à vila Romana do Fontão e dos materiais conotados com a romanização, existirá contemporaneidade entre ambos os tipos de ocupação (?) uma vez que este tipo de estrutura (*villa)* se desenvolveu entre o séc. I e III, mas também no IV.[436] Na base do castro passava uma via romana que transpunha o Rio Onda e se dirigia para Vila do Conde, sendo esta considerada a via marítima.

No lugar de Paiço, no **Campo do Castanhal/Rua do Alvito(sítio inédito)** [437], localizado nas proximidades da Quinta do Paço (e nas cercanias desta existe ainda uma leira, conhecida localmente como o campo com história), recolhemos, à superfície, uma dezena de fragmentos de cerâmica comum romana.[438]

Carlos Alberto Ferreira de Almeida, diz o seguinte sobre o tipo povoamento romano *" ... Devido a certos fatores tradicionais e ecológicos não encontramos no NO de Portugal testemunhos de grandes explorações agrícolas, nada que se compare às villae do Algarve e Alentejo, apenas documentar algumas "vilas" com certa notoriedade, entre outras, Tongobriga, Marco de Canaveses, e, acrescenta que, se as escavações pudessem revelar vivendas romanas de certa sumptuosidade em Meinedo, Lousada, Guilhabreu, em Vila do Conde, em Lavra, Matosinhos, mas, os vestígios das dezenas e dezenas necrópoles*

[433] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 55.
[434] SILVA, Armando Coelho Ferreira da e MOREIRA, Álvaro de Brito (2010) – "O Rio da Memória – Arqueologia do Território do Leça", Cap. IV – *A Romanização do Vale do Leça* e Cap. III – *Proto-História no Vale do Leça*, Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 106.
[435] LANHAS, Fernando e BRANDÃO, D. Domingos, (1969) – *Inventário de Objectos e Lugares com interesse Arqueológico, Parcela 109.4*, Concelho de Matosinhos e Vila do Conde.
SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 45.
PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 55.
[436] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 17.
ALMEIDA, Carlos A. Brochado (2003) – *Povoamento Romano do Litoral Minhoto Entre o Cávado e o Minho,* 7 volumes, FLUP, Porto, p. 322.
[437] Este micro topónimo é referido nas inquirições de 1258 *" ...três leiras ficam em Agra do Alvito..."*. Antropónimo de origem Germânica.
BARBOSA, Isabel Maria Lago (2000) – *Raizes Medievais de Matosinhos - O actual Concelho nas inquirições de 1258*, In "MATESINUS - Revista de Arqueologia, História e Património de Matosinhos", Matosinhos: edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 59.
[438] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 18.

espalhadas entre vales e agras do Entre - Douro e Minho, atestam bem, na zona e no século IV, um intenso e disperso povoamento…".[439] Para além de referir, para o século IV, um povoamento disperso e intenso, faz referência que em Lavra existiu, à semelhança de tantos outros lugares, uma *vivenda romana de certa sumptuosidade*. Corresponderia Fontão dos Mouros a um assentamento humano tipo vila rural (?) onde estaria esta casa luxuosa que constituíra, talvez, a pars urbana e rural (?), e da qual dependeria o domínio da indústria do *garum* que ali era produzido? Questões que só sondagens e escavações arqueológicas podem responder. O sítio é conhecido como a Vila romana de Fontão de Antela ou Fontão dos Mouros.[440]

Neves dos Santos dedica um trabalho monográfico aos mosaicos da "*villa* do Fontão" cuja publicação, data de 1963, no qual cita João Grave que, em 1911, na sua obra *"O Passado"* escreve o seguinte sobre os achados: *"... Esta afirmação é comprovada por explorações arqueológicas recentemente feitas em Lavra, que desentulharam da movediça aluvião das terras, belos mosaicos duma soberana graça decorativa, que apenas decoravam as vivendas ricas, fragmentos arquitetónicos duma nítida pureza de linhas, fustes de colunas que outrora decerto constituíram pórticos sumptuosos, moedas, peças de cerâmica..."*.[441] Estes fragmentos de mosaico foram encontrados por diligências de Neves dos Santos, em 1961, no Museu de Etnografia e História do Douro Litoral, dispersos e desordenados. Desses pequenos fragmentos conseguiu reconstituir a faixa de um mosaico romano tardio, dos séculos III ou IV d.C.[442] Pela descrição apuramos que os mosaicos encontrados pertenceram a uma casa de luxo. Cinco destes fragmentos encontram-se no Museu D. Diogo de Sousa, em Braga, e um outro enquadra o acervo do Gabinete Municipal de Arqueologia e História de Matosinhos, recolhido na praia de Angeiras. Citando Brochado de Almeida *"são estes entre outros vestígios que encontramos nas villae do Entre-Douro-e-Minho, desde o seu aparecimento até ao século V"*.[443] Destes mosaicos encontramos paralelos na *villa* romana de Sendim, Felgueiras, cujos vestígios arqueológicos apontam para uma ocupação a partir da segunda metade do séc. I ao VI d.C.[444]

São diversas as referências aos vestígios romanos de Lavra. Um documento, de 1758, nas Memórias Paroquiais, refere a existência de líticos e estruturas pertencentes ao antigo convento e palácio antigo *"... antes meparece, que seria nesta freguezîa, em razam de algum*

[439] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1972) – *Notas sobre a Idade Média no Noroeste de Portugal*, In "Revista da Faculdade de Letras da Univ. Porto, série História, Vol. III, Porto, p. 117.
[440] Ver Figura 20 em Anexo.
[441] SANTOS, Joaquim Neves dos (1963) – Temas Regionais de Arqueologia E Etnografia II, Um Mosaico Romano de Lavra – Matosinhos, Edição do Autor, p. 11-13.
[442] SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 50.
PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 55-105.
[443] ALMEIDA, Carlos A. Brochado (2003) – *Povoamento Romano do Litoral Minhoto Entre o Cávado e o Minho,* 7 volumes, FLUP, Porto, p. 322-323.
[444] PINTO, Marcelo Mendes (2008) – *Villa Romana de Sendim*, Edição da Câmara Municipal de Felgueiras, p. 33.

dia me dizerem havia nesta terra o Convento de Santo Tirso, e se acharem ainda vestigiuos, ou signaes de ser verdade, razam porque ainda seacham nesta rezidencia huas colunas, que demonstram serem do mesmo convento, e se acharem também nas arêas pegado ás aguas do Mar huas eiras de ladrilho de burgos, que bem demostram serem claustros de outro Convento, ou Palácio antigo; e também seacha junto â Igreja em caza de António dos Santos hua pedra com hum Epitáfio antigo, cujas letras senam entendem (...); e também por seacharem ao fazer desta Igreja, que ainda he moderna alguas sepulturas de pedra grandes, e agigantadas aomodo antigo, eoutras de tejolo; e ao fazer da mesma Igreja se achavam nas sepulturas corpos inteiros empô, que assoprandolhe se desfaziam, o que eu vi com os olhos, que meadmirey dever agrandeza dos ditos corpos porserem agigantados."[445]

Segundo o antigo pároco de Lavra, Domingos Lopes, aquando da construção do edifício nº 2 do Centro Social, no Passal ou cerca da residência paroquial, foram encontrados, nos alicerces de fundação, o seguinte espólio: uma ara votiva que, segundo Manuel Real, considerou ser um achado valiosíssimo; uma cruz mutilada que, depois de analisada por Brochado de Almeida, aventou a hipótese de o achado pertencer ao acervo da igreja românica anterior à atual. Os fustes incompletos, colunas em granito e uma mó romana engrandecem o acervo lítico exumado. Relativamente às colunas, é colocada a hipótese de as mesmas terem pertencido à galilé da primitiva igreja, ou ao antigo convento, ou mesmo à vila romana.

Um outro achado conotado com o período medieval diz respeito a uma aduela pintada encontrada junto ao coro, em 1972, quando se procedia ao restauro do edifício religioso, na qual Manuel Real identificou uma sigla. Durante esta intervenção identificou o mesmo pároco, junto ao arco cruzeiro, uma sepultura paleocristã, idêntica à que se encontra exposta no exterior no adro da igreja. Devido ao seu estado de degradação optou pela sua permanência in loco, reforçando o apoio do retábulo, tendo como objetivo a sua preservação.[446]

No ano de 1993, quando procediam à demolição de uma casa situada num terreno que fica atrás da capela-mor, encontrou numa das paredes um capitel com ábaco e equino.[447] Os vestígios encontrados revelam diferentes ocupações no mesmo espaço e enquadram-se no período romano, o que indiciam estarem relacionados com a *villa* romana do Fontão. De filiação romana são ainda os trinta e dois tanques ou cetárias onde era produzido o *garum* e o piso de seixos para a produção do sal, classificados como Monumento Nacional, em 1974, através do D.L. nº 251 de 3 de Junho de 1970.

Isabel Figueiral, nos trabalhos que realizou em 1993, registou o seguinte: para identificar cronologicamente esta indústria e devido à ausência de espólio, baseia-se nos

[445] RAMOS, António Francisco (1943) – *Lavra - Apontamentos para a sua Monografia*, Editado pela Livraria Simões Lopes, p. 68.
[446] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 19.
[447] LOPES, Manuel Domingos da Silva (1981-1988) – *A Luzita da Minha Candeia*, Volume I, Editorial de «O Futuro», p. 37-41;365-369.

estudos para a costa atlântica francesa de Mireile Ters, apoiada nas variações do nível do mar, balizada desde a Pré-História aos nossos dias, permitindo-lhe estabelecer uma cronologia relativa. Verificando-se que na costa atlântica ocorreram, entre os séculos II, IV e IX da nossa era, duas subidas do nível do mar, estes dados revelam que, quando foi construído o complexo conserveiro, o mar estaria muito mais próximo. Os investigadores admitem a possibilidade de estarmos em presença de uma salina romana dos séculos III/IVC d. C.

Num estudo recente sobre os vestígios da bacia hidrográfica do rio Leça, Armando Coelho e Álvaro Moreira admitem a existência de um pequeno ancoradouro na baía recortada de Lavra, potenciando, desta forma, a atividade económica relacionada com o mar, permitindo contactos exógenos, à semelhança de outras *villae* do litoral que evidenciam vestígios de produção de preparados de peixe, como é o caso da *villa das Caxinas* em Vila do Conde, da *villa Martim Dias* e do *Mendo* na Póvoa de Varzim, localizadas em pequenas enseadas, possibilitando a navegação, considerando, deste modo, a possibilidade de nestas *villae* terem existido ancoradouros.[448]

Relacionando as referências documentais e os vestígios encontrados até ao momento, tudo indica que será este o espaço onde foi implantada a *villa* romana e na qual estava certamente integrado o conjunto de tanques onde eram produzidas as salmouras e talvez fabricado o tão afamado *garum*. O piso de seixos funcionava como complemento desta atividade, no qual era fabricado o sal.[449]

Da presença romana nesta área surge ainda um outro vestígio. Uma sepultura de tipologia romana encontrada na casa do Raeiro, na década de 80 do século XX, na Rua de Morouços. Visitou o local o Dr. Domingos Lopes, acompanhado do Eng.º F. Dias dos Santos. Identificaram uma construção rectangular de pedra bem trabalhada. Alguns materiais provenientes desta sepultura encontram-se no Museu Paroquial de Lavra.[450] Pela tipologia tudo aponta que esta sepultura se enquadra entre o séc. IV ou V, à semelhança de outras sepulturas encontradas no Douro Litoral, uma vez que os rituais funerários ganhavam novos contornos, com a consolidação do Cristianismo e a implantação de novos rituais.[451]

Perante os vestígios arqueológicos encontrados na área, admitimos a hipótese de este local se encontrar na periferia da vila romana do Fontão de Lavra, uma vez que também os romanos sepultavam os seus mortos pertos dos caminhos fora das áreas habitacionais. Esta sepultura faria parte da necrópole romana? Persistem as nossas dúvidas.

[448] SILVA, Armando Coelho Ferreira da e MOREIRA, Álvaro de Brito (2010) – "O Rio da Memória – Arqueologia do Território do Leça", Cap. IV – *A Romanização do Vale do Leça* e Cap. III – *Proto-História no Vale do Leça*, Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 136.
[449] Ver Anexo H, Fichas de sítio Nº 20 e 21.
[450] LOPES, Manuel Domingos da Silva (1981-1988) – *A Luzita da Minha Candeia*, Volume I, Editorial de «O Futuro», p. 326-327.
[451] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 22.

Perante as evidências materiais, documentais e toponímicas, admitimos que a estação arqueológica do Fontão se encontra implantada entre a Rua de Antela /Rua de Morouços/ Rua do Fontão e a praia de Angeiras. Sustentada esta informação também pelos dados recolhidos recentemente numa área a Norte da linha de água da Certagem, onde foram encontrados materiais romanos, como fragmentos de *tegulae,* tijoleiras, cerâmica comum romana e ainda materiais da Idade do Bronze, embora estes em menor escala.[452]

Na Agudela, e para Sul da Praia da Forcada, já nos limites com a Freguesia de Perafita, foram identificados, em 2003, na Praia da Agudela, dois tanques escavados no afloramento granítico. Estas estruturas apresentam semelhanças com o conjunto de tanques escavados na rocha na Forcada-Praia de Angeiras. Perante estes achados poder-se-á admitir a contemporaneidade dos tanques. A verificar-se esta realidade a cronologia apontada enquadra-se no período romano.[453]

A presença destes vestígios levanta algumas questões:

1 – Estes tanques disponham também de uma estrutura para a produção de sal?

2 – A comunidade que laborava nestes tanques provinha da *vila romana do Fontão?* Ou existiría um outro assentamento romano nesta zona? Neves dos Santos regista, no limite de Agudela, em Pampelido Velho, Perafita, um castro.[454] Estaria este assentamento relacionado com a comunidade que laborava nos tanques escavados na rocha?

As dúvidas permanecem aguardando novos achados e investigações (?). Contudo, corroboramos a teoria de Isabel Figueiral e Fernando Silva[455] aquando a escavação de ambos realizados em Angeiras, em 1986. Os vestígios de Angeiras, acrescentamos, Agudela, constituem o ponto de partida que ligará certamente a investigação científica da Orla Litoral sobre a indústria conserveira em época romana.[456]

Na freguesia de Leça da Palmeira (inédito?) os vestígios encontrados na Quinta da Conceição de cronologia romana e o topónimo Castro citado no Livro Grande da Câmara do Porto no Anno de 1258[457] *"... Quinta da granja ou da Conceição, sita num terreno chamado o Castro, quasi defronte do Castro de Guifões..."*conduziu a que o sitio fosse registado como uma área com potencialidades arqueológicas.[458]

---

[452] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 19.
[453] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 23.
[454] SANTOS, Joaquim Neves dos (1955) – *Guifões Notas Arqueológicas, Históricas e Etnográficas*, Vol. 1, Edição do Autor, p. 157.
[455] SILVA, Fernando Augusto P. da; FIGUEIRAL, Isabel (1986) – *Escavações arqueológicas em Lavra: as salinas romanas medievais da praia de Angeiras,* In Separata do Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, Nº 30.
[456] FONSECA, Vítor e TEXEIRA, Ricardo; FONSECA, Jorge; PIEDADE, Marta; PIRES, Conceição e VARELA, José Manuel (2011) – *Intervenção Arqueológica – Requalificação da Orla Costeira de Matosinhos,* Relatório Final, Empresa Arqueologia e Património - Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca, Arqueologia Ld.ª, p. 42-56.
[457] FARIA, F. Fernando Godinho (1899) – *Monographia do Concelho de Bouças,* p. 239.
[458] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 39.
ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado (1995) – *A Romanização do Concelho de Vila do Conde*, Guimarães.

Em Custóias, e apesar de ali terem existido dois povoados pré-romanos, os vestígios encontrados até ao momento são muito reduzidos. Num estudo recente feito por Armando Coelho sobre a cultura castreja no vale do Leça integra o Castro de Custóias na sua investigação.[459] Neves dos Santos registou este assentamento humano. Contudo, só recolhemos na área um fragmento de cerâmica pré-histórica com forma indefinida, e três de cerâmica comum romana. Para além destes vestígios o monte Custóias ou S. Gens compreendia uma vasta área circundado a Nascente pela *via veteris* e a poente por um velho caminho, talvez pré-romano, que estabelecia ligação com o Castro do Monte Castêlo. Este local desempenhou ao longo dos séculos um papel primordial desde a Pré-História recente, conforme já foi referido no capítulo anterior.[460]

O outro local com vestígios de romanização está localizado em Esposade, próximo de um caminho com um traçado medieval, *"via veteris*", neste castro da Idade do Ferro recolhemos alguns fragmentos de cerâmica de cronologia romana.[461]

Para S. Mamede de Infesta, os registos cingem-se a um miliário e ao traçado da via romana que, segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, a via romana que de Lisboa se dirigia para Braga atravessava a antiga aldeia de Moalde *"… atravessaria o lugar de Asprela (Hospital de S. João), pela atual Rua do Gaio e pelos limites deste lugar entrava no lugar de Moalde…"*. Acrescentado ainda *"(…) esta estrada maior vinda de Olisipo, entraria no Porto pela Porta do Olival que ficaria entre a Torre dos Clérigos e a Cordoaria e daí dirigindo-se para Norte passaria não muito longe e a poente da Igreja de Paranhos, passaria nas traseiras da atual igreja de S. Mamede, e, não muito longe desta, um pouco a Leste apareceu um marco miliário dedicado ao Imperador Adriano, prosseguia pelos limites da Capela da Ermida, pela Rua da Estrada Velha, cujo topónimo se mantêm, a via prosseguia pelos limites da Quinta das Devesas, com Capela anexa, edificada no século XVII, atual Casa Museu Abel Salazar desceria para em direção à ponte da Pedra, ponte que integrava o itinerário Antonino, já nos limites de Leça do Balio "*.[462]

O marco miliário que integrava esta via, segundo os registos dos vários investigadores, foi encontrado junto à Quinta do Dourado localizada na Rua da Igreja Velha e já tinha sido alvo de transformações uma vez que foi utilizado como base de uma cruz ali existente. Os miliários (do latim: *miliarium*, a partir de *milia passuum*, "mil passos") eram os marcos

[459] SILVA, Armando Coelho Ferreira da e MOREIRA, Álvaro de Brito (2010) – "O Rio da Memória – Arqueologia do Território do Leça", Cap. IV – *A Romanização do Vale do Leça* e Cap. III – *Proto-História no Vale do Leça*, Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 88.
[460] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 4.
[461] Ver Anexo H, Fichas de sítio Nº 5.
[462] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1969) – *Romanização das Terras da Maia*, Col. Maia, Edição da Câmara Municipal da Maia, p. 18-19.
CAPELA, Martins (1987) – *Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal*, 2ª Edição, Edição da Câmara Municipal de Terras de Bouro, p. 59.

colocados ao longo das vias, uma vez que os miliários encontrados ao longo do trajecto são a principal evidência da passagem da via. Na base estava inscrito o número da milha relativo à estrada em questão e ainda outras informações, como o nome do Imperador Adriano.[463]

Álvaro de Brito, e segundo os dados recolhidos, aponta uma proposta de datação que se insere entre os anos 133-134, baseada no exercício do XVIII poder tribunício de Adriano, pois este período marca um momento de profundas obras de melhoramento no troço da via entre Bracara e Cale.[464]

Em Leça do Balio foi encontrada, na Quinta do Alão, uma inscrição romana, no antigo lugar de Recarei, nas proximidades do Castro, onde foi encontrado um Cipo de granito com uma inscrição latina «Flav(u)s (ou Flaus), filho de Rufus, cumpriu de boa mente o voto a Júpiter, Óptimo e Máximo».[465] Uma inscrição dedicada a um dos deuses do panteão romano, Júpiter, sendo o documento escrito mais antigo que se conhece no atual concelho de Matosinhos.[466] Este Rufus deve ser um indígena romanizado que sentiu necessidade de dedicar este altar ao principal deus romano.[467] Segundo Brochado de Almeida, as aras dedicadas a Júpiter encontradas no Noroeste Peninsular, advém de zonas rurais, mas também de zonas onde a administração romana procurou ouro e outros metais.[468] Trata-se de uma inscrição votiva, que é do tipo mais antigo na epigrafia romana. Indica a divindade, o oferente e o voto.[469] Numa das prospeções realizadas recentemente percorremos a belíssima Quinta do Alão, rigorosamente cuidada pelo seu atual proprietário, ostentando a beleza dos seus jardins e o risco de Nasoni. Segundo o mesmo, e num dos trabalhos realizados na área do jardim, foi encontrado há uns anos uma escultura em pedra, já fragmentada, em granito, que corresponderia a uma cabeça. Desconhece a sua cronologia, mas adianta que apresentava traços muito antigos. Infelizmente não conseguiu identificar o local aonde um dos seus

[463] IDEM, *Ibidem*, p. 24 e 25.
[464] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 72.
SILVA, Armando Coelho Ferreira da e MOREIRA, Álvaro de Brito (2010) – "O Rio da Memória – Arqueologia do Território do Leça", Cap. IV – *A Romanização do Vale do Leça* e Cap. III – *Proto-História no Vale do Leça*, Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 172.
[465] DACIANO, Bertino (1955) – *Inventário histórico-arqueológico, artístico e etnográfico do concelho de Matosinhos*, Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, Nº2, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 61-62.
CLETO, Joel (1996) – *Guia de Leça do Balio*, Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, p. 6.
FELGUEIRAS, Guilherme (1958) – *Monografia de Matosinhos*, Matosinhos: C.M. Matosinhos, p. 14.
SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 49.
[466] A ara encontra-se no Museu Nacional Soares dos Reis.
SILVA, Armando Coelho Ferreira da e MOREIRA, Álvaro de Brito (2010) – "O Rio da Memória – Arqueologia do Território do Leça", Cap. IV – *A Romanização do Vale do Leça* e Cap. III – *Proto-História no Vale do Leça*, Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 171.
DACIANO, Bertino (1955) – *Inventário histórico-arqueológico, artístico e etnográfico do concelho de Matosinhos*, Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, Nº2, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 61-62.
CLETO, Joel (1996) – *Guia de Leça do Balio*, Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, p. 6.
FELGUEIRAS, Guilherme (1958) – *Monografia de Matosinhos*, Matosinhos: C.M. Matosinhos, p. 14.
SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 49.
[467] ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, (2008) – *Sítios que fazem História-Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo: 1- da Pré-História à romanização*. Edição da Câmara Municipal de Viana do Castelo, p. 258.
[468] IDEM, *Ibidem*, p. 258.
[469] SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 48.

operários a recolocou no muro. Uma vez mais aguardamos uma investigação para deslindar este misterioso achado.[470]

A Ponte da Pedra, um dos exemplos deste empreendimento imperial, integrava o itinerário de Antonino. A sua construção remontará ao século II d. C. Introduzida na política pacifista do Império Romano, na Idade Média era vulgarmente designada por "ponte petrina".[471] As vias ou as estradas romanas têm sido consideradas como a mais gigantesca obra de Roma, na medida em que a abertura de uma estrada era uma das primeiras preocupações dos romanos após a conquista (?) de um território. Foram rasgadas as primeiras vias logo no início da sua presença, sendo criadas como estradas do estado, de império, feitas para os transportes oficiais, militares e administrativos, tendo sido ao longo do Alto e Baixo/Império conservadas e ampliadas. Os seus intentos estratégicos visavam as ligações aos grandes centros administrativos.[472] Integram esta obra grandiosa Imperial, a construção de pontes, cuja construção era muito cuidada e construídas com a maior solidez possível. Eram parte integrante destas vias imperiais, obras de magnificência, de uma engenharia de qualidade e técnica aprimorada, na qual a técnica almofadada, em granito, foi largamente utilizada nesta zona. De filiação romana, a Ponte de Ronfos/Barreiros ou Azenha sobre o rio Leça, nos limites do concelho com a Maia, é referida desde os tempos medievais, também porque integrava um dos caminhos de Peregrinação a Santiago. Citada nas Memórias Paroquias de 1758 *"... tem aponte chamada de Barrejos que fiqua entre aquela freguesia, eesta de Lessa, e he de cantaria, etem dous arcos, ou olhais, ehe ella ramo de estradas Reais, que he aque vaj para Bragua, eaque vaj para Vjana..."*.[473] Ferreira de Almeida, em 1968, cita o traçado de uma via romana de cariz secundário a cruzar o rio Leça na Ponte da Azenha. É esta via que estará na base da *Karraria antiqua* referida na documentação medieval. Conforme os documentos a Estrada Porto – Barcelos, vindo do Porto, por S. João da Foz, em direção à ponte do Ave, passava no Padrão da Légua, junto ao cruzeiro de contra-reforma, de 1625. Os registos indicam duas estradas, uma designada como "*carraria antiqua*" e a outra por "*via vetera*". Ambas seguiam para Norte com várias ramificações. A carraria *"... em Gondivai, ela parece estar referida em documento de 1099"*. Esta via servia de base à ponte da Azenha *"... e desde muito cedo deixa-nos a certeza de ter sido uma via romana..."*.[474]

Carlos Alberto Ferreira de Almeida, numa investigação que realizou sobre a Alta Idade Média, refere que os vales do Entre-Douro-e-Minho testemunham ao longo do século

[470] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 29.
[471] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 31.
ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1969) – *Romanização das Terras da Maia*, Col. Maia, Edição da Câmara Municipal da Maia, p. 123.
[472] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1968) – *Vias Medievais Entre o Douro e o Minho*, Porto, FLUP, p. 17.
[473] FELGUEIRAS, Guilherme (1958) – *Monografia de Matosinhos*, Matosinhos: C.M. Matosinhos, p. 808.
[474] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 32.
ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1968) – *Vias Medievais Entre o Douro e o Minho*, Porto, FLUP, p. 168-169.

IV um intenso e disperso povoamento, no qual *"estão dezenas e dezenas"* de necrópoles, apresentando algumas características muito pobres.[475] Infelizmente, neste concelho os vestígios destas estruturas são ínfimos. Ainda se encontrarão estas necrópoles acobertadas no interior do solo? Ou terão sido destruídas, como aquela que Neves dos Santos, registou, em 1959, na freguesia de Leça do Balio, no antigo Lugar de Custió, umas sepulturas de inumação, construídas em tijolo, cobertas com grossas lajes também de barro cozido no campo do Freixieiro, do Sr. Santos Parrau. Porém, as mesmas foram destruídas pelo proprietário, pois tinha algum receio que a descoberta acarretasse alguns problemas.[476]

Nas prospecções, identificamos o campo do Freixieiro, limitado a poente pela Rua das Pontelhas, a Norte pela Rua Frei João Garcia[477], Corresponderá este ao local das sepulturas ?[478] Esta área será alvo de novas prospeções, uma vez que nas proximidades não encontramos vestígios estruturais nem referências documentais. Contudo, a Rua de Custió assenta num traçado medieval, conhecido como a "estrada dos 9 irmãos", cujo caminho no largo do Araújo se desdobrava em dois sentidos. Um seguia em direção à Maia, pela ponte de Ronfos/Azenha/Barreiros de fundação romana, o outro para Vila do Conde, passando nos limites do Concelho na ponte de Moreira, construída no século XVI. Estará esta necrópole relacionada com este caminho antigo, no qual foi assente a estrada dos 9 irmãos? A confirmar-se a presença destes vestígios levantamos aqui uma questão. Que espaço ocuparam em vida? Será que a chave deste mistério se encontra na envolvência do outeiro referido atrás?

Em modo de súmula, desde as campanhas de Decimus Junius Brutus, no século II a. C., e a chegada das legiões de Augusto ao Noroeste da Península, entre 27 e 19 a.C., encontraram, a Norte do Douro, um grupo de povos que viviam no cimo dos montes, em povoados fortificados, os castros, portadores de uma cultura muito diferente, absorvida também pelos contatos que realizaram com outros povos, durante as conquistas romanas. Ocorreu neste período uma absorção de conhecimentos para os grupos locais nos quais predominou a romanização. Com a reorganização administrativa promovida pelo imperador Augusto, este novo modelo de povoamento sustentabiliza as diretrizes do imperador, como forma de consolidação do poder (?). Toda a região será integrada, primeiro na Lusitânia, depois na Tarraconense, e com Vespasiano, no *conventus bracaraugustano,* com capital em Bracara Augusta, fundada nos finais do século I a. C. Durante este período muitos castros

[475] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1972) – *Notas sobre a Idade Média no Noroeste de Portugal*, In "Revista da Faculdade de Letras da Univ. Porto, série História, Vol. III, Porto, p. 118.
[476] SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 67.
PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 56.
[477] Arruamento novo.
[478] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 30.

desta região evidenciam sinais de abandono como deve ter acontecido em alguns povoados deste atual concelho. Outros evidenciam sinais de romanização intensa como é o do castro do Monte Castêlo, cujos materiais apontam para cronologias até à Idade Média, tendo exercido durante esta funções castelares, conforme a documentação mediévia o expressa.[479]

Os vestígios encontrados no concelho são portadores desta nova maneira de viver trazida pela cultura romana. As casas que até então eram de planta circular e cobertas de colmo, passam para outras tipologias, quadradas e retangulares, e a utilizar para sua cobertura a *tegula,* ou seja, a telha romana. Uma outra novidade introduzida agora na olaria. Os oleiros locais produzem loiças com novas formas, novas pastas e com utilizações variadas, tudo isto, promovido pelos contactos. Um dos setores que conduz a um crescimento económico e cultural é o incremento do comércio, quer local, regional e de longa distância, já numa economia monetária, que traz novos produtos, muitos deles importados, como o exemplo das cerâmicas de luxo para ir à mesa como as *sigillatas* e de paredes finas.

Os espaços agrícolas só produziam uma agricultura de subsistência para as comunidades, cuja agricultura era feita a meia encosta e o mesmo acontecia com o pastoreio do gado miúdo. Este labor não era compatível com uma economia de desenvolvimento patente nas diretrizes imperiais, portanto, o ager, ganha um novo comando. As explorações agrícolas intensivas dos terrenos e a introdução de novas culturas como, a oliveira e a vinha são introduzidas nesta região. Com a instalação da *pax romana*, surge uma nova forma de viver e uma nova cultura, que promove novas formas de exploração das terras e novos modelos de assentamento, de que são exemplo, as *villae*, os casais, os *vici*, entre outras. Esta revolução urbanística é acompanhada pela construção de pontes e de estradas, pois estes são elementos estruturais dentro de uma política de desenvolvimento, por essa mesma razão eram consideradas parte integrante de obras de magnificência. A abertura de uma estrada era uma das primeiras preocupações dos romanos após a conquista (?) de um território.

4.3 - Período Suévico-Visigótico

Como foi referido no ponto anterior, os vestígios encontrados no concelho são portadores desta nova maneira de viver trazida pela cultura romana. Cultura essa que se perpetuou até aos nossos dias. O facto de ter terminado um período que convencionalmente designamos como romanização, significa que findou um poder adquirido ao longo de séculos, partilhado entre indígenas e romanos, cujas culturas se permeabilizaram entre interesses tácticos e evolutivos. Poder esse que já vinha há algum tempo a declinar *"... bandos de Francos ou de Alanos, no decurso do século III, aproveitaram a crise politica, económica e social que afetava o Império Romano, para o atacar, pilhar, talhar os seus campos e*

[479] ALARCÃO, Jorge de (1988) – *O Domínio Romano em Portugal*, Europa-América, Lisboa, p. 28-29.

incendiar as suas cidades mal defendidas, provocando, a partir de então uma instabilidade latente, embora se tenha verificado no final deste século e no subsequente graças aos imperadores, Aureliano, Diocleciano e Constantino, uma paz aparente que promove uma fase de reconstruções favoráveis ao desenvolvimento e florescimento de uma civilização da qual sobreviveram muitos testemunhos arqueológicos …" espalhados de Norte a Sul de Portugal,[480] assim como, neste concelho em estudo, é o caso do tesouro monetário de Guifões, os vestígios do Castro do Monte Castêlo, a *villa* romana do Fontão, entre outros. Mas, é também neste pico de instabilidade que são criados sistemas amuralhados nos principais centros urbanos. Especialmente naqueles que se encontravam desprotegidos, como refere Brochado de Almeida para as cidades de Lugo e Astorga e talvez para Bracara Augusta, que entre 284 e 288 ascende a capital da província da *Callaecia*.[481]

O período das invasões bárbaras, largamente referido nas crónicas de Idácio, que Alanos, Vândalos e Suevos penetram nas Espanhas no século V, em virtude do desgaste acentuado do poder de Roma.[482]

Mas, o palco que encontra nalguns sectores da Hispânia antiga, em 409, é um país com abundância, comparado com a Gália, como o Minho, os campos de Braga e do Porto, a bacia do Douro, os arredores de Lisboa, de Évora e Beja e o futuro Algarve, apresentando um país bem cuidado e bem explorado, como o comprava um estudo recente sobre as grandes propriedades agrícolas, as *villae,* ainda ocupadas no início do século V, verificando-se que o território português se encontrava bem quadriculado com mais de 600 unidades agrícolas, até agora descobertas em toda a Península Ibérica, repartido, entre outros, pelos *Conventus Bracarensis*, com mais de treze unidades.

As pesquisas arqueológicas revelaram o estado de prosperidade destes conjuntos rústicos nas vésperas das invasões, nomeadamente a preocupação com as condições de conforto, materializadas nas salas aquecidas e refrescadas, termas, piscinas e vastas áreas nas quais se incluíam moinhos, lagares de azeite, oficinas, represas, e canalizações para a irrigação de jardins, viveiros e ainda, no Baixo-império, tinham a capacidade para produzir magníficos pavimentos de mosaico polícromos, como os vestígios encontrados nas villae mais a Sul, mas também na *villa* romana do Fontão, em Lavra, onde foram encontrados vários fragmentos de mosaico policromados.

---

[480] LEGUAY, Jean-Pierre; BEIRANTE, Maria Ângela e MARQUES, A.H. de Oliveira (1993) – *Portugal das invasões germânicas à Reconquista*, In "Nova História de Portugal", Vol. II, (direção de SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H.Oliveira), Editorial Presença, p. 13-19.

[481] ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, (2008) – *Sítios que fazem História-Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo: 1- da Pré-História à romanização*. Edição da Câmara Municipal de Viana do Castelo, p. 9.
ALARCÃO, Jorge de (1988) – *O Domínio Romano em Portugal*, Europa-América, Lisboa, p. 59-60.

[482] LEGUAY, Jean-Pierre; BEIRANTE, Maria Ângela e MARQUES, A.H. de Oliveira (1993) – *Portugal das invasões germânicas à Reconquista*, In "Nova História de Portugal", Vol. II, (direção de SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H.Oliveira), Editorial Presença, p. 21-22.

Portanto, os bárbaros encontraram a abundância e desenvolvimento. Tudo quanto os atraía: escravos, armas, jóias, reservas alimentares armazenadas em silos ou em recipientes enterrados. Estas áreas eram grandes produtores de cereais, azeite e vinho, praticavam ainda trocas com o litoral, que lhes fornecia o peixe e o sal. Complementavam este desenvolvimento as oficinas para tratar os metais, locais onde se fabricavam os têxteis e o pão e ainda o famoso *garum*, que era produzido nos tanques da salga, complexo industrial integrado certamente nas atividades laborais de algumas villae litorais, como é o exemplo da *villa* romana de Lavra e da Póvoa de Varzim.[483] Encontraram ainda uma economia romana que funcionava segundo uma lógica de comércio de larga escala, quer na quantidade das produções, quer, sobretudo, na qualidade e variedade das mesmas, com correntes de circulação extremamente vastas e diversificadas.[484]

Mas, a instabilidade que se avizinhava conduziu a profundas alterações. A leitura de Idácio dá-nos uma imagem do pavor que habitava nas populações autóctones à chegada dos Germanos. As ricas cidades e *villae* da Galécia e da Lusitânia encontravam-se rareadas de defesas e a única alternativa dos habitantes era refugiarem-se nas montanhas, nas áreas fortificadas. A esta hecatombe, à pilhagem dos bárbaros, vem juntar-se as epidemias, fomes, agravadas ainda pelas usurpações dos coletores de impostos, criando uma insegurança generalizada.[485]

Por outro lado, a situação nas zonas rurais, ou seja, os campos, eram os mais afetados, exceto os sectores mais isolados, montanhosos ou pantanosos do litoral, longe dos eixos viários que foram as vias de penetração para os invasores. Outros locais ficavam ainda sob a proteção de castros, como o de Guifões, em Matosinhos, cujo solo tem fornecido fragmentos de *sigillata* dos séculos IV e V, ou o castro de Fiães a Sul do Douro.[486]

No capítulo anterior reportamo-nos aos vestígios romanos encontrados no atual concelho, desde castros romanizados, como o Castro do Monte Castêlo, aquele que revela uma romanização intensa, com estruturas que apontam para a existência de um porto fluvial, a pontes, como a Ponte da pedra e a de Barreiros/Ronfos e Azenha, uma inscrição dedicada ao Deus Júpiter, locais de enterramento, cetárias, onde se produziram o *garum* e as salinas. Até ao momento apenas se identificou uma área que corresponderá uma *villa* romana. Este era o quadro de desenvolvimento que os "bárbaros" aqui encontraram.

O período abordado seguidamente, balizado entre o século V e VII, é um dos mais obscuros da nossa História, contrastando com a informação que possuímos para o mundo

[483] CARNEIRO, André (2010) – *Estruturas e dependências agrícolas nas villae da Lusitânia*, In "Conimbriga", nº 49, p. 232-233.
[484] IDEM, *Ibidem*.
[485] LEGUAY, Jean-Pierre; BEIRANTE, Maria Ângela e MARQUES, A.H. de Oliveira (1993) – *Portugal das invasões germânicas à Reconquista*, In "Nova História de Portugal", Vol. II, (direção de SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H.Oliveira), Editorial Presença, p. 13-19.
[486] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de e SANTOS, Joaquim Neves dos (1974) – *Cerâmica Romana, Tardia de Guifões*, In "Extratos da Revista Archaeologia Opuscula", Vol. I-Fasc. I, p. 49-56.

romano, quer para a Baixa Idade Média, como o comprovam os documentos medievais, datados a partir do século X a XII ou as inquirições régias do século XIII e XIV, que revelam inúmeras referências a lugares povoados, mamoas, antas, mamoelas, castros, castelos, igrejas, paços e quintãs, caminhos, limites coutados, reguengos e espaços paroquiais, revelando ainda, muitos topónimos.

Independentemente desta obscuridade, o início da Idade Média deve situar-se no momento em que o Império Romano do Ocidente se desmorona. Esse momento ocorre na Península Ibérica (embora já se tivesse verificado essa tentativa no século III), em 409, quando um grupo de povos vindos da Europa do Leste e Central espalham o terror e a insegurança.[487] Segundo José Mattoso, a instalação de povos germânicos no ocidente peninsular e a posterior constituição dos seus novos reinos bárbaros (entre eles os Suevos que instalaram o seu reino em torno de cidades como *Bracara Augusta*; *Portus Cale* ; *Lucus Augusta* e *Asturica*) não parece ter provocado um corte nas relações estabelecidas desde o século III, nem com as características culturais da cultura vigente. Os poucos vestígios arquitetónicos que se conhecem dos séculos VI e VII no atual território português, parecem sugerir a manutenção dos modelos de civilização que vigorava no Baixo-Império.[488]

Como já foi referido anteriormente, os vestígios encontrados para este período são muito escassos. Contudo, e no âmbito do trabalho de campo realizado em todo o concelho e nas pesquisas documentais, identificamos, nalgumas freguesias, informações e vestígios que admitimos estarem relacionados com esta época.[489]

Assim, e na freguesia de Guifões, existe o Castro, denominado como Castêlo de Guifões, os documentos medievais assim o referem. O Monte Castêlo, o castro de Guifões, foi ocupado segundo os vestígios arqueológicos enxumados e os documentos escritos, desde a proto-história até à Idade Média, desempenhando funções de relevo devido à sua localização próxima do estuário do rio Leça, com excelentes condições defensivas, visibilidade, e uma notável via de comunicação com o exterior, funcionando como um ponto estratégico, ou seja, a centralidade dos povoados existentes no atual concelho. Os documentos e diplomas medievais citam-no ao longo dos séculos XI e XII como *"subtus Castro Quifiones"* e como *"subtus Mons quifionens"* denotando, desta forma, a sua importância sob o ponto de vista de domínio militar e administrativo.[490] Relativamente à possibilidade de ali ter existido uma estrutura castelar defensiva para o período em estudo é muito difícil de avaliar. Segundo Mário Barroca, um dos problemas que se coloca nos estudos de Castelologia Medieval é

[487] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1978) – *Castelogia Medieval de Entre Douro e Minho - desde as origens a 1220*. Trabalho complementar para prestação de provas doutoramento em História de Arte. Faculdade de letras da Universidade do Porto, p. 24, 27-37.
[488] BRITO, Raquel Soeiro de; FABIÃO, Carlos; MACÍAS, Santiago; MATTOSO, José e TORRES, Cláudio (1993) – *A Época Sueva e Visigótica,* In "História de Portugal", Vol. I – [coordenação MATTOSO, José], Lisboa, Editorial Estampa, p. 305.
[489] Ver Anexo H, Fichaa de sítio Nº 25.
[490] PMH, DC, doc. CCLXXIV e CCCCLXXXVII.

definir o momento em que surgem os primeiros castelos. Durante a Idade do Bronze Final e do Ferro, os povoados rodearam-se de sistemas defensivos, e foi esta a opção pelo menos até à Alta Idade Média. A Crónica de Idácio relata os tempos difíceis vividos nos Séc. IV-V. Revela-nos como era constante a opção pelos povoados fortificados. Ao longo da Crónica, e de uma forma constante, vai descrevendo os conflitos entre suevos e hispano-romanos, com os primeiros a atacar e a espoliar as cidades ou os sítios fortificados impedidos pelos segundos. No entanto, não se encontrou nenhuma referência nítida a um castelo.[491]

Mas, embora não tenha sido encontrada na Crónica de Inácio referências a estruturas castelares, talvez estas tenham sido construídas com materiais perecíveis, e por essa razão não se encontraram vestígios, os materiais arqueológicos encontrados no Monte Castêlo, nomeadamente, uma fivela de bronze, *sigillata* Clara, a cerâmica comum com vidrado interior que apontam para uma cronologia dos séculos IV - V, são indicadores de vivência das comunidades do Castro do Monte Castêlo durante este período. Uma outra informação encontrada na toponímia do local – *Castelo e Castelinhos* – como é conhecido, poderá corresponder a esta estrutura castelar, uma vez que a toponímia constitui um excelente registo de memória dos lugares. Mas, para além destas realidades, a excelente localização e visibilidade deste povoado deve ter reunido as condições de defesa e proteção das populações. É um facto que os vestígios são escassos, e que a informação sobre este período rareia, assim como a investigação científica. Mas, os documentos citam-no a partir do século XI, como estrutura castelar. A partir desta aferimos que existe um hiato de informação entre os séculos VI e XI. Perante esta evidência, será de admitir a possibilidade de abandono? Não dispomos de dados para admitir uma continuidade de povoamento para o período considerado, mas tendo em conta as suas características de implantação e portuárias, talvez se possa admitir uma continuidade de ocupação. É meramente uma hipótese.[492]

Esta presença suévica é testemunhada através de um precioso documento, o *Parrochiale Suevum* de 572-579, que enumera as sedes episcopais do reino e as principais igrejas/paroquiais. Almeida Fernandes aponta neste concelho a paróquia de Labrencio, na freguesia de Lavra, Menturio, em Perafita, e Tuculo na freguesia de S. Mamede de Infesta. Relativamente a esta última, não nos foi possível identificar até ao momento o local correspondente. Durante este período assistiu-se à desagregação do mundo romano e, em simultâneo, com a implantação do cristianismo os Bispos assumiram um papel preponderante

[491] BARROCA, Mário Jorge, (2004) – *Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI*), In "Portugália", Nova Série, vol. XXV, Faculdade de Letras do Porto, Porto, p. 108.
[492] Ver Anexo H, Fichas de sítio Nº 8.

na administração e na fiscalidade, poder esse, que se vai perpetuando ao longo da Idade Média.[493]

O facto de Lavra ser referida como uma das paróquias citadas no *Parochiale suevico* leva-nos a admitir que esta região teve uma grande importância durante o período suevo-visigótico. Nas atas do primeiro concílio de Lugo, realizado no ano de 569, no reinado de Teodomiro, oitavo rei suevo, aparece a terra de Lavra na província da Gallecia, integrada na diocese de Portucale, designada como *pagi labrencio* na distribuição das paróquias: *"Portugale na Galletia, Ad seden Portugalensen in Castro novo Ecclesias quae in vicino sunt: Villanova, Betaonia, Visea, Mentuno, Torebia, Baubaste, Benzoaste, Lumbo, Nescis, Flapolet, Curmiano, Caguesto, Leporeto, Melga, Tangobia, Villagomedes, Tauvase, item pagi Labrencio, Aliobio, Vallacia, Truluco, Cepis, Flandolas et Palentiaca."*. Também é referido, no ano de 675, na dinastia visigótica surgindo similarmente a mesma designação de *pagi Lambrencio* num documento de demarcação de Wamba.[494]

Almeida Fernandes considera a existência de uma paróquia em Labrencio, Lavra, a partir da segunda metade do século VI.[495] Segundo Fermin Bouza Brey, Lavra terá tido um local, ou seja, uma oficina, onde foram cunhadas várias moedas suevas de Sisebuto, por Witterico[496] as quais se encontram depositadas no Museu Arqueológico Nacional de Madrid e Instituto de Valência de Don Juan. Acrescenta que, pelas suas características, se incluem dentro do que designa por "tipo galego". Uma delas é um *tremisse* visigótico e a outra moeda é um *triente* suevo, com a representação do busto do imperador romano Valentiniano III.[497] No anverso desta moeda pode ler-se a inscrição *MANITA LAVRINTINA*, referindo-se a uma oficina *Lavrentina,* situada numa povoação denominada *Lavrentius* ou *Lavrencio*, o que corresponde certamente ao mesmo local referido no *Parochiale*.[498]

Perante esta evidência, da cunhagem da moeda em Lavra, logo se nos afigura colocar uma questão. Onde estaria instalada essa oficina? Certamente numa estrutura onde funcionasse uma organização administrativa bem consolidada. Segundo os documentos medievais e os vestígios arqueológicos encontrados em Lavra, existiu uma *villa* de fundação

---

[493] FERNANDES, A. de Almeida (1997) – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas,* 1ª Edição, Arouca, p. 145.
BRITO, Raquel Soeiro de; FABIÃO, Carlos; MACÍAS, Santiago; MATTOSO, José e TORRES, Cláudio (1993) – *A Época Sueva e Visigótica,* In "História de Portugal", Vol. I – [coordenação MATTOSO, José], Lisboa, Editorial Estampa, p. 313.
[494] FERNANDES, A. de Almeida (1997) – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas,* 1ª Edição, Arouca, p. 74.
Citado por SANTOS, Joaquim Neves dos (1963) – *Temas Regionais de Arqueologia E Etnografia II, Um Mosaico Romano de Lavra – Matosinhos*, Edição do Autor, p. 31-32.
BRITO, Raquel Soeiro de; FABIÃO, Carlos; MACÍAS, Santiago; MATTOSO, José e TORRES, Cláudio (1993) – *A Época Sueva e Visigótica,* In "História de Portugal", Vol. I – [coordenação MATTOSO, José], Lisboa, Editorial Estampa, p. 313.
[495] FERNANDES, A. de Almeida (1997) – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas,* 1ª Edição, Arouca, p. 145.
[496] Reinou entre 612 e 620.
BREY, Fernando Fermim Bouza, (1942) – *Una Ceca Sueva Desconocida en la Diocesis do Portucale*, vol. LII (1/2), Revista de Guimarães, Guimarães, p. 52-60.
[497] Esta moeda foi publicada pela primeira vez no "Catálogo da coleção de moedas e medalhas portuguesas pertencentes a Eduardo Luís Ferreira do Carmo", Porto, 1877.
[498] FERNANDES, A. de Almeida (1997) – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas,* 1ª Edição, Arouca, p. 174.
Citado por SANTOS, Joaquim Neves dos (1963) – *Temas Regionais de Arqueologia E Etnografia II, Um Mosaico Romano de Lavra – Matosinhos*, Edição do Autor, p. 33.

romana. Teria sido esta ocupada pelos suevos? Levantamos ainda uma outra questão, que se prende com a estrutura monástica, ou seja, com o Mosteiro de Lavra (S. Salvador). Um documento do ano de 897[499] cita o mosteiro de Lavra como muito antigo *"... méis facerem testamenti sicut et facimus pro remedio aurom et paremtum meorum etiam simule t meã de monastério labra que est fundato ab antiquo in ripa maris cómodo est conclusa de aqua in aqua et de Karia antiqua usque in mare..."*.[500] O que se depreende pela leitura do documento, a estrutura religiosa é de fundação antiga, certamente anterior ao ano 897. Terá sido esta fundada no período Suevo/Visigótico? Respostas não temos. Todavia, as hipóteses ficam registadas, aguardando novas e prosperas investigações.[501]

Nesta freguesia, na área onde se encontra a Igreja Paroquial de Lavra, uma zona arqueologicamente sensível, repleta de vestígios de ocupação humana, foi alvo de uma intervenção arqueológica, em 2004, nas traseiras da atual Igreja Paroquial de Lavra, tendo-se realizado sondagens prévias de avaliação, visando preservação e o estudo do mesmo. O resultado das mesmas constituiu um forte contributo para o estudo da historiografia concelhia, uma vez que se pôs a descoberto, entre outros dados, uma sepultura de adulto estruturada com pedras avulsas, que poderá corresponder a um enterramento do período alti-medieval, VIII e IX. Mas o facto de se encontrar parcialmente destruída, e de certo modo isolada, dificulta uma interpretação mais cuidada.[502]

Em Leça do Balio, os vestígios para este período sobrevivem da época anterior, tais como a Ponte da Pedra e a Ponte da Azenha, já referidas atrás. Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, a ponte da Pedra, no seu estado atual, é cronologicamente datada do período medieval mas tem, fundamentos romanos, pois na sua estrutura vêem-se muitas pedras almofadadas, tipo de aparelho característico da arquitetura romana. Atualmente esta ponte é o resultado de numerosas reparações e reconstruções. Porém, é referida em diferentes testemunhos medievais, tal como consta do documento do ano 1013,[503] na doação feita por D. Unisco Mendes do mosteiro de Leça do Balio que regista *"...começa essa varzea desde o regato, e passa junto da casa Lalina, e continua de comprido até ao regato que corre de*

[499] PMH, DC, doc. XII.
[500] SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 50.
SANTOS, Joaquim Neves dos (1963) – *Temas Regionais de Arqueologia E Etnografia II, Um Mosaico Romano de Lavra – Matosinhos*, Edição do Autor, p. 34-35.
RAMOS, António Francisco (1943) – *Lavra - Apontamentos para a sua Monografia*, Editado pela Livraria Simões Lopes, p. 17.
[501] Ver Anexo H, Ficha de sítio nº 25.
[502] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 24.
FONSECA, Vítor e TEIXEIRA, Ricardo (2004) – *Relatório de Intervenção Arqueológica em Lavra* – Empresa de Arqueologia e Património Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca – Arqueologia Ld.ª, p. 20.
TEIXEIRA, Ricardo, (2010) – "O Rio da Memória – Arqueologia no Território do Leça", Capítulo V – *Idade Média*, Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 213.
[503] FELGUEIRAS, Guilherme (1958) – *Monografia de Matosinhos*, Matosinhos: C.M. Matosinhos, p. 100.
AZEVEDO, Padre Agostinho (1939) – *A Terra da Maia - Subsídios para a sua monografia*, vol. I, Edição da Câmara Municipal da Maia, p. 120.
ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1969) – *Romanização das Terras da Maia*, Col. Maia, Edição da Câmara Municipal da Maia, p. 113.
PHM, DC, doc. XVIII.

Villar de Maniulfo, e a outra várzea que começa do outro regato maior de Maniulfo, e vae acabar na Ponte da Pedra de Leça…etc.".[504] Na Idade Média era vulgarmente designada por "ponte petrina"[505] localizada nos limites das atuais freguesias de S. Mamede de Infesta e Leça do Balio.

Relativamente às pontes medievais, Carlos Alberto Ferreira de Almeida refere que durante longos anos se pensou que as construções de pontes eram obras feitas pelos romanos e que, durante a Idade Média não havia possibilidades ou disponibilidades económicas para as edificar. Cita ainda que estas construções eram eminentemente obras religiosas. Refutando esta corrente, refere João de Barros quando afirma que *"existiam cerca de duzentas pontes medievais no Entre – Douro e Minho"*.[506]

Relativamente à ponte da Azenha/Ronfos ou Barreiros, sobre o rio Leça, no término da Rua Sousa Prata, entre o limite da freguesia de Leça do Balio e o concelho da Maia, Ferreira de Almeida, em 1963, cita o traçado de uma via romana de cariz secundário a cruzar o rio Leça na Ponte da Azenha. É esta via que estará na base da *Karraria antiqua* referida na documentação medieval. A ponte apresenta uma tipologia medieval, independentemente das transformações posteriores. Os elementos com conotação romana foram registados durante uma intervenção arqueológica realizada, em 2007. O grande contributo são de facto as siglas, as quais eram utilizadas pelos operários, pedreiros, na Idade Média para marcar a obra feita. A estas podem-se atribuir outras funções como marca simbólica e também marcações relacionadas com os diferentes elementos da estrutura. Identificaram-se também diferentes fases de construção e reconstrução.[507]

Em Matosinhos registamos as salinas. Talvez remontem ao período romano. Desta atividade e deste período ficam os testemunhos materializados nos tanques de salga e produção de pasta de peixe na praia da Forcada, Angeiras, Lavra, que foi, e é, terra de pescadores. Segundo a documentação medieval as salinas já existiam no século XI, como se comprova através do diploma do ano de 1032 relativo a *"… uma carta de venda de certos talhos de salinas, em Matosinhos, que fazem Benedictus e sua mulher Munia Pelaiz ao Abade Tudeildo e demais frades, no mosteiro de Bouças …"*. O mesmo diploma menciona que o mosteiro se encontra sob a protecção do Castro de Guifões *"… subtus castro de quisiones… uendimus corte de salinas nostras manus et dei adi utorio…"*.[508] Mas, admitimos a possibilidade de se localizarem, antes da construção do Porto de Leixões, numa área que se

[504] ACHIVO PITORESCO, (1863) – *Semanario Illustrado*, Volume VI, Proprietários Editores, Castro Irmão e Editores e Cª, p. 353.
SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 49.
[505] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1969) – *Romanização das Terras da Maia*, Col. Maia, Edição da Câmara Municipal da Maia, p. 123.
[506] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1968) – *Vias Medievais Entre o Douro e o Minho*, Porto, FLUP, p. 119-123.
[507] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 32.
IDEM, *Ibidem*, p. 169.
[508] PHM, DC, doc. CCLXXIV.
Matosinhos em Textos Medievais (1978) Prefácio de António J. Gomes, Matosinhos: Biblioteca Municipal de Matosinhos, p. 25.

estenderia entre a linha férrea e os limites do Castro do Monte Castêlo, na margem esquerda do rio Leça, ou seja, no seu braço salgado, e remontarem ao período romano e à alta Idade Média. Hipótese essa que só poderá comprovar-se mediante intervenções arqueológicas.[509]

Pelos documentos identificamos que a atividade salineira desempenhou, desde bem cedo, um papel primordial na economia das Terras de Bouças. No ano 1258 já existia na foz uma pequena frota composta por seis pinaças, uma caravela e vinte barcos "savaleiros", ocupados no transporte de sal de Aveiro, demonstrando que a produção local já não chegava para as solicitações do mercado e, provavelmente, para alimentar a sua atividade pesqueira na qual as mesmas embarcações também estariam certamente empenhadas.[510]

Os últimos séculos da Alta Idade Média e o período de transição que se lhe seguiu foram dominados pela presença de sepulturas abertas na rocha, aproveitando afloramentos rochosos para a implantação dos cemitérios ou de monumentos isolados.[511] As sepulturas escavadas na rocha são a revelação mais percetível da antropização do território durante a Alta Idade Média. Elas cristalizam no tempo a presença de pessoas e refletem, não só a religião, mas a forma como se relacionavam com a morte. Ao longo dos tempos muitas foram destruídas, outras reaproveitadas e outras ainda permanecerão talvez acobertadas no interior do solo. Sob o ponto de vista construtivo a abertura de uma sepultura com estas características envolvia um certo trabalho, seriam precisos no mínimo cerca de dois dias para a executar. Por vezes, e por variadíssimas razões estas não eram concluídas, o que pode justificar a existência de sepulturas inacabadas. Referimo-nos à hipótese de os trabalhos se iniciarem ainda em vida do moribundo, ou erro de dimensões, ou ainda, engano na localização do sepulcro.

Os vestígios encontrados no concelho circunscrevem-se a duas freguesias deste concelho. Em Perafita, as sepulturas que constituem a necrópole do Montedouro, enquadram-se no período cronológico balizado entre os séculos VII e XI, caracterizadas por um talhe muito básico, sem antropomorfismo, muito comum neste período, podendo, no entanto, surgir em períodos posteriores. Apresenta a sepultura nº 1 uma tipologia ovalada, a nº 2, um contorno sub-rectangular e encontra-se parcialmente destruída, e a nº 3 é uma sepultura inacabada, sem antropomorfismo e apresenta um contorno rectangular. Relativamente aos nrs.º 4 e 5, não apresenta sinais de antropomorfismo.[512]

Para Alberto del Castillo, e sobre a evolução tipológica dos sepulcros rupestres, admite que estes acompanhariam a progressão cronológica. Assim, as sepulturas mais antigas, de

[509] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 48.
[510] *Matosinhos em Textos Medievais* (1978) Prefácio de António J. Gomes, Matosinhos: Biblioteca Municipal de Matosinhos, p. 25.
[511] BARROCA, Mário Jorge (2010/2011) – *Sepulturas escavadas na rocha de Entre Douro e Minho*, In "Portvgalia", Nova Série, vol. 31-32, Faculdade de Letras do Porto, p. 140.
[512] BENCATEL, Diana Ornellas (2009) – *Sarcófagos e sepulturas medievais (Maia e Matosinhos): análise tipológica e cronológica* in "Revista Portuguesa de Arqueologia", Vol.12, Nº. 2, p. 279-286.
BARROCA, Mário Jorge (2010/2011) – *Sepulturas escavadas na rocha de Entre Douro e Minho*, In "Portvgalia", Nova Série, vol. 31-32, Faculdade de Letras do Porto, p. 161-162.

contorno ovalado ou "tipo banheira" seriam exemplares mais antigos, com uma origem que se deveria situar por volta do século VII, senão mesmo antes. As sepulturas rupestres de contorno antropomórfico, pelo contrário, seriam uma manifestação típica do período da Reconquista cristã. Mário Barroca entende, por seu lado, *"que pode ser apontado como uma possível confirmação dessa cronologia, mas necessita de um estudo local mais aprofundado"*.[513]

De imediato estas estruturas levantam uma questão. Quem as encomendou? Quem as iria ocupar? Uma família? Uma comunidade religiosa? Estariam estas relacionadas com a sede de uma das paróquias referidas no "Paroquial Suévico" que Pierre David estudou e atribuiu a meados da segunda metade do século VI? Almeida Fernandes refere que na *"Diocese de Portucale a paroécias de Menturio, no lugar de Monte Doiro – Perafita, inserindo-a nas Paróquias da segunda metade do século VI"*.[514] Perguntas para as quais não temos respostas, portanto, é um ponto que continua a aguardar mais estudos.[515]

Nesta freguesia, Mário Barroca, e segundo informações recolhidas no local, regista no seu inventário com o nº 86 as sepulturas de Monte da Gaia, desconhecendo a sua tipologia e o número total de sepulcros.[516]

Por seu lado, Neves dos Santos regista, nas bouças do Corgo, um conjunto de sepulturas escavadas na rocha, aproximadamente a trezentos metros para Nascente do eixo da estrada que de Perafita vai para Cabanelas, no lugar das Telheiras, perto do Passadouro de Pedra. Eram sepulturas abertas na rocha firme. O investigador refere que ultimamente só existia apenas uma, mas que também foi destruída pelos montantes. Estava voltada de Norte para Sul (com a cabeceira para o Norte), [517] nesta descrição observamos que a orientação da sepultura não obedecia aos cânones católicos. As soluções apontadas para esta orientação são de varia ordem, desde a seleção do afloramento, à estação do ano, relacionada com a orientação do sol, a emergência da caixa tumular, etc.[518]

Perante as evidências prospetamos os locais e aferimos o seguinte: esta área tem sofrido nos últimos anos profundas transformações como a abertura de diferentes vias de

---

[513] IDEM, *Ibidem*, p.123.
PEIXOTO, Rocha (1905-1908) – *Notícias,* In «Portugália: materiais para o estudo do povo portuguez», Dir. Ricardo Severo, Tomo II, fasc. 1-4, p. 288.
NEVES, António Amaro das [organização] (1999) – *Antiqua - Apontamentos de Arqueologia*, Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, p. 43-44.
FELGUEIRAS, Guilherme (1958) – *Monografia de Matosinhos*, Matosinhos: C.M. Matosinhos, p. 12-13.
[514] FERNANDES, A. de Almeida (1997) – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas,* 1ª Edição, Arouca, p. 145.
BARROCA, Mário Jorge (1987) – *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (sécs V a XV)*, dissertação apresentada na FLUP, policopiada, p. 140.
[515] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 58.
[516] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 62.
BARROCA, Mário Jorge (1987) – *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (sécs V a XV)*, dissertação apresentada na FLUP, policopiada, p. 160.
[517] SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 63-64.
[518] BARROCA, Mário Jorge (1987) – *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (sécs V a XV)*, dissertação apresentada na FLUP, policopiada, p. 140-141.

circulação e modificações urbanísticas, que por norma conduzem à descaracterização dos lugares. Mas, mesmo assim, efetuamos alguns contactos locais com o objetivo de identificar este monte. Por sorte, encontramos o proprietário do terreno que nos informou que è conhecido como Montagaia. O monte apontado por Mário Barroca fica a Nascente da Bouça do Corgo[519] separado pelo ribeiro da Montagaia, com uma extensão notável, identificando-se ainda alguns castanheiros e sobreiros. Porém, prevalecem os eucaliptos e as mimosas. Apuramos que a Norte e a Poente a extração da pedra foi intensa. Até ao momento não foi possível identificar as sepulturas referidas segundo informações obtidas através dos populares e referidas por Mário Barroca.

Na prospeção realizada na bouça do Corgo aferimos que os vestígios desta bouça são muito reduzidos, tendo sido cortada pela abertura da A41, e a outra parte substancial deste monte está em processo de urbanização. Permanecendo nos novos arruamentos o topónimo Monte do Corgo, identificamos também que as construções estão assentes no afloramento granítico.

Segundo informações orais de João Pereira *" os antigos diziam que terá existido um cemitério muito antigo"*. O local apontado corresponde a um campo marginado a Nascente pelo ribeiro da Montagaia. Nestas batidas ao terreno não foram encontrados materiais à superfície. Aferimos ainda que este local se encontra na periferia da atual igreja paroquial do século XVIII. Horácio Marçal menciona que a igreja foi levantada entre os séculos X e XI pelo *domini*, ou então por um grupo de lavradores. Existirá alguma relação entre as sepulturas escavadas na rocha e o primitivo templo?[520]

Mário Barroca integra também, e com o nº 87, a sepultura do Souto da Portela, citando o registo levado a cabo por Rocha Peixoto *"…uma sepultura aberta no granito com 1,80 m de comprimento e apenas 0,10 m de profundidade. Não sabemos se trata de uma sepultura incompleta ou se, como aconteceu com as de Perafita, foram mutiladas em época recente. Este sepulcro seria sub-rectangular, com ligeiro alargamento na zona dos ombros e estaria orientado para Nascente. Não longe quedava metade de outra sepultura de tipologia idêntica, orientada NE-SO. Rocha Peixoto não só considera a possibilidade de, neste local, terem existido mais sepulturas, como também se reporta à existência de sepulturas rupestres, algumas antropomórficas, na freguesia de Sta. Cruz do Bispo, sem que se precise os locais…"*.[521]

[519] Parte da Bouça do Corgo foi cortada pela A41. Uma outra está em processo de urbanização, restando pequenas faixas da mesma.
[520] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 61.
[521] BARROCA, Mário Jorge (1987) – *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (sécs V a XV)*, dissertação apresentada na FLUP, policopiada, p. 131-162.
PEIXOTO, Rocha (1905-1908) – *Notícias,* In «Portugália: materiais para o estudo do povo portuguez», Dir. Ricardo Severo, Tomo II, fasc. 1-4., p. 288.
PEIXOTO, Rocha (1967) – *Sepulturas abertas em rocha*, Obras I, Câmara Municipal de Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, p. 371.

Em prospeções realizadas no Souto da Portela não identificamos os registos de Rocha Peixoto e de Neves dos Santos. Apenas recolhemos, à superfície, materiais pré-históricos. Ruy de Serpa Pinto, nas explorações que realizou nesta área, terá recolhido diversos instrumentos líticos que os classificou como Asturienses. Também neste local há notícia de ter existido um dólmen.[522]

Um outro vestígio importante, e que constitui o motor de desenvolvimento, são as vias medievais, que perduram até aos nossos dias e que assentariam num traçado mais antigo. Independentemente de algumas alterações nos traçados, estas percorreram e percorrem o concelho ligando os lugares centrais, donde derivam caminhos secundários. Portanto, existia uma rede viária que promovia a ligação entre os lugares. A rede viária que passava no concelho são as três vias de ligação que partem do Porto em direção a Braga, a Barcelos, Santo Tirso e Guimarães, passando pelas pontes já referidas da Pedra de Azenha/Ronfos e Barreiros e num período mais tardio na Ponte de D. Goimil. Aqui a travessia talvez se realizasse em tempos recuados, através de uma ponte, talvez em madeira ou a vau.

No final deste capítulo, que abarca vários períodos crono-culturais, concluímos que este trabalho foi muito árduo e esta aridez está relacionada diretamente com a carência de investigação. Mas, independentemente disso, constitui um contributo para a história local.

Considerações Finais

Este trabalho deverá ser entendido como um balanço da investigação realizada e uma tentativa de estabelecer um conjunto de propostas a desenvolver no âmbito desta temática. Mas também esperamos que o mesmo possa ser compreendido como sinal de progresso, num tempo ainda de incertezas e não de certezas.

A elaboração de um inventário dos vestígios arqueológicos da área circunscrita pelo nosso estudo (até ao momento inexistente) constituiu, desde o início, a base onde assentou a nossa interpretação e a análise do povoamento. Assim sendo, a tabela e mapa do Anexo G resulta, essencialmente, dos dados retirados da pesquisa bibliográfica que efectuámos, que procurou ser exaustiva. E ainda através dos trabalhos arqueológicos realizados no âmbito dos diferentes acompanhamentos arqueológicos. Procurámos inventariar todos os vestígios arqueológicos que se encontravam referenciados nas diversas publicações sobre o concelho e articular com a informação obtida nos dados existentes na base de dados Endovélico da DRCN. Porém, concluímos que as informações surgem ali através do resultado de trabalhos,

SANTOS, Joaquim Neves dos (1955) – *Guifões Notas Arqueológicas, Históricas e Etnográficas*, Vol. 1, Edição do Autor, p. 159.
[522] Ver Anexo H, Ficha de sítio Nº 69.

essencialmente de acompanhamentos arqueológicos realizados na área, e avaliamos que a informação patente naquela base de dados revela-se manifestamente insuficiente.

Contudo, aferimos que esta investigação permitiu avaliar a dispersão do povoamento na área em estudo, como também identificar, a Norte e Sul do mesmo, a presença de comunidades Pré-Históricas.

Esta pesquisa possibilitou ainda, e através do estudo relacionado com as principais características do Quaternário, analisar os fatores que provocaram as alterações que estiveram na base das flutuações do nível médio das águas do mar, que por sua vez, conduziram a alterações profundas dentro do quadro geomorfológico. Neste sentido, aferimos que as mudanças climáticas que ocorreram neste espaço durante o Quaternário alteraram o quadro de povoamento, significando que uma das razões pelas quais não se identificaram, até ao presente momento, vestígios destas comunidades que ocuparam esta zona durante o final do Paleolítico Médio e Superior, poderá estar relacionada com o facto de os vestígios se encontrarem em áreas hoje submersas.

Para uma abordagem mais detalhada apresentamos, no anexo C, três cartas arqueológicas, duas das quais, correspondem à região do Porto e foram elaboradas por Mendes Correa, em 1935, e por Fernando Lanhas, em 1969, e registam os vestígios relativos à Pré e Proto-História. A carta arqueológica elaborada por Joaquim Neves dos Santos, de 1955, compreende o concelho de Matosinhos. Ainda anexamos uma planta arqueológica expressa no Plano Diretor Municipal de Matosinhos, publicada em 1992.

Através da análise das cartas arqueológicas existentes e que apresentamos, depreendemos que os registos, até então realizados, são pouco expressivos. Os diferentes investigadores sinalizam, entre a freguesia de Leça da Palmeira e Matosinhos, os vestígios conotados com a presença de comunidades pré-históricas.

Após o nosso estudo elaboramos uma tabela com a distribuição dos sítios, por ordem cronológica, desde a Pré-História[523] até ao período Medieval, e também por freguesia.[524] De acordo com as características dos vestígios encontrados subdividimos a Pré-História em antiga e recente. Quanto às freguesias, estas foram ordenadas por ordem alfabética.

Através desta, e em relação aos vestígios de ocupação conotados com a Pré-História antiga, apuramos que estes se encontram nas zonas próximas da linha da costa e do estuário do rio Leça, nomeadamente nas freguesias de Lavra, Perafita, Leça da Palmeira e Matosinhos. Avaliamos também que nas freguesias que consideramos de interior, como Custóias, Guifões, Leça do Balio, S. Mamede de Infesta, Senhora da Hora e Santa Cruz do Bispo, à exceção

[523] Relativamente à Pré-História dividimos a mesma de acordo com os materiais encontrados em Pré-História antiga, que compreende o Paleolítico Inferior, Médio e Superior. A Pré-História recente vai do Epipaleolítico/Mesolítico ao final da Idade do Idade do Bronze.
A Pré-História está inscrita em Pré-História antiga e recente.
[524] Ver Figura 21 em Anexo.

desta última não foram identificados, até ao momento, vestígios que se enquadram cronologicamente na Pré-História antiga.

De acordo com a tabela da figura 22[525], na qual registamos a quantificação dos sítios, para o período considerado assinalamos três locais. Um na freguesia de Lavra e dois na sua congénere em Matosinhos.

No gráfico da figura 23[526] apresentamos as percentagens relativas à quantificação e distribuição dos sítios de acordo com a cronologia estabelecida nesta dissertação para a área em estudo. Pela leitura do gráfico apuramos que para a Pré-História antiga a percentagem dos vestígios corresponde a 3%.

Através da leitura das tabelas supracitadas aferimos que as freguesias de Lavra, Leça da Palmeira, Matosinhos, Perafita e Santa Cruz do Bispo apresentam vestígios conotados com a Pré-História, isto é, as materialidades encontradas correspondem à Pré-História antiga e recente, pelo que admitimos que estes locais foram ocupados continuamente. De acordo com a tabela da figura 22[527], registamos para a Pré-História oito sítios, sendo que um deles é um sítio inédito e corresponde ao Centro Histórico de Leça da Palmeira.

Para além da análise realizada anteriormente, é nosso intento produzir uma súmula sobre determinados sítios. Como tal, e na área em estudo foram identificados dois locais relacionados com o interglaciar do Riss/Wurm, designado como terraço Eemiano (informação oral de Assunção Araújo), que ocorreu há cerca de 125 mil anos. Na freguesia de Lavra foi identificado este vestígio no qual foi encontrado um núcleo discoide em quartzito sobre seixo rolado, que se insere nas indústrias do Paleolítico Médio.

Em Matosinhos, na antiga praia do Prado, foi registado um depósito marinho, isto é, vestígios de uma praia antiga. Perante as evidências admitimos que a linha da costa neste período seria muito semelhante à atual. Ainda em Matosinhos, e nas sondagens realizadas por Leonor de Pina na área do Porto de Leixões, no estuário do rio Leça, concluiu que *"... as indústrias líticas da foz do Leça são predominantemente constituídas por peças de talhe fruste, provavelmente de factura e utilização ocasionais, atribuíveis a populações cuja economia assentaria sobre a recolecção de moluscos e outros produtos das orlas marinhas, facto esse comprovado pela frequência com que aparecem estas peças rudimentares talhadas em cascalheiras de praia. As mais antigas não podem atribuir-se a data posterior ao interglaciar Riss-Wurm* (entre 300 mil e 125 mil anos)*, ao passo que as mais recentes seguramente localizadas poderão atribuir-se a período posterior ao máximo da glaciação wurmiana (que ocorreu sensivelmente há 20 mil). Todas as outras não têm atribuição*

[525] Ver Anexo.
[526] Ver Anexo.
[527] Ver Anexo.

segura."[528] Segundo o autor estes materiais enquadram-se no período crono-cultural entre o Paleolítico Inferior, Médio e Superior, ou seja, são culturas com características tecno-morfológicas do Pleistocénico.

Aferimos também que os vestígios relacionados com o Paleolítico Superior são muito raros. Talvez esse motivo se prenda com os fatores que estiveram na base das sucessivas transformações a nível climático, relacionadas com o Wurm. Durante este evento verificou-se uma forte fase regressiva marinha que terá atingido cotas entre 100 e 120 metros abaixo do nível médio atual das águas do mar. Como consequência, a plataforma continental terá ficado emersa cerca de 30 a 40 Km, por volta de 18 mil anos B.P.[529] A esta fase seguiu-se uma fase transgressiva que provocou a subida do nível médio das águas do mar. Como tal, e dada a natureza das transformações ocorridas, corroboramos com a hipótese de Ana Bettencourt. Se existirem vestígios arqueológicos localizados próximo da costa, estarão hoje submersos, devido às transgressões marinhas ocorridas.[530] Admitimos ainda um outro fator que estará também relacionado com este aspeto e que se prende com a escassez de projetos de investigação.

Perante as evidências, entre Leça da Palmeira e Matosinhos, corroboramos também com as investigações realizadas, entre outros investigadores, como Mendes Correa, Ruy de Serpa Pinto, Russel Cortez, Neves dos Santos e Fernando Lanhas, e ainda com Georges Zbyszewski quando refere nas investigações levadas a cabo nesta zona que *"… na faixa onde se desenvolvem os níveis de praia Tirrenianos, entre a Boa Nova (Leixões) e a Granja (V. Nova de Gaia) as áreas de maior interesse arqueológico desta faixa, referidas pelo autor são o farol da Boa Nova, Leça da Palmeira, Lavadores e Granja (VNG).), …"*.[531] Em termos percentuais, e de acordo com o gráfico da figura 23[532], os vestígios relativos à presença de comunidades da Pré-História correspondem a 9%.

Os sítios referidos e em virtude dos materiais recolhidos, quer em sondagens, quer à superfície, apontam para uma possível ocupação durante a Pré-História antiga, apresentando, em simultâneo, materiais que pela sua tipologia se enquadram na cultura material característica das comunidades holocénicas, conforme se pode analisar na tabela da figura 22[533].

[528] PINA, Henrique Leonor (1961) – *Nota sobre as indústrias líticas da Foz do Leça*, Boletim do Museu e Laboratório Geológico da Faculdade de Ciências de Lisboa, nº9, Lisboa, p. 75-86.
[529] B.P. – Before Present (antes do presente).
[530] BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 34.
[531] RODRIGUES, Sérgio Monteiro (2000) – *A Pré-História Antiga da Região do Porto: síntese bibliográfica*, In "Revista Al – Madan", IIª série, n.º 9, p. 74-77.
[532] Ver Anexo.
[533] Ver Anexo.

Em virtude desta constatação verifica-se que o espólio exumado corresponde quer ao Pleistoceno, quer ao Holoceno, não permitindo as investigações levadas a cabo até ao momento, que o conhecimento científico possa ir mais além do que estas conclusões.

Esta inventariação permitiu ainda traçar um quadro evolutivo do povoamento destas comunidades do final do Pleistoceno, que há cerca de 10 mil anos a.C. se inicia com um novo ciclo climático, caracterizado pela ausência de glaciações, potenciando, desta forma, um desenvolvimento paulatino. Pela identificação dos sítios apuramos que as atuais freguesias deste concelho foram, aqui e ali, locais de assentamentos de comunidades, que ora se instalaram em zonas ribeirinhas, ora em zonas de interior, quer de forma contínua, ou descontínua, de acordo com os recursos disponíveis para a sua sobrevivência. Talvez se possa admitir que muitos locais, lugares, ou pequenos nichos foram ocupados sucessivamente mas, esta ocupação estaria sempre dependente do meio, tendo em linha de conta que foram as mudanças climáticas que potenciaram esta evolução.

Para a Pré-História recente registamos quarenta e dois sítios[534], nove dos quais são sítios inéditos, identificados através das prospeções e da recolha de materiais encontrados à superfície, tais como: Mamoa de Porreiras/Montesinho; Sítio de Paiço - achados de superfície; Gandra - Achados de superfície; Leira do Alvito/Campo do castanhal; Centro Histórico de Leça da Palmeira; Castro (?) Quinta da Conceição (Convento da Conceição de Leça); Mamoela de Sendim; Campo dos Castros; Sítio da Aldeia de Baixo (achados de superfície). Assim, aferimos, e de acordo com o gráfico da figura 23[535], que os vestígios para a Pré-História recente apresentam uma percentagem de 39% relativas às comunidades que se terão fixado nesta área, pautadas pela passagem do nomadismo à sedentarização, comunidades em evolução, isto é, de recolectores, evoluíram paulatinamente para produtoras. Apuramos ainda, e pelos dados presentes na tabela da figura 21, que todas as freguesias da área em estudo apresentam vestígios conotados com este período.

Nos inícios do Holoceno, nomeadamente com o Mesolítico, as comunidades demonstraram uma nítida capacidade de adesão a um processo de subsistência assente na exploração constante de recursos vários mas complementares, quer na costa ou em zonas de interior (estuarinas).

Neves dos Santos, admite a possibilidade da existência de um concheiro no estuário do rio Leça[536] assinalado por nós como Depósito de Conchas Marinhas. Perante esta evidência, e atendendo às sondagens geológicas realizadas na área referida, em 1962, cruzamos a

[534] Ver Figura 22 em Anexo.
[535] Ver Anexo.
[536] Certamente Neves dos Santos referia-se a um amontoado enorme de conchas.
SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 56.
PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 60.

informação relativa à investigação de Galopim de Carvalho e Leonor de Pina, na qual referem a existência de uma linha da costa junto à entrada da doca n.º2, testemunhada pela presença de calhaus rolados associados a conchas marinhas, também roladas. Relativamente à macrofauna aqui encontrada, aponta para as espécies próprias dos fundos arenosos perto do litoral, como a *Pattela* que vive sobre rochedos litorais no limite superior das marés.[537] De acordo com os resultados obtidos, tudo aponta para a presença de vestígios de uma praia antiga. Perante as evidências, talvez se possa admitir a existência deste concheiro?

Cruzamos também as informações de Russel Cortez relativas às investigações realizadas na área do Castelo Queijo. Este admite que a fauna recolhida apresenta características dos fundos arenosos próximos do litoral.[538] Estas espécies correspondem também à colheita feita por Leonor de Pina nas sondagens que efetuou no sítio da Barreira, junto à Doca n.º 2, próximo de Manhufe.[539] No entanto, é verdade que não existem estudos na área que confirmem, ou não, a presença deste concheiro. Perante estas evidências, cruzamos nova informação que parte das investigações de J.M. Arnaud em múltiplos concheiros do Sado, nas quais admite a hipótese de ocupações alternativas, como sazonais ou esporádicas, realizadas em curtas viagens para obter a matéria-prima.[540] Perante esta realidade identificada por J. M. Arnaud, poderá ser colocada a hipótese baseada nesta teoria de espaços partilhados por outros grupos de áreas limítrofes em diferentes momentos? Por outro lado, reconhecemos que não foram encontradas indústrias microlíticas. Admitindo a inexistência de materiais que comprovem esta presença, talvez se possa aceitar a possibilidade das comunidades do Mesolítico do concelho vizinho da Maia partilharem, de uma forma temporária, ou não, os espaços ribeirinhos e os do estuário do rio Leça. Esta possibilidade é sustentada através dos trabalhos arqueológicos realizados na Maia, uma vez que os artefactos encontrados testemunham a presença de uma indústria microlítica significativa, constituída nomeadamente por micrólitos, pontas de seta em sílex, e em quartzo, assim como produtos de talhe.[541]

Relativamente à arquitetura funerária registamos vinte e uma estruturas aferindo, pelos registos, que apresentam diferentes tipologias e que correspondem a períodos cronológicos diferentes, tais como mamoas, antas, mamoelas, necrópoles e cistas. Mas, e segundo os registos de Vítor Oliveira Jorge, Fernando Lanhas e Joaquim Neves dos Santos foram

[537] CARVALHO, A.M. Galopim de e RIBEIRO, A.M. (1962) – *Geologia dos depósitos pós-wurmianos da Foz do Leça*, In "Separata do Boletim do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências", Lisboa, 9 (1), p. 58-59.
[538] CORTEZ, Russell Fernando (1943) – *Novos achados líticos nas áreas do Castelo do Queijo e da Ervilha*, Imprensa Portuguesa, Porto, p. 5.
[539] CARVALHO, A.M. Galopim de e RIBEIRO, A.M. (1962) – *Geologia dos depósitos pós-wurmianos da Foz do Leça*, In "Separata do Boletim do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências", Lisboa, 9 (1), p. 58.«
[540] JORGE, Susana Oliveira (1990) – *Dos Últimos Caçadores-Recolectores Aos Primeiros Produtores de Alimentos*, In "Nova História de Portugal – Portugal das Origens à Romanização", Vol. I, (direção de SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira), 1ª Edição, Editora Presença, p. 84-85.
[541] BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos p. 75-83.

destruídas, à exceção da Mamoa de Porreiras/Montesinho.[542] Ana Betencourtt admite uma cronologia Neolítica, embora provisória, para estes monumentos, à exceção das cistas e necrópoles que as insere na Idade do Bronze.[543]

Para além dos registos dos monumentos com monumentalidade, permanecem desconhecidos os povoados com eles relacionados. Como tal, colocam-se-nos, por isso, as mesmas dúvidas expressas por Brochado de Almeida " *Estarão os povoados nas imediações dos túmulos que ergueram? Serão povoados do tipo sazonal e, portanto, com poucas estruturas remanescentes? Seriam povoados do tipo aberto sem qualquer caracter defensivo e com habitações de materiais perecíveis*? "[544]

Sendo assim, admitimos que as comunidades, na Pré-História recente, devido principalmente à mudança das condições naturais, e a outros fatores de desenvolvimento, deixam de estar somente condicionadas pela natureza mas passam também a serem modeladoras desta e, consequentemente, da paisagem, passando de recolectoras a produtoras e a construtoras. Este facto pode explicar o aumento significativo de sítios arqueológicos da Pré-História recente, em comparação com a Pré-História e a Pré-História antiga.[545]

Correspondendo a um novo quadro cultural, na Idade do Bronze surge uma nova leitura do espaço aliada a uma nova cosmovisão, ou seja, ambientes partilhados, numa domesticação do espaço em evolução, em que a metalurgia desempenha um papel preponderante. A partir do IIº milénio a.C. surge um modelo de povoamento, determinado por uma florescente e estabilizada economia agro pastoril, que parece indicar uma medrante antropização.[546]

Relativamente às arquiteturas funerárias, admitimos pelos registos que estas estruturas podem ter sido construídas no Calcolítico, no Bronze e também durante a Idade do Ferro, pois os dados obtidos só nos permitem este registo. Porém, Ana Bettencourt, para estes monumentos sem monumentalidade, como as Cistas e Necrópoles registadas no concelho, aponta para uma cronologia da Idade do Bronze.[547]

Independentemente deste aspeto cronológico levantamos uma hipótese relacionada com estas estruturas funerárias, "Cistas", ou estes monumentos sem monumentalidade. Conviviam em parceria com os sítios residenciais? Estaremos em presença de ocupações de povoamento em espaços abertos? Próximos dos recursos de subsistência? Eram comunidades

[542] Identificada em 2010 por André Tato, Técnico Superior da Câmara Municipal da Maia.
[543] BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos p. 38 (mapa).
[544] ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado, (1991) – *O Concelho de Vila do Conde - Análise Histórico-Arqueológica*, In Plano Director Municipal de Vila do Conde. Relatório II. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde (policopiado), p. 36.
[545] Ver Figura 22 e 23, em Anexo.
[546] BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 38 (mapa), p. 52-53.
[546] IDEM, *Ibidem,* p. 51 (mapa).
[547] IDEM, *Ibidem*.

ainda do tipo semissedentárias, ou sedentárias? De facto, não temos respostas para estas questões, contudo, Ana Bettencourt, e por paralelos com outros povoados estudados, admite que a partir do Bronze Médio ocorre a adoção da metalurgia do bronze, o que implica a exploração de novos territórios, verificando-se portanto, já no Bronze Final, um aumento significativo dos sítios residenciais conhecidos e, por sua vez, este aumento promove alterações no padrão de povoamento, à semelhança dos povoados de baixa altitude como no Corgo, Azurara, Vila do Conde, Pego, Alto da Cividade, em Braga e o da Santinha, em Amares.

Para a Idade do Bronze, referimo-nos ao povoado de Lavra e ao castro do Monte Castêlo, em Guifões, que indicia uma cronologia do Bronze Final, visualmente conectados com a presença de estruturas funerárias. Relativamente ao povoado de Lavra surge no âmbito de trabalhos arqueológicos. Revelou, através das sondagens de 2004, a aparente uniformidade dos achados cerâmicos nas diversas sondagens e as datas de radiocarbono obtidas apontam que este sítio possa ter sido um povoado do Bronze Médio. Para Ana Bettencourt *"e apesar da informação exígua, admite que o povoado da Lavra é de extrema importância no contexto da Idade do Bronze do litoral Norte, tendo em consideração a sua situação geográfica, a sua extensão, a sua cronologia e o facto de conter, ainda que parcialmente, um nível de ocupação/abandono bem preservado. A continuação dos trabalhos neste local, que se espera que possam ocorrer em tempo próximo, possibilitará a obtenção de um número de materialidades significativas para uma melhor interpretação dos fatores subjacentes à ocupação da plataforma litoral"*.[548]

O I milénio é o mundo dos castros, que coincide também com o final da Idade do Bronze, correspondendo à última etapa da Pré-História, que equivale à Iª fase da Cultura Castreja definida por Armando Coelho da Silva. Portanto, este período cronológico corresponde a uma fase de transição entre a Pré e a Proto-História[549], com o advento dos vestígios da metalurgia do ferro a partir do século VII a. C., mas com maior vigor a partir da II Idade do Ferro, no decurso da Cultura Castreja, que atinge o seu apogeu por volta do século II a. C., e até sensivelmente à segunda metade do século I, já no quadro da romanização impulsionada pelas campanhas de *Decimus Iunius Brutus*.[550]

[548] BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 61.
FONSECA, Vítor e TEIXEIRA, Ricardo (2004) – *Relatório de Intervenção Arqueológica em Lavra* – Empresa de Arqueologia e Património Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca – Arqueologia Lda.
[549] SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1996) – *A cultura Castreja no Noroeste de Portugal,* Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira / Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, p. 26.
[550] IDEM, *Ibidem*, p. 23-26.

É dentro deste quadro que assistimos às transformações operadas pelas comunidades indígenas, resultando numa profunda alteração na relação dos povoados com o meio físico envolvente.[551]

Para a Idade do Ferro (Cultura Castreja) aferimos na área em estudo, e de acordo com a tabela da figura 21[552] que, à exceção das freguesias de Matosinhos, Santa Cruz do Bispo e Senhora da Hora, apresentam vestígios de assentamento, sendo o Castro do Monte Castêlo aquele que apresenta maior representatividade de ocupação. Um outro dado identificado nesta investigação está relacionado com a freguesia de Custóias, na qual inventariamos dois locais de assentamento, o castro de Custóias e o de Esposade, o que pode indiciar um povoamento considerável para Custóias. Para a freguesia de Leça Palmeira, admitimos a possibilidade de ter existido um assentamento conotado com este período na atual Quinta da Conceição, onde no século XV foi edificado o Convento da Conceição de Leça, na margem direita do estuário do rio Leça e nas proximidades do Castro de Guifões. O gráfico da figura 23[553] apresenta uma percentagem de 9% de vestígios que indiciam a presença das comunidades da Idade do Ferro/Cultura Castreja.

O advento da ocupação romana foi firmada e promovida pelas campanhas de Octávio César Augusto no Noroeste Peninsular entre 26 a. C. e 19 a. C. Assim, após as operações militares do Noroeste, o imperador Augusto deu início à reforma político-administrativa. A partir de então, e com esta reforma, em todo o Noroeste tem lugar uma profunda transformação a que vulgarmente se designa por "processo de romanização". Perante esta nova realidade, "sujeita" a novos modelos de gestão, nos quais estão implícitos novos usos e modelos[554] que deram corpo a um povoamento castrejo disperso, determinou-se um novo modelo de ocupação distinto do anterior.

Na área em estudo apuramos, através da tabela da figura 21[555] que, à exceção da freguesia da Senhora da Hora, todas as suas congéneres apresentam vestígios relacionados com a romanização. Um outro dado que aferimos pela leitura da tabela de sítios do anexo G, na qual registamos os sítios que apresentam materiais como tégula e cerâmica comum romana, como possíveis sítios romanizados, aferimos que, dos oito castros inventariados conotados com a Idade do Ferro/Cultura Castreja, só seis deles é que apresentam vestígios de romanidade.

[551] IDEM, *Ibidem*, p. 65-66.
[552] Ver Anexo.
[553] IDEM, *Ibidem*.
[554] ALARCÃO, Jorge de (1995) – *O Domínio Romano Em Portugal*, Europa-América, 3ª Edição, Mem-Martins, p. 28-29.
[555] Ver Anexo.

De acordo com a tabela da figura 22[556] foram identificados até ao momento vinte e quatro sítios onde aparecem materiais conotados com a presença da cultura romana, desde estruturas pétreas, pontes, cetárias, material de construção, como tégula, tijoleira, mosaicos, cerâmicas de diferentes tipologias, moedas, inscrição a Júpiter, marco miliário, colunas, enfim, uma panóplia de informação patente nos achados e nos registos documentais.

Aferindo também a freguesia de Lavra, esta apresenta uma forte representação de vestígios, conotados certamente com o novo modelo de povoamento e de reordenamento do espaço, materializado na *villa* romana do Fontão, sendo também a que apresenta uma maior representação de vestígios romanos.[557] Um outro dado importante verificado nesta análise do povoamento é que a freguesia de Leça do Balio, que se encontra a Sudeste numa distância aproximada, em linha reta, de cerca de 10 Km da freguesia de Lavra, é a segunda freguesia do concelho com maior representatividade de vestígios romanos.

Na freguesia de Guifões, na qual está implantado o Castro do Monte Castêlo, pela cultura material foi identificada neste castro, independentemente de ter sido pouco escavado, as diferentes fases que correspondem ao primeiro milénio de desenvolvimento de uma cultura muito peculiar no Noroeste Peninsular. Desde a escolha do local de implantação, à economia, aos meios de subsistência, aos contactos exógenos, ao desenvolvimento coletivo destas comunidades que, a partir dos contactos com outras culturas, nomeadamente com Roma, se "deixaram" permeabilizar, visando um maior desenvolvimento cultural e económico. Tudo isto é subentendido através da cultura material e dos inúmeros castros estudados no Noroeste Peninsular.

Os vestígios romanos encontrados no atual concelho, desde castros romanizados, como o Castro do Monte Castêlo, aquele que revela uma romanização intensa, com estruturas que apontam para a existência de um porto fluvial, mas também registamos pontes de fundação romana, como a Ponte da Pedra e a de Barreiros/Ronfos e Azenha, uma inscrição dedicada ao Deus Júpiter, locais de enterramento, cetárias onde se produziram o *garum* e as salinas. Quanto às restantes sete freguesias apresentam, até ao presente, pouca expressividade. Pelo gráfico da figura 23[558] depreendemos que a percentagem de vestígios romanos corresponde a 26%.

Para a Idade Média, cujo período aqui investigado coincide com o fim da romanização até ao século VIII, os poucos vestígios arquitetónicos que se conhecem no atual território português, parecem indicar a manutenção dos modelos de civilização que vigorava no Baixo-

[556] Ver Anexo.
[557] SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 50.
SANTOS, Joaquim Neves dos (1963) – *Temas Regionais de Arqueologia E Etnografia II, Um Mosaico Romano de Lavra – Matosinhos*, Edição do Autor, p. 11-13.
PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 55.
[558] Ver Anexo.

Império.[559] Como tal, os vestígios encontrados para este período são muito escassos. Todavia, e no âmbito do trabalho de campo realizado em todo o concelho e nas pesquisas documentais, identificamos nalgumas freguesias informações e vestígios que admitimos estarem relacionados com esta época, como o Castro do Monte Castêlo, cujos materiais apontam para uma ocupação desde a Proto-História até à Idade Média, desempenhando funções de relevo devido à sua localização próxima do estuário do rio Leça, com excelentes condições defensivas, visibilidade, e uma notável via de comunicação com o exterior, funcionando como um ponto estratégico, ou seja, a centralidade dos povoados existentes no concelho. Os documentos e diplomas medievais citam-no ao longo dos séculos XI e XII como *"subtus Castro Quifiones"* e como *"subtus Mons quifionens"* denotando, desta forma, a sua importância sob o ponto de vista de domínio militar e administrativo.[560]

Quanto à possibilidade de ali ter existido uma estrutura castelar defensiva para o período em estudo é muito difícil de avaliar. Segundo Mário Barroca, um dos problemas que se coloca nos estudos de Castelologia Medieval é definir o momento em que surgem os primeiros castelos. Durante a Idade do Bronze e do Ferro os povoados rodearam-se de sistemas defensivos, e foi esta a opção pelo menos até à Alta Idade Média. A Crónica de Idácio relata os tempos difíceis vividos nos Séc. IV-V. Revela-nos como era constante a opção pelos povoados fortificados, contudo, não se encontrou nenhuma referência nítida a um castelo.[561]

Embora não tenha sido encontrada, na Crónica de Inácio, referências a estruturas castelares, talvez estas tenham sido construídas com materiais perecíveis, e por essa razão não se encontraram vestígios. Porém, os materiais arqueológicos encontrados no Monte Castêlo, nomeadamente uma fivela de bronze, *sigillata* Clara D, cerâmica comum com vidrado interior que apontam para uma cronologia dos séculos IV-V, são indicadores de vivência das comunidades do Castro do Monte Castêlo, durante este período. Na toponímia o local, o castro, é designado como *Castelo e Castelinhos*. Este indicador apontará para esta estrutura castelar, uma vez que a toponímia constitui um excelente registo de memória dos lugares.

Para o período considerado aferimos, através de Almeida Fernandes, a existência de uma paróquia em Labrencio, Lavra, a partir da segunda metade do século VI.[562] Segundo Fermin Bouza Brey, Lavra terá tido um local, ou seja, uma oficina, onde foram cunhadas

[559] BRITO, Raquel Soeiro de; FABIÃO, Carlos; MACÍAS, Santiago; MATTOSO, José e TORRES, Cláudio (1993) – *A Época Sueva e Visigótica*, In "História de Portugal", Vol. I – [coordenação MATTOSO, José], Lisboa, Editorial Estampa, p. 292.
[560] PMH, DC, doc. CXLIII.
Matosinhos em Textos Medievais (1978) Prefácio de António J. Gomes, Matosinhos: Biblioteca Municipal de Matosinhos, p. 25.
[561] BARROCA, Mário Jorge, (2004) – *Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI*), In "Portugália", Nova Série, vol. XXV, Faculdade de Letras do Porto, Porto, p. 180.
[562] FERNANDES, A. de Almeida (1997) – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas,* 1ª Edição, Arouca, p. 120.

várias moedas suevas de Sisebuto, por Witterico[563], referindo-se a uma oficina *Lavrentina,* situada numa povoação denominada *Lavrentius* ou *Lavrencio*, o que corresponde certamente ao mesmo local referido no *Parochiale*.[564]

Perante esta evidência da cunhagem da moeda em Lavra, logo se nos afigura colocar uma questão. Onde estaria instalada essa oficina? Decerto numa estrutura onde residisse uma organização administrativa consistente. Segundo os documentos medievais e os vestígios arqueológicos encontrados, em Lavra existiu uma *villa* de fundação romana. Teria sido esta ocupada pelos suevos? Aventamos ainda uma outra questão que se prende com a estrutura monástica, ou seja, com o Mosteiro de Lavra (S. Salvador). Um documento do ano de 897 cita o mosteiro de Lavra como muito antigo *"... méis facerem testamenti sicut et facimus pro remedio aurom et paremtum meorum etiam simule t meã de monastério labra que est fundato ab antiquo in ripa maris cómodo est conclusa de aqua in aqua et de Karia antiqua usque in mare..."*.[565] Depreende-se pela leitura do documento que a estrutura religiosa é de fundação antiga, certamente anterior ao ano 897. Terá sido esta fundada no período Suevo/Visigótico? Respostas não temos, contudo, as hipóteses ficam registadas, aguardando novas e prósperas investigações.

Nesta freguesia ainda, e na área onde se encontra a Igreja Paroquial de Lavra, uma zona com fortes potencialidades arqueológicas, foi encontrado, no âmbito de trabalhos arqueológicos, entre outros dados, uma sepultura de adulto estruturada com pedras avulsas, que poderá corresponder a um enterramento do período Alti-Medieval, entre o século VIII e IX, mas o facto de se encontrar parcialmente destruída e de, certo modo isolada, dificulta uma interpretação mais cuidada.[566]

Em Matosinhos, os documentos medievais citam a existência de salinas mas, a atividade salineira talvez remonte ao período romano, como o comprovam os testemunhos materializados nos tanques de salga e produção de pasta de peixe na praia da Forcada, Angeiras, Lavra, que foi, e continua, terra de pescadores. Segundo a documentação medieval as salinas já existiam no século XI, como se comprova através dos documentos do ano de 1032 relativo a *"... uma carta de venda de certos talhos de salinas, em Matosinhos, que fazem Benedictus e sua mulher Munia Pelaiz ao Abade Tudeildo e demais frades, no mosteiro*

[563] Reinou entre 612 e 620.
[564] Citado por SANTOS, Joaquim Neves dos (1963) – *Temas Regionais de Arqueologia E Etnografia II, Um Mosaico Romano de Lavra – Matosinhos*, Edição do Autor, p. 33.
[565] RAMOS, António Francisco (1943) – *Lavra - Apontamentos para a sua Monografia*, Editado pela Livraria Simões Lopes, p. 17.
SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 50.
SANTOS, Joaquim Neves dos (1963) – *Temas Regionais de Arqueologia E Etnografia II, Um Mosaico Romano de Lavra – Matosinhos*, Edição do Autor, p. 34-35.
[566] FONSECA, Vítor e TEIXEIRA, Ricardo (2004) – *Relatório de Intervenção Arqueológica em Lavra* – Empresa de Arqueologia e Património Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca – Arqueologia Lda, p. 20.
TEIXEIRA, Ricardo, (2010) – "O Rio da Memória – Arqueologia no Território do Leça", Capítulo V – *Idade Média*, Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 213.

de Bouças …". O mesmo diploma menciona que o mosteiro se encontra sob a protecção do Castro de Guifões *"… subtus castro de quisiones… uendimus corte de salinas nostras manus et dei adi utorio…"*.[567] Mas admitimos a possibilidade de se localizarem antes da construção do Porto de Leixões numa área que se estenderia entre a linha férrea e os limites do Castro do Monte Castêlo, na margem esquerda do rio Leça, ou seja, no seu braço salgado, e remontarem ao período romano e à alta Idade Média, hipótese essa que só poderá comprovar-se mediante intervenções arqueológicas.

Relativamente aos vestígios sepulcrais, os vestígios encontrados em Perafita, como as sepulturas que constituem a necrópole do Montedouro, enquadram-se no período cronológico balizado entre os séculos VII e XI.[568] De acordo com esta evidência somos levados a colocar de imediato algumas questões, uma que está relacionada com o espaço habitacional, uma vez que não identificamos elementos e estruturas que evidenciassem essa permanência. Relativamente às sepulturas, surgem outras questões. Quem as encomendou? Quem as iria ocupar? Uma família? Uma comunidade religiosa? Estariam estas relacionadas com a sede de uma das paróquias referidas no "*Paroquial Suévico*" que Pierre David estudou e atribuiu a meados da segunda metade do século VI? Almeida Fernandes refere que na "*Diocese de Portucale a paroécias de Menturio, no lugar de Monte Doiro – Perafita, inserindo-a nas Paróquias da segunda metade do século VI*".[569] Perguntas para as quais não temos respostas, portanto é um ponto que continua a aguardar mais estudos.

Relativamente a este período conturbado, e pela análise do gráfico da figura 23[570], depreendemos que corresponde a uma percentagem de 17% os vestígios encontrados e conotados com este período balizado entre o final da romanização e o século VII.

Quanto à análise da tabela de distribuição dos sítios na figura 21[571] observamos que as freguesias de Custóias, S. Mamede de Infesta e Senhora da Hora, não apresentam vestígios relacionados com o período cronológico em estudo. Pela análise da tabela da figura 22[572], identificamos que, curiosamente, a freguesia de Perafita é a que apresenta uma maior representatividade para a Idade Média. Com menor expressão, observamos as suas congéneres de Leça da Palmeira e Matosinhos.

Nesta análise sobre os locais de assentamento concluímos que a freguesia de Lavra é a única que apresenta vestígios de ocupação desde a Pré-História ao século VII.

---

[567] PMH, DC, doc. CCLXXIV.
PMH, DC, doc. XII.
Matosinhos em Textos Medievais (1978) Prefácio de António J. Gomes, Matosinhos: Biblioteca Municipal de Matosinhos, p. 25.
[568] BARROCA, Mário Jorge (1987) – *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (sécs V a XV)*, dissertação apresentada na FLUP, policopiada, p. 140.
[569] FERNANDES, A. de Almeida (1997) – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas,* 1ª Edição, Arouca, p. 103.
[570] Ver Anexo.
[571] Ver Anexo.
[572] Ver Anexo.

O resultado desta investigação produzirá os seus efeitos práticos, materializados na Carta Arqueológica do Concelho de Matosinhos. Para além disso, e em função desta inventariação, criamos áreas com potencialidades arqueológicas e como medida preventiva serão integrados nas zonas que consideramos com potencialidades arqueológicas e foram salvaguardadas como APA's na folha de síntese para a Carta do Património, nas quais também se incluiu o património arqueológico.

O Plano Diretor Municipal, uma vez que se encontra em ratificação, será atualizado em função destes dados, assim como a base de dados do Gabinete de Arqueologia e História e, por último, será atualizada também a base de dados da DRCN/Endovélico, Direção Regional de Cultura do Norte.

Pode-se referir que os resultados obtidos são satisfatórios, ainda que existam alguns aspetos lacunares, próprios de uma investigação que permanece em aberto. Mas, ciente de que o seu resultado é um contributo para a história deste concelho e para os concelhos vizinhos.

Bibliografia

Biblbiografia Geral

ACHIVO PITORESCO, (1863) – *Semanario Illustrado*, Volume VI, Proprietários Editores, Castro Irmão e Editores e Cª.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO E LEIXÕES, S.A (2008) – *Plataforma Logística de Leixões Pólo 1 – Gonçalves - Estudo Preliminar de Loteamento* - Estudo de Impacte Ambiental, Resumo não técnico.

Disponível em [http://www.eib.org/attachments/pipeline/20100581_nts_pt.pdf]

ALARCÃO, Jorge; MOUTINHO Adília (1964) – *Vidros Romanos no Museu Nacional de Soares dos Reis*, in Separata da "Revista MVSEV", II série, n.º 8.

ALARCÃO, Jorge de (1988) – *O Domínio Romano em Portugal*, Europa-América, Lisboa.

ALARCÃO, Jorge (1990) – *A Produção e a circulação dos Produtos*, in "Nova História de Portugal - Portugal das Origens à Romanização", Vol. I, (direção de SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira), 1ª edição, Editora Presença.

ALARCÃO, Jorge (1990) – *O reordenamento Territorial*, in "Nova História de Portugal - Portugal das Origens à Romanização", Vol. I, (direção de SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira), 1ª edição, Editora Presença.

ALARCÃO, Jorge de (1995) – *O Domínio Romano Em Portugal*, Europa-América, 3ª Edição, Mem-Martins.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1968) – *Vias Medievais Entre o Douro e o Minho*, Porto, FLUP.Dissertação de Licenciatura em História.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1969) – *Romanização das Terras da Maia*, Col. Maia, Edição da Câmara Municipal da Maia.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1972) – *Notas sobre a Idade Média no Noroeste de Portugal*, In "Revista da Faculdade de Letras da Univ. Porto, série História, Vol. III, Porto, p. 113-136.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de e SANTOS, Joaquim Neves dos (1974) – *Cerâmica Romana, Tardia de Guifões,* In "Extratos da Revista Archaeologia Opuscula", Vol. I-Fasc. I, p. 49-56.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1978) – *Castelogia Medieval de Entre Douro e Minho - desde as origens a 1220*. Trabalho complementar para prestação de provas doutoramento em História de Arte. Faculdade de letras da Universidade do Porto.

ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado (1979) – *A Rede Viária do Conventus Bracaraugustanos,* In "Minia", 2ª série, Nº. 3, ASPA, Braga, p. 61-163.

ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (1980) – *Via Veteris. Antiga Via Romana?*, Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular. In "Revista de Guimarães", Vol. III, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, p. 151-170.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado (1990) – *Proto-História E Romanização da Bacia Inferior do Lima*, Centro de Estudos Regionais, 7/8, Viana do Castelo.

ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado, (1991) – *O Concelho de Vila do Conde - Análise Histórico-Arqueológica*, In Plano Director Municipal de Vila do Conde. Relatório II. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde (policopiado).

ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado (1995) – *A Romanização do Concelho de Vila do Conde*, Guimarães.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado (2003) – *Povoamento Romano do Litoral Minhoto Entre o Cávado e o Minho,* 7 volumes, FLUP, Porto.

ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, (2008) – *Sítios que fazem História-Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo: 1- da Pré-História à romanização*. Edição da Câmara Municipal de Viana do Castelo.

ARAÚJO, Maria da Assunção Ferreira Pedrosa (1991) – *Evolução Geomorfológica da Plataforma Litoral da Região Norte*, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUP, Porto.

ARAÚJO, Maria da Assunção Ferreira Pedrosa (1997) – *A Plataforma Litoral da Região Norte, Porto, dados adquiridos e perplexidades*, Estudos do Quaternário, nº1, APEQ, Lisboa, p.3-12.

ARAÚJO, Maria da Assunção Ferreira Pedrosa e Laura Soares (2010) – "O Rio da Memória, Arqueologia no Território do Leça" – *Contexto Geográfico do Território do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos.

AREZES, Andreia (2009) – *Relatório final de trabalhos arqueológicos - Travessa do Fontão – Lavra*, Perennia Monumenta, Serviços Técnicos de Arqueologia Lda.

AZEVEDO, Padre Agostinho (1939) – *A Terra da Maia - Subsídios para a sua monografia*, vol. I, Edição da Câmara Municipal da Maia.

BARBOSA, Isabel Maria Lago (2000) – *Raizes Medievais de Matosinhos - O actual Concelho nas inquirições de 1258*, In "MATESINUS - Revista de Arqueologia, História e Património de Matosinhos", Matosinhos: edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 6-65.

BARBOSA, Rui e FERREIRA, Nuno Miguel (2008) – *Projecto de Conversão da Refinaria do Porto (Leça da Palmeira - Matosinhos)*, Relatório Preliminar, Palimpsesto – Estudo do Património Cultural Lda., Coimbra.

BARROCA, Mário Jorge (1987) – *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (sécs V a XV)*, dissertação apresentada na FLUP, policopiada.

BARROCA, Mário Jorge, (2004) – *Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI*), In "Portugália", Nova Série, vol. XXV, Faculdade de Letras do Porto, Porto, p. 181-204.

BARROCA, Mário Jorge (2010/2011) – *Sepulturas escavadas na rocha de Entre Douro e Minho*, In "Portvgalia", Nova Série, vol. 31-32, Faculdade de Letras do Porto, p. 115-182.

BATATA, Carlos (2009) – *Sondagens arqueológicas em Pampelido/ sepultura 1 de Montedouro (CNS783) (Perafita) no âmbito da empreitada de construção do ramal de Leça – TRP* (Relatório Final), Ozecarus, Serviços Arqueológicos, Lda.

BENCATEL, Diana Ornellas (2009) – *Sarcófagos e sepulturas medievais (Maia e Matosinhos): análise tipológica e cronológica* in "Revista Portuguesa de Arqueologia", Vol.12, Nº. 2, p. 209-238.

Disponível em [http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3839695]

BETTENCOURT, Ana (2009) – *Traços de Identidade*, Universidade do Minho.

BETTENCOURT, Ana M. S. & FONSECA, Jorge (2009) – *O povoado da Idade do Bronze de Lavra*, *Matosinhos. Contributos para o estudo do Bronze Médio do litoral Norte*, Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos.

BETTENCOURT, Ana, (2010) – "O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça", capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos.

BETTENCOURT, Ana e VARELA, José Manuel Varela (2010) – *O Rio da Memória - Arqueologia do Território do Leça*, Catálogo das peças, Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos.

Bond, G.; et al. (1997) – *A Pervasive Millennial-Scale Cycle in North Atlantic Holocene and Glacial Climates*, In "Science" 278 (5341): 1257–1266. Disponível em [http://www.sciencemag.org/content/278/5341/1257.abstract]

BREY, Fernando Fermim Bouza, (1942) – *Una Ceca Sueva Desconocida en la Diocesis do Portucale*, vol. LII (1/2), Revista de Guimarães, Guimarães, p. 52-60.

BRITO, Raquel Soeiro de; FABIÃO, Carlos; MACÍAS, Santiago; MATTOSO, José e TORRES, Cláudio (1993) – *A Época Sueva e Visigótica,* In "História de Portugal", Vol. I – [coordenação MATTOSO, José], Lisboa, Editorial Estampa.

CANINAS, João Carlos e COUTO, Sónia (2010) – *Relatório Final de Acompanhamento Arqueológico de Trabalhos realizados no âmbito do Projecto da PORTCOGERAÇÃO -*

Cogeração da Refinaria do Porto (Leça da Palmeira, Matosinhos), EMERITA - Empresa Portuguesa de Arqueologia, Unipessoal, LDA.

CAPELA, Martins (1987) – *Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal*, 2ª Edição, Edição da Câmara Municipal de Terras de Bouro.

CARDOSO, João Luís (2002) – *Pré-História de Portugal*, Lisboa: Editorial Verbo.

CARNEIRO, André (2010) – *Estruturas e dependências agrícolas nas villae da Lusitânia*, In "Conimbriga", nº 49, p. 225-250.

CARVALHO, A.M. Galopim de e RIBEIRO, A.M. (1962) – *Geologia dos depósitos pós-wurmianos da Foz do Leça*, In "Separata do Boletim do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências", Lisboa, 9 (1), p. 53-74.

CLETO, Joel (1995/6) – *MATESINUS,* Revista de Arqueologia, História e Património de Matosinhos nº ½, Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos.

CLETO, Joel (1996) – *Guia de Leça do Balio*, Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos.

COIMBRA, Fernando (2001) – *The cup-marks in rock art in Western Europe. A contribute to its study andinterpretation*, In "Proceedings of the Congress Leincisione rupestri non figurative nell'arco alpinomeridionale", Museo del Paesaggio, Verbania. Disponível em [http://www.artepreistorica.it]

COIMBRA, Fernando (2004) – *Arte rupestre do Concelho de Barcelos (Portugal), Subsídios para o seu estudo*, [s.l.]: Anuário Brigantino.

CORTEZ, Russell Fernando (1943) – *Novos achados líticos nas áreas do Castelo do Queijo e da Ervilha*, Imprensa Portuguesa, Porto.

CORTEZ, Fernando Russell (1946) – *Estaciones paleoliticas de los alredores de Oporto (Lavadores, Pasteleira*), Archivo Español de Arqueologia, 19 (64), Madrid.

CORRÊA, Mendes (1935) – *As Origens da Cidade do Porto*, 2ª edição, Porto.

COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto; ROSAS, Lúcia; CARDOSO, Maria (2001) – *Leça do Balio No Tempo dos Cavaleiros do Hospital,* Edições INAPA.

DACIANO, Bertino (1955) – *Inventário histórico-arqueológico, artístico e etnográfico do concelho de Matosinhos*, Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, Nº2, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 61-62.

DIAS, Alveirinho, M. J. (1989) – *Evolução pós-glaciária da plataforma Continental Portuguesa a Norte do Cabo Mondego*, In Anais do Instituto Hidrográfico, nº 10, Lisboa, p. 39-50. Disponível em [http://w3.ualg.pt/~jdias/JAD/papers/RN/89_AnaisIH.pdf]

DIAS, J.M. Alveirinho (1997) – *A história da evolução do litoral português nos últimos vinte milénios*, Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente, Universidade do Algarve, p. 157-170.

DIAS, Lino Tavares (1997) – *Tongobriga*, Lisboa: Edição do Ippar.

Estratégia de Valorização do Vale do Leça em Matosinhos (1999). Disponível em [http://www.futurosustentavel.org/fotos/plano/diagnostico_agua.pdf]

FARIA, F. Fernando Godinho (1899) – *Monographia do Concelho de Bouças*.

FELGUEIRAS, Guilherme (1958) – *Monografia de Matosinhos*, Matosinhos: C.M. Matosinhos.

FERNANDES, A. de Almeida (1997) – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas,* 1ª Edição, Arouca.

FERREIRA, A. Brum (1994) – *Uma Tese Moderna sobre o Quaternário do Litoral Minhoto*, In "Finisterra", XXIX, Nº 58, Lisboa, p. 391-396.

FERREIRA, A. de Brum (2002) – *Variabilidade climática e dinâmica geomorfológica*, In, "Publicações da Associação Portuguesa de Geomorfólogos", Vol. 1, APGeom, Lisboa, p. 7-15. Disponível em [http://www.apgeom.pt/Public/PubAPGeomVol1.pdf]

FONSECA, Vítor e TEIXEIRA, Ricardo (2004) – *Relatório de Intervenção Arqueológica em Lavra* – Empresa de Arqueologia e Património Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca – Arqueologia Lda.

FONSECA, Vítor e TEXEIRA, Ricardo (2004) – *Intervenção Arqueológica Ponte de Ronfos – RNF 04- Matosinhos*, Relatório Final, Empresa de Arqueologia e Património Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca – Arqueologia Lda.

FONSECA, Vítor e TEXEIRA, Ricardo; FONSECA, Jorge; PIEDADE, Marta; PIRES, Conceição e VARELA, José Manuel (2011) – *Intervenção Arqueológica – Requalificação da Orla Costeira de Matosinhos,* Relatório Final, Empresa Arqueologia e Património - Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca, Arqueologia Lda.

FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e (2001) − *Vila do Conde*, *2. História e Património*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde.

GUEDES, César e FONSECA, Ricardo (2007/2008) – *Relatório de Intervenção Arqueológica no Centro Histórico de Leça da Palmeira,* Empresa de Arqueologia e Património, Lda.

JORGE, Susana Oliveira (1990) – *Dos Últimos Caçadores-Recolectores Aos Primeiros Produtores de Alimentos*, In "Nova História de Portugal – Portugal das Origens à Romanização", Vol. I, (direção de SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira), 1ª Edição, Editora Presença.

JORGE, Susana Oliveira (1999) – *Domesticar a Terra – As primeiras comunidades agrárias em território português*. Lisboa: Gradiva.

JORGE, Vítor Oliveira (1982) – *Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto. Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*, 2 vols, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUP, Porto.

JORGE, Vítor Oliveira (1990) – *Introdução,* In "Nova História de Portugal - Portugal das Origens à Romanização", Vol. I, (direção de SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira), 1ª edição, Editora Presença.

JORGE, Vítor Oliveira (2000) – *Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica*, Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular – Vol. III, Porto, ADECAP.

LANHAS, Fernando e BRANDÃO, D. Domingos (s/data) – *Inventário de Objectos e Lugares com interesse Arqueológico*, Separata da "Revista de Etnografia", Nº24, Museu de Etnografia e História, Junta Distrital do Porto.

LANHAS, Fernando (1969) – *Cópia do mapa integrado no inventário de objetos e lugares com interesse arqueológico.*

LANHAS, Fernando e BRANDÃO, D. Domingos, (1969) – *Inventário de Objectos e Lugares com interesse Arqueológico, Parcela 109.4*, Concelho de Matosinhos e Vila do Conde, p. 295-344.

LEGUAY, Jean-Pierre; BEIRANTE, Maria Ângela e MARQUES, A.H. de Oliveira (1993) – *Portugal das invasões germânicas à Reconquista*, In "Nova História de Portugal", Vol. II, (direção de SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H.Oliveira), Editorial Presença.

LOPES, Manuel Domingos da Silva (1981-1988) – *A Luzita da Minha Candeia*, Volume I, Editorial de «O Futuro».

MARTINS, Manuela (1990) – *O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado*, Cadernos de Arqueologia - Monografias 5, Braga (ed. de parte da tese de doutoramento).

MARTINS, Manuela (1991) – *As vilas do Norte de Portugal de Alberto Sampaio. Importância da obra no estudo do povoamento antigo*, In "Revista de Guimarães", 102, Guimarães, p. 389-409.

MARÇAL, Horácio, (1960) – *Resenha histórica de Freguesia de S. Mamede de Perafita (Matosinhos)*, Separata do Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos Nº7.

MARTINS, Paulo Jorge Coimbra Meireles e COIMBRA, Fernando Augusto (1997) – Catálogo de Exposição: *A suástica e suas variantes no norte de Portugal, desde a Pré-História até a actualidade*, Sociedade Martins Sarmento. Disponível em

[http://www.csarmento.uminho.pt/docs/sms/exposicoes/Cat%C3%A1logoSu%C3%A1sticas.pdf]

MATOSINHOS EM TEXTOS MEDIEVAIS (1978) Prefácio de António J. Gomes, Matosinhos: Biblioteca Municipal de Matosinhos.

MATESISUS IV (2000) – *Revista de Arqueologia, História e Património de Matosinhos*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos.

MATESINUS VI (2011) – *Revista de Arqueologia, História e Património de Matosinhos*, edição da Câmara Municipal de Matosinhos.

MATTOSO, José [coordenação] (1993) – História de Portugal, Vol. V – *A Romanização do Actual Território Português,* Lisboa, Editorial Estampa.

MEIRELES José (1992) – *As Indústrias Líticas pré-históricas do litoral minhoto,* Universidade Minho*,* Braga.

MEIRELES, José (2002) – *Quaternário do Minho Estado Atual dos Nossos conhecimentos.* In Portugália, p. 13-20.

Disponível em [http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id13id2169&sum=sim]

MORAIS, Rui (2007) – *A via atlântica e o contributo de Gadir nas campanhas romanas na fachada Noroeste da Península*, p. 99-123.

Disponível em [http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas59/06.pdf]

MOREIRA, Álvaro de Brito (2005) – *O Castro do Monte Padrão, do Bronze Final ao fim da Idade Média,* Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso.

MOREIRA, Henrique (2000/2001) – *Escavações no tempo em Santa Cruz do Bispo*, Matosinhos, Arquivos Histórico Culturais de Matosinhos, nº. VI/VII. Edição do Fórum Matosinhense.

NEVES, António Amaro das [organização] (1999) – *Antiqua - Apontamentos de Arqueologia*, Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.

PEIXOTO, Rocha (1905-1908) – *Notícias,* In «Portugália: materiais para o estudo do povo portuguez», Dir. Ricardo Severo, Tomo II, fasc. 1-4, p. 228.

PEIXOTO, Rocha (1967) – *Sepulturas abertas em rocha*, Obras I, Câmara Municipal de Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim.

PERES, Damião; CRUZ, António; BASTO, A. de Magalhães (1964) – *História da Cidade do Porto*, Porto: Portucalense Editora.

PINA, Henrique Leonor (1961) – *Nota sobre as indústrias líticas da Foz do Leça*, Boletim do Museu e Laboratório Geológico da Faculdade de Ciências de Lisboa, nº9, Lisboa, p. 75-86.

PINTO, José Marcelo S. Mendes (2007) – *Tesouros Monetários Baixo-Imperiais entre Douro, Ave e Tâmega,* Anexos NVMMVS, Nº8, Sociedade Portuguesa de Numismática, Porto.

PINTO, Marcelo Mendes (2008) – *Villa Romana de Sendim*, Edição da Câmara Municipal de Felgueiras.

PINTO, Ruy de Serpa (1927) – *Introdução à arqueologia portucalense*, In "O Tripeiro*",* 3ª série, ano 2º, 26 (146), Porto, p. 24-25.

PINTO, Ruy de Serpa (1930) – *Nótulas Asturienses*, In "Trabalhos de Antropologia e Etnologia", Vol. IV, Porto.

PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores.

PIRES, Conceição (2010) – *Proposta de trabalho no âmbito da cadeira de Práticas de Arqueologia II - análise do povoamento: Pré-História*, apresentado no âmbito do Mestrado em arqueologia à FLUP.

RAMOS, António Francisco (1943) – *Lavra - Apontamentos para a sua Monografia*, Edição Livraria Simões Lopes.

RAU, Virgínia, (1984) – *Estudo de história económica*, In "Estudos sobre a história do sal português", Lisboa: Editora Presença.

RIBEIRO, João Pedro da Cunha (1990) – *Os primeiros Habitantes,* In "Nova História de Portugal - Portugal das Origens à Romanização", Vol. I, (direção de SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira), 1ª edição, Editora Presença.

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne (1987), – *Geografia de Portugal*, vol. I, "A posição geográfica e o território", Edição Sá da Costa, Lisboa.

RODRIGUES, Sérgio e João Pedro Cunha Ribeiro (1991) – *Estação Paleolítica do Cerro – Madalena, Vila Nova de Gai*a, In Revista da Faculdade de Letras: História, 2.ª Série, Vol. VIII, 1991, p. 411-423. Disponível em [http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2275.pdf]

RODRIGUES, Sérgio Monteiro (2000) – *A Pré-História Antiga da Região do Porto: síntese bibliográfica*, In "Revista Al – Madan", IIª série, n.º 9, p. 74-78.

RODRIGUES, Sérgio Alves, (2006) – *História do Douro e do Vinho do Porto*, coordenação de Carlos A. Brochado de Almeida, Edições Afrontamento.

SANCHES, Maria de Jesus (2003) – *Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo,* Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo, Trabalhos de Arqueologia 25, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

SANCHES, Maria de Jesus (2006) – *História do Douro e do Vinho do Porto*, Porto, Edições Afrontamento.

SANTOS, Joaquim Neves dos (1955) – *Guifões Notas Arqueológicas, Históricas e Etnográficas*, Vol. 1, Edição do Autor.

SANTOS, Joaquim Neves dos (1956) – *Guifões Notas Arqueológicas, Históricas e Etnográficas*, Vol. 2, Edição do Autor.

SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor.

SANTOS, Joaquim Neves dos (1961) – *Altar com covinhas no Castro de Guifões*, Edição do Autor.

SANTOS, Joaquim Neves dos (1963) – *Serpentes Geminadas em Suástica e Figurações Serpentiformes do Castro de Guifões*, Edição do autor.

SANTOS, Joaquim Neves dos (1963) – *Coberturas vitrificadas em louça domestica no Castro de Guifões*, Edição do autor.

SANTOS, Joaquim Neves dos (1963) – *Temas Regionais de Arqueologia E Etnografia II, Um Mosaico Romano de Lavra – Matosinhos*, Edição do Autor.

SARMENTO, Francisco Martins; NEVES, António Amaro (org.) (1999) – *Antiqua, Apontamentos de Arqueologia*, Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.

SERVIÇOS GEOLÓGICOS DE PORTUGAL (1957) – *Carta Geológica de Portugal - Notícia Explicativa da Folha 9-C do Porto*, Lisboa, p. 33-34.

SILVA, António Manuel S. P. (2010) – *A ocupação da época romana na cidade do Porto. Ponto da situação e perspetivas de pesquisa*, In "Revista de Arqueoloxia e Antiguidade", p. 213-262.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1983-1984) – *A Cultura Castreja No Noroeste de Portugal: Habitat e Cronologias*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, p. 121-129.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1996) – *A cultura Castreja no Noroeste de Portugal,* Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira / Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da e MOREIRA, Álvaro de Brito (2010) – "O Rio da Memória – Arqueologia do Território do Leça", Cap. IV – *A Romanização do Vale do Leça* e Cap. III – *Proto-História no Vale do Leça*, Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da e MOREIRA, Álvaro de Brito (2010) – *O Rio da Memória – Arqueologia do Território do Leça*, Catálogo das Peças, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos.

SILVA, Fernando Augusto Pereira da (1984) – *Arqueologia 10 - A Pré-História na zona urbana da cidade do Porto*, Porto.

SILVA, Fernando Augusto P. da; FIGUEIRAL, Isabel (1986) – *Escavações arqueológicas em Lavra: as salinas romanas medievais da praia de Angeiras,* In Separata do Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, Nº 30.

TEIXEIRA, Ricardo, (2010) – "O Rio da Memória – Arqueologia no Território do Leça", Capítulo V – *Idade Média*, Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos.

VARELA, José Manuel Pinto (1996) – *Guia de Custóias*. Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos.

VARELA, José Manuel Pinto (2010) – "O Rio da Memória – Arqueologia do Território do Leça", Cap. III - *Proto-História No Vale do Leça* e Cap. IV - A *Romanização do Vale do Leça*, Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos.

Fontes Manuscritas

ADP – *Livro de Doações de Paço de Sousa*, p. 45.

ADP – *Tombo da Baliagem de Leça do Balio*.

ANTT – *Mosteiro de Alpendurada*.

ANTT – *Mosteiro de Moreira*, m.6, n.º 12.

ANTT – *Mosteiro de Pedroso*, m. II, n.º 18.

Arquivo de Joaquim Neves dos Santos – Fórum Matosinhense.

DMP – *Documentos Régios*, Vol. Iº, n.º 326.

PMH (1888-1897) – *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimun. Inquisitiones*, 9 fasc. Lisboa, Academia das Ciências.

PMH, DC (1888) – *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimun. Diplomata et Chartae*. Lisboa, Academia das Ciências.

Legislação Portuguesa

Decreto-Lei nº 270/99, de 15 de Julho – Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.

Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro – Lei de Bases do Património Cultural.

Despacho n.º 92/92 (2.ª série), de 17 de Novembro de 1992 – PDM da C.M. Matosinhos.

Cartografia Digital

Carta Administrativa Oficial de Portugal, V6, 1/25000. Lisboa: Instituto Geográfico Português (2007).

Cartas Militares de Portugal M888, 1/25000, nº 109, 110 e 122. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército.

Carta de Solos e Carta de Aptidão da Terra, Matosinhos, 1/25000. Lisboa: Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (1997).

Folha 9-C, Carta Geológica de Portugal, 1/50000. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (1957).

Sítios da Internet

Http://es.oocities.com/bauldeapuntes/Arqueologia1.doc

Http://www.igespar.pt/

Http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx

Anexos